

Welton Diego Lavareda

O GOVERNO DA LÍNGUA NA CABANAGEM:
(DES)ENCONTROS COLONIAIS NA AMAZÔNIA



UFPA-2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO PARÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ DOUTORADO EM LETRAS

WELTON DIEGO CARMIM LAVAREDA

**O GOVERNO DA LÍNGUA NA CABANAGEM: (DES)ENCONTROS
COLONIAIS NA AMAZÔNIA**

Belém

2021

WELTON DIEGO CARMIM LAVAREDA

O governo da língua na cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Letras - Estudos Linguísticos – da Universidade Federal do Pará (UFPA-PPGL), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração – Estudos Linguísticos.
Linha de pesquisa – Análise, descrição e documentação das línguas naturais.

Bolsa: CAPES.

Orientadora: Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves.

Belém

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L396g Lavareda, Welton Diego Carmim.
O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais
na Amazônia / Welton Diego Carmim Lavareda. — 2021.
xv,181 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Ivânia dos Santos Neves
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras,
Belém, 2021.

1. Governo da língua. Dispositivo colonial. Cabanagem.
Estudos discursivos foucaultianos. Estudos decoloniais.. 2.
Governo da língua. Cabanagem. I. Título.

CDD 410

WELTON DIEGO CARMIM LAVAREDA

**O GOVERNO DA LÍNGUA NA CABANAGEM: (DES)ENCONTROS
COLONIAIS NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Letras - Estudos Linguísticos – da Universidade Federal do Pará (UFPA-PPGL), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Data: 12.05.2021 às 08:30h

BANCA EXAMINADORA / DEFESA DE TESE

_____ - Presidente e Orientadora
Profª. Dra. Ivânia dos Santos Neves (UFPA-PPGL/Belém)

_____ - Avaliador Externo I
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA-PPHIST/Belém)

_____ - Avaliador Externo II
Profª. Dra. Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP/Araraquara)

_____ - Avaliador Externo III
Prof. Dr. José de Ribamar Bessa Freire (Uni-Rio/UERJ)

_____ - Avaliador Interno I
Profª. Dra. Isabel Cristina França dos Santos Rodrigues (UFPA-PPGL/Belém)

_____ - Suplente Interno
Profª. Dra. Angela Fabíola Alves Chagas (UFPA-PPGL/Belém)

_____ - Suplente Externo
Profª. Dra. Regina Baracuhy (UFPB)

*Dedico este trabalho à minha Tia-Avó Maria do Rosário
Valente Lobato.*

AGRADECIMENTOS

Esta investigação, sem dúvida alguma, é resultado de um grande projeto coletivo de felicidade, resistência e de materialização de vários sonhos. Nestes breves agradecimentos sei que as palavras não dão conta da dimensão exata de gratidão, porém não registrar o lugar no qual o caminho político da minha formação surgiu e, principalmente, a rede de afetos participante desta jornada (direta ou indiretamente), seria negar processos intimamente relacionados às diversas linguagens com as quais me identifico, com o cenário de pesquisa que almejei dialogar neste trabalho e, ao mesmo tempo, ignorar um percurso de vida que me singulariza como latino-americano, morador da periferia, pai, filho, professor, educador. Portanto, deixo registrado meu MUITO OBRIGADO ...

A Deus e a todos os espíritos de luz pela força necessária para a construção dolorosa deste texto em meio a uma pandemia.

À Juliana Ataíde, meu “amor de renovação”, pelo apoio incansável, companheirismo, dedicação e por ter me ensinado que o “eu te amo” tem muitas formas. “Jú”, por você tenho procurado ser um homem melhor e, acima de tudo, mais humano.

À Sol Lavareda, minha filha, que deu ao meu infinito particular mais luz, energia, responsabilidade, poesia, música e, em um mesmo gesto, faz todos os dias eu perceber que precisamos construir um mundo melhor para todos que estão aqui e para os que virão.

Ao Pedro Ataíde: “meu pequeno”! Menino que aperta o gatilho do meu coração sem saber direito o bem que pratica e enche o meu peito de alegria ao me chamar de amigo.

À minha mãe, Terezinha Lobato Carmim, por sempre se fazer presente para distribuir abraços carinhosos e mostrar que tudo é possível. Obrigado, minha rainha! Seu esforço, dedicação, amor, atenção, deram a este texto a coragem que ele precisava nos momentos mais difíceis.

À minha Tia-Avó Maria do Rosário Valente Lobato, a quem dedico especialmente esta Tese de Doutorado. Muito obrigado por todos os anos de dedicação, luta, resistência, amor e generosidade para que eu pudesse chegar até aqui. Sem os seus ensinamentos, valores e sorrisos eu jamais realizaria este sonho.

Ao meu pai, Carlos Fernando Lavareda, pelas palavras de incentivo e de carinho ao longo desta jornada. Pai, você é um dos pilares significativos deste texto.

Aos meus familiares, que, cotidianamente, engrandecem e inspiram minha jornada de luta. Tio Antônio, Maria José (“Mãe Nizeca” *in memoriam*), Renato Lobato (“Gory”), Rinaldo

Lobato, Adriana Lobato, Daniel Ceda, Augusto Lobato, Angélica Lobato, Airá Santana, Athos Lobato, Aisha Lobato e Cristina Campêlo. MUITO OBRIGADO!!

À família Ataide, em especial, minha sogra Graça Ataide, meu sogro Jesse Cherri e Regina Ataide. O carinho, apoio e a consideração de vocês também estão presentes nesta jornada.

Aos professores que incentivaram, desde o início da Graduação em Letras, meus primeiros passos nos estudos linguísticos: Raymundo Jurandy Wingham, Antônio Hilton Bastos, Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva, Marcos Jaime Araújo e Célia Jacob. Sem dúvida alguma o que (des)aprendi com vocês percorre as linhas deste estudo.

À professora, orientadora e amiga, Ivânia dos Santos Neves, que acreditou neste desafio e soube incentivar cada caminho percorrido. Obrigado pelo primeiro café de orientação, por todas as cervejas, troca de saberes e sorrisos compartilhados. Os créditos desta pesquisa têm o seu compromisso com o desenvolvimento do universo de pesquisa amazônico e sua marca registrada de “aconchego de mãe”.

À professora e amiga, Isabel Rodrigues, por haver aceitado em tempos bem conturbados, tão educadamente, compor a banca de qualificação e, posteriormente, de defesa da minha Tese de Doutorado. Fique certa que seus ensinamentos, sua lealdade e parceria, desde o Grupo de Estudos Culturais na Amazônia (GECA/UFPA), atravessam a escrita deste texto. Obrigado, “Bel”!

À professora Maria do Rosário Gregolin e ao professor Bessa Freire que são eternas fontes de inspiração! Levarei sempre comigo o olhar carinhoso e atencioso de vocês. Saibam que em um belo dia contei para as flores que vocês estariam nas bancas de Qualificação e de Defesa da Tese e elas se abriram. Vocês são grandes! Obrigado por tudo.

Aos professores que participaram da(s) banca(s) contribuindo de maneira decisiva para o resultado final do processo: Aldrin de Figueiredo, Angela Chagas e Regina Baracuhy. MUITO OBRIGADO!

Aos professores e amigos, Agenor Sarraf e Jaime Cuéllar Velarde, que de uma maneira peculiar, souberam lapidar nossa amizade e inspirar o foco investigativo da pesquisa.

Ao queridíssimo amigo e professor, Raimundo Tocantins, pelas muitas gargalhas compartilhadas e parcerias estabelecidas. Você é um irmão que universidade me deu. Muito obrigado por todas as “escutas”. Seu coração é enorme!

Aos grandes amigos e professores, Sara Campos e Rodrigo Cordeiro, meus “irmãos de alma”, que estiveram desde o início desta jornada me apoiando. Primeiro como alunos, orientandos e, posteriormente, como professores na luta por uma educação de qualidade.

À família GEDAI-UFGA, em especial, Érika, Rodrigo Wallace, Vívian, Cristiane, Josué, Flávia, Yorrana, Marília e Maurício, por todas as discussões que fizeram este trabalho crescer. Meu muito obrigado!!

À Karina Gaya que, ao final de 2016, sem me conhecer direito, me abraçou e disse para eu ter calma. A tempestade passou, minha colega. Obrigado por permitires que eu te entregue este abraço de gratidão.

Às queridíssimas amigas Nair Cunha e Taíla Pimenta por todo apoio e vinhos partilhados nos momentos de tensão. Vencemos, meninas! Obrigado de todo coração!

Ao povo da minha comunidade, do “meu lugar”, que vibrou com orgulho cada passo dado por mim. Aprendo todo dia com vocês que a melhor coisa que fazer novos amigos é ter a capacidade de conservar os velhos. “Valeu, Vila Leitão”! “Valeu, 14”!

À Universidade da Amazônia (UNAMA), ao Centro Universitário Fibra (UNIFIBRA) e aos colegas desses núcleos de estudo pela compreensão e amizade nos momentos de maior dedicação à tese, especialmente Herica Simão (UNAMA), Elaine Oliveira (UNAMA), Paulo Nunes (UNAMA), Tereza Coutinho (UNIFIBRA/IFPA), Daniel Loureiro (UNIFIBRA/GEDAI) e Gabriel Lage Neto (UNIFIBRA). E também aos meus orientandos e orientandas pelo carinho e pela torcida ao longo de todo o processo de pesquisa.

Ao PPGL-UFGA, professores e técnicos responsáveis pelo andamento do programa, principalmente os docentes que tive o prazer de conhecer mais de perto. Professoras Juliana Queiroz, Angela Chagas, Fátima Pessoa e o professor Sidney Facundes, e os técnicos Junior, Ana Fátima, Thalisson e Joana pelas colaborações nas diversas solicitações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo durante grande parte do período da pesquisa. Este apoio financeiro deixou em muitos momentos as madrugadas de escrita do texto mais leves.

Por fim, expresso meu agradecimento a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese de doutoramento e meus sinceros sentimentos aos que perderam entes queridos com a pandemia do COVID-19.

“O principal interesse na vida e no trabalho é tornar-se alguém que você não era no início. Se você soubesse, quando começou um livro, o que diria no final, você acha que teria coragem de escrevê-lo? O que é verdadeiro para a escrita e para uma relação amorosa é verdadeiro também para a vida. O jogo vale a pena na medida em que não sabemos qual será o fim”.

Michel Foucault

LAVAREDA, Welton. *O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia*. 2021. 182 f. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem o objetivo geral de analisar como as diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, favoreceram a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia mergulhado em uma série de conflitos, sobretudo, linguísticos. A partir de séries arquivistas catalogadas no Arquivo Público do Pará, nos Arquivos Públicos dos Municípios de Cametá-PA e de Vigia de Nazaré-PA, no *Foreign Office* (de Londres) e na obra “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*” (1970), esta pesquisa também propõe, especificamente, mapear as movências históricas e as práticas linguísticas vivenciadas à época da colonização (as quais serviram de base para as análises) e identificar quais tensões discursivas são legitimadas, pelo dispositivo colonial, para a manutenção de um governo da língua favorecedor de um movimento de gerenciamento linguístico europeu na Província Cabana completamente em chamas (1835-1840). Para o referencial teórico-metodológico, optamos por diálogos interdisciplinares que pudessem remeter à experiência histórica, adotando como base analítica principal a perspectiva arqueogenealógica dos estudos discursivos de Michel Foucault (1964; 2009; 2008, 2010a; 2010b; 2010c; 2011; 2016a; 2016b). Com o intuito de compreendermos o processo de lusitanização e as emergências históricas das políticas linguísticas relacionadas ao Período Colonial, recorreremos à Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Cristine Severo (2013; 2014; 2016) & Sinfree Makoni (2015) e a Bessa Freire (2011). Ao mobilizarmos a dimensão de necropolítica linguística e o conceito de língua na modernidade recente, seguimos como norteadores os estudos e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida pelo GEDAI-CNPq (LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020; OLIVEIRA, 2018; NEVES-CORRÊA, 2018; LISBÔA, 2019). Ao assumirmos como referência a definição de colonialidade do poder advinda dos estudos decoloniais, impulsionada por Aníbal Quijano (1999; 2005), e adotarmos a constituição do idioma pelo viés modernidade e colonialidade como projetos mutuamente constitutivos (MIGNOLO, 2020; MARTÍN-BARBERO, 2009; 2014; WALSH, 2019), movimentamos as discussões sobre o dispositivo colonial propostas por Ivânia Neves (2009; 2015; 2020), a fim de pensar as tecnologias de poder ainda bastante atuantes nos processos de produção das subjetividades das sociedades amazônicas e dos discursos que circulam sobre elas. As pesquisas sobre o movimento cabano de Magda Ricci (2001; 2016) e os estudos sobre o negro nas lutas sociais e na composição étnica do Pará e sobre a Cabanagem, estes realizados por Vicente Salles (1992; 2005; 2015), do mesmo modo, compõem a arquitetura teórica global dos debates propostos. Ratifica-se, por fim, que a “invenção” de um governo da língua portuguesa no cenário cabano intensificou a transposição de gêneros discursivos variados para as condições de emergência dos povos ditos colonizados na Amazônia brasileira e, em um mesmo gesto, potencializou o surgimento de metacategorias que foram tomadas como discursos de verdade até a história do presente.

PALAVRAS-CHAVE: Governo da língua. Dispositivo colonial. Cabanagem. Estudos discursivos foucaultianos. Estudos decoloniais.

LAVAREDA, Welton. *Le gouvernement de la langue dans la Cabanagem* : (non) rencontres coloniales dans l'Amazonie. 2021. 182 f. Thèse (Doctorat en lettres/Études linguistiques) – Institut de Lettres et Communication, Université Fédérale du Pará, Belém, 2021.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat a comme but général analyser comment les différentes stratégies de gouvernement établies par le dispositif colonial, pendant le période de la Cabanagem, ont favorisé l'instauration d'un patrimoine linguistique européen dans l'Amazonie plongée dans une série de conflits, surtout, linguistiques. À partir d'ensemble d'archives catalogué dans l'archive publique du Pará, dans les archives publiques des villes de Cametá – PA et de Vigia de Nazaré-PA, dans le Foreign Office (à Londres) et dans l'oeuvre «Motins políticos ou história dos proncipais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 » (1970), cette thèse propose aussi, plus spécifiquement, identifier les mouvements historiques et les pratiques linguistiques vécus à l'époque de la colonisation (qui ont basés les analyses de cette recherche) et identifier quelles tensions discursives sont légitimées, d'après le dispositif colonial, à la manutention d'un gouvernement de la langue qui favorise le mouvement du management linguistique européen dans la Province du Grão-Pará qui était en feu (1835-1840). Comme référentiel théorique et méthodologique, nous avons décidés par des dialogues interdisciplinaires qui puissent faire référence à l'expérience historique, utilisant comme base analytique principal la perspective arqueogenealogique des études discursives de Michel Foucault (1964; 2009; 2008, 2010a; 2010b; 2010c; 2011; 2016a; 2016b). Avec l'objectif de comprendre le processus d'assimilation de la culture portugaise, nous faisons appel à Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Cristine Severo (2013; 2014; 2016) & Sinfree Makoni (2015) e a Bessa Freire (2011). Quand nous prenons en compte la dimension de la néropolitique linguistique et le concept de la langue dans la modernité récente, nous suivons les études et l'instrumentalisation conceptuelle qui est développée par le GEDAI-CNPq (LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020; OLIVEIRA, 2018; NEVES-CORRÊA, 2018; LISBÔA, 2019). En prenant compte la définition de colonialité du pouvoir issu des études décoloniais, poussés par Aníbal Quijano (1999; 2005), et en adoptant la constitution de la langue par la perspective moderne et de colonialité comme des projets mutuellement constitutifs (MIGNOLO, 2020; MARTÍN-BARBERO, 2009; 2014; WALSH, 2019), nous faisons appel aux dialogues proposés par Ivânia Neves sur le dispositif colonial (2009; 2015; 2020), À fin de réfléchir sur les technologies de pouvoir encore très actives dans les processus de production de subjectivités de la société amazoniques et des discours liées à elle qui sont en évidence. Les recherches sur le mouvement cabano de de Magda Ricci (2001; 2016) et les études sur le noire dans les lutes sociales et dans la composition éthique du Pará et sur la Cabanagem, ceux-ci réalisés par Vicente Salles (1992; 2005; 2015), qui composent l'architecture théorique et globale des débats proposées. Enfin, nous confirmons que « l'invention » d'un gouvernement de la langue portugaise dans le contexte *cabano* a approfondi la transposition de genres discursifs variés aux conditions d'émergence des peuples appellés colonisés dans l'Amazonie brésilienne et aussi a renforcé l'apparition de metacatégories qui ont été prises en tant que vrais discours jusqu'à présent.

MOTS-CLÉS: Gouvernement de la langue. Dispositif colonial. Cabanagem. Études discursives foucautiens. Études de décolonisation.

LAVAREDA, Welton. *Government of the language in Cabanagem: colonial encounters in the Amazon*. 2021. 182 f. Thesis (Doctorate in Letters / Linguistic Studies) - Institute of Letters and Communication, Federal University of Pará, Belém, 2021.

ABSTRACT

The research that resulted in the current doctoral thesis analyzes in general, how the different governmentality strategies defined by the colonial device, during the period of Cabanagem, favored the establishment of a European linguistic heritage in the Amazon, inserted in a series of conflicts, predominantly, linguistic. Taking as a starting point the archivist series cataloged in the Public Archives of Pará, in the Public Archives of the Municipalities of Cametá-PA and Vigia de Nazaré-PA, in the Foreign Office (London) and in the publication “Political Riots or history of the main events politicians in the Province of Pará from 1821 to 1835 ”(1970), this research proposes, in a specific way, to map the historical movements and the linguistic practices experienced at the time of the colonization (which served as base for the analyzes). Also in a specific way, we seek to identify which discursive tensions were legitimized, by the colonial device, for the maintenance of a government of the language that favored the European linguistic management in the Cabana Province (1835-1840). The theoretical and methodological framework were built under the basis of interdisciplinary dialogues that could refer to historical experience, adopting as main analytical basis the archeogenealogical perspective of Michel Foucault's discursive studies (1964; 2009; 2008, 2010a; 2010b; 2010c; 2011; 2016a; 2016b). In order to understand the process of lusitanization and the historical emergencies of linguistic policies related to the Colonial Period, we turn to Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Cristine Severo (2013; 2014; 2016) & Sinfre Makoni (2015) and Bessa Freire (2011). When we mobilizing the dimension of linguistic necropolitics and the concept of language in recent modernity, we follow the studies and conceptual operationalization that has been developed by GEDAI-CNPq (LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020; OLIVEIRA, 2018; NEVES-CORRÊA, 2018; LISBÔA, 2019). By using as a reference the definition of coloniality of power guided by decolonial studies, driven by Aníbal Quijano (1999; 2005), and adopting the constitution of the language through the bias of modernity and coloniality as mutually constitutive projects (MIGNOLO, 2020; MARTÍN-BARBERO, 2009 ; 2014; WALSH, 2019), we moved the discussions about the colonial device proposed by Ivânia Neves (2009; 2015; 2020), in order to think about the technologies of power that are still active in the production processes of the subjectivities of Amazonian societies and of the discourses that circulate over them. The research on the cabano movement observed by Magda Ricci (2001; 2016), the studies on Afro-Brazilian populations in the social struggles and ethnic composition of Pará and on the Cabanagem, carried out by Vicente Salles (1992; 2005; 2015), also compose the global theoretical architecture of the proposed debates. Finally, it is ratified that the “invention” of a Portuguese-speaking government in the Cabano scenario intensified the transposition of varied discursive genres to the conditions of emergence of colonized peoples in the Brazilian Amazon and, in the same direction, potentiated the emergence of metacategories that were taken as discourses of truth until the history of the present.

KEYWORDS: Government of the language. Colonial device. Cabanagem. Foucaultian discursive studies. Decolonial studies.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	OS PRIMEIROS MENTORES POLÍTICOS DO MOVIMENTO CABANO: FÉLIX MALCHER, OS IRMÃOS VINAGRE E O CÔNEGO BATISTA CAMPOS	23
FIGURA 02	OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULO XVII)	42
FIGURA 03	OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULO XVIII)	43
FIGURA 04	OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULOS XIX & XX)	44
FIGURA 05	TRECHO DO LITORAL DO PARÁ INDICANDO A CIDADE DE BELÉM	59
FIGURA 06	MAPA DA AMAZÔNIA COM A LOCALIZAÇÃO DOS 11 FORTES	60
FIGURA 07	MISSÕES JESUÍTICAS NA PAN-AMAZÔNIA	61
FIGURA 08	COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO/SÉCULO XVIII	61
FIGURA 09	ESPACIALIZAÇÃO DO GOVERNO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA	63
FIGURA 10	CONQUISTA DO AMAZONAS (1907)	69
FIGURA 11	IMPRESSO DE 1685	74
FIGURA 12	SUMÁRIO DO IMPRESSO DE 1685	74
FIGURA 13	NHEENGATU E O TUPINAMBÁ NA FAMÍLIA TUPI-GUARANI	77
FIGURA 14	EXPANSÃO DAS LÍNGUS GERAIS NO BRASIL: AMAZÔNICA E PAULISTA	78
FIGURA 15	DISPOSIÇÕES DA LEI DE 8 DE OUTUBRO DE 1833	85
FIGURA 16	EDIÇÃO DO TELÉGRAFO PARAENSE: NÚMERO 26 (1828)	88
FIGURA 17	MEIO CIRCULANTE BRASILEIRO (1822-1889)	89
FIGURA 18	MOEDAS COM CARIMBOS CABANOS	89
FIGURA 19	IMAGINÁVEL DELIMITAÇÃO DOS ESTADOS	94
FIGURA 20	EDIÇÃO DE SETEMBRO: A SENTINELLA MARANHENSE (CAPA)	98
FIGURA 21	EDIÇÃO DE OUTUBRO: A SENTINELLA MARANHENSE (CAPA)	98
FIGURA 22	A SENTINELLA MARANHENSE	99
FIGURA 23	FRONTISPÍCIO DA “APOLOGIA” EM DEFESA DE BATISTA CAMPOS	102
FIGURA 24	EDUARDO NOGUEIRA ANGELIM: TERCEIRO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA CABANA	102

FIGURA 25	O USO DO PARICÁ PELOS MURA	105
FIGURA 26	HOMEM MURA	105
FIGURA 27	ESTRÁTEGIA INDÍGENA DE GUERRILHA: PARA QUEM?	105
FIGURA 28	RESISTÊNCIA MURA, MAWÉ E MUNDURUKU NA CABANAGEM	107
FIGURA 29	DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL	121
FIGURA 30	INDÍGENAS NA WEB 2.0	147
FIGURA 31	RASCUNHO DE OSCAR NIEMEYER: MEMORIAL DA CABANAGEM	156
FIGURA 32	REINAUGURAÇÃO DO MEMORIAL DA CABANAGEM	156
FIGURA 33	UM ATLÂNTICO AMPLIADO	161
FIGURA 34	O PEÇO DA LÍNGUA	162

ÍNDICE DE TABELA

TABELA 01	DIACRONIA POPULACIONAL DO SÉCULO XVI AO XIX	112
------------------	---	-----

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 01	OS SABARES CABANOS E OS MONUMENTOS OFICIAIS	123
QUADRO 02	OS SABERES CABANOS E A NARRATIVA DO BARÃO DO GUAJARÁ	124
QUADRO 03	CATÁLOGO SELETIVO REFERENTE À CABANAGEM (1ª PARTE)	132
QUADRO 04	A CABANAGEM EM DOCUMENTOS INGLESES	139
QUADRO 05	SISTEMAS DE TECNOLOGIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS	149

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	17
UNIFESSPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	17
UEPA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	17
GECA	GRUPO DE ESTUDOS CULTURAIS DA AMAZÔNIA	17
GEDAI	GRUPO DE ESTUDO MEDIAÇÕES, DISCURSOS E SOCIEDADES AMAZÔNICAS	17
GEADA	GRUPO DE ESTUDOS DE ANÁLISE DO DISCURSO	18
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	18
UNI-RIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	18
UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	18
LGA	LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA	24
LGP	LÍNGUA GERAL PAULISTA	77
LGB	LÍNGUA GERAL DO SUL DA BAHIA	77
LABEDIS	LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO DISCURSO, IMAGEM E SOM	134

SUMÁRIO

A CONSTRUÇÃO DE UM OUTRO DILEMA DE HERMES	17
--	----

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”

UNIDADE I

MOVIMENTOS DE (RE)APROXIMAÇÃO: ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS, HISTÓRIA COLONIAL E O GOVERNO DA LÍNGUA	33
--	----

1.1	NOVOS OLHARES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DAS LÍNGUAS NA PAN-AMAZÔNIA	34
	<i>Uma outra operacionalização no território dos estudos linguísticos</i>	
1.2	OS CAMINHOS DA PESQUISA	38
	<i>Materialidades, dispersões e redes de memórias cabanas</i>	
1.3	DISCURSO: UNIDADE DE DESCONTINUIDADE NA PRÓPRIA HISTÓRIA	46
	<i>Por uma postura arqueogenealógica</i>	
1.4	A LÍNGUA COMO PRÁTICA DISCURSIVA	50
	<i>Deslocamentos metodológicos</i>	
1.5	O GOVERNO DA LÍNGUA E A NECROPOLÍTICA LINGUÍSTICA	53
	<i>Como nascem e morrem as subjetividades</i>	
1.6	ENTRE HISTÓRIAS LOCAIS E DESÍGNIOS GLOBAIS	57
	<i>A experiência colonial e seus efeitos em quatro esferas interligadas</i>	

UNIDADE II

ENUNCIADOS TRANSVERSAIS: DO GOVERNO DA ALMA AO MOVIMENTO CABANO	66
--	----

2.1	AS INTERFACES DO DISPOSITIVO COLONIAL	67
	<i>O governo da alma e o governo da língua em cena</i>	
2.2	PE. ANTÔNIO VIEIRA E O UNIVERSO MULTILÍNGUE NA AMAZÔNIA	73
	<i>Infinitos horizontes linguísticos</i>	
2.3	OS GLOTOCÍDIOS	80
	<i>Sobre o direito e o dever de assassinar línguas locais</i>	
2.4	COMO SE REGISTRA A ESCRITA NO GRÃO-PARÁ	84
	<i>Entre ofícios, cartas, jornais e moedas</i>	
2.5	A REVOLUÇÃO DO PORTO E OUTRAS MEDIAÇÕES POLÍTICAS CABANAS	93
	<i>“Um país morreu para o Brasil nascer”</i>	
2.5.1	O LEGADO GUERREIRO DOS MURA DO RIO MADEIRA	103
	<i>Resistência indígena no Grão-Pará em chamas: quem é o inimigo?</i>	

2.5.2	RACIALIZAÇÃO E PLURALIDADE LINGUÍSTICA NA CABANAGEM <i>Mais uma bandeira de liberdade diante do dispositivo colonial</i>	109
2.6	O NORMATIVO COMO NORMALIZAÇÃO <i>O comportamento linguístico como um indicador de estratificação social</i>	113
2.7	OUTRO OLHAR PARA OS MOTINS POLÍTICOS <i>Todo saber é poder</i>	120
UNIDADE III		127
ENTRE O NHEENGATU E O PORTUGUÊS: APROPRIAÇÕES E IMPOSIÇÕES		
3.1	O PURO COMO JUÍZO DE VALOR <i>Experimentação intencional de mundos</i>	128
3.2	DISCIPLINA LINGUÍSTICA <i>O ritual da palavra</i>	130
3.3	O PREENCHIMENTO ESTRATÉGICO DO DISPOSITIVO <i>As normas linguísticas e o racismo</i>	134
3.4	REVISITANDO O CONCEITO DE LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA <i>Sobre tempos, espaços, transformações e contemporaneidades</i>	141
3.5	EFEITOS DA BIOPOLÍTICA NA PROVÍNCIA CABANA <i>Poder disciplinar, dispositivo de segurança e a perseguição às bruxas</i>	148
UNIDADE IV		153
O PODER NUNCA SERÁ ABSOLUTO: PAISAGENS DO PRESENTE		
4.1	A CABANAGEM E A LINGUAGEM DO ESPAÇO <i>A arquitetura de Belém e seus silêncios articulados</i>	154
4.2	GLOBALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E DESTERRITORIALIZAÇÃO <i>Limites imprecisos em zonas de contato</i>	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS		
UMA INTERPRETAÇÃO DE INDÍCIOS		166
REFERÊNCIAS		170

A CONSTRUÇÃO DE UM OUTRO DILEMA DE HERMES

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”

A aprovação no processo de seleção para o Doutorado em Letras da Universidade Federal do Pará - UFPA, no ano de 2017, após um período bastante conturbado em minha trajetória pessoal e profissional, já anunciava que eu não poderia permanecer o mesmo. Afinal, alguns laços acadêmicos, memórias de professores sempre narradas pelos corredores de instituições de ensino e muitos sentidos (des)construídos, desde a Graduação em Letras, passando pelo Mestrado em Comunicação, Linguagem e Cultura, ambos cursados na Universidade da Amazônia, também já tinham novas configurações e, certamente, outros campos de análise, com outras formas de imaginar e de criar universos teóricos e afetivos.

Naquele começo de novo ciclo acadêmico, muitas dúvidas surgiram para a formulação de um objeto de pesquisa. À época já como integrante efetivo do Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (GEDAI) e sob a orientação da professora Ivânia dos Santos Neves, uma das poucas certezas era de que o meu fazer científico necessitava continuar acompanhando minha ação política de reconfiguração de alguns construtos teóricos do campo da linguagem. Até porque esta postura sempre esteve presente em minha atuação profissional, quer fosse no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na participação no Grupo de Estudos Culturais da Amazônia (GECA), liderado pelos professores Agenor Sarraf Pacheco (UFPA-Belém) e Jerônimo Silva (UNIFESSPA-Marabá), nas minhas atividades na Universidade do Estado do Pará - UEPA¹, entre os anos de 2013 a 2016, e cruza até hoje na Graduação e na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Letras de duas instituições de ensino superior da cidade de Belém do Pará - Universidade da Amazônia e Centro Universitário Fibra -, seja como docente ou como pesquisador na Amazônia brasileira que sempre procurou ler Michel Foucault com um olhar interdisciplinar pelo viés da linguagem, isto é, “[...] tomando o discurso como categoria central de seu pensamento pois são as vozes, os próprios discursos que lhe interessam” (GREGOLIN, 2016, p. 118).

Peculiaridades geradoras de diversas ações científicas desde meados de 2008. Trabalhos em que narrativizei a luta da comunidade surda quanto ao seu direito linguístico, sua forma de integração social, afirmação cultural e estilos de vida. Ocasões em que diálogos e duelos entre a Análise do Discurso, Linguística Aplicada Indisciplinar, Sociolinguística e os

¹ Aprovado no Processo Seletivo simplificado para Professor Substituto do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) – 2013 da Universidade do Estado do Pará (UEPA - Campus: Belém), em 16.09.2013. Aprovado no Processo Seletivo simplificado para Professor Substituto do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) - 2016 da Universidade do Estado do Pará (UEPA - Campus: Belém), em 23.12.2016 - Edital 87-2016.

Estudos Culturais, dentro do cenário da educação inclusiva e dos processos de ensino-aprendizagem, eram constantes. Não exclusivamente com a preocupação direta com o ensino ou formação de professores, mesmo induzindo agudas reflexões sobre essas dimensões, porém com a missão de apontar a urgência de dessedentarizar os sentidos, de possibilitar interpretações desviantes, diminuir distanciamentos e de deslocar o pensamento sobre a linguagem para o imprevisto.

O intuito maior, talvez, sempre foi o de interligar responsabilmente saberes de diversas áreas na defesa de uma possível política da comunicação, isto é, o que estava em jogo, acima de tudo, era garantir “[...] a existência das diferentes formas de expressão linguística e cultural dos diferentes grupos pertencentes de uma dada sociedade” (SEVERO; SITO E & PEDRO, 2014, p. 11) e, em um mesmo gesto, fortalecer uma prática de pesquisa ativa à formação da minha própria subjetividade enquanto um cientista latino-americano. Modos de agir hoje forjados para um ritmo de escrita na tese em busca de novos conhecimentos, mas antes de mais nada, como um exercício de autoconhecimento na atividade do pensamento.

Acabo de ilustrar, indiretamente, a defesa de um movimento de estudo das línguas, por exemplo, sendo um possível direcionador de uma política de legitimação das práticas discursivas em que estas línguas são usadas com diversos recursos semióticos agregados, levando em conta uma abertura bastante significativa para pensarmos algumas possibilidades de superação de profundas divergências circunscritas nos domínios dos estudos linguísticos, culturais, antropológicos etc.

Todos estes contextos somados aos direcionamentos iniciais de minha atual orientadora, a publicação de alguns artigos científicos em parceria com ela a partir do ano de 2018, os múltiplos debates propostos pelo Grupo de Estudos de Análise do Discurso (GEADA), coordenado pela professora Maria do Rosário Gregolin (UNESP-Araraquara) e os ‘rastros incentivadores’ de possíveis pesquisas deixados pela obra “*Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*” (2011), do professor José Ribamar Bessa Freire (Uni-Rio/UERJ), foram os mais urgentes em busca de uma articulação conceitual que gravitasse em torno da centralidade de um estudo discursivo no Doutorado.

Tal tarefa poderia ser empreendida em diversas frentes, mas desde as primeiras disciplinas percorridas no curso, meu interesse já era, de fato, o de investigar uma rede de práticas discursivas (e não discursivas) alojada no interior do espaço aberto das palavras e, fundamentalmente, a experiência primeira em enfrentar o que Massimo Canevacci (2004), inspirado em Vincent Crapanzano, definiu como o *dilema de Hermes*, ou seja, a arte de revelar o

que está mascarado, tornar familiar o que é estranho e o que é estranho familiar no projeto de doutoramento pretendido. Isto, sobretudo, sistematicamente conectado em um movimento popular iniciado no ano de 1835, em uma clara ambientação de desavenças políticas características do Período Regencial brasileiro, depois da abdicação de D. Pedro I, um acontecimento que sempre me causou um ‘indispensável demorar-se’ em algumas leituras como estudante, desde o ensino básico.

Enquanto eu estava no ensino médio, a título de exemplo, em uma das aulas de História, onde o mergulho no texto era mais praticado do que nas aulas de língua portuguesa, tive a oportunidade de conhecer a obra *Lealdade* (1997), de Márcio Souza. Narrativa que oportuniza outras descobertas sobre os aspectos histórico-sociológicos do processo de invasão do Norte do país, sobre a questão indígena na região e as abissais contradições da injeção da ideologia civilizatória europeia em nosso território, bem como as resistências dos povos originários.

O romance *Lealdade* (1997), por sua vez, desenha, de igual modo, um outro perfil da construção das “identidades amazônicas”, verbalizando em muitos momentos as múltiplas vozes esquecidas, cerceadas, violentadas, silenciadas e, mesmo sem complexificar algumas imposições da Coroa Portuguesa e do Império brasileiro, exemplifica para além da literariedade um gerenciamento linguístico arquitetado e realizado pelos “colonizadores”, evidenciando a língua portuguesa não tão majoritária quanto se imagina o Brasil do final do século XVIII e início do século XIX.

[...] Três cores de peles, raças distintas. E sob o disfarce do catolicismo dominante, superstições antigas, feitiçarias poderosas, mandingas e puçangas; e os sedutores falares, sons do fundo da floresta virgem e das savanas africanas, todos juntos a formar uma cacofonia misteriosa [...] Mas nem mesmo os corpos suados conseguiam esconder a melancolia. Uma alegria agônica estava na superfície, e somente a sofisticação retórica do nheengatu era capaz de oferecer alguma distinção em tão cambiante atmosfera psicológica (SOUZA, 1997, p. 16).

Acredito que surge desta vasta rede de vivências citadas até aqui, em consonância com o desejo de viver um projeto de felicidade em uma universidade pública da América Latina, o problema central da pesquisa, considerando o referencial dos estudos decoloniais e do estudo do discurso da maneira como o praticamos no Brasil (este último com a especificidade do trabalho arqueogenealógico de Michel Foucault), a saber: quais acontecimentos favoreceram a implementação de um ideal linguístico homogeneizador, com forte tendência para o português europeu, no período da Cabanagem no Grão-Pará²?

² No período da Cabanagem, a Província do Grão-Pará compreendia os territórios pertencentes aos estados do Pará, Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

A formulação de um cenário amazônico brasileiro como palco de análise requer, antes de tudo, demarcar a Amazônia de que estamos falando, afinal, é preciso compreender o universo amazônico com um gesto de leitura amplamente plural. De acordo com Ana Pizarro (2012), há diferentes considerações sobre sua área, imbricadas com as demarcações políticas dos vários países que compõem a Pan-Amazônia, e dependendo do período histórico das interrogações levantadas, são bem diversas as formas como devem ser interpretadas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Estamos, portanto, falando de lugares de enunciação e de temporalidades bastante heterogêneas que necessitam de análises comprometidas com as condições de possibilidades históricas de visibilidade dos acontecimentos, sensíveis às transformações políticas, econômicas, demográficas e cosmológicas.

Nesta direção, nosso movimento analítico se dedicou a explicitar e espelhar as estratégias discursivas de imposição de uma língua e das práticas de resistência da população local, para apresentar de forma verticalizada alguns desdobramentos do governo das línguas europeias, das línguas indígenas e das línguas africanas, que delinearam a história do português do Brasil e lhe conferiram um papel de centralidade.

Com este objetivo, voltamos também nossos interesses de pesquisa para uma abordagem decolonial sobre o que representou a institucionalização da língua portuguesa como uma das principais tecnologias de poder imposta pelo dispositivo colonial depois de dominada a rebelião da Cabanagem para a Amazônia e olhamos para este movimento e seus desdobramentos, tanto antes, quanto depois, a fim de visibilizarmos a guerra empreendida do contato do português com as línguas indígenas e africanas.

É necessário lembrar a existência de um discurso muito poderoso sobre a unidade nacional brasileira responsável pela falsa memória de que a partir de 1500 todos os brasileiros se converteram ao cristianismo e passaram a falar a língua portuguesa. Prática discursiva efetivada por uma série de dispositivos, isto é, “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2016a, p. 364).

O dispositivo colonial (NEVES, 2009; 2015, 2020), aqui fazemos “[...] referência ao sistema colonial, englobando o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes” (*ibid.*, 2015, p. 15), associado ao poder pastoral e ao dispositivo escolar foram fundamentais para a desqualificação e hierarquização das

redes linguísticas indígenas e de matrizes africanas faladas na Amazônia. Até porque, convém reforçar, que o termo “língua” é essencialmente ocidental e decorre da história cultural das sociedades europeias e das que se formaram à imagem delas. O nome *banto*, por exemplo, representa plural de um termo que significa “pessoa”, ou seja, “[...] os nomes que têm sido atribuídos a essas centenas de línguas são, quase sempre, imposições terminológicas da parte de investigadores ocidentais (linguistas, antropólogos, missionários etc)” (MEILLET, 2020, p. 150).

O Dispositivo Colonial, com seus contornos permeáveis, está diretamente relacionado à colonização europeia, iniciada com as grandes navegações no final do século XV e mantido bem vivo na atualidade, com seus reposicionamentos e suas novas possibilidades históricas. Podemos pensá-lo como um programa empreendido, a princípio pelos europeus com seus interesses comerciais, militares e religiosos, mas que também foi assumido pelas elites locais dos países colonizados, tanto na América como em outros continentes. Nossa proposta é concebê-lo como uma arquitetônica global que funciona por meio da articulação de vários outros dispositivos. Assim, conforme vislumbraremos em nossas análises, o governo dos corpos e da língua foi e continua sendo, historicamente, exercido pelo Dispositivo Colonial através da rede de outros dispositivos, como o bélico-militar, o pedagógico, o religioso, o jurídico, o escolar, o midiático etc (NEVES; GREGOLIN, 2021, p. 14).

Deste modo, o fortalecimento das cidades com a criação de escolas monolíngues, administradas pelo Império brasileiro depois da Cabanagem, se inscreve como mais um nó em uma extensa e potente rede de memórias que determinou uma língua de prestígio também na Amazônia brasileira e, inclusive, definiu o cânone linguístico-literário da região, que se determinou pelo estado da arte produzido em língua portuguesa, desconsiderando os outros universos culturais da Província.

Língua e literatura, então, faziam parte de uma ideologia de Estado carregada de estratégias múltiplas de controle da população. Dimensões nomeadamente definidoras da questão “[...] da formação do cânone, a forma como os valores nacionais e ocidentais vêm sendo entrelaçados para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial/colonial moderno, dentro dessa lógica interna (por exemplo, os conflitos imperiais) bem como em suas fronteiras externas (por exemplo, conflitos com outras culturas; a diferença colonial)” (MIGNOLO, 2020, p. 297).

Ao visibilizarmos este palco para uma reflexão sobre as línguas (e, naturalmente, suas implicações para uma dada gestão da língua portuguesa na Amazônia brasileira), potencializamos um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas, com base em Aníbal Quijano (2005), sobre a colonialidade. “[...] O que cobre tanto as revisões historiográficas, a recuperação do pensamento crítico latino-americano, as formulações (re)conceitualizadoras, como as revisões e tentativas de expandir e revisar as indagações

teóricas” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 04). Trata-se, então, nesta pesquisa, de uma dinâmica enunciativa não isenta de contradições e conflitos, cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade do poder em suas diferentes configurações, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas.

A Cabanagem foi um acontecimento marcado pela forte participação da população local, composta em sua grande maioria por indígenas e negros, representante de uma tática de força maior contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império.

Os cabanos representaram a resistência a uma nova forma de colonização e entraram para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”. Em janeiro de 1835, sob o comando de Antônio Vinagre, assumiram o controle da Província do Grão-Pará com o objetivo de derrubar as táticas de um governo de exceção e inaugurar uma outra forma de gestão no território. Quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram conquistados pelos rebeldes, o então presidente da Província Lobo de Souza foi assassinado e substituído por José Clemente Malcher. Entretanto, em razão de muitas divergências internas cabanas, Malcher foi rapidamente deposto, sendo sucedido na presidência por Francisco Vinagre, e finalmente, “[...] por Eduardo Angelim que comandou os revolucionários cabanos durante alguns meses, até a repressão maior comandada pelo Marechal Francisco José Soares Andréa, enviado pelo governo central para destruir o movimento, deixando mais de 30 mil mortos” (FIGUEIREDO, 2016, p. 177).

De acordo com Magda Ricci (2016, p. 214), durante esse processo conflituoso, “[...] a revolução contou inicialmente com a liderança de parte da insatisfeita elite local branca e de ascendência portuguesa ou europeia que, no início do século XIX vivia na Província portuguesa do Grão-Pará”.

A política e a economia imperiais a princípio comandadas por D. Pedro I, mas logo em seguida administrada pela instauração de Regências³, continuaram a favorecer, na região, os tradicionais negociantes portugueses e ingleses residentes na Província.

³ Em nosso recorte temporal para este texto abordaremos, especificamente, a Regência Una de Diogo Feijó.

FIGURA 01 - OS PRIMEIROS MENTORES POLÍTICOS DO MOVIMENTO CABANO: FÉLIX MALCHER, OS IRMÃOS VINAGRE E O CÔNEGO BATISTA CAMPOS



Fonte: Tv Escola/ Documentário - A Revolta dos Cabanos, 2017.

No Grão-Pará, antes da Independência do Brasil, as relações comerciais e políticas eram diretamente com Lisboa e isso não apenas pelas facilidades do comércio, mas também por determinações da divisão política da Coroa portuguesa. Segundo Jorge Caldeira (2017, p. 242), “[...] a região estava ligada administrativamente a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro, o que se devia em grande medida ao regime de ventos do Atlântico, pelo qual a navegação à vela durava 20 dias até a Metrópole e 90 dias até o Rio de Janeiro”. Anterior ao movimento de Independência do nosso país, os governos da Província eram associados aos comerciantes ligados à Metrópole. Embora bastante onerosa, havia uma vinculação da economia local à economia europeia. A separação do Brasil estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os governadores do Grão-Pará, não mais enviados por Lisboa. Neste mesmo processo, desapareceram os navios que escoavam a produção local e traziam de Lisboa produtos europeus.

Esta perda de vinculação com o comércio internacional não foi compensada por outras formas de negociação propiciadas pelo Império brasileiro. Diante deste quadro, os representantes políticos do Rio de Janeiro limitavam-se a cumprir funções de arrecadar impostos e a restabelecer a ordem na Província do Grão-Pará e a interferir, de certa maneira, na política linguística da região. Nestas circunstâncias, iniciou uma decadência econômica e eclodiram violentas disputas pelo poder político no território. Sem comerciantes em condições de adquirir a produção e colocá-la no mercado, “[...] as dissensões descambaram em conflitos abertos entre os defensores do governo central e aqueles de um federalismo maior” (CALDEIRA, 2017, p. 243).

No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus que somados à população local, e sua multiplicidade étnica, constituíam um verdadeiro “caldeirão” político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de lusitanização do nheengatu – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem. Depois da supressão deste movimento, a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro.

Estes acontecimentos, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, envolveram instituições de controle e mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação e aqui foram lidos em dupla dimensão – o governo da população e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, respectivamente. Domínios conceituais foucaultianos significativos para delinear algumas balizas de desenvolvimento do Estado moderno no Grão-Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em que governar está para além da organicidade de um Estado, isto é, estamos diante de práticas variadas de governo, “[...] à medida que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo” (FOUCAULT, 2016a, p. 411), consistindo em conduzir condutas e desenvolver “[...] uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes” (FOUCAULT, 2016a, p. 429). Mantendo, deste modo, a noção de seguridade mais ampla possível na Província, inclusive, a seguridade linguística fortalecida por uma dada colonialidade do poder.

De acordo com Quijano (2005), falamos aqui de uma categoria que nomeia um determinado padrão de dominação global constituinte do lado obscuro da modernidade. Assim, a colonialidade do poder instituiu um profundo eixo de organização social de dominação cultural que controlou a produção e a reprodução de subjetividades sob o escudo do eurocentrismo e da racionalidade moderna, baseado na classificação hierárquica da população e, no caso da Cabanagem, também das línguas. Deste modo, ao expandirmos o arcabouço conceitual da decolonialidade em diálogo com as práticas discursivas cotidianas do movimento cabano e ratificadoras da seguridade linguística da língua portuguesa, o que impõe um gesto de leitura histórico-discursivo, percebe-se o eurocentrismo funcionar, por um lado, como um lócus epistêmico de onde se forçará um modelo normativo de conhecimento linguístico e, por outro, designar seus variados dispositivos de saber como únicos e válidos.

Em outras palavras, esta colonialidade do saber convergente para o gerenciamento linguístico, sendo mais específico, “[...] estaria representada pelo caráter eurocêntrico do

conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 07). Ponto chave para a partir dos estudos discursivos foucaultianos e do prisma decolonial, portanto, fazemos aqui um novo investimento de pesquisa para trazer das sombras alguns saberes sujeitados, realocando-os em outras memórias e, em um mesmo gesto, elaborar uma outra versão sobre a história das línguas na Pan-Amazônia.

Segundo Bessa Freire (1983), nestes mais de quatrocentos anos de invasão da Amazônia, as políticas linguísticas brasileiras insistem em deixar as línguas indígenas e muitas manifestações linguísticas de base africana à margem do oficial, contribuindo para que as histórias dessas línguas tenham sido obscurecidas por um grande número de equívocos e ideias preconcebidas. Logo, tomar como ponto de partida alguns deslocamentos linguísticos vivenciados à época da colonização, é, acima de tudo, desmitificar o silêncio dos discursos formadores do português brasileiro, atentar criticamente para a devastação total da humanidade do outro a partir da não ética da guerra e de uma rede de memória que se estabelecerá com a historicidade linguística decorrente da Cabanagem.

Não se trata de historiografar detalhadamente a revolução popular, mas de buscar uma compreensão mais verticalizada da maneira complexa como a discursivização da empreitada colonial construiu e legitimou uma política linguística relativamente homogênea de leitura e interpretação das línguas e dos povos ditos colonizados. Não vemos, contudo, o experimento colonial como um movimento unilateral e de mão única, pois sua estruturação envolve formas variadas de resistência e de subversões que emergem das dinâmicas coloniais. Foi a partir desta premissa, inclusive, que um dos debates da tese mergulha na cosmologia dos Mura do Rio Madeira, explorando outras formas de saber e de resistência indígena reveladoras dos limites da epistemologia ocidental.

Nos registros oficiais da história do Brasil, comumente, existem apontamentos de uma considerável participação de indígenas na Cabanagem (sociedades Mawé, Munduruku e remanescentes Mura). “[...] É necessário, no entanto, entender que não se trata de uma adesão de comunidades indígenas, de forma coesa” (MENÉNDEZ, 1992, p. 392). Contudo, não temos como negar, que mesmo perseguidos pelas leis e pelas armas, os Mura do Rio Madeira, indígenas detentores de uma cultura de guerrilha singular (muitos chacinados em 1838, na região de Autazes), foram fonte de inspiração para muitas táticas cabanas de resistência na fase final da revolução. Acontecimento que será melhor explorado ao longo dos capítulos.

Logo, é a partir desta intrincada trama discursiva, centralizada na revolução cabana, que elencamos os objetivos do estudo, a saber: **GERAL** - analisar como as diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, favoreceram a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia mergulhado em uma série de conflitos, sobretudo, linguísticos. **ESPECÍFICOS** - *a*) mapear as movências históricas e as práticas linguísticas vivenciadas à época da colonização (base para as análises); *b*) investigar os diferentes contatos linguísticos e as emergências históricas constituintes de algumas relações de poder e de saber que, de fato, atravessam as políticas linguísticas relacionadas à Cabanagem; *c*) discutir quais regimes de enunciabilidade são mobilizados pelos sujeitos (com tendência revolucionária no Grão-Pará cabano) em diferentes estratos sociais por eles ocupados na revolução da Amazônia no que diz respeito ao uso de um determinado patrimônio linguístico; e *d*) identificar quais tensões discursivas são legitimadas, pelo dispositivo colonial, para a manutenção de uma política linguística que favoreça um movimento de gerenciamento linguístico europeu na Província cabana.

Diante destes desafios, houve a necessidade de uma significativa imersão no espaço das tensões discursivas e dos conflitos linguísticos, para analisarmos algumas séries arquivistas catalogadas a partir do Arquivo Público do Pará, dos Arquivos Públicos dos Municípios de Cametá-PA e de Vigia de Nazaré-PA, da biblioteca Brasileira (*online*) da Universidade de São Paulo, do *Foreign Office* (de Londres), com base nas brechas discursivas deixadas pelo antropólogo David Cleary (2002), e na obra “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*” (1970), de autoria de Domingos Antônio Raiol. Assim, nossa perspectiva vai mais adiante da dimensão de tratar a língua como um sistema autônomo e olhamos com suspeita para a hipotética neutralidade deste tipo de compreensão, assim também como desconfiamos da imparcialidade na posição de “descuidados” e “ingênuos” crentes na “naturalidade” dos fatos, que na maioria das situações implicam em apagamento de subjetividades. Basta “cutucarmos” um pouco suas verdades cristalizadas, para observarmos como reagem de forma bem contundente.

Aqui, as zonas de contato linguístico e as relações de poder em que um dado patrimônio linguístico é forjado são levadas em consideração de forma efetiva nas condições de emergência das línguas como algo possivelmente gerido e, no caso do nheengatu a princípio e do português logo em seguida, gestado nos contextos coloniais, notadamente aqueles que compartilham uma experiência de colonização portuguesa.

Este ‘mais adiante’ coloca em atividade nesta pesquisa, até mesmo de forma mais metódica e inquieta, muito do que falamos nas aulas de língua portuguesa e de Linguística e que necessitava de uma sistematização igualmente criteriosa. As inquietações em relação aos jogos de poder em que a linguagem está sempre envolvida desemboca aqui, então, justamente neste desejo de compreendermos mais profundamente as vicissitudes de relações discursivas de várias práticas de linguagem ocorridas na Cabanagem.

Para isso, foi fundamental problematizarmos a conceituação de política linguística e identificar processos de gestão da língua imbricados com estruturas sociais concretas e, principalmente, que interrogassem (ou encontrassem) as modalidades do exercício dos poderes, o dispositivo ou o agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições. Afinal, “[...] é praticamente impossível separar o que é propriamente linguístico, o que pertence à estrutura (ou sistema linguístico), e o que é construto cultural, social, político, ideológico” (BAGNO, 2017, p. 224).

E como principal referencial teórico-metodológico, pela própria natureza do caminho de estudo almejado e já anunciado anteriormente, optamos por diálogos interdisciplinares que pudessem remeter à experiência histórica e por isso solicitassem do pesquisador a investigação em documentos históricos como procedimento básico. Assim, adotamos como base inicial os conceitos de arquivo, descontinuidade, enunciado, acontecimento discursivo, dispositivo, vontade de verdade, subjetivação, biopolítica, biopoder e governamentalidade propostos por Michel Foucault (1964; 2009; 2008, 2010a; 2010b; 2010c; 2011; 2016a; 2016b). Com o intuito de compreendermos as zonas de contato linguístico e as emergências históricas das políticas linguísticas relacionadas ao Período Colonial, recorreremos à Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Cristine Severo (2013; 2014; 2016) & Sinfre Makoni (2015), Domicio Proença-Filho (2017) e a Bessa Freire (2011).

Quando movimentamos a dimensão de necropolítica linguística e o conceito de língua na modernidade recente, tomamos como norteadores os estudos e a operacionalização conceitual inicial que vem sendo desenvolvida pelo GEDAI (LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020; OLIVEIRA, 2018; NEVES-CORRÊA, 2018; LISBÔA, 2019), que, neste processo de doutoramento, ampliará de forma mais categórica aspectos da linguagem não somente vinculados às perspectivas antropológicas, fonológicas, aos olhares morfossintáticos etc, mas em termos do governo da língua como categoria de análise.

Ao assumirmos como referência a definição de colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano (1999; 2005) e adotarmos a constituição das línguas pelo viés modernidade e

colonialidade como projetos mutuamente constitutivos (MIGNOLO, 2020; MARTÍN-BARBERO, 2009; 2014; WALSH, 2019), mobilizamos as discussões sobre o dispositivo colonial impulsionadas por Ivânia Neves (2009; 2015; 2020), a fim de pensarmos as tecnologias de poder ainda bastante atuantes nos processos de produção das subjetividades das sociedades amazônicas e dos discursos que circulam sobre elas. Tratamos estes diálogos teóricos tendo em vista que o embaçamento nas modificações sócio-históricas também exige adaptações disciplinares e operacionalizações conceituais outras. Afinal, compreender a diversidade, as línguas e determinados saberes subalternos torna-se, de igual modo, uma tarefa necessária, porque “[...] implica não apenas a atitude do sujeito que procura compreender, mas também pressupõe a noção de que essas línguas e saberes são compreensíveis” (MIGNOLO, 2020, p. 295).

As pesquisas sobre o movimento cabano de Magda Ricci (2001; 2016) e os estudos sobre o negro nas lutas sociais e na composição étnica do Pará e sobre a Cabanagem, estes realizados por Vicente Salles (1992; 2005; 2015), vale frisar bem o registro, também compõem a arquitetura teórica global dos debates propostos.

Quanto à estruturação textual, para além desta **Introdução**, a tese está dividida didaticamente em quatro (04) unidades que “conversam” a todo momento entre si e estabelecem uma cadência progressiva de análise envolvendo uma diversidade de temas, de modalidades enunciativas nas fronteiras habitadas pela diferença colonial, haja vista que nem todos os cabanos se subjetivavam da mesma forma em relação aos dispositivos de poder-saber que pesavam sobre eles. Até porque os objetos de discurso sob investigação pela via da arqueogenealogia “[...] impõem a realização de um trabalho que nos conduz a determinar que formas de relação podem ser descritas, por exemplo, entre a economia, as instituições, as religiões, as ciências e as literaturas, e se existe um sistema vertical entre essas séries” (NAVARRO, 2020, p. 15).

Na **Unidade I**, intitulada “*Movimentos de (re)aproximação: estudos discursivos foucaultianos, história colonial e o governo da língua*”, procuramos mostrar como os movimentos da história e as tensões discursivas envolvendo a gestão de diferentes línguas se “fazem problema de pesquisa”. Nosso mergulho em uma história social dos arquivos que atravessam a Cabanagem vai nesta direção, pois estamos interessados nas filigranas dos discursos, nas estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder e de saber em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nesta época no Grão-Pará cabano. Detalhes responsáveis pela busca em “[...] definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as

obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a, p. 157).

Nos rastros da proposta arqueogenealógica de Michel Foucault no quadro dos Estudos Discursivos, que será devidamente explicitada nas primeiras páginas da **Unidade I**, não tratamos os enunciados do *corpus* da pesquisa como documentos sacralizados, de sentidos fixos. Isto resultaria em um olhar para os cabanos como traidores, sujeitos violentos cujo principal objetivo era desobedecer ao Império brasileiro, sem considerar os processos de aviltamento aos quais eram submetidos. Ao contrário, entendemos estas fontes como monumentos, com o objetivo de problematizá-las e pluralizarmos suas relações de significação, para posteriormente definirmos os discursos em suas especificidades em uma relação íntima com um processo histórico descontínuo e a língua “[...] como uma trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam” (MOITA LOPES, 2013a, p. 104). Logo, trabalhamos o discurso não somente em seu aspecto linguístico, mas também no que pulsa aos jogos estratégicos de ação, de reação, de dominação, de tensão e de batalha.

Na primeira seção, então, pontuamos de maneira sistemática como se deu a catalogação dos arquivos, colocamos a descontinuidade da história proposta por Foucault (2010a) em debate, definimos os conceitos de arqueogenealogia, discurso, língua, governo da língua, necropolítica e, ao mesmo tempo, procuramos enfatizar o processo científico não como um movimento evolutivo, mas dialético e atravessado por uma revisão inédita dos conteúdos por aprofundamentos, curiosidades e rasuras.

Ponto determinante para os outros debates que surgem na unidade em questão, estes instituidores da ampliação da discursivização da experiência colonial na América colonizada por Espanha e Portugal a partir do século XVI. Consequentemente, fica bem claro ao leitor que nosso interesse maior é pelo governo da língua inscrito no corpo, mais do que pelos signos grafados nas séries enunciativas, no papel. Ou seja, ao tomar o governo da língua como categoria analítica é fundamental relacioná-lo com as dimensões de uma sistematização de poder-saber e de governamentalidade que incidem nas estruturas macro do Estado e na vida cotidiana (tema aprofundado no tópico *1.5 O governo da língua e a necropolítica linguística – como nascem e morrem as subjetividades*).

Atividade de escrita dolorosa, diga-se de passagem, e muito acentuada pelo contexto pandêmico do novo coronavírus SARS-CoV-2 (*severe acute respiraory syndrome coronavírus 2*) e suas ‘maneiras de enclausuramento’, porque nota-se ao estudar a sensibilidade da experiência

colonial uma compreensão mais clara do que significa morrer e como um “grupo” é empurrado historicamente à categoria “de coisa”. Desta maneira, pensar a gestão da população cabana também é perceber quais foram as franjas sociais, do passado até a história do presente, que deveriam ser exterminadas, sem luto, e ter a certeza, como bem nos indicou Foucault (2016a), que na maioria das vezes a história arruína o corpo, volume em perpétua pulverização e desaparecimento. Assim, sacudir as estruturas sociais da formação da sociedade brasileira se torna, de igual modo, expandir o debate sobre os processos de gestão da invisibilidade, da violência linguística, da morte.

Na **Unidade II**, intitulada “*Enunciados transversais: do governo da alma ao movimento cabano*”, conceituamos dispositivo colonial a partir do estado da arte já anunciado, tratamos da diversidade de línguas anunciada pelo Pe. Antônio Vieira em sermões e correspondências oficiais, em especial, as materialidades que apontam o desconhecimento das “línguas da terra” como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará (dando ênfase à atualização das questões que envolvem a lusitanização), exploramos o sistema monetário da época e sua relação com os glotocídios, ampliamos as mediações políticas da revolução no Grão-Pará cabano, evidenciamos quem eram os sujeitos com tendência revolucionária na região, como se deu o surgimento da imprensa na Amazônia e, fundamentalmente, de que maneira o governo da língua portuguesa instituiu normalizações de um modo de viver e de agir europeus, que potencializaram em nosso território as diferenças linguísticas como um indicador de estratificação social e, em um mesmo gesto, a invenção de uma “língua oficial” como parte de um discurso fascista de Estado.

E como *todo saber é poder*, consideramos válido estabelecer, como fechamento da **Unidade II**, um outro olhar para a principal narrativa cabana (RAIOL, 1970). Afinal, é mais do que necessário operacionalizarmos uma versão da história que evidencie, de fato, que poder e resistência, guerra e dominação, criação e apropriação etc, sempre conviveram e se afrontaram de maneira muito espalhada no território amazônico. De modo que é possível agenciarmos um “olhar positivo”, não preconceituoso, para o saber cabano no Grão-Pará de 1835-40 a partir da obra *Motins políticos...* (RAIOL, 1970).

Na **Unidade III**, nomeada de “*Entre o nheengatu e o português: apropriações e imposições*”, propusemos mais uma articulação possível entre os Estudos do Discurso com base em Michel Foucault e os Estudos Decoloniais, com os desafios que se impõem ao campo das políticas linguísticas no Brasil. Destacando pela ótica da glotopolítica que “[...] a dimensão ética e política da pesquisa está sempre em evidência, e o pesquisador é obrigado a prestar atenção às

implicações ideológicas de suas opções teóricas e metodológicas e aos efeitos sociais de suas propostas” (LAGARES, 2018, p. 10). Características responsáveis em dinamizar o exame analítico dos monumentos a serem explorados e catalogados, isto é, em ‘nosso fazer pesquisa’ “[...] o exame de análise ocorre não somente nas políticas linguísticas oficiais (desenvolvidas no âmbito das instituições governamentais), mas também nas crenças e nas práticas das comunidades de fala e no estudo dos processos de criação, experimentação, implementação de outros gerenciamentos linguísticos” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 103).

Posteriormente, demonstramos dentro das condições de possibilidade de existência decorrentes da Província cabana, como as dimensões de racismo cruzam muitos processos de disciplinarização linguística, sobretudo àqueles ligados ao governo da língua, à lusitanização (em suas duas chaves interpretativas mais evidentes), ao dispositivo colonial e seu preenchimento estratégico, ao poder disciplinar e suas respectivas modernizações à época do Período Regencial. Na **Unidade III**, também é revisitado o conceito de língua geral amazônica com o objetivo de estabelecermos novos olhares científicos para esta rede de sensibilidade linguística e de que maneira os efeitos da biopolítica na Província cabana fabricam indivíduos, organizam dispositivos de segurança e, por conseguinte, estabelecem uma “perseguição às bruxas”.

Na **Unidade IV**, chamada de “*O poder nunca será absoluto: paisagens do presente*”, continuamos analisando as diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da revolução cabana, porém, mais especificamente, em que medida a arqueogenealogia pode ser compreendida como um trabalho dedicado à linguagem nessa articulação fundamental com o espaço habitado, alterando formas ordinárias do tempo, de sua progressão contínua e compondo uma forma de espacialização linguística com base na interação que ocorre entre os sujeitos, enraizada nas práticas, em um mundo em que as fraturas, a hibridização, a mestiçagem, a superdiversidade, a internet e a mistura linguístico-identitária são cada vez mais evidenciadas em uma história do presente de limites imprecisos em zonas de contato e na própria arquitetura de Belém. E disso depreende-se, ainda, que a objetificação das línguas por discursos científicos, como bem nos alerta Cristine Severo (2014, p. 11), “[...] é um ato político que separa as línguas dos sujeitos e suas histórias”.

A última seção analítica, portanto, porque posteriormente são assinaladas as **Considerações Finais** da pesquisa, potencializa a tese de que as línguas não são realidades autônomas, pré-existentes, isoladas, abstratas, mas sim resultado de variadas práticas discursivas historicamente situadas, impulsionadoras de uma “[...] recolocação de linguagens e culturas possibilitada pelo próprio processo de interconexão global” (MIGNOLO, 2020, p. 292).

Perspectiva que ratifica a “invenção” de um governo da língua portuguesa no cenário cabano, capaz de intensificar a transposição de gêneros discursivos variados para as condições de emergência dos povos ditos colonizados no Grão-Pará do início do século XIX.

UNIDADE I

MOVIMENTOS DE (RE)APROXIMAÇÃO: ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS, HISTÓRIA COLONIAL E O GOVERNO DA LÍNGUA



1.1 NOVOS OLHARES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DAS LÍNGUAS NA PAN-AMAZÔNIA

Uma outra operacionalização no território dos estudos linguísticos

“Acontece de um [filósofo] e um [historiador] se encontrarem na mesma pessoa e de, em lugar de permanecerem isolados, eles não param de se misturar, de interferir, de comunicar, de tomar um pelo outro. [...] [Michel Foucault] nunca se deixa ocupar pelos problemas da unidade de um Eu. [...]. O critério de um bom grupo é que ele não se imagina único, imortal e significativo”.
Gilles Deleuze, “Ilha deserta e outros textos”, 2006.

Observamos com frequência a ampliação do diálogo acadêmico sobre os textos de Michel Foucault com o campo dos Estudos do Discurso, com os itinerários do *Curso de Linguística Geral* (2006), com a Linguística Aplicada, Antropologia, e foi fundamental marcar esta expansão nos capítulos iniciais, porque abre espaço para pensarmos nos regimes de apropriação de que as ideias de Foucault têm sido objeto em diferentes domínios do saber.

Conforme pontuamos nas linhas introdutórias deste estudo, não gostaríamos de pensar da mesma maneira de anos anteriores em se tratando do nosso ‘fazer pesquisa’. Até porque ...

[...] pensar com Foucault é primeiramente reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela da liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje com a massa considerável dos escritos que ele nos legou. [...] Parece-me que não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele mesmo fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais (COURTINE, 2013, p. 07).

Uma de nossas apostas é considerar que a classificação arquivista adotada para esta empreitada vai do interesse doutrinário, ou institucional, ao que poderíamos chamar de história social dos textos. Fato que faz “[...] o acontecimento discursivo não se confundir nem com a notícia, nem com o evento designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 172).

Quando falamos em acontecimento discursivo, tomando como premissa o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, fazemos referência ao espaço em que um determinado enunciado é repetido, atualizado, rememorado. Oportunizando, sobretudo, um deslocamento e uma desregulação nos “não ditos” associados ao sistema de regularização anterior. Assim, pode-se compreender que o acontecimento discursivo provoca uma nova possibilidade para o enunciado produzir outras significações, porém ele não apaga as teias significativas anteriores, isto é, ele instaura uma relação tensa com a memória que tenta adequá-lo em uma dada ordem de repetibilidade e com um possível novo discurso.

Para compreender os processos de governo da língua no período da Cabanagem, a partir das descontinuidades históricas dos discursos, foi necessário trabalhar com séries arquivistas que inscrevessem em redes de memória desde o Período Colonial até os nossos dias. De modo que a conexão entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo fosse metodologicamente refinada, ou seja, o primeiro é o “combustível” da produção do segundo, que não acontece sem o suporte material da realidade. Assim, para movimentarmos as mudanças discursivas e as rupturas em uma dada rede de memória, é imperativo o uso da categoria acontecimento discursivo como “bússola” para mapear as derivas possíveis de sentido em um enunciado determinado ou em uma série enunciativa. Logo, operacionalizar conceitualmente atualidade e memória também é navegar por “[...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Desta forma, a movimentação em torno dos usos de diferentes línguas pelos cabanos representa uma “junção” nesta colossal rede de governamentalidade das línguas na América Latina. Assim, o que almejamos, de fato, é apresentar ao leitor, a partir da postura arqueogenealógica de Michel Foucault e de processos teóricos vinculados aos Estudos Decoloniais, um ponto de vista discursivo pelo qual seja possível visibilizar uma descrição histórica da linguagem, seus conflitos, suas contradições e seus silenciamentos, analisando o discurso de forma não linear, mas em redes que atravessam temporalidades facilitadoras à colonialidade enquanto matriz de poder. Trata-se, portanto, de uma nova operacionalização no território analítico em relação à Cabanagem e aos estudos linguísticos, seja na confrontação com novos objetos, seja como inauguração de distintas ferramentas teóricas.

Deste posicionamento decorrem dois pontos fundamentais para a seleção dos arquivos que darão base para as análises. O primeiro é que o discurso é um objeto linguístico que não é linguístico, isto é, segundo Jean-Jacques Courtine (2013), o enunciado pode até ter propriedades linguísticas, sintáticas, semânticas, textuais, mas isso não lhe confere absolutamente uma unidade de discurso. É, para tanto, necessário a ele manifestar outras propriedades, não linguísticas, propriamente discursivas, pois nada poderia confundir o discurso e o texto. O enunciado como átomo de discurso e o enunciado como fragmento de texto não poderiam ser usados um em lugar do outro. E disso resulta todo um jogo de consequências.

O segundo ponto estabelece que o enunciado não se resume a um esquema de frase elementar, porque ele foi obtido ao final de uma construção cuja formação discursiva ela mesmo era o objeto, e não a sequência de ajustamentos formais efetuados ao longo do texto. Ao mesmo

tempo, o enunciado é suscetível de outras possíveis formulações, não linguísticas, e, no entanto, equivalentes do ponto de vista do discurso às formas de sua enunciação verbal.

Em igual medida, trata-se de reconstruirmos, pelas pistas deixadas pela linguagem, os dispositivos dos quais os textos não são senão uma das formas de existência material em que o discurso não é o que o sujeito diz, porém é o dito na relação com um conjunto de fatores da exterioridade, onde se pode enxergar na dispersão do sujeito sua descontinuidade. “[...] Esta, por sua vez, deve ser entendida como uma característica pertencente às condições de aparecimento do discurso e não algo descartável, contornado pela análise que preza exclusivamente pela regularidade” (LISBÔA, 2019, p. 68). O que permite ao analista a possibilidade de construir enunciados em rede alocados em discursos ligados por um sistema de relações, inscritos em práticas discursivas. Buscamos, então, nesta pesquisa, a regularidade que os torna historicamente possíveis em um determinado arquivo geral de uma época e, ao mesmo tempo, compreender a língua não somente como uma estrutura, mas sobretudo como um acontecimento e lugar privilegiado para a materialização do discurso.

[...] Da *História da Loucura à Arqueologia do saber*, o arquivo representa, portanto, o conjunto dos discursos realmente pronunciados numa dada época, os quais continuam a existir através da história. Empreender a arqueologia desse material documentário é procurar compreender as regras, as práticas, as condições e o funcionamento. Para Foucault, isso implica, antes de tudo, um trabalho de reunião do arquivo geral da época escolhida. [...] Portanto, o arquivo permite a Foucault diferenciar-se, ao mesmo tempo, dos estruturalistas – uma vez que se trata de trabalhar com os discursos considerados como acontecimentos e não como sistema geral da língua – e dos historiadores – visto que esses acontecimentos, embora não façam, literalmente, parte do presente, eles subsistem e exercem, nessa mesma substância, no interior da história, uma série de funções manifestas ou secretas (REVEL, 2011, p. 12-13).

Não desconsideramos a dimensão subjetiva das nossas escolhas. Até porque a ideia de compor um arquivo geral sobre uma trama em que os cabanos se dispersam em uma história do presente, ou seja, de isolar em um lugar todas as marcas produzidas possíveis, precisa de um “filtro pessoal” também atualizado, em que encontramos mais especificamente na Cabanagem o fio condutor (tensionado) de nossos investimentos analíticos.

Isolamento não aleatório e profundamente ligado a um conjunto de narrativas fortemente entrelaçado aos sujeitos desafortunados pelas supremacias e suas colisões com o poder. Afinal, “o arquivo não é um livro de história”⁴ e o que mais se aproxima do objetivo geral deste estudo é analisar o sistema das condições de existência dos enunciados decorrentes da

⁴ A vida dos homens infames. In: *Ditos e escritos: estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, v. IV, p. 203.

revolução popular na Amazônia brasileira na Regência Una de Diogo Feijó. De modo que possamos também empreender como a colonialidade e seus principais efeitos ordenaram um potente gerenciamento linguístico da língua da portuguesa, efetivando-se, especialmente, com o passar dos anos, em uma das principais tecnologias de poder-saber vinculada à matriz colonial.

Flávia Lisbôa (2019) faz uma reflexão muito lúcida, quando pontua algumas questões relativas do estranhamento, por parte de alguns leitores decoloniais, quando os escritos de Foucault são trabalhados dentro do arcabouço teórico decolonial. Debate bastante oportuno para ser aqui revisitado, porque, como já fora anunciado, nosso perfil teórico-metodológico, assim como o faz Lisbôa, também não coloca o experimentador francês em oposição à decolonialidade.

Nesta tese de doutoramento, a partir de uma criteriosa revisão no estado da arte decolonial, nota-se que Michel Foucault materializa um possível “universo de inspiração” para algumas abordagens decoloniais. Evento muito claro quando movimentamos a definição foucaultiana de “genealogia” como embrionária no estabelecimento de uma ligação entre ele e a decolonialidade, não sendo de maneira nenhuma contraditória, portanto, em nossa empreitada de pesquisa, o diálogo entre os dois campos do saber prometidos desde a **Introdução**.

E se convergirmos este debate para o cenário cabano e à constituição “clássica da sociedade brasileira”, pelo plano da colonialidade do poder o qual solidifica a conformação de um sistema de exploração global articulador de todas as formas conhecidas e vigentes de controle do trabalho sob a hegemonia exclusiva do capital, veremos pontos ainda mais próximos da inspiração apregoadá. Em outras palavras, Foucault (2016a) já havia anunciado uma tomada de consciência sobre as condições de opressão pautadas por uma dada hierarquização de saberes, social etc, com papel de sustentar então a colonialidade. De tal modo que chega a citar que “[...] as pessoas enviadas as colônias não recebiam estatuto de proletário; serviam de quadros, de agentes de administração, de instrumentos de vigilância e de controle dos colonizados (*id., ibid.*, 106). Visto que a colonização constituía para ele um modo também de extração.

Walter Mignolo (2020), ao teorizar o pensamento liminar como uma possível resposta potencial do Hemisfério Sul às novas investidas de domínio percebidas pela descrição do conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), advindas do Hemisfério Norte, aponta uma forte inclinação às aulas iniciais ministradas por Foucault no *Collège de France* (1970), afirmando que o filósofo francês “[...] atentava naturalmente para a disparidade entre os tipos de saberes com que se confrontava, saber acadêmico e disciplinar, de um lado, e não acadêmico e popular, do outro” (MIGNOLO, 2020, p. 44).

O regime do saber dos escritos foucaultianos pertence a uma época um pouco anterior à nossa, mas a atualidade de suas reflexões em relação ao que vivemos no século XXI revelam por que seus livros hoje afetam diferentes áreas do conhecimento. Pelo seu lugar de enunciação, no entanto, embora viajasse por vários países que foram colônias europeias, onde estabelecia intercâmbios intelectuais, em várias de suas obras delimitou a história de países europeus como o espaço-tempo de suas pesquisas e análises.

Logo, maximizar ajuizadamente encontros teórico-metodológicos no nível anunciado, oportunizará desmitificar a memória da América Latina e o papel da linguagem na própria gestação de uma pesquisa acadêmica e, de igual modo, experimentar uma transformação disciplinar em prol de um projeto liminar, isto é, gerador de um espaço no qual se elabore novas formas de operacionalizações conceituais. Afinal, na modernidade recente, os textos, as línguas e as pessoas movem-se cada vez mais, o que tem levado a pensar quem somos no mundo social em outras bases, em outros possíveis e em outras lógicas⁵.

1.2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Materialidades, dispersões e redes de memórias cabanas

Todos os arquivos que compõem as redes de enunciados apresentadas neste trabalho não tiveram uma classificação fácil, sobretudo se considerarmos a complexidade do fato arquivista na perspectiva dos escritos foucaultianos. O arquivo, em uma primeira leitura, sempre tem seu funcionamento opaco e cada materialidade significativa apresenta especificidades indicativas de novas formas de discursividade. Desta maneira, é necessário não perder de vista que o elemento chave de nossa expedição discursiva é o próprio discurso, como prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; como um jogo estratégico e polêmico, por meio dos quais constituem-se os saberes de um momento histórico; como um espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente). Ou seja, para o tipo de análise de discurso praticada neste estudo, de alguma forma, interessa especificar em que medida cada fator funciona como uma restrição sobre o discurso, seja sobre sua circulação, seja sobre sua interpretação.

⁵ “[...] A denominação “modernidade recente” faz referência ao período da história contemporânea que engloba as últimas décadas do século XX e os tempos em que vivemos, marcando um novo período da modernidade, no qual há uma série de mudanças avassaladoras de natureza econômica, política, tecnológica, cultural e social, em um mundo de complexidades, inseguranças, ambiguidades, instabilidades e, em última instância, de vertigens contínuas sobre modos de vida legítimos, conhecimentos válidos etc” (MOITA LOPES, 2013b, p. 18).

A partir destas caracterizações primeiras, pode-se perceber que estamos também interessados em analisar as condições de possibilidades históricas de algumas séries arquivistas cujas materialidades deixam ver as movimentações em torno do governo da língua na Cabanagem, em especial, o campo problemático que lhe assinala uma certa maneira de existência e faz com que, em determinada época, em um lugar específico, não se diga absolutamente qualquer coisa.

[...] O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos - que podemos chamar de acontecimentos discursivos - mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. Considerando sob esse ângulo, o discurso não é nada além de um acontecimento como os outros, mesmo se, é claro, os acontecimentos discursivos têm, em relação aos outros acontecimentos, sua função específica (FOUCAULT, 2006, p. 255-256).

Para compreendermos como qualquer materialidade significativa produz sentido, é preciso considerarmos suas diferentes maneiras de produção (de recepção), gestos de interpretação forjados historicamente, atravessados por uma racionalidade, e para isso é necessário verticalizarmos a dimensão de sentidos de um documento, que não é totalmente transparente. Assim, é papel do analista do discurso não estacionar puramente na interpretação, mas trabalhar seus limites, mecanismos de controle, interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, como parte dos processos de significação. Deve-se, por conseguinte, estar atento aos mais diversos movimentos de sentido para se constituir uma história do presente.

Com efeito, começamos então a explorar as materialidades resultantes de um tratamento arquivístico bastante exaustivo de catalogação de dados. Na série intitulada *Catálogo seletivo da Cabanagem*, a título de exemplo, publicação realizada em dois *Tomos*, pertencentes à Secretaria da Presidência da Província do Pará, localizados no Arquivo Público do Estado do Pará, resultantes da organização e do tratamento das fontes, com os seus respectivos índices, passamos vistas em três mil quatrocentos e oitenta e oito documentos históricos (3.488) – entre registros dirigidos ao governo, registros de impasses de embarcações (passaportes, boletins de ocorrências etc), registros de ofícios dirigidos aos secretários de governo e correspondências dos agentes consulares com a Corte.

Deste montante, em especial, o segundo *Tomo* do *Catálogo seletivo da Cabanagem*, volume 4, dos Anais do Arquivo Público do Pará, que contabiliza uma série arquivista com dois mil trezentos e sessenta e nove monumentos (2.369), nos fez deslocar o movimento cabano para cenários geopolítico e linguístico de proporções internacionais. Deslocamento evidenciador de

outras estruturas de poder nascidas com a elite imperial luso-brasileira e com a grande massa cabana, fazendo com que as redes de enunciados ficassem mais transversais, isto é, de acordo Alain Bourreau (1989), permitindo uma forte unidade a um período, a uma transformação, nos campos mais diversificados, nos registros sociais mais distintos, evidências importantes para uma análise discursiva bem acurada.

Transversalidades que circulam pelo(s) Arquivo(s) Público(s), Museu(s) (particularmente o Museu do Forte do Presépio) e/ou pela(s) Biblioteca(s) Pública(s) da cidade de Belém e da cidade de Cametá-PA, pelo Arquivo Público e pela Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, ambos localizados na cidade de Vigia de Nazaré-PA, até o material documentário sobre o movimento cabano localizado no *Foreign Office*, de Londres, intitulado *Cabanagem - Documentos Ingleses*, encontrado pelo antropólogo David Cleary (2002).

Integram igualmente o *corpus* e os princípios elencados da pesquisa arquivista monumentos digitalizados da Biblioteca Brasileira (da Universidade de São Paulo), da Fundação Oscar Niemeyer e do Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas da Universidade de Tocantins, que cobrem o período de 1738 a 1777. Por fim, trazemos também para reflexão alguns trechos da principal descrição histórica cabana, a saber: a obra “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”, de autoria de Domingos Antônio Raiol (1970).

No processo de seleção das materialidades para uma ampla visão histórica das condições de emergência de um governo da língua na Cabanagem, consideramos, como critério crucial, um olhar sempre comparativo entre realidades coloniais distintas, pois este posicionamento nos ajudaria metodologicamente a compreender tanto as especificidades como as semelhanças entre os processos colonizatórios envolvendo a língua portuguesa em diferentes contextos geopolíticos e históricos. Por exemplo ...

[...] há que se considerar que apesar de a língua portuguesa ter sido usada como instrumento de dominação, a relação entre o português e as demais línguas locais variou entre as diferentes colônias portuguesas.

As colônias africanas seguiram, cada qual com suas especificidades, um outro rumo historiográfico, em que a presença austera e severa de Portugal na África, diferentemente do Brasil, se intensificou no século XIX a partir da Conferência de Berlim em 1884-1885, que tratou do processo imperialista de *Partilha da África*. Na África considerada portuguesa, a primeira regulação formal do português em Angola, Moçambique e Guiné veio por meio do *Estatuto do Indigenato*, de 1929. Este documento propunha uma diferenciação racial entre indígenas e cidadãos considerados portugueses (SEVERO, 2014, p. 16).

Há no estatuto citado uma sobreposição entre critérios raciais, econômicos e linguísticos na caracterização de indígenas e cidadãos portugueses. Dinâmica que no período da

Cabanagem, mesmo tendo um recorte temporal anterior, precisa ser levada em consideração. Visto que na realidade amazônica do Grão-Pará cabano e, de certa maneira, no contexto geral brasileiro, os indígenas constituíram a “população originária”, diferenciando-se da população africana trazida para o Brasil pelo tráfico colonial. Isto implica dizer que a designação dos povos nativos como indígenas carregou discursividades diferentes em contextos africano e latino-americano. Acontecimentos que, do mesmo modo, interferiram na seleção das fontes da pesquisa. Assim, o método arqueogenealógico, “[...] permite, pois, uma compreensão histórica de como certo mecanismo infinitesimal do poder consolidou-se e estabeleceu-se como prática de um saber sobre o homem, por corolário, sobre seu corpo” (NAVARRO, 2020, p. 14).

Desta maneira, a escolha do *corpus* se deu muito em função de como a semiose colonial estabeleceu momentos precisos de tensão no conflito de modos de viver diferenciados, “[...] um reagindo no sentido de avançar para um projeto global planejado para se impor, e outros visando às histórias e saberes locais forçados a se acomodar a essas novas realidades” (MIGNOLO, 2020, p. 41). Dinâmica que possibilitou percebermos de forma mais precisa, com base em Quijano (2005), a colonialidade do poder por meio da classificação e reclassificação da população do Grão-Pará cabano, da implementação de uma estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações (aparato de Estado, escolas, igrejas, prisões etc) e de um perfil de poder canalizador à hegemonia linguística europeia na Amazônia brasileira do início do século XIX.

Os organogramas a seguir, portanto, divididos estrategicamente por século (para facilitar uma melhor visualização), indicam a ordem do olhar estabelecida à principal grande rede de memória para a seleção do arquivo geral responsável em compor e sistematizar os exames analíticos dos cinquenta monumentos capitais escolhidos para a tese. No momento da apreciação descritivo-analítica de cada um dos monumentos assinalados, destacaremos as suas particulares emergências históricas.

FIGURA 02- OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULO XVII)

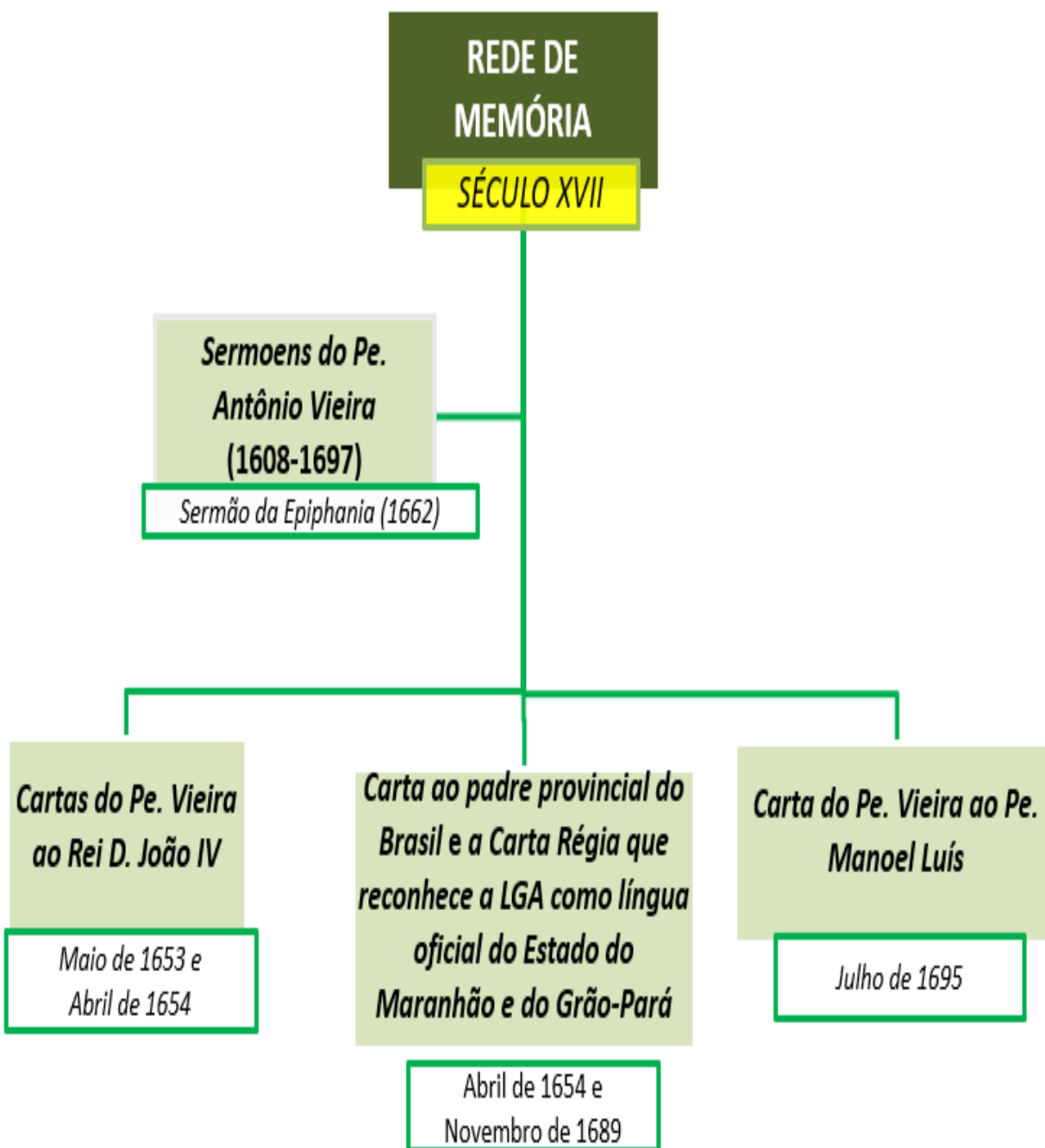


FIGURA 03- OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULO XVIII)

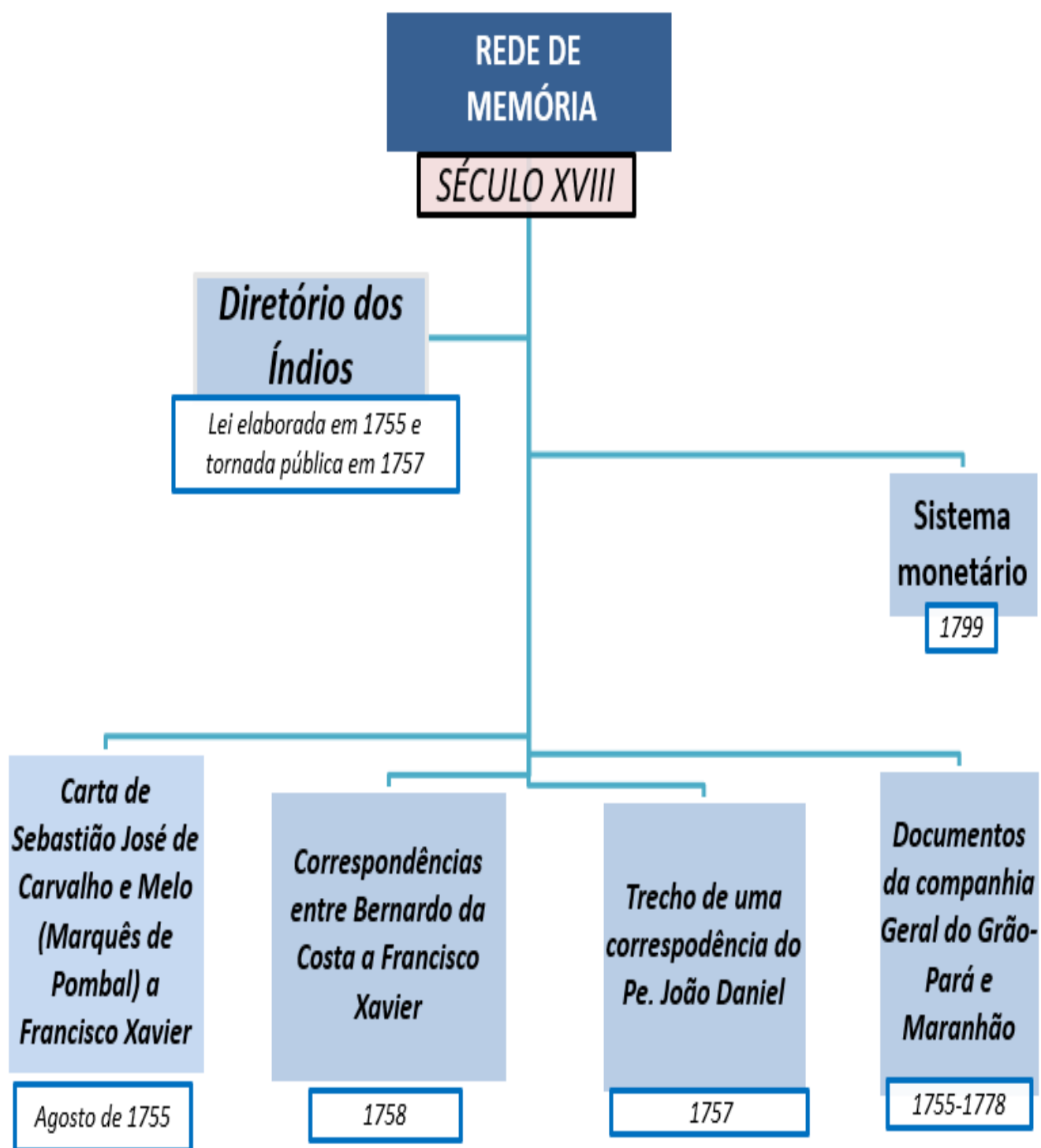
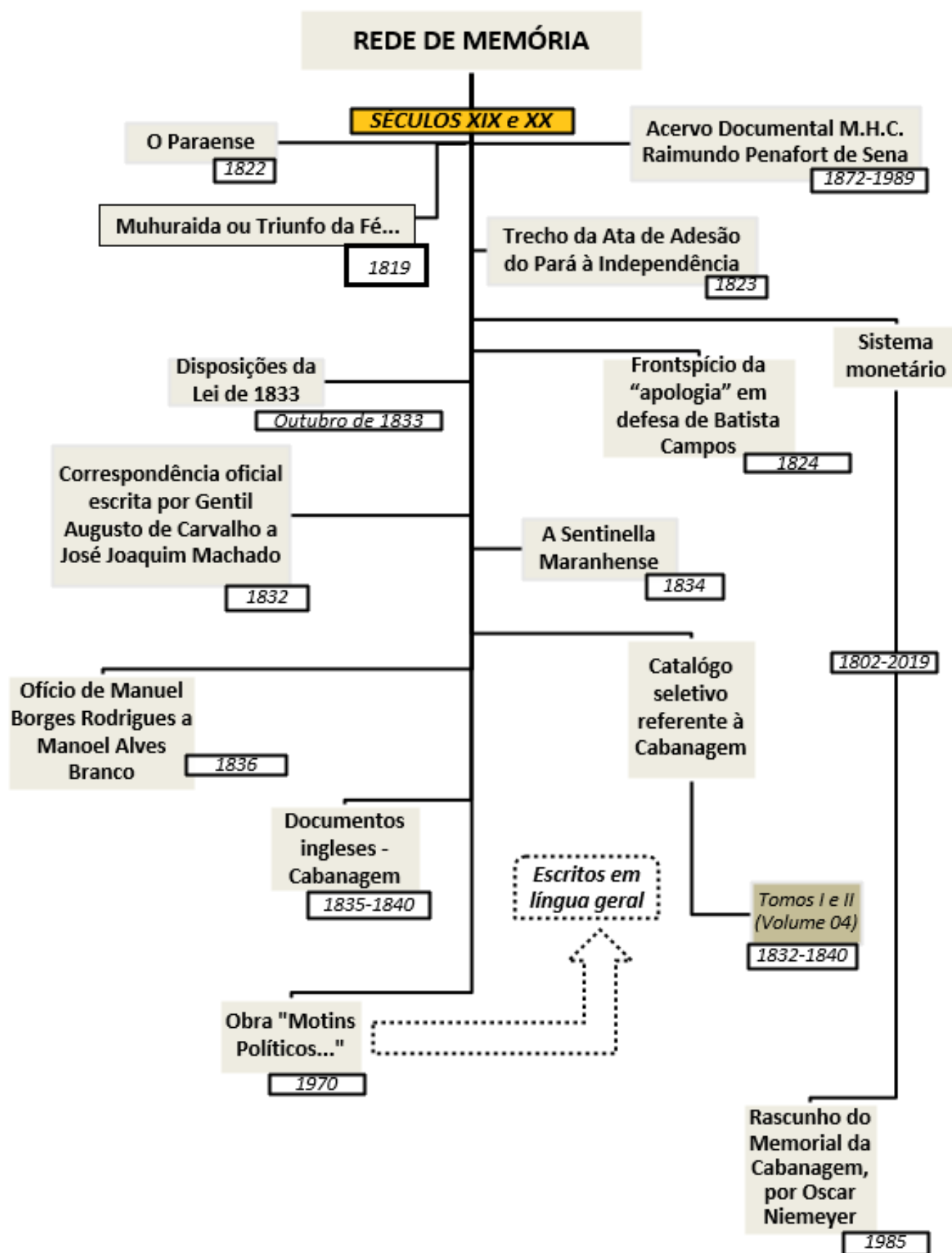


FIGURA 04- OS LIMITES DO DISCURSO (SÉCULOS XIX & XX)



O arquivo, aqui, não é tratado como um conjunto linear de textos cultivados como célebres por uma civilização, mas sim como parte de um grande dispositivo de poder que determinou a instauração de um gerenciamento linguístico europeu na Amazônia na época da Cabanagem. A movimentação deste dispositivo possibilitou o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua pertinência, sua transformação ou o seu apagamento nas movências históricas e nos extratos discursivos dos conflitos linguísticos.

Para Hubert Dreyfus & Paul Rabinow (2013), quando tratam dos escritos foucaultianos, o analista do discurso pode estudar a *rede* das práticas discursivas e abordá-la como um conjunto de elementos inter-relacionados.

[...] As regras do arquivo definem: os limites e as formas da *dizibilidade* (do que é possível falar, o que foi construído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui este domínio), os limites e as formas de *conservação* (que enunciados estão destinados a ingressar na memória dos homens, pela recitação, a pedagogia, o ensino; que enunciados podem ser reutilizados), os limites e as formas da memória tal como aparece em cada formação discursiva (que enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos; que enunciados reconhece como próprios e quais como estranhos), os limites e as formas de *reativação* (que enunciados anteriores ou de outra cultura retém, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análise os submete), os limites e as formas da *apropriação* (que indivíduos ou grupos têm direito a determinada classe de enunciados, como define a relação do discurso com o seu autor; como se desenvolve entre as classes, as nações ou as coletividades a luta para encarregar-se dos enunciados) (CASTRO, 2016, p. 43).

A disputa entre duas (ou mais) comunidades linguísticas para ocupar determinados âmbitos de uso e suas formas de dizibilidade implicam igualmente a dimensão de conflito linguístico. Uma conceituação relacionada diretamente ao processo de contato linguístico, já que duas línguas nunca convivem em uma sociedade de maneira totalmente harmônica, não são apenas sistemas de comunicação entre indivíduos e necessitam ser exploradas também como fatos sociais e políticos tanto quanto sistema linguístico. Sendo assim, “[...] uma língua é usada por um grupo e é uma parte importantíssima da identidade e da cultura desse grupo. O nome de uma língua também é o nome de um aspecto chave da sociedade em que a língua é usada, o que implica afinidade social e/ou política e uma cultura comum” (JANSON, 2015, p. 32).

Sempre surgirão, então, fenômenos de imposição de um patrimônio sobre outro, como consequência de uma dada relação de poder e de saber de que dispõem os grupos sociais que os mantêm. Características amplamente presentes nas tensões discursivas que envolvem o governo da língua na Cabanagem.

1.3 DISCURSO: UNIDADE DE DESCONTINUIDADE NA PRÓPRIA HISTÓRIA

Por uma postura arqueogenealógica

O estabelecimento de uma articulação renovada entre os estudos discursivos foucaultianos, as perspectivas decoloniais, a história oficial do Estado brasileiro, as dimensões de política linguística e o que chamamos de governo da língua, este muito em função do que vem sendo desenvolvido internamente no Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia – GEDAI (LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020 et al.) - deve ser pensado, prioritariamente, na valorização das singularidades inerentes a cada campo do saber e, em um mesmo gesto, arquitetado na busca pela dimensão exata do que cada pesquisador almeja discutir ao chegar nas regras de formação dos objetos a serem investigados. Principalmente quando envolve a postura arqueogenealógica, porque o próprio Foucault é enfático ao dizer que não dispõe de um método que se aplicaria, igualmente, a domínios diferentes.

E um dos caminhos possíveis encontrados para colocar toda esta mobilização conceitual em prática, nesta pesquisa, é o pensamento de Foucault e sua filosofia da diferença.

[...] Em linhas gerais, seus textos contêm reflexões acerca do ofício do historiador e a sua relação com o documento. Ele também desenvolveu pesquisas marcadas por uma singular fusão entre História e Filosofia, uma história conceitual que enfatizava tanto a mudança no tempo e a diacronia, elementos indispensáveis ao historiador, quanto ao que Deleuze definia como a função da Filosofia: criar conceitos (PEREIRA, 2016, p. 24).

Em *As palavras e as coisas*, publicado em 1966, por exemplo, mesmo não se referindo aos “historiadores de ofício” e pouco falando do campo da historiografia, o pensador francês deixou claro que apresentaria um novo sistema analítico que, à época da publicação, ainda não tinha a nomenclatura própria e que foi designada posteriormente de ‘arqueologia’. Ou seja, apesar da obra efetivar um lugar plural de reflexão, pois há relações entre ciência, religião, arte, filosofia, política etc, a tese maior presente no livro pretende metodologicamente dar conta da constituição histórica dos saberes sobre o homem na modernidade, procurando distingui-los dos saberes clássicos. Logo, trata-se da transformação na ordem geral de três campos do saber das ciências do homem - saber sobre a vida (Biologia), saber sobre a linguagem (Linguística) e o saber sobre a economia (História Econômica), que no final século XIX atingiram o estatuto "científico" com Darwin, Saussure e Marx.

Transformação esta, diga-se de passagem, que possibilitou uma emergência diferenciada de conhecimento e inaugurou uma série de ordenamentos (ou elementos) para se estruturar um dado percurso da linguagem, alterando igualmente todo um sistema de positivities nas Ciências Humanas entre os séculos XVIII e XIX.

[...] O que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou suas formas objetivas enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas de conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia” (FOUCAULT, 2016b, p. XIX).

Esta forma específica de análise intitulada *arqueologia*, que de certa maneira atravessa esta tese, representa como o pesquisador pode proceder em seu fazer analítico com profundidade, dividindo o tempo em estratos e os analisando sincronicamente em direção aos pontos de transformação, de ruptura, de deslocamentos dentro dos sistemas de pensamento. De acordo com Lucas Pereira (2018), em uma entrevista publicada em junho de 1967, um ano após a publicação de *As palavras e as coisas*, intitulada “*Sobre as maneiras de escrever a história*”, Foucault buscou precisar melhor suas teses em meio às diversas modalidades de pesquisa histórica em voga na década de 1960. Em linhas gerais, ele destacou a importância da história das ideias e a recusa de uma história tradicional que privilegiava uma cadeia homogênea dos acontecimentos.

[...] A riqueza do método arqueológico é ser um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando do desafio impossível de realizar, nesses casos, uma recorrência histórica, como deveria fazer uma análise epistemológica. O que não significa, como veremos, abandonar a exigência de uma análise conceitual capaz de estabelecer discontinuidades, certamente não epistemológicas, mas arqueológicas, isto é, situada no nível dos saberes. Pretendo, portanto, mostrar que a história arqueológica, retomando alguns princípios de análise da epistemologia, será levada a produzir uma série de deslocamentos metodológicos para dar conta da especificidade do objeto (MACHADO, 2007, p. 11).

Partindo da premissa de que uma temporalidade única não acomodaria elementos justapostos e independentes, de acordo com Pedro Navarro (2020, p. 15), “[...] os objetos de discurso sob investigação pelo mirante da *arqueogenealogia* impõem a realização de um trabalho que nos conduz a determinar que formas de relação podem ser descritas, por exemplo, entre a economia, as instituições, as religiões, as ciências e as literaturas, e se existe um sistema vertical entre essas séries”. Daí novamente uma atenção especial para o critério da discontinuidade, tão potente nas análises desenvolvidas por Foucault.

Cuidado que estabelece para o nosso estudo também um movimento genealógico à pesquisa, isto é, uma atitude de insurreição dos saberes dominados contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder.

[...] É isso que eu chamaria de *genealogia*, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2016a, p. 43).

Em outras palavras, de acordo Foucault (2010d), a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividades locais, designando o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades.

Ao elencarmos os objetivos para esta investigação, então, tomamos o fazer genealógico como um modo de desestabilização de alguns saberes formados pelas ciências do homem, a fim de pensar outros construtos teóricos e outras ferramentas analíticas para dar conta do que entendemos por língua portuguesa na contemporaneidade e de como podemos conduzir uma *arqueogenealogia* a partir dos contatos linguísticos da Província cabana enquanto artefatos de um estudo discursivo. Assim ...

[...] a *Arqueogenealogia*, é, conseqüentemente, referencial teórico, atitude analítica e método ao mesmo tempo. E os saberes dominados são blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 39).

Portanto, nossa postura *arqueogenealógica* está intimamente relacionada com as propriedades intrínsecas dos saberes produzidos por diversas histórias sobre os cabanos na América Latina. Desta forma, a tentativa de originalidade em abordagens discursivas as quais exigem a especificidade de uma sensibilidade interpretativa capaz de descortinar e compreender que as movências históricas são descontínuas, o progresso de uma ciência se realiza por meio de rupturas sucessivas, por negação, por “liquidação do passado”, e que o conceito de língua necessita ser revisitado de forma interdisciplinar, sobretudo, pelo viés do discurso, são características marcantes deste modo de se fazer pesquisa. Sem desprezar, com base em Gregolin (2008), as transformações históricas como grandes responsáveis pela nossa atual constituição como sujeitos objetiváveis por ciências, normalizáveis por disciplinas. Assim, ...

[...] chamaremos de “discurso” um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ela não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (a explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade de descontinuidade na própria história, que suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2010a, p. 132-133).

Os enunciados colocados em circulação pelos monumentos que analisamos estão além das possibilidades internas da língua, são ideologicamente marcados e só foram possíveis a partir das emergências históricas de um determinado momento, conforme já anunciado anteriormente. Este procedimento, aqui fazemos referência aos modos pelos quais o documento se transforma em monumento, demandando uma descrição capaz de restituir o seu conteúdo não verbal, não discursivo à sua história, ajuda a explorar de maneira mais ampla como o governo da língua possibilitou o enredamento de lugares, experiências e formas distintas de enxergar o mundo.

Segundo Hubert Dreyfus & Paul Rabinow (2013, p. 58), “[...] não podemos encarar os enunciados como proposições, uma vez que uma mesma sentença, com o mesmo efeito de sentido, pode representar diferentes enunciados, isto é, apresentar diferentes condições de verdade, dependendo do conjunto de enunciados no qual aparece”. Neste sentido, o que torna um ato de fala em enunciado é justamente a *função enunciativa*, ou seja, “[...] o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2012, p. 42).

Posto desta forma, para Michel Foucault o discurso não pode ser considerado apenas o contato, ou mesmo o confronto, entre uma realidade e uma língua, nem se limita a estabelecer uma conexão entre um léxico e uma experiência.

[...] Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos [...] Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2010a, p. 54-55).

Daí compreender que “[...] a descontinuidade é, ao mesmo tempo, conceito, operação deliberada e resultado de descrição. Instrumento e objeto de pesquisa, ela permite ao analista transformar os documentos em monumentos” (GREGOLIN, 2006, p. 86). Caminho possível, inclusive, de reconsideração e de “[...] atenção para o poder da língua e para o seu envolvimento com outras formas de poder” (FREIRE, 2011, p. 47).

O que pretendemos, portanto, a partir da *arqueogenealogia* anunciada, é continuar o movimento de devolver à discursividade sua espessura histórica, evidenciando a perspectiva de governo da língua constituinte no tecido da memória, “[...] uma vez que os lugares de memória dos discursos são eles mesmos” (NAVARRO, 2020, p. 14). E isso só é possível se descrevermos a maneira como se entrecruzam historicamente regimes de práticas e séries de enunciados, rearticulando o linguístico, o discursivo e o histórico, na direção apontada por Michel Foucault. Falamos aqui, por conseguinte, da precisão constante de deslocarmos “[...] os discursos escritos-

legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias, provérbios, aforismos etc” (GREGOLIN, 2012, p. 46).

Perspectivas que lançam olhares decoloniais para além da análise discursiva e, fundamentalmente, nos possibilitam uma imersão mais pujante no imaginário dominante do sistema mundial colonial/moderno à época do movimento cabano.

1.4 A LÍNGUA COMO PRÁTICA DISCURSIVA

Deslocamentos metodológicos

“Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto, ou seja, aquilo que se vê e se toma como objeto de estudo, numa ciência qualquer, depende, em boa medida, do lugar de onde se olha a realidade que nos cerca e, em especial, a paisagem que nos interessa”.

Ferdinand de Saussure

Desde a publicação do *Curso de Linguística Geral* ([1916]; 2006) no início do século XX, a Linguística iniciada a partir de suas ideias motrizes, assim como as escolas delas decorrentes, aperfeiçoaram, inegavelmente, uma metodologia prática e funcional de abordagem dos fatos linguísticos. A obra, em distintas apropriações da leitura, despertou múltiplos tipos de interesses, adesões, críticas e recusas. Entretanto, se pensarmos o *Curso...* (2006) como um discurso seminal e reconhecemos a partir da epígrafe assinalada a gênese para a discussão deste tópico, perceberemos que o mestre genebrino tinha razão neste ponto.

A conceituação de língua, por exemplo, seja ela o que for, não se deixa apreender por inteiro se confrontarmos diferentes domínios do saber. Basta pensarmos, no próprio âmbito dos estudos linguísticos, o que é língua para os cursos em Morfossintaxe, qual o entendimento que o campo da Linguística Textual tem sobre o mesmo conceito (e nem vamos entrar aqui nas próprias subdivisões da área citada), de que maneira o campo da Análise do Discurso enxerga tal especificidade etc.

Isto posto, no que diz respeito à dimensão de língua no movimento cabano, é preciso escolher um ponto desde o qual a gente a observe para daí tirar algumas conclusões, todas sempre muito instáveis. Dito de outra maneira, é extremamente difícil existir um conceito completo de língua fundamentado em uma inteligibilidade mútua, não conflituosa. Na maioria dos casos, a decisão é mais política do que linguística.

Vale notar, paralelamente ao que acabamos de escrever, que em certas situações cotidianas podemos até usar a mesma língua, padrões sintáticos bem parecidos, mas no “jogo jogado” em circunstâncias diferentes, como nos alerta Mignolo (2020, p. 300), “[...] notamos

práticas verbais distintas: folclore não é literatura, tal como o mito é história. Em ambos os casos, a “sabedoria popular” foi inventada para distinguir “o gosto e o conhecimento do gênio e da minoria culta”, estabelecendo uma hierarquia de práticas culturais paralelas aos regulamentos econômicos e políticos e ao governo”.

Não estamos defendendo que a definição de um termo não seja válida e necessária para o âmbito científico. Pelo contrário! É amplamente decisiva para o tipo de abordagem que o pesquisador fará, porque a dimensão conceitual consolida a maneira pela qual ele movimentará determinado *corpus*. Assim, o objetivo maior deste tópico é justamente abrir espaço à reflexão sobre o conceito de língua adotado nesta expedição discursiva.

Na ótica assumida nesta pesquisa, portanto, os significados sociais e identitários são essenciais ao conceito de língua que será proposto, muito em função do diálogo “[...] que se alinha com a crítica foucaultiana dos regimes de verdade na medida em que questiona discursos sobre as línguas tomadas como unidades pré-definidas que podem ser isoladas, descritas, nomeadas e consideradas como modelos comparáveis” (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 106-107).

[...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2011b, p. 273)⁶.

Deste modo, descortinamos a paisagem que nos interessa mais de perto, pois as noções de língua, especialmente àquelas que versam uma atualização do velho conceito de patrimônio nacional, conforme estabelecido sob o escudo do dogma do nacionalismo da Renascença, passam agora a ser conceituadas de maneira mais fluidas, variadas e contraditórias. Visto que algumas teorizações já não fazem mais sentido quando os sujeitos passam a ser entendidos como viventes em zonas de fronteira ou zonas de contato, o que leva à necessidade de refletirmos diferentemente sobre o caráter hipostático no qual um determinado sistema linguístico se faz existir, isto é, sobre a atribuição de existência concreta e objetiva a uma dimensão fictícia, abstrata ao pensamento humano. Uma língua com poder de decisão, uma “língua-sujeito”, uma língua construída que resiste ao tempo⁷.

Não há dúvidas que a língua “vive”, tem uma existência substancial, é algo que pode ser apreendido por nossos sentidos. Entretanto, de acordo com Bagno (2011a), fica muito difícil,

⁶ Operacionalização conceitual que será mais explorada na **Unidade II – Enunciados Transversais: do governo da alma ao movimento cabano**.

⁷ Na reflexão moderna, segundo o dicionário Houaiss, *hipóstase* é um “[...] equívoco cognitivo que se caracteriza pela atribuição de existência concreta e objetiva (existência substancial) a uma realidade fictícia, abstrata ou meramente restrita ao caráter incorpóreo do pensamento humano”.

talvez impossível, não converter um dado conjunto de sons, de palavras e significados em um produto mais além do que ele é: em um objeto, em um construto que logo é envolvido em uma trama de representações sociais, crenças, superstições. O equívoco cognitivo está em acreditar que esse objeto cultural, fruto de uma tática de hipostasiamento, é que é a língua.

As línguas, portanto, como unidades comparáveis adotando as tão plurais emergências históricas do movimento cabano no Grão-Pará (1835-1840), também são discursos que foram usados no Período Colonial para propósitos políticos, no sentido de que as línguas seriam usadas para classificar e nomear diferentes etnias.

Um exemplo claro pelo qual uma língua se transforma em uma hipóstase é o que se chama, tomando como base as dimensões política e ética das políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-coloniais de uso da língua portuguesa, de *padronização*: o uso da língua e da organização social do comportamento linguístico com foco específico nas relações que os sujeitos de uma dada sociedade mantêm entre si por meio da linguagem.

Desta forma, o processo de *padronização*, então, agarra a língua e a retira de sua vida íntima, “[...] e a transforma numa instituição, num monumento cultural, em veículo de uma política nacional e, em várias ocasiões ao longo da história, de uma política imperial, colonial” (BAGNO, 2011a, p. 359). Uma vez “objetificada”, essa língua pátria, “a língua inventada pelo patrão” (colonizador), exterminou muitos povos indígenas, distribuiu os escravos africanos em lotes de indivíduos falantes de línguas diferentes e etnias rivais para que não emergisse nenhuma solidariedade entre eles, ridicularizou e ainda oprime sujeitos de variantes regionais e rurais do português brasileiro.

Esse posicionamento permite vislumbrarmos, mesmo que de maneira ainda panorâmica, o desejo de acesso a uma nova episteme: neste caso, uma diferente ideologia linguística. Dito de outro modo, trata-se, neste estudo, em observarmos a língua (mesmo como hipóstase) na direção de uma função enunciativa determinada, em uma dada época e para alguma área social por condições específicas de possibilidades de dizer (e de fazer), determinadas por relações de saber e de poder, isto é, como uma “[...] prática discursiva” (FOUCAULT, 2010a, p. 133). Até porque a língua não é um conceito claro e delimitado, sobretudo para a ciência linguística.

[...] As ciências são línguas benfeitas na mesma medida em que as línguas são ciências incultas. Toda língua deve, pois, ser refeita: isto é, explicada e julgada a partir dessa ordem analítica que nenhuma dentre elas segue exatamente; e reajustada eventualmente para que a cadeia de conhecimentos possa aparecer com toda a clareza, sem sombra e sem lacuna (FOUCAULT, 2016b, p. 120).

A complexa natureza da linguagem nos impulsiona, por conseguinte, que não é o ser da linguagem o ocupante do centro da interação comunicativa, mas sim os seus usos e suas práticas, no âmbito de outras práticas que podem não ser necessariamente de caráter linguístico. Estaria assim, talvez, inclusive, explicada a afirmação de que a língua e o discurso são indissociáveis, apoiam-se um no outro, que um determinado desempenho linguístico só é criado em vista do discurso e que as práticas discursivas constituem a condição de existência das línguas, e não o contrário. Logo, [...] a relação entre o discursivo e o não discursivo haverá de converter, desse modo, em uma via de acesso à análise histórica dos usos da linguagem. A problemática da linguagem, em Foucault, vai, assim, “do ser da linguagem” ao “uso da linguagem”, às práticas discursivas” (CASTRO, 2016, p. 251).

Defendemos que as análises a serem delineadas nas unidades posteriores não podem se abster de uma perspectiva histórica, porque as movências do tempo são necessárias para se apurar como as metacategorias foram criadas, reforçadas, naturalizadas e, conseqüentemente, tomadas como discursos de verdade em (des)encontros coloniais integrantes de um conglomerado de diferentes recursos semióticos.

[...] As línguas inventadas (línguas indígenas e africanas) foram tomadas como símbolo de autenticidade da chamada identidade “tradicional”, representação que, por sua vez, favoreceu o apagamento de discursos e experiências locais que não eram abarcadas por essa categoria. A política linguística tal como formulada e praticada não é capaz de lidar com as experiências comunicativas locais. (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 110).

A postura arqueogenealógica que abarcará este tema, então, pelo desafio que se assume, é um importante diagnóstico de como ainda nos intrigamos com as dimensões de linguagem, língua, discurso, política linguística, história que, na presente pesquisa, são o acesso às redes de memória e à espacialidade discursiva decorrentes da Cabanagem e, em um mesmo gesto, elementos fundamentais para questionarmos as meticulosidades, as fraturas que se impõem nas emergências da política linguística colonial - e seus efeitos na contemporaneidade -, portanto, “[...] na entrada em cena das forças” (FOUCAULT, 2016a, p. 67), do discurso e do poder no que intitulamos de governo da língua e de necropolítica linguística.

1.5 O GOVERNO DA LÍNGUA E A NECROPOLÍTICA LINGUÍSTICA

Como nascem e morrem as subjetividades

Para dar conta da complexidade dos debates e dos acontecimentos discursivos que envolvem os contatos linguísticos e as tensões discursivas no período da Cabanagem, não

descartaremos o princípio interdisciplinar constitutivo do arcabouço teórico-metodológico mobilizado até aqui. Esta peculiaridade foi responsável por mergulhar o movimento cabano em uma espacialização linguística heterogênea, fragmentada, fraturada pelas dinâmicas conflituosas do Período Colonial, em que os agenciamentos produzidos por um dado gerenciamento da população, começou a instituir teias normativas no cotidiano da região, onde uma rede difusa de mecanismos a que nada ou ninguém escapa funcionava de maneira estratégica.

Essas práticas desenharam em nosso território um *governo da língua* desde o início da colonização até os nossos dias. Falamos de um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, funcionar também como um elemento primordial para a dominação, “processos de conquista” e, posteriormente, atuar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Fazemos referência à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa.

As grandes navegações funcionaram como um grande empreendimento colonial, quando se intensificou o contato entre os povos no mundo em função da busca europeia por novos mercados, novas transações mercantis, outros interesses políticos de Portugal, Espanha, Inglaterra etc. As línguas europeias e suas cosmologias (sentimentos, religiosidades, formas de se perceber no mundo) representaram um dos mais potentes instrumentos de dominação e de vigilância em novos territórios. Neste sentido, o *governo da língua* na Cabanagem se organiza a partir de relações de poder e de saber historicamente construídas no jogo dos acontecimentos, e deixa ver como as manifestações linguísticas são também invenções culturais, emergências históricas, atravessadas pela colonialidade do poder.

A exemplo disso, em termos históricos, os próprios processos de conceituação e de nomeação das línguas na América Latina e na África são iniciativas coloniais.

[...] Desde o século XVI as línguas indígenas e africanas foram descritas por missões cristãs a partir de um modelo latino de classificação e nomeação e, a partir do século XIX, por especialistas que passaram a seguir um modelo positivista e eurocêntrico. [...] A objetificação das línguas para fins de sua legitimação e gestão ocorre mediante uma série de instrumentos políticos: através da criação de mapas etnolinguísticos que sobrepõem línguas e etnias, distribuindo-as geograficamente e criando a ilusão de uma certa fixidez e territorialização das línguas e das pessoas; [...] como se as línguas em contextos multilíngues existissem de forma compartimentalizada (SEVERO, 2014, p. 25-26).

Desta forma, tomando como base a periodização da “Era dos Descobrimentos” fica evidente como o processo de construção dos Estados Nacionais, de ‘língua oficial’ portuguesa e suas opções de inserção internacional, levaram a subdivisões no modo de gerenciamento linguístico, criando e congelando efeitos de longo prazo, que se tornam, no entanto, crescentemente disfuncionais para as condições de existência do século XXI. Como afirma

Lisbôa (2019, p. 239) “[...] o aniquilamento o qual dizimou centenas de etnias nativas ao longo de nossa história de Pan-Amazônia, também levou consigo muitos bens materiais e imateriais”, entre eles, a língua de muitos povos nativos⁸.

A colonização produziu um cenário de destruição cultural no qual a ‘guerra’ pela conquista do “Novo Mundo”, para alcançar a soberania colonial em busca de novas rotas de comércio, permitiu, abusivamente, que muitas forças europeias se achassem no direito de matar, inclusive, sistematicamente, exterminar a língua dos povos dominados. A este processo, nas discussões do GEDAI, denominamos *necropolítica linguística*. “[...] Com isso, é possível compreender que a língua não é apenas um componente cultural de um povo, mas também um mecanismo de poder, de conquista e de controle social” (OLIVEIRA, 2018, p. 41). Para Neves (2018)⁹

[...] É certo que este não é um processo isolado das emergências históricas por que passou a América Latina e outras regiões colonizadas pelas nações europeias desde o início da expansão ultramarina iniciada no final do século XV. Também entendemos que a *necropolítica linguística* não se reduz aos tentáculos da colonização europeia. Muito provavelmente, nas fronteiras linguísticas dos mais diferentes povos que habitaram e habitam esse planeta, sempre foi e sempre será muito grande a tentação de fazer prevalecer uma língua de maior prestígio em detrimento de outra.

Por esta perspectiva, o *governo da língua* dialoga com o conceito de necropolítica, criado pelo camaronês Achille Mbembe (2016), aqui reoperacionalizado para o espaço das interdições dos processos linguísticos experimentados pelos povos indígenas, africanos etc, no Grão-Pará cabano.

A partir da dimensão de necropolítica linguística é possível perceber, considerando as condições de possibilidades históricas visibilizadas, que os gerenciamentos linguísticos impostos pelo colonizador, pelas novas relações mercantis inauguradas pela expansão ultramarina e por suas estratégias de gestão da população, tinham como característica permanente uma política linguística baseada na morte, no extermínio de bens tangíveis ou intangíveis. Governamentalidade, segundo Regina Baracuhy (2018), apoiada nos escritos foucaultianos, é uma forma de governo com foco na população, entendida como um conjunto de indivíduos submetidos ao controle social, com o objetivo de assegurar uma melhor gestão da força de

⁸ Bens tangíveis ou intangíveis (sejam materiais ou imateriais), consistem em produtos e testemunhos dos diversos povos e que, por conseguinte, constituem os traços instituidores e instituídos de múltiplas tradições histórico-culturais próprias de diferentes povoações. Trata-se de um diversificado conjunto que inclui a língua, a mitologia, as tecnologias, os costumes, vestuários, produção artística e tudo que compreende a diversidade étnica, social e estética do gênero humano. A respeito disso, ler In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

⁹ Comunicação oral durante o VI Seminário de Pesquisa do GEDAI, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2018.

trabalho dentro da sociedade capitalista. Ou seja, os indivíduos são agenciados em uma rede de poder, instituída pela normatização dos corpos, por meio de técnicas de individualização e de procedimentos totalizadores. Em outras palavras, governamentalidade é gestão social, gestão da população, gestão de indivíduos.

Logo, é uma forma de gerir a vida da população que se organizará sobre dois grandes polos, segundo Michel Foucault (2016a): as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, que potencializam e aperfeiçoam as capacidades do corpo-máquina; e a biopolítica, que visa ao controle e à regulação da população no que diz respeito à saúde, higiene, alimentação, natalidade, língua etc. Ela se exercerá por meio de táticas, técnicas e mecanismos de segurança cujas funções são ordenar, classificar, nomear e excluir, por meio de normalizações que estão muito além das dimensões jurídicas. Como resultado desta movimentação, criam-se políticas de verdade sobre o corpo, a população e a vida.

O *governo da língua*, por excelência, também materializa um sistema de relações diversas de dominação, transformação dos sujeitos tomando como centralidade a disciplina linguística e o biopoder (“governo de si”). No Brasil, o *governo da língua* começou a se instituir nos corpos indígenas, negros, mestiços, cafuzos. São os corpos dos sujeitos envolvidos nas disputas pelo poder e seus papéis performativos de linguagem que serão decisivos na construção e na solidificação de uma língua espreada nas camadas populacionais (inter)nacionais. Este performativo aplica-se aqui para um universo da linguagem de conceituações não fixas e sua relação com a construção social do mundo. Assim sendo, o performativo produz efeitos que constroem, desafiam, “inventam” de antemão, uma dada ordem sobre algo ou alguma coisa como, por exemplo, a “invenção” da língua portuguesa ou do próprio nheengatu.

O sentido de “pureza linguística”, portanto, foi reoperacionalizado pelo “colonizador” à época da Cabanagem, para sedimentar desigualdades sociais de classe, gênero, raça. Também é neste momento que começa a substituição do braço indígena pelo do negro nas lavouras em prol de uma outra dinâmica de produção do capital etc. Logo, se tornou extremamente necessário controlar os corpos e de maneiras cada vez mais eficientes e diversas, pois com as cidades sendo arquitetadas na Amazônia, o povo (o território) se transformava em população.

Há que se considerar, como igualmente digno de importância, de acordo com Charlott Leviski (2018, p. 313), “[...] que a relação entre língua e nacionalismo se configura em tópico central para os territórios em desenvolvimento, sobretudo, as espacializações inseridas em emergências coloniais”. Visto que se objetivavam discursos de integração nacional para o domínio de um dado contingente populacional.

Os poderes e os saberes vindos da Metrópole, por conseguinte, passaram a ser exercidos através do controle sobre os nascimentos, mortalidades, saúde, maneiras de falar e condições de vida. A partir deste novo cenário, uma única manifestação linguística passa a ser entendida como recurso comunicativo oficial, para efetivar uma também inventada identidade nacional pelo viés da linguagem. Daí Walter Mignolo (2020, p. 291) afirmar que “[...] uma das armas mais poderosas para a construção de comunidades homogêneas foi a crença em uma língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuísse, no domínio da língua, para uma cultura nacional”. Destarte, ao pensarmos em *governo da língua* na Cabanagem, defende-se que a hierarquização das línguas, enquanto prática discursiva, funcionou como alvo de uma razão de Estado e de uma tática de disciplinarização linguística no território amazônico.

[...] O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram seus efeitos em práticas pós-coloniais [...] Isso significa que gramáticas, dicionários, listas de palavras e uma série de instrumentos linguísticos foram produzidos com a finalidade de domínio e gerenciamento dos povos falantes dessas línguas (SEVERO, 2014, p. 12).

Os debates propostos para esta empreitada de pesquisa, portanto, inclinam-se, como já anunciado anteriormente, para a (re)operacionalização, sempre que possível, do conceito de língua para os estudos linguísticos contemporâneos, questionando o “ideal de língua pura” desde a colonização até modernidade recente e alinham as práticas discursivas estudadas para uma Linguística da reconfiguração de construtos teóricos. Posicionamentos os quais podem possibilitar entendermos de outra maneira o imperialismo linguístico edificado no Grão-Pará na época do movimento cabano, em suas mais diferentes modalidades escritas e faladas, prestigiadas ou estigmatizadas, rurais ou urbanas, entre rupturas e rearranjos, nos quais se realizou um determinado enunciado e quais condições lhe atribuem uma existência específica.

Deste modo, as unidades e os tópicos a seguir não mergulham no desejo de manter barreiras linguísticas, alocar pessoas em seus territórios respectivos, conectar as línguas com a necessidade do sentido de uma identidade nacional. Pelo contrário! Envolvem um ritmo de análise em contínua construção, sempre se fazendo e se refazendo na busca de práticas discursivas, nas quais deslocamentos linguísticos estão em ação em um universo constituído por fluxos de textos, pessoas, línguas, territórios diversos e por contingências e ambiguidades.

1.6 ENTRE HISTÓRIAS LOCAIS E DESÍGNOS GLOBAIS

A experiência colonial e seus efeitos em quatro esferas interligadas

A chegada dos portugueses à América do Sul não foi inteiramente acidental. Alguns anos antes, conforme registra Tore Janson (2015, p.193), “[...] Colombo tinha provado que havia terra a oeste do outro lado do Atlântico, e a costa sul-americana fora avistada por marinheiros antes que Cabral zarpassse, de modo que ele fez um desvio naquela direção para descobrir o que poderia haver por lá”.

Em consonância com estes acontecimentos, muitos líderes europeus se aperceberam de que grandes feitos talvez estivessem por vir. Em tal situação, as duas maiores potências navais do período, Portugal e Espanha, abençoados pelo Vaticano, decidiram repartir entre si o mundo para além da Europa.

Antes da invasão do Brasil, o Meridiano de Tordesilhas (1494) tão decisivo à dinamicidade linguística da América Latina, estabelecido entre os dois grandes polos de poder anunciados, atravessava o território do Pará¹⁰. Por este documento oficial institui-se que parte do atual Pará seria portuguesa e outra parte, espanhola. No entanto, “[...] Cabral estava bem ciente disso e declarou que a terra que descobrira pertencia ao rei de Portugal. Do ponto de vista europeu, o Brasil já estava sob domínio português antes mesmo de um único português ter de fato estado lá” (JASON, 2015, p. 193). Em 1580, os reinos de Portugal e da Espanha uniram-se sob a mesma coroa. A União Ibérica, que durou até 1640, por conseguinte, flexibilizou a divisão de terras da América e o litoral do Pará passou também a ser explorado por holandeses, ingleses e franceses.

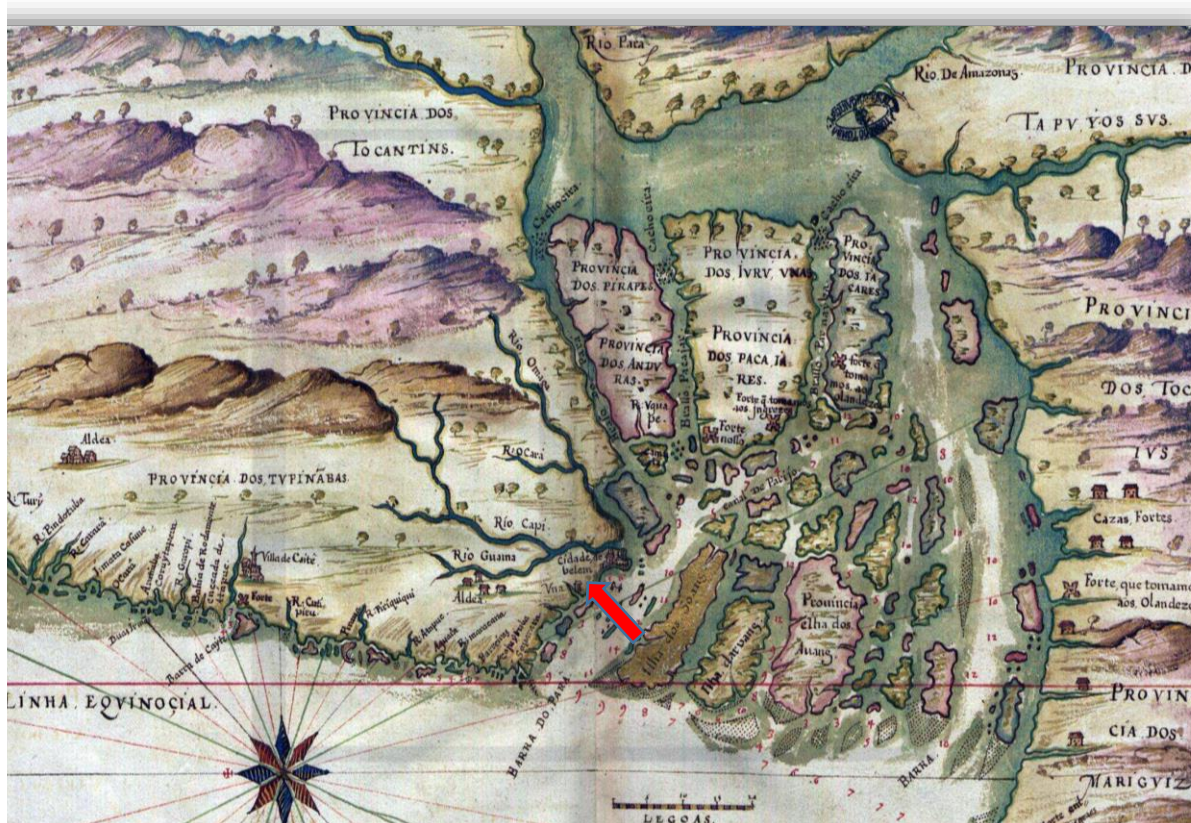
[...] A colonização ibérica, em grande medida, foi um projeto muito mais agenciado pela Igreja Católica do que pelas Coroas portuguesa e espanhola. O interesse desses reinos era mais de ordem comercial e imperial, enquanto a igreja desejava aumentar seu rebanho. Neste sentido, apoiar a causa ibérica era estratégico para o catolicismo que naquele momento já sentia os ventos fortes da Reforma protestante. Espanha e Portugal mantiveram-se fiéis ao Vaticano, que em retribuição dividiu as novas descobertas ultramarinas entre esses dois reinos, quando estabeleceu o Tratado de Tordesilhas (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 117).

Um núcleo colonial português se faz amplamente importante em toda esta contextualização, especialmente, em 1616, com a construção do Forte do Presépio na Baía do Guajará. Símbolo de dominação edificado após a derrota dos franceses no Maranhão (meados de 1614) e que incitou nos portugueses um espírito de domínio militar na região. Nas redondezas do Forte do Presépio cresceu um povoado sob a invocação de Nossa Senhora de Belém. Como podemos notar na cartografia a seguir, de João Teixeira Albernaz, um dos cartógrafos oficiais do Período Colonial que passou em nosso território, Belém já era um espaço habitado em 1640 (*veja*

¹⁰ Ficou definido que para a Espanha caberia tudo a Oeste de uma dada longitude, entre 48 e 49 graus a oeste do meridiano de Greenwich. Tudo a Leste dessa linha iria para Portugal.

a indicação em vermelho no mapa), segundo alguns apontamentos da existência de uma câmara de vereadores em Belém que datam de 1628.

FIGURA 05 - TRECHO DO LITORAL DO PARÁ INDICANDO A CIDADE DE BELÉM



Fonte: Albernaz, J., 1640.

Apesar de ser considerada como cidade, segundo Fabiano dos Santos (2008), Belém não havia sido fundada formalmente, como mostra o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, em carta ao rei de Portugal, por volta do século XVIII.

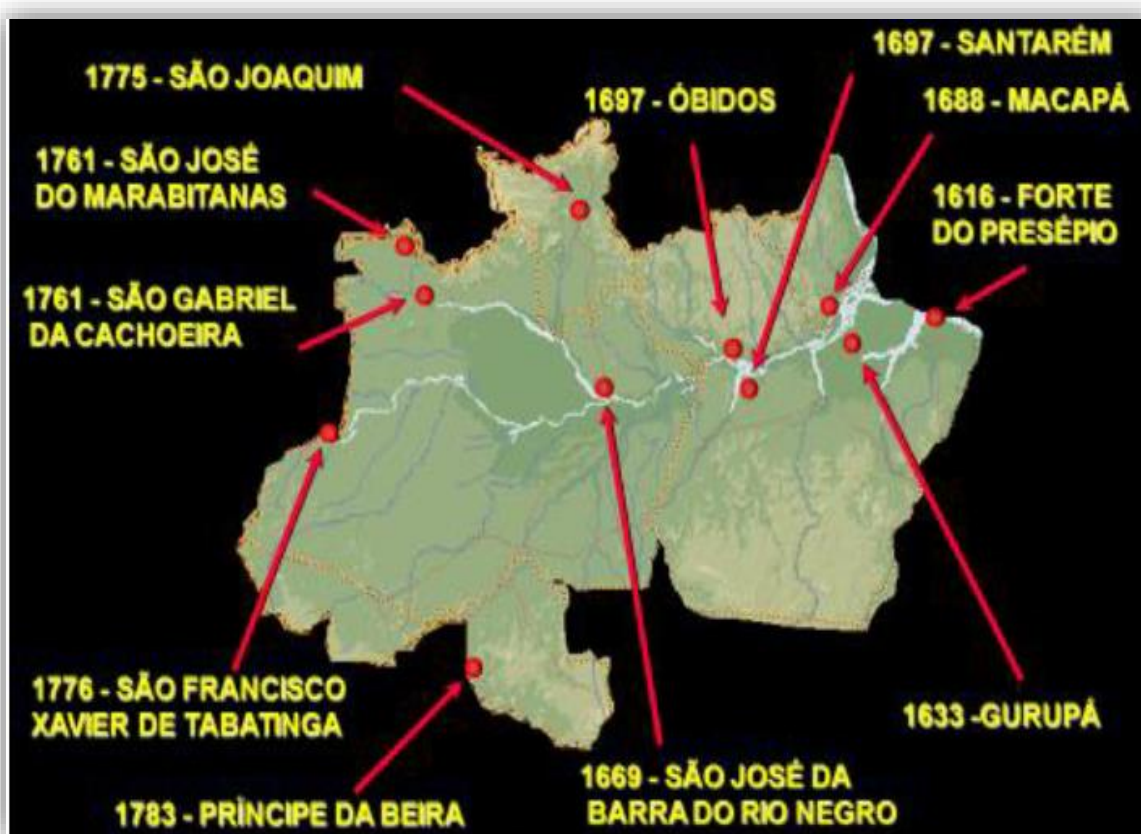
Com a institucionalização do Tratado de Madri (1750), firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo teoricamente “fim” às disputas, a colonização lusitana no Grão-Pará se expande a partir da construção de diversos fortes, com a instalação de diferentes missões católicas e, principalmente, com o fortalecimento de uma política linguística colonial administrada pela Igreja Católica. Também não podemos desconsiderar a presença de práticas extrativistas voltadas ao comércio das drogas do sertão.

As imagens a seguir deixam ver como a militarização, a religião e o capital estrangeiro trafegavam pelos mesmos caminhos, naturalmente, imbricados e agindo muitas vezes de forma orquestrada, como um grande dispositivo de saber e de poder. Convém lembrar que não houve

inicialmente uma grande migração portuguesa para o Brasil, o que seria, aliás, impossível, porque Portugal sempre foi um país de extensão territorial pequena e reduzida população. Assim, os portugueses eram essencialmente homens que posteriormente constituíram arranjos familiares com mulheres indígenas.

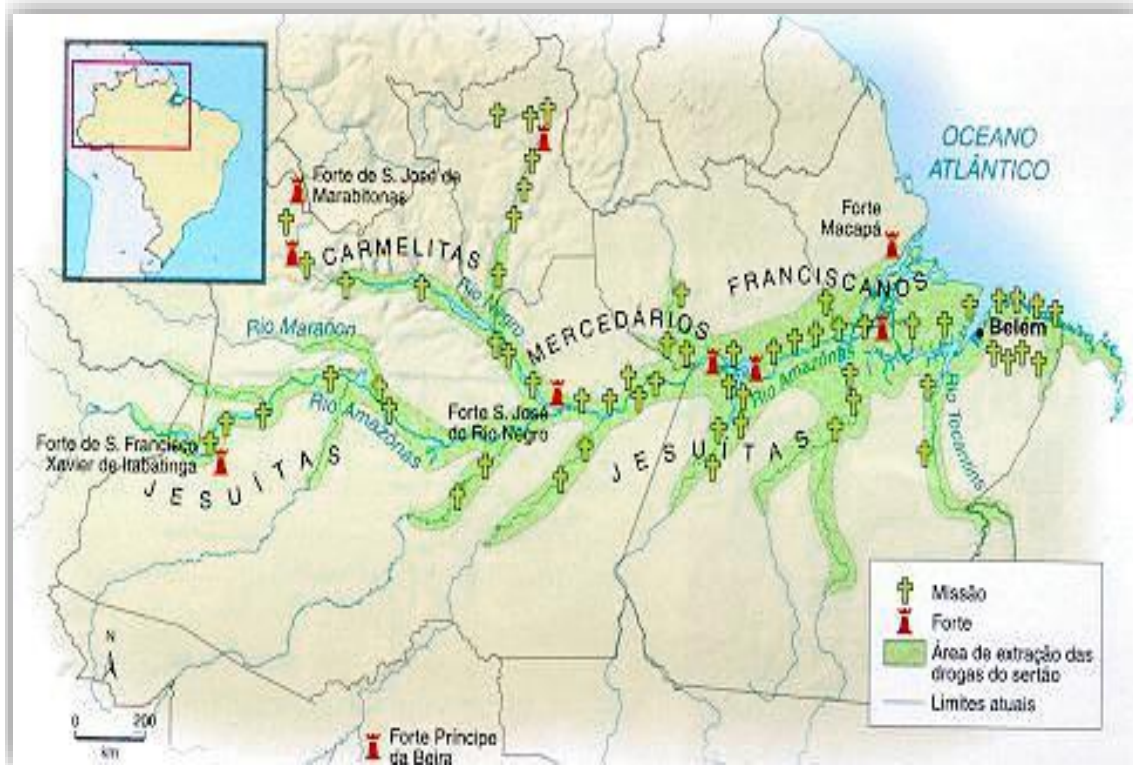
Da mesma forma, não podemos ignorar o imenso caleidoscópio linguístico, que se por um lado envolvia uma grande quantidade de línguas indígenas (“nativas”), por outro, passou a receber influências de diferentes línguas europeias e africanas. Isso significa uma grande fratura cultural, uma guerra de cosmologias (sentimentos, religiosidades, formas de se perceber no mundo) que chegam até os nossos dias.

FIGURAS 06 – MAPA DA AMAZÔNIA COM A LOCALIZAÇÃO DOS 11 FORTES



Fonte: Exército Brasileiro, CMA, 2013.

FIGURA 07 – MISSÕES JESUÍTICAS NA PAN-AMAZÔNIA



Fonte: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1943; Fragozo, H. *Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará*, 1982.

FIGURA 08 - COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO/SÉCULO XVIII



Em azul, a Bacia do rio Amazonas: uma das áreas de atuação da Companhia.

Fonte: Wikipedia.org. 2019.

As enormes distâncias e a grande diversidade linguística da Pan-Amazônia, somadas aos interesses diversos das instituições europeias envolvidas neste processo de dominação, obrigaram Portugal e a Espanha a sofisticarem seus “artifícios de superioridade” e se em um primeiro momento a gestão da língua foi responsabilidade das ordens católicas, não tardou para que as coroas ibéricas instituísem suas línguas nacionais como marcos da conquista e no que concerne ao processo de construção de identidades nacionais na América Latina, excluir majoritariamente as línguas faladas pelos povos locais.

Toda esta movimentação está diretamente relacionada aos interesses econômicos das Metrôpoles europeias e às instituições reguladoras dos usos linguísticos. Assim, para Mignolo (2020, p. 336), “[...] a colonialidade do poder e a diferença colonial trabalharam e continuam trabalhando em todas as partes do planeta onde a construção de nação (na América Latina do século 19 ou na Ásia e na África de meados do século) se associou à diferença colonial”.

A Igreja Católica, a nível de exemplo histórico, associou-se cada vez mais fortemente ao dispositivo colonial ibérico na organização do processo colonizatório da América portuguesa. A vinculação é inerente à relação, àquela época, entre as duas instituições.

[...] É competência da Igreja: a educação dos habitantes; o exercício do “controle das almas” no cotidiano das gentes, assegurada a obediência à Coroa portuguesa; a garantia, pela imposição dos sacramentos e dos atos de liturgia, do direito à terra bem-aventurança.

Ao Estado, cabem: o exercício de poder sobre a Colônia; assunção e a organização administrativa da terra colonizada e da política de povoamento; a garantia da mão de obra que se fizesse necessária; a regulamentação das relações entre a Colônia e a Metrôpole. Na lei e na força. [...] É tão estreito o relacionamento entre Coroa e Clero, que se institui o mecanismo do “padroado real”, estabelecido dos deveres e hierarquizações para ambas instâncias, com prevalência do Estado (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 76)¹¹.

Ao Estado, cabe destacar ainda, competia promover/intensificar a evangelização, garantindo “os direitos” e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. Neste âmbito, no entanto, a Companhia de Jesus desfrutava de situação privilegiada: maior independência na ação e acesso direto ao Sumo Pontífice, com submissão menor ao governo brasileiro. Por vários séculos, o Brasil foi governado por Portugal. A gestão colonial foi sucedida apenas no início do século XIX pelas autoridades centrais do império independente.

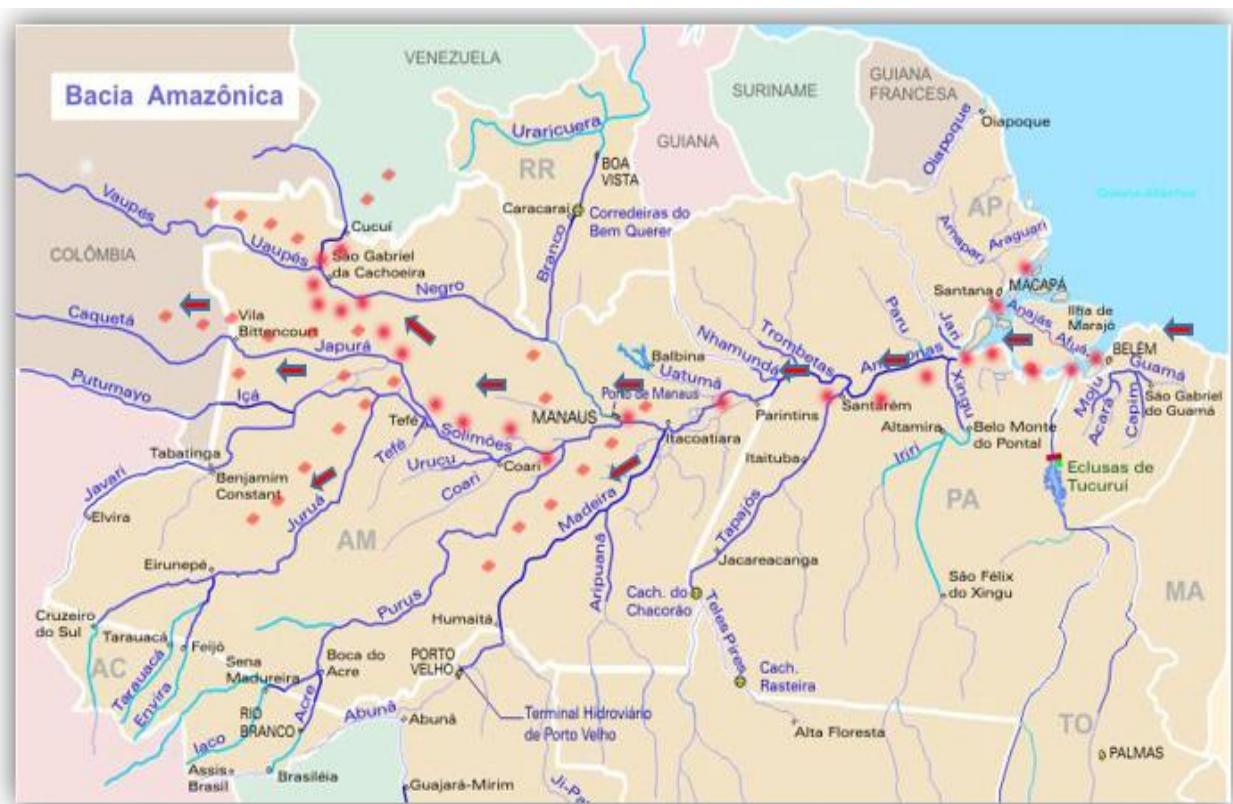
Esse *status* assegura aos jesuítas forte poder de influência na definição de políticas e estratégias governamentais (e religiosas) relacionadas com o processo de catequização das Colônias. “[...] É neste último que se destaca a ação de adaptar e simplificar a língua indígena,

¹¹ A colonização portuguesa instituiu uma forte aliança entre a religião católica e o reinado português. Um dos resultados deste acordo foi o *Padroado* – dinâmica em que o controle financeiro e administrativo das igrejas nas Colônias ficaria a cargo do rei de Portugal, entre os séculos XVI e XX.

convertida em língua geral nos termos assinalados” (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 76). Vale lembrar que a evangelização envolve, de um lado, espaços da fé, na língua do catequizando, sistematicamente organizada por religiosos; do outro, os modos de viver da cultura portuguesa.

Podemos observar, na **Figura 09**, por exemplo, como o governo da língua administrado pelos religiosos favoreceu a expansão do LGA pelos rios da região. Nesta mesma direção, posteriormente o próprio movimento cabano (forjando-se na cidade de Belém e explodindo nos campos do interior), como um catalizador de grande parte dos conflitos envolvendo o processo de colonização e da insatisfação das sociedades indígenas, segue as dinâmicas de movimentação e dominação realizadas pelo dispositivo colonial (*na imagem abaixo é importante seguir o movimento assinalado em vermelho da direita para a esquerda, tendo como ponto de partida a atual capital paraense*).

FIGURA 09 – ESPACIALIZAÇÃO DO GOVERNO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA



Fonte: NEVES, I., 2009 [adaptado].

Esses acontecimentos amparam a matriz de poder na qual a experiência colonial se enraíza e a partir da qual ela é essencialmente discursivizada, bem como justificativas para que um dado gerenciamento linguístico fosse objeto de desejo e instrumento de dominação nacional

e colonial. Tal experiência, então, produz efeitos em quatro esferas interligadas (MIGNOLO, 2020), a saber:

- i.** Econômica, pela apropriação de terra e exploração da mão-de-obra escrava;
- ii.** Política, pela imposição da autoridade, violência e hierarquizações de povos;
- iii.** Social, pelo controle do gênero e da sexualidade; e
- iv.** Epistêmica e subjetiva, pela apropriação, produção e imposição de conhecimentos e formas de ser.

Todas estas representações e modos de agir são um arsenal discursivo poderoso para pensarmos a produção colonial e colonialista sobre as experiências travadas e vividas na Pan-Amazônia a partir da perspectiva dos agentes coloniais. Principalmente se fizermos a conexão com a racionalização dos Estados europeus seguindo o embalo da expansão marítima, da consolidação do mercantilismo, do aparecimento dos Estados territoriais, administrativos e coloniais (superando o feudalismo), e do surgimento dos movimentos de Reforma e Contrarreforma que colocavam em questão uma dada forma de condução dos indivíduos.

Desta maneira, trata-se de considerar como digno de registro, a forma pela qual a colonialidade do poder consegue se estender para as menores partes do corpo e da alma, chegando através de construções de tecnologias da confissão, por exemplo, até o controle ou a resistência de uma sexualidade inventada.

Michel Foucault (2010d, p. 238), no entanto, nos alerta que “[...] onde há poder, há sempre, resistência, sendo um coextensivo ao outro”. Logo, poder e resistência se enfrentam nesta grande batalha colonial com táticas mutáveis, móveis, múltiplas, em um campo de relações de força cuja lógica é menos regulamentada do que comumente pensamos.

Posto desta forma, evidencia-se que a visão de governo da língua não se restringe ao conceito de que o planejamento linguístico é uma tentativa somente de alguém modificar o “comportamento de fala ou de escrita” de algum território, mas de examinar uma vontade de saber sobre um gerenciamento linguístico, no interior de uma dada racionalidade de Estado, como uma tática de governo, buscando entender se os efeitos que ocorrem nos discursos oficiais, ou nos “detentores” do poder, ou nas decisões oficiais (dos “dominadores”), são os mesmos efeitos de dinâmica de poder que compõem os “dominados” e os seus processos de oposição. Peculiaridades que tomam as múltiplas formas de governo como algo a ser pensado, analisado, desejado, calculado e compreendido.

Considera-se, portanto, através deste percurso do olhar, que a vontade de saber sobre as línguas no contexto colonial fundamentou, em um só gesto do dispositivo colonial, a

conversão religiosa (catequização), a colonização linguística (tendo a lusofonia como dispositivo), a imposição política e, ao mesmo tempo, transformou, nas margens da experiência colonial, “a palavra do europeu” em uma grande malha de resistência, conforme será ilustrado nos capítulos posteriores.

UNIDADE II

ENUNCIADOS TRANSVERSAIS: DO GOVERNO DA ALMA AO MOVIMENTO CABANO



2.1 AS INTERFACES DO DISPOSITIVO COLONIAL

O governo da alma e o governo da língua em cena

O escopo desta unidade é mostrar como a gestão dos usos das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma ‘disciplina linguística’ que se estenderá até os nossos dias, atravessando, evidentemente, os regimes de visibilidade da revolução cabana. Aliás, para Foucault (2010c, p. 36), “[...] a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”.

Seria um equívoco grande não citarmos um cenário de transformações políticas, metodológicas e teóricas a partir desta indicação de ‘reatualização permanente de regras’ acerca das relações de poder e de saber, que conectadas a determinadas emergências históricas, privilegiam em uma base estratégica de relações de força a normalização e a disciplina, o estabelecimento de um dispositivo ou um conjunto deles. Assim, o dispositivo, além de marcar um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas...”, já anunciado na **Introdução**, também assinala como uma função estratégica dominante que há sempre um certo tipo de jogo de poder entre esses elementos heterogêneos, a fim de responder em um dado momento histórico uma urgência.

[...] Em linhas gerais, o conceito de dispositivo para Michel Foucault está relacionado à produção de saberes, poderes e subjetividades e sempre vai atender a emergências históricas. Dentro dos dispositivos, digladiam-se estratégias de imposição e de resistência, que podem se chocar, se camuflar e até mesmo convergir. Sem formas fixas, com frequência se atravessam uns com outros (NEVES; GREGOLIN, 2021, p. 14).

A noção de “dispositivos” surge em meados da década de 1970 no vocabulário foucaultiano e designa inicialmente a operadores materiais de poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de “assujeitar” desenvolvidas pelo poder. E como a dimensão de “dispositivos” é, por definição, de natureza heterogênea, podemos dizer que se trata tanto de discursos quanto de práticas, tanto de instituições quanto de táticas instáveis: “[...] é assim que Foucault conseguirá falar, de acordo com o caso, de “dispositivo de poder”, de “dispositivo de saber”, de “dispositivos disciplinares”, de “dispositivos de sexualidade” etc” (REVEL, 2011, p. 42).

Com efeito, “[...] o discurso ele mesmo é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza da época, a nova tendência local do dispositivo” (COURTINE, 2013, p. 27). Portanto, analisar os discursos em tal perspectiva, notando a necessidade em expandir a rede de memória iniciada nos tópicos anteriores, é tentar reconstruir, para além das palavras, o regime dos olhares e a

economia dos gestos próprios aos dispositivos que tornaram inteligível o movimento de governo da língua e de governo da alma no período da Cabanagem. Até porque ...

[...] desde o início da colonização ibérica, o cristianismo esteve diretamente envolvido no trabalho de governo da alma das sociedades indígenas e a Igreja Católica criou uma ordem religiosa, os jesuítas, para se ocupar da conversão dos povos colonizados. Mais de quinhentos anos depois, de uma forma mais plural e complexa, o discurso religioso cristão e suas estratégias, agora bastante potencializadas pela mídia, continua intensamente presente nas relações de poder que envolvem esses povos. As narrativas dos contatos e das guerras têm como recorrência o envolvimento do dispositivo religioso, que mesmo na história moderna continua a desempenhar um importante papel: o governo das almas (NEVES-CORRÊA, 2018, p. 121).

Desta maneira, se observarmos as regras de formação instituidoras do início de um imperialismo linguístico em relação aos processos de invisibilidade dos vários registros de língua em nosso país, notaremos uma rede de memória ratificadora de uma cosmologia, um modo de viver (ou de deixar morrer) em função de discursos “verdadeiros” provenientes do velho continente, além de trazer consigo efeitos específicos de uma ‘verdade linguística’ europeia para a Amazônia brasileira. O governo da alma, como tecnologia de governamentalidade do Ocidente cristão, deste modo, permitiu a Igreja tornar-se um dispositivo de poder indispensável muito particular na história ocidental.

Desde a chegada dos europeus no continente americano, se pensarmos nos indígenas e suas línguas, o poder pastoral teve um significativo papel de mediação na administração das línguas de contato, nos processos de interdição e apagamento das línguas indígenas. Nas formas de se estabelecer nas regiões colonizadas, ao poder eclesiástico, por exemplo, a noção de território “nacional” ou imperial pouco importava, uma vez que este tipo de poder não se dá nos espaços, mas nos sujeitos, “nas ovelhas” que encontrariam na “palavra divina” uma salvação. As práticas discursivas destes religiosos são muito significativas quando discorremos sobre o governo da língua portuguesa agenciado na Amazônia. Afinal, a catequese envolve a gestão linguística e o corpo ganha centralidade neste jogo de poder impulsionador de uma nova ordem social.

A “palavra divina”, então, revestiu-se de essencialidade quando se solidificaram, no “Novo mundo”, as tarefas de colonização daqueles que o europeu englobava como gentilidade. No Grão-Pará cabano, não haveria de ser diferente, depois do reencontro do português com a terra conquistada. “[...] Costurando as malhas de suas bem urdidas peças persuasivas, os religiosos que aportavam ao Brasil tratavam de cativar as almas dos índios, ou imprimir naquelas consciências, tomadas equivocadamente como páginas em branco absoluto, as ordenações da ideologia cristã” (TUPIASSÚ, 2008, p. 11).

Como aconteceu em grande parte das ex-colônias europeias, a memória deste governo das almas e das línguas também foi visibilizada na produção artística do início do século XX, no período republicano na Amazônia brasileira, neste momento já um território integrado ao Brasil, que vivia o enriquecimento proporcionado pelo ciclo da borracha.

[...] Na primeira década do século XX, Belém recebeu anualmente os mais importantes artistas brasileiros de então. Financiados pela elite local e pelo poder público, esses pintores retrataram a história, cenas e cenários da cidade, no intuito de conferir à capital do Pará uma espécie de identidade visual, marcada pelo traço da pintura acadêmica (FIGUEIREDO, 2010, p. 07).

Remexendo os arquivos da historiografia oficial do Brasil, por exemplo, destacamos a tela *Conquista do Amazonas* (**Figura 10**), do fluminense Antônio Parreiras (1860-1937). Obra encomendada pelo então governador do Pará Augusto Montenegro para exaltar a Amazônia “se civilizando”, isto é, o momento da conquista pelos portugueses que foram se aventurando pelas terras da região, ou por seus grandes rios, demarcando as fronteiras dos estados de Espanha e Portugal.

FIGURA 10 – CONQUISTA DO AMAZONAS (1907)



Fonte: Antônio Parreiras (1860-1937). Óleo sobre tela, 400 x 800 cm. Belém, Museu Histórico do Pará.

Pode-se afirmar, deste modo, segundo Figueiredo (2020, p. 07), que “[...] governantes, intendentes municipais, financistas e grandes comerciantes tomavam a si a tarefa do mecenato, patrocinando artistas de várias origens, com encomendas de obras que pudessem descrever a natureza amazônica, em seu estado natural, mítico e edênico”.

A cena de enunciação pintada nesta tela retoma e reforça uma memória instituída pelo dispositivo colonial, neste momento, para demarcar o novo regime político adotado no Brasil e a solidificação do discurso republicano¹². Assim, a República em construção precisava de elementos simbólicos capazes de abordar aspectos relacionados à modernidade. Logo, várias medidas políticas, tidas como “modernas”, foram tomadas no sentido de abordar este novo momento histórico brasileiro. Neste sentido, vemos uma série de oposições que sustentam o prestígio do moderno em detrimento do civilizado, a começar pela luz: são os portugueses, os religiosos e as embarcações que lhes trouxeram “a parte iluminada” do quadro.

Às margens, pouco iluminados, estão os indígenas, com poucas roupas e suas frágeis canoas, alguns religiosos e um soldado, em uma espécie de anúncio do que viria a acontecer depois deste momento. No centro da cena, corpos esguios, nas margens, corpos contidos. A chegada de uma nova ordem à região, com sua língua e com sua cosmologia “iluminam” o Novo Mundo, materializando as luzes, as letras e a suposta superioridade tecnológica.

Nas ex-colônias, o discurso republicano não refutou a colonização, ao contrário, procurou se afirmar no dispositivo colonial para assegurar sua identidade “moderna”. Nesta trama, as línguas europeias representavam uma tecnologia de saber mais evoluída do que as línguas nativas. A república brasileira e seus representantes na Amazônia insistiram nesta ordem discursiva. Algo mais da ordem da experiência do sensível, então, se opera no processo de interação não verbal elaborado por Parreiras, ou seja, as instâncias subjetivas emergentes da enunciação proposta, impõem uma “voz oficial” associada a vários corpos especificados sócio historicamente. Logo, o “conteúdo” da tela suscita adesão por meio de uma maneira de dizer que, de igual modo, deveria também atuar como a versão da história a ser contada pelos invasores do Brasil.

Em um olhar mais cuidadoso para a cena de enunciação em questão, explorando sobretudo o conjunto de determinações físicas, psíquicas e, por conseguinte, discursivas ligadas ao fiador do discurso pelas representações estereotipadas na tela, notamos a articulação de práticas discursivas que não deixaram de lado a dimensão central do lugar da palavra escrita.

¹² Aprender uma situação de discurso como *cena de enunciação* é considerá-la “[...] do interior, através da situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido mais pragmático) no movimento do seu deslocamento” (MAINGUENEAU, 2010, p. 205). Logo, a tela enquanto enunciado é um rastro de um discurso no qual a fala é encenada.

Mesmo sabendo que a sociedade brasileira do início do século XX ainda aparentava ser menos afetuosa à dimensão escrita. Deste modo, inclusive, a perspectiva visual tornou-se uma das principais “armas” de convencimento dos setores médios da sociedade brasileira ainda em formação. Não por acaso, que dois anos antes, o intendente Antônio Lemos adquiriu três telas preparadas especialmente para uma exposição em Belém, além de encomendar ao pintor fluminense, inaugurando na administração municipal a fase das grandes encomendas de pinturas, nada menos do que um conjunto de oito trabalhos reproduzindo os principais logradouros e monumentos da capital paraense. Assim ...

[...] a cada grande tela, sob narrativa visual, deveria nascer a verdadeira síntese da história. A imperfeição do passado seria o principal ângulo de revisão da história visual, escrita pelas tintas nos contornos da censura e do patrocínio de intelectuais e governantes que pensaram as artes como tradução de uma experiência concreta diante da própria história que estavam construindo (FIGUEIREDO, 2010, p. 16).

As instituições inscritas na imagem narrada, o comparecimento dos religiosos, a exuberância das riquezas naturais, as embarcações gigantes, a bandeira e o manuscrito simbolicamente em destaque na luz principal no centro da tela efetivando o ato de conquista e de posse do território, portanto, indicam uma *vontade de verdade* sinalizadora do discurso de uma língua oficial (supostamente majoritária para registrar a história do nosso povo). Uma língua legítima “da salvação eterna”, de “símbolo nacional” e, certamente, o documento escrito deste ato solene não é em uma língua indígena. Daí o desejo maior em sublinhar o caráter discursivo da iconicidade, do governo da alma e do governo da língua. Posto desta forma ...

[...] antes que a um modelo de língua, era um modelo de discurso que urgia referir a imagem. Mas ao discurso no sentido de Foucault, isto é, em um sentido onde o discurso tanto pode ser um fragmento de imagem quanto uma centelha de linguagem (COURTINE, 2013, p. 42).

Deste modo, derivada dos procedimentos de interdição e segregação, que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma *vontade de verdade* vai se solidificando, opondo civilizado *x* selvagem, sagrado *x* profano, letrado *x* primitivo, vencedor *x* derrotado, o verdadeiro *x* o falso no que diz respeito ao uso da língua portuguesa em detrimento de uma outra, legitimando o espaço potencial próprio de uma memória, de uma ideologia, de uma semiose, de uma possível significação histórica narrada pela “língua do outro”.

Nessas emergências históricas, por conseguinte, a língua precisa ser vista menos como a operacionalização de um idioma e de estruturas linguísticas e mais como uma tecnologia de dominação (de violência) simbólica do governo da alma, ou seja, o que está também em jogo é o idioma como instituição, como uma prática discursiva de controle social. De modo que a “[...] colonização linguística é ideologicamente justificada com discursos que tentam naturalizar a

desigualdade entre línguas e culturas e a superioridade de uma sobre as outras” (LAGARES, 2018, p. 147).

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas *regimes de verdade* que se transformam de acordo com os contingenciamentos históricos. E segundo Gregolin (2006, p. 98), “[...] apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a *vontade de verdade* tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção”. Ao propor a existência de uma *vontade de verdade*, Michel Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, mas procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção. Logo, o que também queremos evidenciar a partir da **Figura 10** são os usos políticos da língua portuguesa e de “línguas locais”, considerando, sobretudo, algumas práticas discursivas que produziram representações linguísticas com fins de legitimidade, domínio e exclusão.

Na história das línguas na América Latina, por exemplo, fica evidente a presença do dispositivo religioso na produção de vontades de verdade: com a tradução da bíblia, a difusão do estilo barroco na literatura colonial, nos sermões, nas pinturas e na construção de igrejas e edificações administrativas portuguesas e espanholas entre os séculos XVI e XVIII. Esta matriz colonial de exploração e de controle do outro, operante desde a invasão do Brasil, colocou em funcionamento uma formação discursiva calcada nas práticas do catolicismo, em especial, na fase missionária.

[...] Tentei mostrar nestas páginas que a expressão “formação discursiva” não se limitava a uma realidade de linguagem, mas devia ser compreendida a partir da complexidade da heterogeneidade histórica daquilo que Foucault denomina “dispositivo”: não simplesmente textos, mas imagens e práticas; não somente palavras, mas igualmente coisas, e os olhares que as captam, ou como diz Deleuze, “páginas de visibilidade” e “campos de legibilidade” [...] Deste modo, poderíamos conceber que a um estrato histórico determinado correspondem um ou vários regimes de visibilidade: uma orientação geral do olhar que viria dar um estilo de percepção peculiar, uma perspectiva à visão dos seres e coisas (COURTINE, 2013, p. 79-80).

Os regimes de visibilidade até aqui analisados evidenciam, dentro de um conjunto complexo de legibilidade, específicos, mas vinculados, que as línguas à época da colonização linguística foram colocadas dentro de uma hierarquia na qual as populações locais passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, a representar o moderno, sempre se atualizando e se opondo aos saberes locais. Acontecimentos que ratificam *modernidade* e *colonialidade* como projetos mutuamente constitutivos. Essas propriedades singulares da história do Brasil colônia, com novas atualizações chegam, inclusive, até os nossos dias.

Com efeito, é necessário refletirmos sobre o movimento cabano não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura relacionais, dentro de um agrupamento de práticas constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força ao longo da história do Brasil. Segundo Neves (2009), estas práticas, concebidas como materializações do dispositivo colonial, contribuíram para inventar uma tradição notadamente ocidental sobre o índio, o negro, no “Novo” continente e sobre a língua portuguesa. Afinal, este empenho em gerenciar as línguas do “Novo mundo” ...

[...] se inscreve em uma “vontade de saber” sobre o outro – apoiada nos planos religioso e, posteriormente, científico – que caracteriza o que seria o “dispositivo colonial” (LOPES DA SILVA, 2006) operante no interior de uma racionalidade estatal que estava se constituindo na Europa do século XVI. Segundo Foucault (2008), a Europa desse período pode ser entendida em relação a certa divisão geográfica, não uniforme e nem homogênea, constituída de Estados relativamente autônomos que estabeleciam relações de dominação e de colonização com o restante do mundo, visão que é ratificada no decorrer dos séculos XVI e XVII por vários tratados oficiais (SEVERO, 2013, p. 110).

Reitera-se, por conseguinte, que o dispositivo colonial, especificamente o ibérico, centrado em Espanha e Portugal, a partir do século XVI, sempre esteve imbricado com os mais diferentes meios: com os sistemas judiciários, com o dispositivo escolar e mesmo em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais “índios de verdade”, ou ainda que todas as sociedades indígenas do Período Colonial falavam apenas uma única língua.

2.2 PE. ANTÔNIO VIEIRA E O UNIVERSO MULTILÍNGUE NA AMAZÔNIA

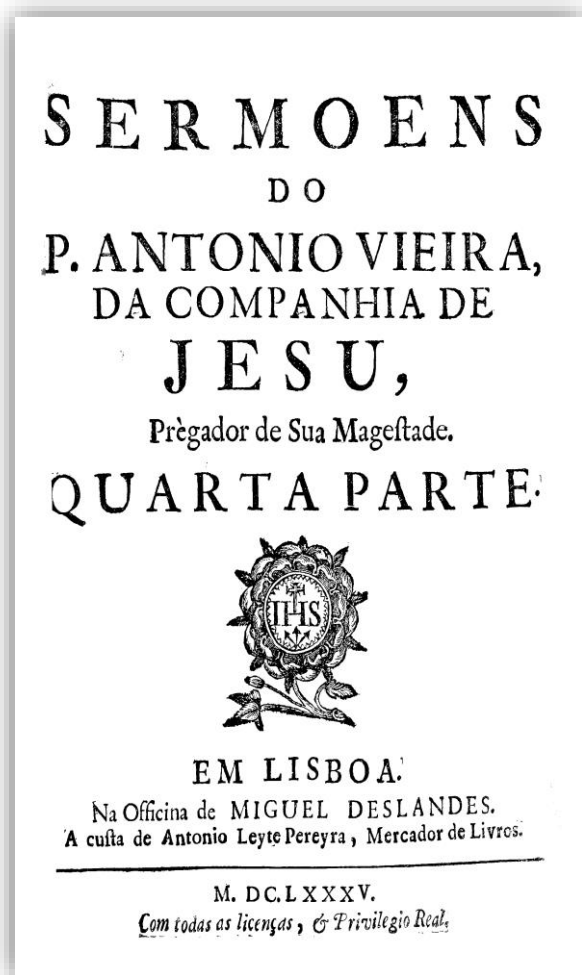
Infinitos horizontes linguísticos

A colonização se estabeleceu a partir de interesses heterogêneos, o que resultou em uma infinidade de pequenos e grandes conflitos. A língua utilizada, no Período Colonial, pelos indígenas que habitavam a faixa litorânea do território brasileiro, entretanto, não era, a princípio, chamada de “geral”.

Segundo Domicio Proença-Filho (2017, p. 56), “[...] a nomenclatura de referência a designava ‘língua da terra’, ‘língua do Brasil’, ‘língua do Mar’, e, designação fixada ao longo do século XVII, ‘língua’”. Os indígenas que falavam a ‘língua da terra’, por sua vez, não eram ainda conhecidos como *tupis*: tal designação só será adotada a partir do século XIX. Eles eram chamados de “gentios”, “negros da terra”, inscritos acertadamente pelo padre Antônio Vieira (1608-1697) em vários horizontes linguísticos e não somente em único idioma, em uma única rede de sensibilidade comunicativa.

No volume quatro (04), dos *Sermoens do P. Antônio Vieira* (1608 - 1697), impresso em 1685, contém o *Sermão da Epiphania*, pregado em 1662, na Capela Real para a rainha regente, Luísa de Gusmão (1613 - 1666). A prédica é dedicada à importância do poder pastoral no “Novo mundo”, em especial no Maranhão e no Grão-Pará, para o reino português e, ao mesmo tempo, expressa a grandiosa diversidade de línguas já anunciada pelo religioso em sermões e correspondências anteriores.

FIGURA 11 – IMPRESSO DE 1685



Fonte: Biblioteca Brasileira (<https://digital.bbm.usp.br>), 2019.

FIGURA 12 – SUMÁRIO DO IMPRESSO DE 1685

The table of contents is titled 'SERMOENS, Que contém esta Quarta Parte.' and lists the following items:

	Pag. r.
I. Sermão do Quarto Sabbado da Quaresma.	45.
II. Sermão de Nossa Senhora do O.	76.
III. Sermão da Primeira Sexta feira da Quaresma no Convento de Olivellas.	106.
IV. Sermão das Cadeas de S. Pedro.	134.
V. Sermão de Todos os Santos.	179.
VI. Sermão da Segunda Domingo da Quaresma.	210.
VII. Sermão da Primeira Sexta feira da Quaresma na Capella Real.	248.
VIII. Sermão de Santa Theresã.	291.
IX. Sermão da Quinta Domingo da Quaresma.	318.
X. Sermão do Mandato na Misericordia.	357.
XI. Sermão do Mandato no mesmo dia na Capella Real.	396.
XII. Sermão da Primeira Oitava do Paschoa.	434.
XIII. Sermão nas Exequias da Senhora Dona Maria de Atãide.	459.
XIV. Sermão de San Roque.	491.
XV. Sermão da Epiphania.	

A red arrow points to the entry for 'Sermão da Epiphania' (XV).

Fonte: Biblioteca Brasileira (<https://digital.bbm.usp.br>), 2019.

[...] Se eu nam entendo a lingua do Gention, nem o Gention entende a minha, como o hey de converter; & trazer a Christo? Por isto temos por regra, & instituto aprender todos a língua, ou linguas da terra, onde imos pregar: & esta he a myor dificuldade, & o mayor trabalho daquella espiritual cõquista (*Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.04, p. 512-513*).

[...] Na antiga Babel ouve setenta & duas linguas: na Babel do Rio das Almazonas já se conhecem mais de cento & cincoenta, tam diversas entre sy como a nossa, a Grega; & assim quando lá chegamos, todos nòs somos mudos, & todos eles surdos; Vede agora quanto estudo, & quãto trabalho serà necessário, para q estes mudos falem, & estes surdos ouçaõ (*Sermão da Epiphania, Lisboa, pregado 1662; v.04, p. 513*).

Na Babel amazônica, com base em Maria Mercedes Hackerott (2012, p. 91), “[...] Pe. Vieira aponta o desconhecimento da língua como o maior empecilho para a ampliação da fé nas missões do Maranhão e do Grão-Pará”. Reforça, igualmente, a necessidade de todos os missionários conhecerem as línguas da terra para que possam administrar os sacramentos, principalmente os do batismo e da confissão, que requeriam o conhecimento do catecismo, no qual se professavam a fé e a doutrina da igreja.

Para isso, ditava-se, como tarefa vital à colonização, dominar também as manifestações linguísticas dos indígenas e todo o universo cultural subjacente às suas línguas. Ao padre cabia o ‘trato das almas’ (governo da alma) e para alcançá-las havia a necessidade do estudo e da possível catalogação dos idiomas através de processos de gramatização das línguas locais, isto é, a invenção de uma norma linguística que servisse para a administração pública, o ensino, ao debate filosófico, à produção literária etc. Como podemos observar em outros escritos do Pe. Antônio Vieira, em especial, nas cartas ao Rei D. João IV datadas em meados 1653 e 1654, esta última apresentando dezenove (19) reivindicações para mudar a forma como vinham sendo governados os indígenas do Maranhão e do Grão-Pará, e na carta ao padre provincial do Brasil (1654).

[...] Os moradores dêste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. **Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas;** outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses [grifo nosso] (*Carta ao Rei D. João IV, 20 de maio de 1653; t. 1, p. 306*).

[...] XII. Que, se nas estradas que se fizerem sertão forem achados alguns índios de corda, ou que de alguma outra maneira sejam julgados por justamente cativos, estes tais se poderão resgatar; [...] **e, para este fim, irão sempre às ditas jornadas religiosos que sejam bons línguas e bons teólogos, e quando menos que um seja bom teólogo, outro bom língua** [grifo nosso] (*Carta ao Rei D. João IV, 06 de abril de 1654; t. 1, p. 435-6*).

[...] Na ilha chamada Joanes, a qual está atravessada bem na boca do rio das Amazonas, defronte da mesma ilha do Sol, **e é tão grande que encerra em si mais de vinte e nove nações, de línguas tão diferentes como são a alemã e a espanhola** [grifo nosso] (*Carta ao padre provincial do Brasil, 1654; t. 1, p. 393*).

No século XVII, por exemplo, a língua portuguesa entrou no Grão-Pará levada por missionários, soldados e funcionários, determinando um novo gerenciamento linguístico em toda Amazônia, favorecendo a iniciação de gestão da invisibilidade de várias línguas indígenas e de

seus sujeitos, cujas identidades começaram a se forjar naquele momento. Bessa Freire (2011, p. 16), alerta para o fato que durante todo o Período Colonial, no entanto, “[...] a língua portuguesa – cujas categoriais não davam inteligibilidade à realidade cultural e ecológica da região – permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população”.

Nos rastros discursivos destes processos de invisibilidade, uma dessas línguas teve papel histórico decisivo no processo de comunicação na Amazônia na primeira metade do século XVII, denominado de Língua Geral Amazônica (LGA) ou nheengatu (“*língua boa*”), conforme já comentado nas linhas introdutórias desta pesquisa. Esta dimensão de língua franca, ou seja, língua pela qual um grupo multilíngue intencionalmente adota ou desenvolve para que todos consigam ordenadamente se comunicar uns com os outros, foi a principal manifestação linguística presente nos aldeamentos, vilas, povoações e cidades de toda a região amazônica, mesmo em lábios de colonizadores portugueses, fossem colonos, soldados ou missionários.

Nesta condição, afirma Proença-Filho (2017, p. 61), “[...] a LGA assume uma dupla função: é utilizada na catequese e é veículo de ação social e política portuguesa e luso-brasileira até meados do século XIX”. Como nota-se na “*Versão do padre-nosso rezada em Manaus e no Solimões no fim do século XIX*”, publicada em 1980 pelo botânico João Barbosa Rodrigues.

[...] **iané iára Tupána reikó waá iwáka opé ne réra iamoité iaikó** [grifo nosso].

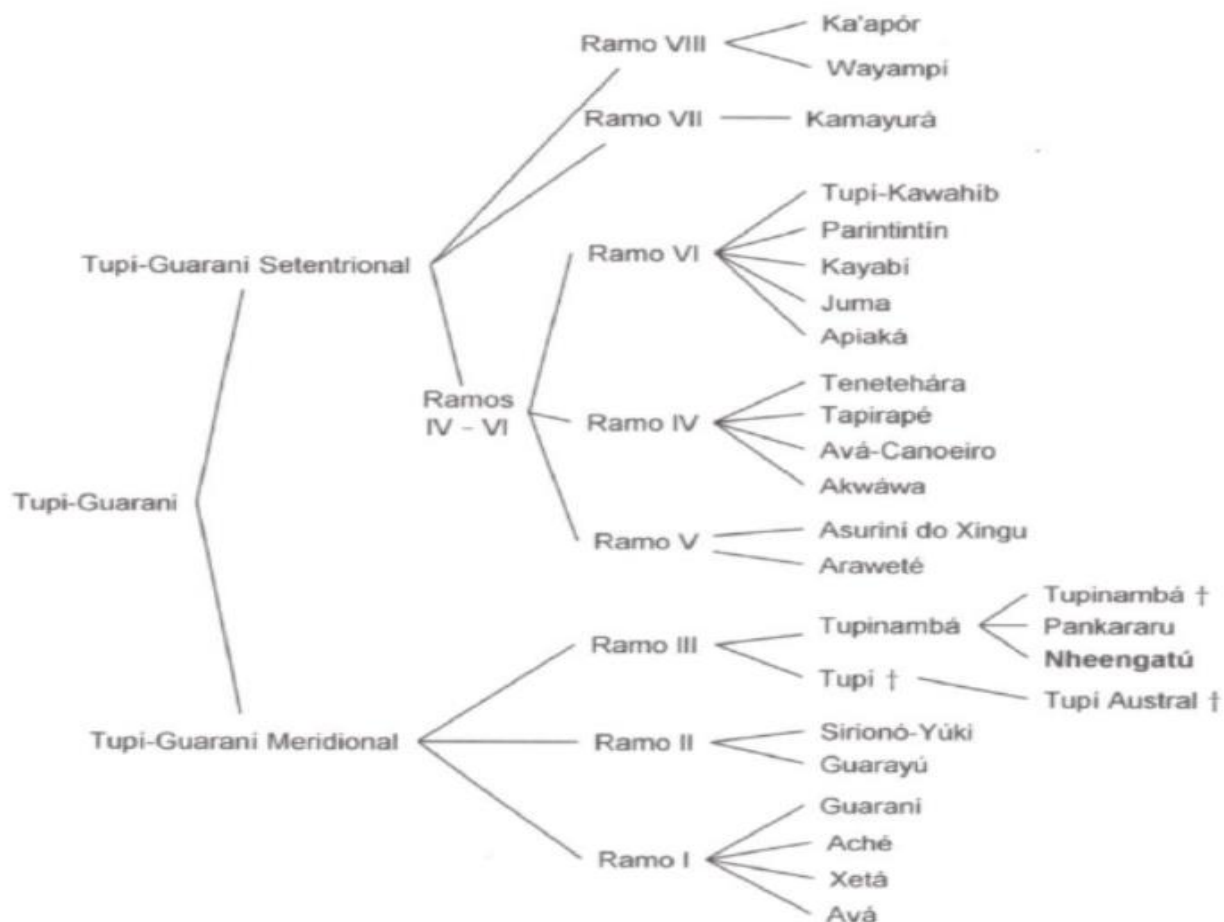
“Nosso senhor (iané iára) Deus, que estás no céu, teu nome nós estamos (ia-ikó) honrando (ia-mo-ité)” (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 62).

O nheengatu, portanto, serviu de mediador entre as sociedades indígenas, os negros e os europeus à época da colonização e ainda hoje é falado por povos indígenas no interior do Estado do Amazonas.

[...] **Através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, Portugal reconheceu a LGA como língua oficial do Estado do Maranhão e do Grão-Pará**, determinando que os missionários deveriam ensiná-la aos índios e aos próprios filhos de portugueses concentrados nos embriões dos núcleos urbanos que se formavam na região [grifo nosso] (FREIRE, 2011, p. 63).

Se levarmos em consideração os moldes da linguística histórico comparativa, a nível de ampliação do exemplo, a fim de estabelecermos uma configuração didática mais visual a partir da “teoria da árvore genealógica” – em que as línguas são classificadas em famílias de línguas – , para a tradição dos estudos indigenistas brasileiros, baseando-se muito em Aryon Rodrigues (1985), a LGA apresenta ligação genética com o tupinambá consideradas como extensão do ramo III da família linguística Tupi-guarani (Meridional).

FIGURA 13 – NHEENGATU E O TUPINAMBÁ NA FAMÍLIA TUPI-GUARANI

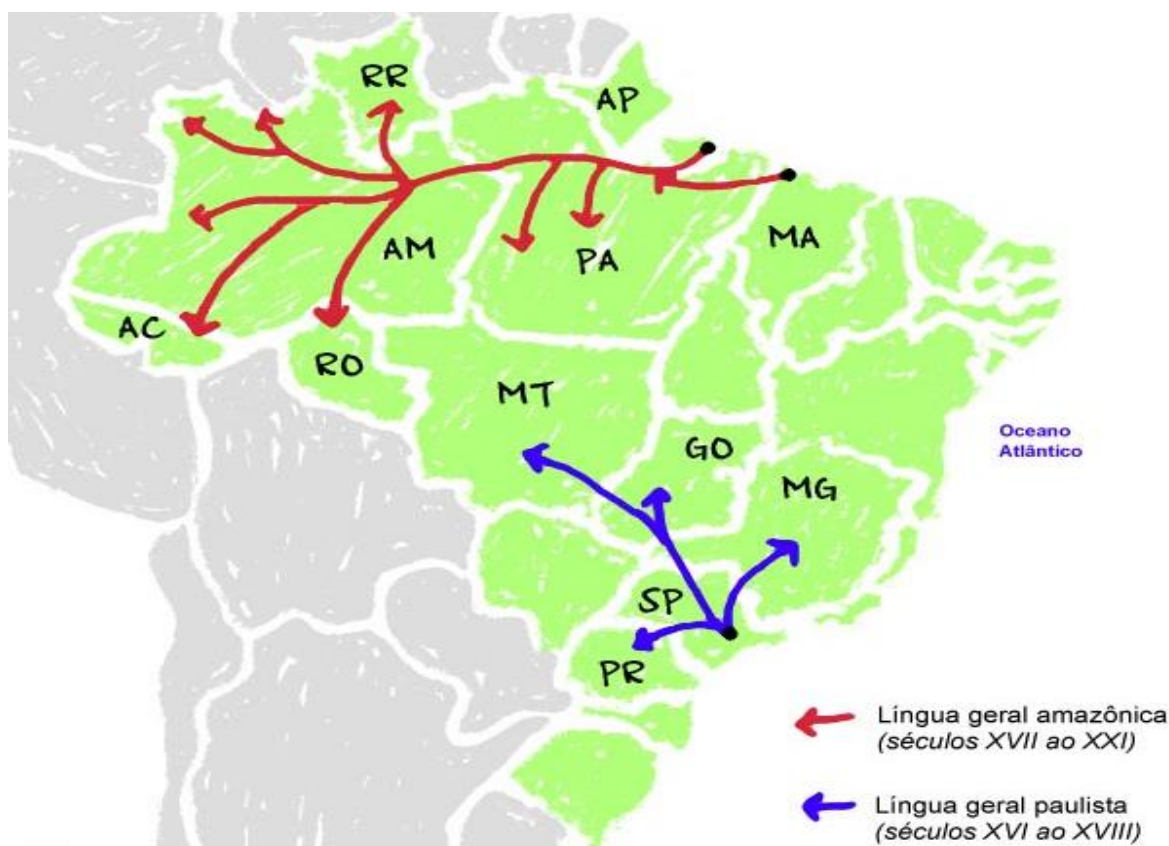


Fonte: OLIVEIRA; ZANOLI; MODOLO., 2019.

Nas Colônias da América do Sul, então, muito em função da atuação das missões jesuíticas e da experiência de catalogação linguística de alguns religiosos europeus registram-se, em fontes primárias para uma história social das línguas na América Latina, horizontes linguísticos múltiplos (dos troncos tupi, aruaque e caribe e das famílias macu e tukano etc), porém, estes mesmos registros, indicam que, predominantemente, somente três (3) línguas de contato formaram-se de maneira mais sistemática no Brasil: a Língua Geral Amazônica (LGA) desenvolvida a partir do tupinambá do Pará (como já atestado na **Figura 13**), a Língua Geral Paulista (LGP) oriunda do tupi de Piratininga – *cumpro considerar que a LGA e a LGP são bem mais acentuadas em apontamentos históricos oficiais e no próprio arquivo geral desta tese. Daí o registro na Figura 14 a seguir – e a Língua Geral do Sul da Bahia (LGB)*¹³.

¹³ “[...] A existência de *Línguas Gerais Africanas* habita o território das possibilidades. Presumem-se que tenham tido presença nos quilombos” (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 63). No entanto, é muito difícil detectar com segurança materialidades que se enquadrem nesta qualidade de “África à vista”, principalmente diante de alguns fatores: a mobilidade das populações, a dispersão, a falta de registros escritos desta possível rede de sensibilidade linguística etc.

FIGURA 14 – EXPANSÃO DAS LÍNGUAS GERAIS NO BRASIL: AMAZÔNICA E PAULISTA



Fonte: Museu da Língua Portuguesa (consulta online), 2020.

Maria Hackerott (2012), em diálogo com Rodrigues (1993), aponta que as línguas gerais, tal como foram investigadas, eram consideradas continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pela população que nascia do processo de colonização, na maioria das vezes submetida a todo tipo de violência.

As duas manifestações com mais proeminências na rede arquivística pesquisada (LGA e LGP), cada uma obedecendo a critérios específicos de formação em uma linearidade aparentemente pacífica de hipostasiamento, se firmaram mesmo entre povos indígenas falantes de línguas de diferentes troncos linguísticos, por causa da participação dos missionários católicos que as impuseram por meio da catequese. Na organização jesuítica, por exemplo, havia as aldeias de repartição, locais em que os indígenas eram recrutados e obrigados ou mesmo estimulados à convivência com indígenas (e sujeitos de outras etnias) de variadas famílias linguísticas. Muitos desses sujeitos tinham pouca ou quase nenhuma possibilidade de interação em suas “línguas maternas” e não era difícil encontrar reunidos nestes aldeamentos inimigos ancestrais.

Em testemunho registrado em carta ao padre Manoel Luís, em que o próprio Pe. Vieira cita o reconhecimento das autoridades eclesiásticas sobre o seu trabalho nas missões, existe a materialização de um verdadeiro “caldeirão linguístico” em nosso território. Este acontecimento evidencia as condições do governo da alma naquele momento histórico. [...] “Antônio Vieira esteve cinco anos em todas as aldeias da Baía, e nove anos na gentildade do Maranhão e Grão-Pará, onde em distância de quatrocentas léguas levantou dezesseis igrejas, fazendo catecismo em sete línguas diferentes” (*Carta ao Pe. Manoel Luís, 21 de julho de 1695; t. 3, p. 666-667*).

Desta maneira, sabendo que o acontecimento discursivo absorve a hipótese de que algo ocorre fora de uma estrutura, embora não livremente, nota-se a efetivação de um novo saber no qual se mantém um tipo de discurso hegemônico de língua, constituinte de uma regularidade que está em vias de se tornar a continuidade de um conjunto de condutas e apropriações oferecidas pelas práticas discursivas coloniais. Afinal, “[...] Vieira também percebeu na palavra escrita o valor documental e legislativo” (HACKEROTT, 2012, p. 105).

Todo papel escrito, por exemplo, que tinha função legislativa/política deveria ser obedecido e cumprido, mesmo por aqueles que não sabiam ler, mas reconheciam os carimbos estampados nas cartas oficiais.

[...] **Eu li aos índios, assim no Pará como deste Maranhão, a carta de V. M. traduzida na sua língua**, e com ela ficaram consolados e animados, e se acabaram de desenganar que por não serem até agora remediadas suas opressões era por não chegarem aos ouvidos de V. M. seus clamores; esperam pelos efeitos destas promessas, tendo por certo que lhe não sucederá com elas o que até agora com as demais, **pois veem firmadas pela real mão de V.M.** [grifo nosso] (*Carta ao Rei D. João IV, 04 de abril de 1654; v. 1, p. 422*).

Tomando este enunciado como uma singularidade significativa presente na cadeia de escritura da *Carta ao Rei D. João IV*, conduzimos gestos de interpretação indicadores de possíveis (de)formações “[...] de mais um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente administrativo” (FOUCAULT, 2010b, p. 225).

Falamos de uma atualização gestada a partir da economia no nível geral da colonização linguística do Brasil e de reordenamentos estratégicos realizados, os quais anos mais tarde acessarão o corpo social cabano através de normas e não de leis, isto é, terão “[...] em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle” (FOUCAULT, 2016, p. 413), isto porque estarão dispersos por toda sociedade, em vez de localizados em um único indivíduo ou organismo de governo.

Em 1750, em reação a um projeto de poder autônomo agenciado pelos jesuítas, as reformas políticas empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal,

expulsaram a Companhia de Jesus das duas Colônias portuguesas existentes em nosso território, proibiram a utilização das línguas gerais e tornaram obrigatório o uso da língua portuguesa.

As reformas pombalinas aqui indicadas como um critério descontínuo de um jogo de transformações específicas, diferentes umas de outras (cada uma com as suas condições, suas regras, seu nível), mas ligadas por um esquema de regularidades discursivas, começaram a instituir uma outra face para a política de línguas formulada e executada pelos jesuítas. Pombal, então, apoia-se em um suporte institucional e reorganiza toda uma tática de força sobre as línguas no contexto colonial que trará consequências trágicas ao campo da cultura e dos saberes.

A administração da língua portuguesa aos indígenas (projeto nacionalista) e das línguas indígenas aos missionários (projeto cristão) foram concomitantes no processo evangelizador e de um possível desenho inicial do imperialismo linguístico europeu na Amazônia. No Brasil, “[...] a expulsão da Companhia de Jesus por Marquês de Pombal foi fruto de um processo de racionalização do Estado português; paralelamente, foi nesse mesmo período que a língua portuguesa foi oficializada no Brasil pelo Diretório dos Índios, em 1759, juntamente com a instauração do ensino laico” (SEVERO, 2016, p. 16).

[...] Ademais, no começo do século XVIII, impôs-se a convicção no Brasil de que seria útil para o progresso da Colônia uma consolidação do português no ensino, o qual continuava nas mãos dos jesuítas. Assim, o governador geral João de Lencastro, em 1702, propôs ao rei que fossem fundados dois seminários para moços e moças índias de 4 a 12 anos “com condição de que nos seminários se não havia de falar outra língua mais do que a portuguesa (Castro, 1986: 303). Outrora em Portugal também se documentavam esforços para que fosse usado o português na educação dos índios. Em 1772, Lisboa recomendava ao governador do Norte do Brasil que introduzisse clérigos com bons conhecimentos linguísticos e que deveriam ensinar os índios em português: “[...] se encomenda que os missionários que houverem de pôr nas aldeias, sejam muito práticos na língua dos índios, como fazem os padres da Companhia de Jesus; e ensinem aos mesmos índios a língua portuguesa” (cf. Leite, 1938-50 IV: 311) (NOLL, 2010, p. 110).

O governo da língua portuguesa, portanto, somado às emergências de um governo da alma na grande bacia amazônica, faz o dispositivo colonial se atualizar e continuar interferindo de maneira decisiva na política linguística da região e no processo de colonização linguística da América Latina.

2.3 OS GLOTOCÍDIOS

Sobre o direito e o dever de assassinar línguas locais

Os dispositivos frequentemente se atravessam e assim como vimos o dispositivo religioso concretizar uma das interfaces do colonial, com o Pe. Antônio Vieira, mostraremos,

neste tópico, como os dispositivos jurídicos encabeçados pelo Marquês de Pombal, por mais que engendrados com um projeto diferente de poder, com interesses distintos do projeto dos jesuítas, interferiram igualmente no governo da língua e no processo de implementação embrionária de uma unidade linguística na região desde as determinações, com peso de lei, muitas vezes descumpridas nas gigantescas fronteiras da Província do Grão-Pará.

Quando analisamos o dispositivo, em diálogo com uma história descontínua, mergulhamos em um terreno composto por linhas de naturezas diferentes. Gilles Deleuze (1996, p. 83) em um texto operacional sobre esta categoria analítica, indica que estas “[...] linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem..., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras”.

[...] O caráter descontínuo da história, pelas oscilações dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos (por exemplo), determina as curvas no dispositivo, pois sobre ele recaem os efeitos sócio-históricos dessas práticas sociodiscursivas, gerando os reordenamentos das linhas diante dos mesmos. E esse movimento é incessante pela permanente produção de subjetividade dos sujeitos. Esta então tem papel primordial no dispositivo, pois mobiliza as demais linhas ao se reajustarem à medida que a produção de subjetividade dos sujeitos provoca fissuras (LISBÔA, 2019, p. 88).

Talvez aqui esteja uma “linha de luz” neste processo de continuidade analítica dos mecanismos de poder à época da colonização que vão de um ponto a outro, mobilizando uma outra curva de “enunciabilidade”, por exemplo: a *Carta de 4 de agosto 1755 – de Sebastião José de Carvalho a Francisco Xavier*. Ela extingue nos aldeamentos algumas práticas religiosas da “raça inferior” e instaura uma fiscalização maior, por meio de uma ação administrativa, quanto ao uso da(s) língua(s).

[...] EU Irmão do meu coração. – Esta carta acompanha a lei, que El-rei Nosso Senhor estabeleceu, para restituir aos índios desse Estado a liberdade que lhes era devida, e aos povos dele os operários, que até agora não tiveram, para cultivarem os muitos e preciosos frutos, em que abundam essas terras. Da mesma lei vereis que nela se não contem novidade, porque toda consiste em uma renovação das antigas e saudáveis leis, cuja observância reduziu o Pará e o Maranhão, à autoridade civil, na forma que o governador, em junta com o prelado diocesano e magistrados, venha a resolver (AZEVEDO, 1999, p. 255).

Estas recomendações reforçam os movimentos, já iniciados pelo Marquês de Pombal em 1750, de imposição linguística e de retirada dos religiosos do governo dos indígenas.

Também ressaltamos esta mesma estratégia três anos mais tarde, na correspondência entre *Bernardo da Costa a Francisco Xavier (1758)* – quando define as instruções para a diligência de se erigirem em Vilas as aldeias dos índios. Nesta materialidade escrita, fundamentalmente nos 3º, 18º e 22º apontamentos que constam nos regimes de enunciabilidade

da carta transcrita a seguir, existem “linhas de força” as quais deixam muito claro, no domínio de suas possibilidades históricas, qual era de fato a língua a ser administrada para a população local e o efetivo *glotocídio*, isto é, a difusão de uma nova língua em um determinado espaço habitado, enfraquecendo a natural da área.

[...] Deve-se examinar com a maior exatidão a verdade de tudo que disser respeito aos apontamentos seguintes [...] 3º. **Se falam a língua portuguesa: se já há alguns que saibam ler e escrever.** [...] 18º. De que nação se compõem a tal Aldeia? **Qual era a sua língua natural?** Em que tempo se estabeleceu? Onde vieram os moradores para aquele Sítio? **Quem os persuadiu, e catequizou?** [...] 22º. **Se a aldeia tem capacidade para se reduzir a Vila, e nesse caso se será mais útil juntar-lhe mais alguns moradores vizinhos, que não sejam índios, misturando todos no número dos que servirem no Senado, ou conservar à parte os mesmos Índios?** [grifo nosso] (MENDONÇA, 2005, p. 411-114).

Logo, se a popularização das línguas gerais interessava ao projeto de evangelização dos jesuítas, ela desagrada radicalmente o projeto lusitano de instauração da língua portuguesa como manifestação linguística nacional do Brasil, em meados do século XVIII, e com a intensificação do Diretório dos Índios (1758). Acontecimentos, que de uma maneira ou de outra, atualizam em um determinado momento histórico o governo da língua portuguesa, o dispositivo colonial e, posteriormente, os sistemas de vigilância para a gestão da vida dentro da Cabanagem.

Por mais que estas movências históricas tentem enquadrar um determinado “avanço” no contexto social brasileiro regido por novas estratégias de uma outra maneira de gestão da sociedade, principalmente o que diz respeito a um modelo de gerenciamento linguístico implementado pelo *Diretório*, a dinamicidade das línguas, critérios demográficos e toda uma estética de resistência linguística transformam estes índices de vigilância em algo fragmentário e descontínuo. Até porque ...

[...] apesar de referir-se à língua, o *Diretório* é um manifesto preponderantemente econômico: só três dos 95 artigos tocam no assunto da língua e do ensino (parágrafos 6, 8 e 9). **Para terminar com a instrução jesuíta em geral e para civilizar os índios, o parágrafo 6 determina que o ensino das crianças deve ocorrer exclusivamente em português. Nas aldeias, o uso do português também será obrigatório para todos os nativos que pudessem seguir uma instrução** [...] Os objetivos do *Diretório*, que, de fato, só tivera importância no Pará e para a Amazônia, fracassaram, contudo, com relação à economia, à demografia e à política cultural [grifo nosso] (NOLL, 2010, p. 111-112).

Assim como um conjunto de práticas europeias atualizou as suas formas de dominação e de exploração nos territórios das sociedades indígenas, mestiças, africanas, na Amazônia, a resistência destes povos também se movimentou em novas formas de respostas a essas investidas indiscriminadas na região para a formação das subjetividades amazônicas. Rosário Gregolin (2016), em termos foucaultianos, diz que a subjetividade não se refere à identificação do sujeito

como categoria invariável, mas a modos de agir (até mesmo linguísticos), processos de subjetivação modificáveis e plurais.

Na Amazônia brasileira, apesar desta decisão político-econômica, que foi o *Diretório*, em função da ausência dos jesuítas, a LGA vai se transformando e ganhando novos contornos entre alguns povos indígenas na bacia amazônica. No início do século XVIII, na história cotidiana de seus falantes, ela ensejará novos processos de apropriação cultural linguística, em um gesto que evidencia o quanto “[...] as línguas não são objetos dotados de uma existência material autônoma que se desenvolvem por si mesmos. Uma língua é uma instituição própria a uma coletividade social, e as modificações que ela sofre estão ligadas à história dessa coletividade” (MEILLET, 2020, p. 148). Padre João Daniel (1722-1776), um jesuíta português que dedicou os últimos anos da sua vida a redigir memórias e reflexões sobre as décadas em que viveu na Amazônia, chega a comentar a relação entre o Tupi genuíno e a LGA¹⁴.

[...] Porém, como os primeiros, e verdadeiros *topinambares* já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com outras mui diversas nações, e línguas, se foi corrompendo de tal sorte a língua geral *topinambá*, que já hoje são raros, os que a falam com a sua nativa pureza [...] de sorte está viciada, e corrupta que parece outra língua diversa (DANIEL, 1757-76, p. 225).

Na Província do Grão-Pará no início do século XVIII, então, as mudanças mais profundas em relação ao governo da língua e à condição em que viviam os indígenas - tomando como base os dois padres jesuítas citados em momentos distintos da Companhia de Jesus em território amazônico: Antônio Vieira marcando o início da estruturação da ordem jesuítica e João Daniel o contexto da expulsão - só vão acontecer de fato no Período Regencial. Uma destas transformações diz respeito ao fim das aldeias de repartição.

Logo, adotando como apoio as reflexões de Bessa Freire (1983), o processo de hegemonia da língua portuguesa, deu-se, efetivamente, só a partir de 1850, já que, até então, embora fosse o português a “língua oficial” do Império brasileiro colonial na Amazônia, esta língua encontrava-se, na prática, subordinada ao nheengatu e “[...] às mudanças ocorridas nas variedades de tupi em circulação” (DANIEL, 1976). E esta pluralidade de variedades, marcada de afinidades estruturais, também pode ser notada em outras regiões do Brasil desta época.

No amplo território do sertão da Bahia, por exemplo, ganhou muita força a língua *kiriri*. “[...] Os indígenas que a utilizavam, integrantes da Grande Nação Cariri, dominavam as terras que se estendiam desde o planalto de Borborema até os limites do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte” (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 62).

¹⁴ “[...] João Daniel esteve quatorze vezes na região e foi expulso em 1757, no período pombalino. Na prisão, escreveu *O tesouro descoberto no Rio Amazonas*, com descrição da situação econômica, social e linguística da região, propondo soluções para o governo temporal e espiritual da Amazônia” (BARROS, 2003, p. 86).

Nota-se, portanto, que a imposição da língua portuguesa não foi aceita sem resistência e refletiu na Cabanagem e na história das línguas do nosso país (tanto no uso escrito como no uso oral), como constataremos nos tópicos seguintes das **Unidade II** e **III**. Podemos inclusive perceber que as estratégias dos jesuítas eram mais efetivas, porque procuravam envolver as cosmologias indígenas e partiam das próprias línguas locais mais faladas para empreender o seu projeto de criação de uma nova língua com estes substratos. Daí os processos de apropriações possíveis diante do nheengatu terem sido mais produtivos e, mesmo à revelia da nova ordem hegemônica, atravessarem os séculos e chegarem até os nossos dias.

O nheengatu, hoje, representa a rede de sensibilidade linguística de vários povos indígenas da Pan-Amazônia, mas sem dúvida, embora guarde semelhanças com a língua forjada pelos jesuítas, ele se inscreveu e ajudou a escrever outras cosmologias. Certamente também que o nheengatu falado nestas primeiras décadas do século XXI em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, é relativamente diferente daquele falado pelos seus contemporâneos Borari em Alter do Chão, no Pará.

2.4 COMO SE REGISTRA A ESCRITA NO GRÃO-PARÁ

Entre ofícios, cartas, jornais e moedas

As estratégias de controle e de imposição linguística empreendidas pela Coroa portuguesa e pelo Império brasileiro orientaram, de certa maneira, a intensificação da escolarização formal na Província e uma normalização institucionalizada pela cultura escrita. Mas elas se fizeram presentes também em outros espaços de poder, que procuravam interferir nas formas de vida da população local, introduzindo novas práticas culturais e outras vontades de verdade baseadas nos modos de viver europeus.

Decidido a colocar Portugal à altura dos “novos tempos”, por exemplo, segundo José Alves Júnior (2001, p. 36), “[...] Pombal empreendeu uma série de reformas, as quais iam desde a reorganização econômica do reino até o reordenamento da cultura, através de reformas na educação”. Noções de um projeto de regeneração portuguesa construído por elementos da elite luso-brasileira, centrado prioritariamente na necessidade de reavaliar as relações MetrÓpole-Colônia, já que o Brasil começava a ser colocado como o centro desse projeto.

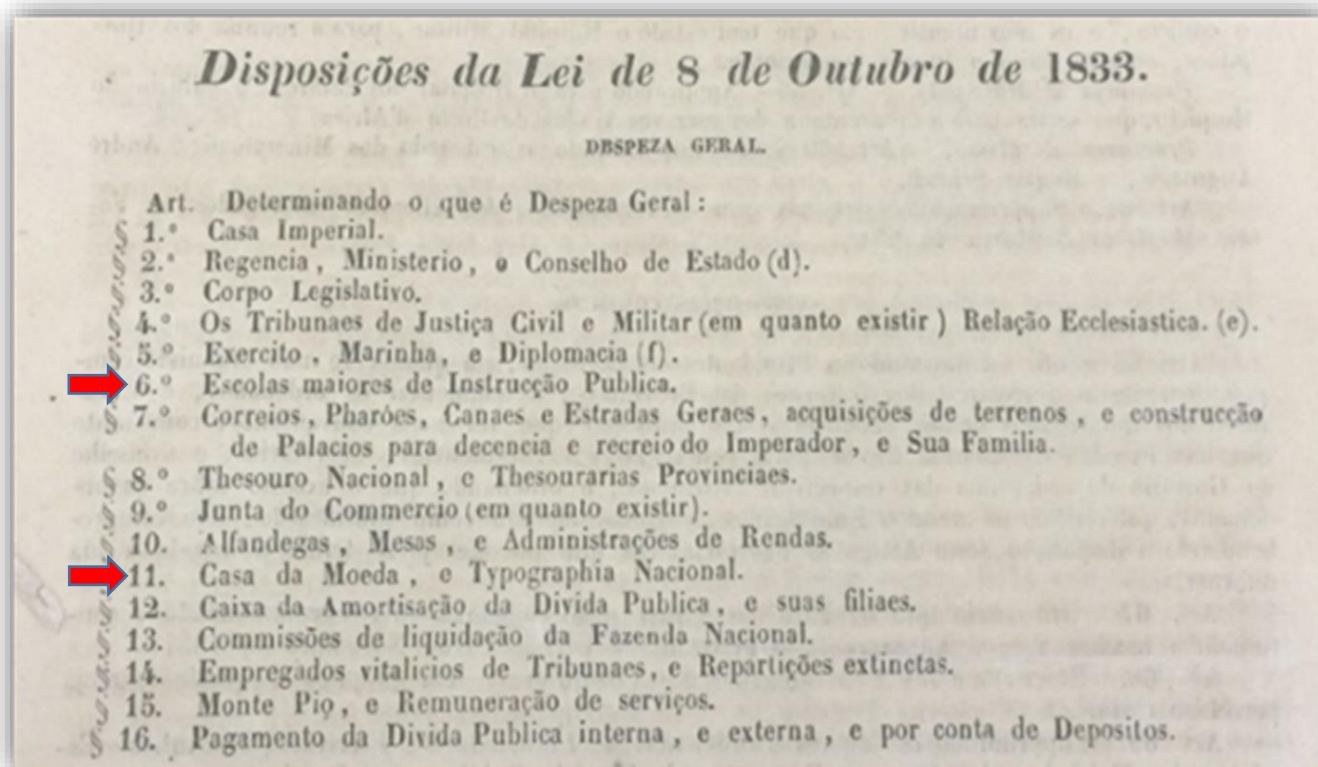
Anos mais tarde desse início de plano de regeneração inaugurado por Pombal, podemos destacar o papel da MetrÓpole (como dispositivo colonial) na criação das Escolas Maiores de Instrução Pública na Amazônia, a implementação do modelo de cientificidade

pautado na profissionalização, sendo modelo disso a instituição da Aula de Comércio nos Estudos Menores. Aspectos reforçados sistematicamente pela Constituição Política do Império do Brasil, datada de 1824, a qual estabelece, “Em nome da Santíssima Trindade”, outros traçados para a solidificação da cidadania, no texto do Título II, Artigos 6º, 7º e 8º.

[...] Entre outras determinações, a Carta Magna garante direitos individuais; oficializa o catolicismo como a religião do império; admite, por omissão de referência, o voto ao analfabeto. O mesmo princípio não se estende, entretanto, à população feminina, excluída por consenso social desse direito de escolha de representantes do povo nas esferas do poder (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 260).

A fim de verticalizar os acontecimentos assinalados, o fragmento oficial a seguir, **Figura 15**, explora as ações de tecnologias de governamentalidade do dispositivo colonial, a partir dos elementos que compõe as **Disposições da Lei de Outubro de 1833** (em especial o 6º e o 11º Artigos) - pertencente aos Arquivos do Poder Executivo da época regencial em Cametá (município paraense com forte marca histórica na Cabanagem). Regimes de enunciabilidade indicadores de uma série de determinações legais. Entre elas, três se relacionam diretamente aos processos de gerenciamento linguístico e ainda que não tenham sido totalmente implementadas, vão interferir pontualmente nas práticas cotidianas locais.

FIGURA 15 – DISPOSIÇÕES DA LEI DE 8 DE OUTUBRO DE 1833



Como podemos observar na materialidade em destaque, vários foram os artifícios administrativos que, historicamente, tentaram silenciar, erradicar os vários horizontes linguísticos presentes no território brasileiro e, em um mesmo gesto, consolidar a manutenção de um desenho político, por parte de uma determinada elite europeia no período da Cabanagem, pela consolidação de uma *Typographia Nacional* ocidental em nosso país (criada em meados de 1808 e denominada Impressão Régia): um outro padrão de linguagem, prestigiado e imposto inclusive belicamente pelo império, forjando um significativo valor à cultura letrada no processo da construção comunitária e na direção do uso generalizado ao longo da nação emergente.

No decorrer da Regência e posteriormente estendida a sua ação ao Segundo Reinado, então, segue ativa a dinâmica do impresso em língua portuguesa. Às vésperas da Cabanagem, como bem aponta Proença-Filho (2017, p. 273), “[...] a imprensa ganha vulto no conflito de posicionamentos que se delinea. A posição conservadora estampa-se em periódicos como *A opinião* e *O Despertador*. Os liberais entrincheiram-se no *Orfeu Paraense* e no *O Publicador Amazoniense*.

De acordo com Vicente Salles (1992), o jornal que Batista Campos apoiava, por exemplo, não ficou alheio aos acontecimentos nacionais mais palpitantes quanto ao uso da língua portuguesa e à *Typographia Nacional* já assinalados “legalmente”, ou seja, nas páginas de *O Paraguassu*, editado simultaneamente com *O Publicador Amazoniense*, percebemos que não nos mantínhamos indiferentes ao que acontecia no país e no mundo¹⁵. O próprio Batista Campos combateu a maçonaria por meio da redação destes jornais e também recebeu apoio do jornal *Amigo do Povo*, de São Luís, quando fora acusado por Bernardo Lobo de Sousa de ser o principal agente pensante da revolução. Em nota de solidariedade transcrita a seguir por João Francisco de Lisboa, podemos ler o referido apoio ao cônego.

[...] Temos lido o *Publicador Amazoniense*; e das suas páginas não colhemos senão a linguagem franca de um escritor livre, constante, e incansável defensor da liberdade do Povo Paraense, que sempre gemeu flagelado e oprimido por infames Agostenses, suportando o próprio Batista Campos perseguições e tratos a ponto de o colocarem quase na classe de Mártires da liberdade, estendendo-se os seus desvelos até aos outros povos do Brasil, por não ser egoísta! (SALLES, 1992, p. 87).

Em se tratando do periódico *O Paraense*, quando o assunto em pauta é a imprensa do início do século XIX no Grão-Pará, esse periódico assinala “[...] o início de uma prática que obteve expressiva ressonância no Pará, qual seja, a do aparecimento e da circulação de uma cadente literatura panfletária, utilizada por europeus e por brasileiros para materializar as visões

¹⁵ “[...] Não podemos compulsar coleções completas desses jornais. Apenas exemplares avulsos guardados principalmente no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Manuel Barata, todos microfilmados para estudo” (SALLES, 1992, p. 82).

que possuíam acerca do processo político-social então dominante na Província” (SALLES, 1992, p. 102)¹⁶.

Mesmo que bastante deteriorado, já que são raros os exemplares deste jornal e a coleção maior conservada encontra-se nos arquivos de Lisboa, conseguimos em nosso mergulho arquivístico, na Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, localizada no município de Vigia de Nazaré (PA), considerada pelos vigienses a entidade que melhor reflete a conjunção cultural do patrimônio histórico local, um número de 1828¹⁷. Descoberta nada fácil, pois os arquivos brasileiros (principalmente os que ficam nas cidades interioranas do país) enfrentam, de maneira geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos desta natureza: falta de pessoal capacitado, de instalações adequadas e de recursos. Assim, infelizmente, muitos materiais arquivísticos ...

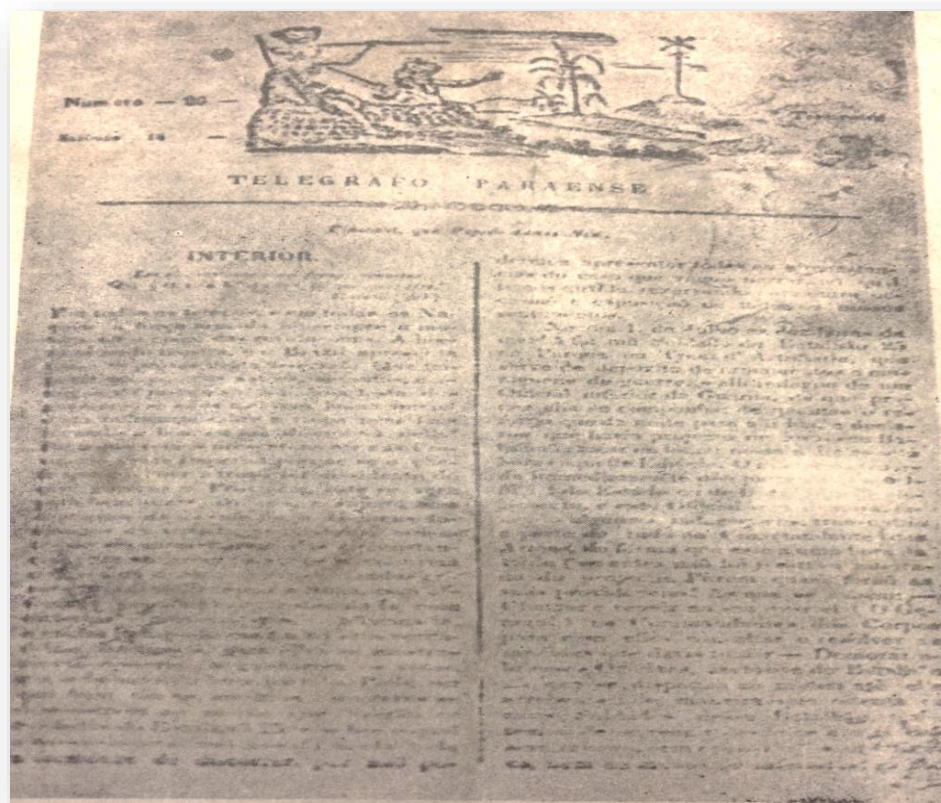
[...] geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos. Mesmo na iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de arquivo como “arquivo morto”, como que ignorando a preciosidade de muitos documentos ali esquecidos. [...] Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal condicionados e preservados, e mal organizados (BACELLAR, 2014, p. 49).

Deste modo, o registro visual desta materialidade aqui se faz necessário não somente pela raridade do material documentário e por sua função social, mas também para que outros pesquisadores possam explorá-lo de maneira mais potente e potencializar olhares mais cuidadosos, com abordagens mais específicas e técnicas variadas de preservação, para que as peculiaridades do impresso e seu suporte, que nada têm de natural, possibilitem outros convites à pesquisa com fontes documentais marcadoras da crescente radicalização política do Grão-Pará até a eclosão da Cabanagem.

¹⁶ Ampliaremos as condições de existência que atravessam *O Paraense* no tópico seguinte da **Unidade II**.

¹⁷ Vicente Salles, na obra *Memorial da Cabanagem* (1992), traz como um dos anexos uma materialidade desta mesma tiragem. Entretanto, não aponta claramente onde o exemplar pode ser encontrado e como foi localizado.

FIGURA 16 – EDIÇÃO DO TELÉGRAFO PARAENSE: NÚMERO 26 (1828)



Fonte: Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto (Vigia - PA) / LAVAREDA, W., 2017 (foto)

Com efeito, é perceptível a partir dos acontecimentos assinalados, que o Grão-Pará cabano vive uma época em que a língua portuguesa ganha uma maior notoriedade: na formulação de novas subjetividades, nas formas de como se “escreve a escrita” no território das lutas, dos conflitos, dos ajustes, na (re)construção dos imaginários etc.

As estratégias administrativas das **Disposições da Lei de Outubro de 1833**, portanto, potencializaram, diversificaram e incentivaram de forma significativa a presença da língua portuguesa escrita, ainda que precariamente, no espaço habitado da região, chegando, sobretudo, no sistema circulante da época, isto é, na soma total de cédulas e moedas em circulação em um dado território em posse do público e dos bancos (**Figura 17**).

FIGURA 17 – MEIO CIRCULANTE BRASILEIRO (1822 – 1889)



Fonte: Museu de Cametá-PA/ LAVAREDA, W., 2017 (foto)

À guisa de curiosidade, anos mais tarde, segundo Álvaro Martins (2012), diante da Província desmetalizada (não havendo moedas de cobre nem mesmo para o pagamento dos soldos das tropas), Félix Malcher, o primeiro presidente cabano, em uma medida que seria seguida pelo seu sucessor, ordenou a *contramarca* nas moedas de cobre recolhidas – coloniais e imperiais – devolvendo-as à circulação em âmbito da Província. [...] Assim, as moedas de 80 réis passaram a valer 40; as de 40 circularam com carimbo de 20; e as de 20 foram carimbadas com 10 (**Figura 18**) (MARTINS, 2012, p. 94).

FIGURA 18 – MOEDAS COM CARIMBOS CABANOS



Fonte: MARTINS, A. 2012.

Resolução administrativa cabana, vale a ênfase, escrita em língua portuguesa e publicada em *bando* (que era um pregão lançado ao público por ordem de autoridade superior), pelas principais ruas da capital e, em seguida, encaminhada, para ser devidamente executada. Eis um pequeno fragmento do preceito legal:

[...] Félix Antônio Clemente Malcher, cavaleiro da ordem de Cristo, tenente-coronel da segunda linha e presidente da Província do Grão-Pará etc. [...] Urgindo o bem público que a moeda de cobre denominada *Cuiabá*, que ora se acha inutilizada na tesouraria desta Província seja de algum modo proveito à nação, e sendo justo que com ela se ocorra às despesas do Estado por aquele valor de cobre amoedado, que não se prejudique os interesses nacionais, ordeno o seguinte:

A moeda de *Cuiabá* do valor representativo de oitenta réis valerá vinte réis, nunca sendo menos de seiscentos a setecentos réis por libra.

A moeda de *Cuiabá* do valor representativo de quarenta réis valerá dez réis, nunca sendo menos de seiscentos a setecentos réis por libra.

A moeda de *Cuiabá* do valor representativo de vinte réis, que tenha o tamanho e o peso daquela do valor representativo de quarenta réis, também valerá dez réis.

E para que chegue à notícia de todos e ninguém possa alegar ignorância, mando que seja este publicado na forma de estilo pelas ruas principais desta capital, e depois afixado na porta principal do Palácio do Governo (MARTINS, 2021, p. 76).

A circulação destas moedas, portanto, tanto nas mãos dos cabanos e mesmo antes da Cabanagem, representa uma nova prática cotidiana, um novo lugar de poder e à época, cunhada em cobre, está a língua portuguesa. E mesmo que a tentativa da revolução fosse propor uma nova forma de vida, as culturas locais já estavam amplamente fraturadas e passavam a se estruturar também a partir de modos de viver europeus. Desta maneira, na cosmologia da pólvora e do texto impresso, estes hábitos são também imprescindíveis à manutenção do governo da língua portuguesa na região.

Tendo como base as reflexões da arqueogenealogia de Michel Foucault em consonância com as **Figuras 16, 17 e 18**, podemos dizer que este tipo de perfil de legitimação/gerenciamento é aquele pelo qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam as formas de vida.

Espaços estratégicos também responsáveis pela estruturação do terreno social, pelas explicações “adequadas” para a razão das disciplinas e pela instauração de uma vontade de verdade que privilegiaria um governo da língua europeu (nas escolas, no sistema monetário etc). Assim, argumenta-se a favor da ideia de que essa intensa produção discursiva sobre as línguas inventou, inclusive nos patrimônios linguísticos indígenas, nomes e alfabetos, abrindo caminho para a introdução de práticas de letramento linguístico em sociedades de tradição oral.

Ao examinar os mecanismos sociais que controlam a produção e a circulação dos discursos, segundo Gregolin (2016, p. 119), “[...] Foucault nos mostra que a vontade de verdade

se apoia em uma base institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas”. E dentro desta dimensão, Michel Foucault (2010c) aponta que o modo mais profundo do exercício de um regime de verdade é a maneira como um dado saber é reconduzido numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo, para esta pesquisa, atribuído para a solidificação das batalhas de poder e de saber em torno dos usos sociais das línguas.

[...] a ideia de que as línguas nomeiam as etnias é fruto da empreitada colonial, que tratou de criar diferenças onde havia similitudes e de instaurar semelhanças onde havia diferenças, como estratégia de demarcação territorial dos interesses missionários e, posteriormente, políticos [...] Esse processo de invenção das línguas no contexto colonial a partir de uma chave eurocêntrica – conforme ilustrado – pode ser tomado como exemplo de colonização epistêmica, subjetiva e política (SEVERO, 2016, p. 18).

A “destribalização” dos indígenas, por exemplo, iniciada pelos missionários, o Diretório (1758) e a ampliação de outras normalizações que também refletem nas **Disposições da Lei de Outubro de 1833**, aqui tomadas como tecnologias de poder, são estratégias do dispositivo colonial estabelecidas em diferentes momentos da história, administradas por Portugal e pelo Brasil, filiadas a uma mesma rede de memória, empenhadas em intensificar a desorganização dos antigos modos de vida das sociedades tradicionais para “[...] tornar as suas condições de sobrevivência praticamente insuportáveis, aproximando os índios ainda mais dos outros segmentos da sociedade, cujos laços de solidariedade foram se estreitando até eclodirem na Cabanagem” (ALVES JÚNIOR, 2001, p. 51).

A partir da análise dos regimes de enunciabilidade até aqui mobilizados, é fundamental a imersão nas condições de possibilidades históricas em que muitos saberes ficaram sujeitados. Pensemos agora sobre os conteúdos linguísticos soterrados, saberes ocultados que, segundo Haroldo de Resende (2016, p. 127), “[...] tentam tornar invisíveis o aparecimento de alguns conteúdos históricos (patrimoniais) importantes para algumas interpretações”, porque somente esses conteúdos possibilitariam a descoberta da clivagem das lutas e dos embates que algumas ordens discursivas, impostas pelo imperialismo linguístico europeu, objetivavam esconder sobre a lusitanização de línguas indígenas (ou de matrizes africanas) nesta grande rede de memória que vai da Babel amazônica ao movimento cabano.

[...] O português falado no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, no século XVII, foi considerado pelo padre Vieira, uma “meia-língua”, produto de uma política colonial que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da língua geral amazônica [...] Esses registros, porém, não se limitaram ao Período Colonial e podem ser encontrados até mesmo em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços – provenientes de diferentes tipos de horizontes linguísticos, usavam a língua geral como instrumento de interação, mas nesse caso, a comunicação era basicamente oral, porque eles eram em sua maioria iletrados. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a língua geral amazônica, optando pela língua portuguesa, como testemunham alguns documentos (FREIRE, 2011, p. 84-85).

O policiamento linguístico e o governo da língua representam, deste modo, tecnologias de poder bastante significativas para se efetivar a colonização e o domínio pleno do território. Em que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Esta biopolítica (aqui fazendo alusão a uma nova forma de governar) implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros. Jean-François Bert (2013, p. 12), ao discutir sobre algumas ideias-chave nos escritos de Foucault, “[...] lembra que a partir do século XVIII este termo designa a maneira com que o poder governa o conjunto dos viventes a partir das questões de saúde, de higiene, de alimentação, de sexualidade, que se tornaram novos desafios políticos”. Por isso a noção de biopolítica é indissociável da noção de sistemas de vigilância para a gestão da vida.

Com efeito, estas operacionalizações conceituais sugerem um caminho interpretativo importante para a constituição da língua impregnada de um conjunto de instituições de controle que pode ser lido em dupla dimensão – o governo da população e o governo de si – biopolítica e biopoder, portanto, concomitantemente. Domínios foucaultianos importantíssimos para as análises realizadas neste texto, isto é, os agenciamentos produzidos pela biopolítica começaram a instituir teias normativas no cotidiano da região, onde o gerenciamento linguístico representou uma tecnologia de poder fundamental para se concretizar a colonização linguística, a glotofagia e o domínio efetivo do território amazônico¹⁸.

Por essa biopolítica entende-se a maneira pela qual a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, segurança, higiene, natalidade etc, entre os quais a língua, enquanto prática discursiva, também faz parte.

¹⁸ “[...] Louis-Jean Calvet em seu livro *Linguística e colonialismo*, publicado pela primeira vez em francês em 1974, e onde analisa basicamente a situação linguística das ex-colônias europeias na África, denomina *glotofagia*, o processo pelo qual uma língua colonizadora acaba “devorando” as línguas dominadas” (LAGARES, 2018, p. 145).

As dimensões de controle linguístico como estratégia para a gestão da população, ao longo da colonização, portanto, atravessavam tanto o corpo individual como o corpo social a partir de ecos da experiência colonial, ou seja, a população foi paulatinamente incorporando várias regulações, inclusive, aquelas voltadas às normalizações de um modo de viver e de agir linguisticamente europeus. Logo, os mais diversos projetos cosmológicos (políticos, linguísticos, culturais e sociais), decorrentes dos espaços de socialização e de trocas de experiências, irão conviver e se chocar, posteriormente, dentro do movimento cabano.

2.5 A REVOLUÇÃO DO PORTO E OUTRAS MEDIAÇÕES POLÍTICAS CABANAS

“Um país morreu para o Brasil nascer”

Pela natureza do objetivo geral da pesquisa não temos a pretensão de refazer um percurso histórico abrangente dos movimentos cabanos. Interessa-nos continuar estabelecendo os modos como um conjunto de relações e acontecimentos discursivos foram reelaborando, estrategicamente, um ideal linguístico homogeneizador com forte tendência para o português europeu, a partir de uma dada série arquivista apresentada na unidade anterior. Posto desta forma, apoiado em Magda Ricci (2001, p. 262), “[...] é necessário analisar pontualmente como os cabanos e os legalistas se viam e agiam nesse universo de relações sociais, efetivando, quando possível, ligações que os grupos estabeleciam entre suas realidades regional, nacional e internacional”.

Essas ligações a que se refere Ricci (2001), não tão fáceis de mapear, nos ajudam a entender a população cabana como um circuito organizado por muitos fios ligados entre si. A dificuldade de uma descrição como essa decorre do fato de entendermos primeiro como se deu esta associação de linhas de força, mediante múltiplas estratégias institucionais.

Desta maneira, a fim de compreendermos com mais propriedade as condições de existência que atravessaram os ideais cabanos e quem são os integrantes da revolução, é fundamental alcançarmos a forma de dominação, de gestão e de expansão portuguesas atuantes nesta época. Afinal, de que Brasil estamos falando no período da Cabanagem?

FIGURA 19 – IMAGINÁVEL DELIMITAÇÃO DOS ESTADOS



Fonte: DIAS, Nunes Manuel. *A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Volume 1. Coleção Amazônica. Série: José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970.

A América portuguesa era formada por dois (2) grandes núcleos coloniais. O Estado do Brasil com a capital a princípio Salvador, porque em 1763 passa a ser o Rio de Janeiro, e o Estado do Maranhão e Grão-Pará cuja capital era São Luís, mas em 1737 muda para Belém e passa a se chamar Grão-Pará. Em 1774 ocorreu a fusão das duas colônias em busca de uma unificação nacional, de um único centro administrativo, e a capital oficial passa a ser o Rio de Janeiro. No entanto, a Amazônia brasileira permaneceu separada da “unidade Brasil” por mais de 200 anos, isto é, os reflexos de um modelo de gestão colonial “mais abrangente” não chegavam de forma tão efetiva no Norte do Brasil.

Estas peculiaridades, discursivamente, nos encaminham para uma leitura do “Grito do Ipiranga” (1822) como algo também “inventado” pelo dispositivo colonial e, infelizmente, incorporado pela História oficial do nosso país, pois não tinha como o Brasil ser imaginado da forma que comumente muitas instituições escolares ainda o apresentam quando retratam esta passagem de D. Pedro I (Primeiro Reinado). O que queremos dizer é que não havia uma “identidade nacional brasileira” totalmente unificada. Os interesses políticos do Império brasileiro e do capital estrangeiro, sobretudo da Inglaterra, começam a forjar uma identidade nacional, mas este é um processo que ainda hoje encontra muitas resistências regionais no Brasil.

Muito mais que o sentimento de uma identidade nacional, a imposição da língua portuguesa e a burocracia do Estado brasileiro, aliadas às forças militares, inventaram uma “unidade nacional”.

No próprio Grão-Pará cabano a suposta “identidade paraense/amazônida” também é espraiada, ou seja, os cabanos eram de localidades diferentes: Acará, Belém, Vigia de Nazaré, Óbidos, Rio Moju, Borba, Rio Madeira entre outros lugares. Assim, em vez de pensarmos as culturas nacionais e as línguas como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. “[...] Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2006, p. 62).

[...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos em uma unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado na plenitude (HALL, 2006, p. 39).

Sugere-se, então, que as subjetividades e as zonas de contato linguístico cabanas não são ocorrências puramente amazônicas, mas são formadas e transformadas no interior de uma representatividade muito maior, isto é, nós só sabemos quem é o cabano e que papel linguístico performativo ele seleciona, devido a modos de agir materializados em alguma forma de atividade relacional de resistência, em alguma ‘rede de sensibilidade comum’ – enquanto um conjunto de significados dinâmicos, fraturados e ativos, sobretudo, linguisticamente, assumidos de diferentes formas e que impactam na constituição da subjetividade maior do movimento revolucionário. Visto que “[...] como temos visto, para Foucault, a subjetividade não é alguma coisa que nós somos; é uma atividade que nós fazemos. A subjetividade é relacional, dinâmica e inquieta, potencialmente indisciplinada e imprevisível” (MCGUCHIN, 2018, p. 176).

A identificação e a construção das subjetividades cabanas, portanto, vão muito além dos limites geográficos do território brasileiro. Principalmente se pensarmos na Província do Grão-Pará em consonância com os acontecimentos políticos e as agitações sociais da década de 1820, juntamente com a criação e o desenvolvimento mais pujante de uma imprensa paraense. Até porque estas mediações fizeram com que surgisse pela região amazônica brasileira um crescente interesse pelas mudanças sociais vindas da Corte ou mesmo fora do país. “[...] A própria ideia de luta de classes foi discutida na imprensa local e juntamente com ela foram se alicerçando nas mentes dos líderes cabanos uma ideologia revolucionária” (RICCI, 2001, p. 264).

[...] a Amazônia da época cabana vivia uma ebulição de ideias que navegavam pelos rios e mares e assim modificavam as formas daquelas pessoas de entenderem o mundo, tanto no campo político como no religioso. A proximidade com a Guiana Francesa, com o Caribe e a própria Europa devido à geografia e às correntes marítimas, que obrigavam os navios vindos das Américas do Norte e Central a realizarem um retorno na bacia amazônica, faziam dos portos paraenses lugares de grande circulação dos ideais das revoluções “liberais” (francesa e americana), e com isso os conceitos republicanos, abolicionistas, além da separação entre Estado e Igreja, circulavam intensamente na região (NEVES-CORRÊA; NEVES, 2020, p. 128).

Dimensões que Salles (1992), diferentemente de “clássicos” da historiografia tradicional amazônica como Pasquale Di Paolo¹⁹ e José Júlio Chiavenato²⁰, muito pelo olhar particular de seus modos de fazer pesquisa, aponta ser um bom caminho para delinear a história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Afinal, ...

[...] Salles construiu um estudo valioso sob uma dada versão para a continuação dos ideais cabanos após 1836. Seu objetivo, diferentemente do de Di Paolo e Chiavenato, não era discutir a história da Cabanagem enquanto uma revolução, mas esboçar a história do pensamento político-revolucionário no Grão Pará. [...] Para Salles, a luta política no Pará, e, particularmente a da Cabanagem, explicava-se, em grande medida, por um embate de classe de forte cunho ideológico (RICCI, 2001, p. 263).

Havia uma rede de relações importante entre os jornalistas paraenses da época e os do Rio de Janeiro, Europa e Estados Unidos. As emergências históricas que fomentaram o movimento cabano dialogavam com outros inúmeros problemas vividos em diversas regiões do globo até os limites da diferença colonial. Neste sentido, a Cabanagem, a partir de suas histórias locais absorve projetos globais e evidencia, mais uma vez, o quanto a colonialidade do poder, segundo Mignolo (2020, p. 83), “[...] sublinha a organização geoeconômica do planeta, a qual articula o sistema mundial colonial/moderno e gerencia a diferença colonial”.

Ponto chave para este posicionamento, já que todo discurso é uma forma de ação, são os dois seguintes acontecimentos: a solidificação da imprensa na região, cujo nome mais forte foi o do jornalista Alberto Felipe Patroni. Fundador do jornal *O Paraense* no ano de 1822. Muito inspirado pelo “discurso liberal”, traz de maneira mais efetiva a imprensa para o Grão-Pará com o intuito de fortalecer uma “nacionalidade amazônica” e, em um mesmo gesto, estabelecer outros critérios de “modernidade” para a região em prol de um projeto de poder para chegar à presidência da Província. No entanto, segundo Salles (1992, p. 101), “[...] o pensamento político de Patroni ficou insuficientemente indefinido” e não há registros de que seu projeto de administração garantiria aos estratos “mais baixos da população” outras condições de vida.

¹⁹ DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. Belém. CEJUP, 1990.

²⁰ CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Embora associado a Patroni na criação e manutenção de *O Paraense*, que concretiza a imprensa no Pará, Batista Campos reflete o pensamento liberal e revolucionário do franciscano Luís Zagalo e os ideais das revoluções de 1817 e 1824 do Porto, em Portugal. De modo que “[...] são bem definidas as posições de ambos, assim como as grandes contradições, principalmente a ação em momentos decisivos” (SALLES, 1992, p. 102)²¹.

O periodismo paraense, por conseguinte, ainda na fase pré-revolucionária, toma rumos inesperados, concentrando-se na luta de grupos e não propriamente de ideias. Acontecimento que leva Batista Campos, devido sua inclinação revolucionária, sofrer inúmeras perseguições e arbitrariedades, chegando inclusive a não poder ocupar-se da publicação de seus jornais. Assim, o cônego, manda recrutar no Maranhão o jornalista cearense Vicente Ferreira Lavor Papagaio para ajudá-lo. Com isso ...

[...] a substituição de um jornal regular é suspensa e substituída pela panfletagem mais desabrida, a cargo de Lavor Papagaio, escritor popular, republicano formado, ao que parece, ao tempo da Confederação do Equador e que trazia do Nordeste não só a linguagem destemperada e rude, com o estilo, ou a maneira de escrever semelhante ao linguajar do povo, o que foi visto por Raiol, Barata e seguidores como crassa ignorância. [...] Lavor Papagaio era natural do Ceará, donde consta que saiu por causa de sua linguagem atrevida e insultuosa na imprensa (SALLES, 1992, p. 116-117).

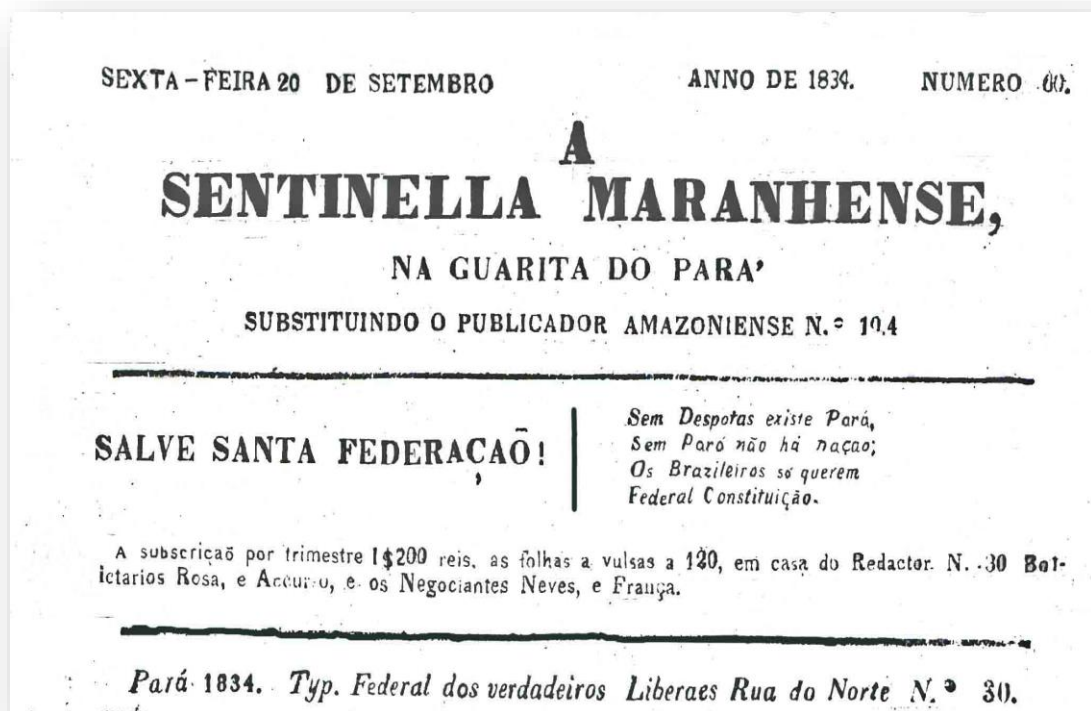
No auge das tensões discursivas e dos conflitos bélicos de 1834, Lavor Papagaio, então, após passagem pelo *O Publicador Amazoniense*, lança *A Sentinella Maranhense, na Guarita do Pará*. O jornalista publicou apenas dois números e se voltou a desmoralizar o sistema monárquico e a regência do Império, abalar as instituições do país, depreciar os delegados do governo, subverter a ordem pública e, acima de tudo, insuflar a população.

As **Figuras 20, 21 e 22** exemplificam um pouco mais estas movências históricas, os rastros da língua portuguesa escrita, mesmo ainda evidenciando a oscilação na ortografia, à época sem padrões tão fixos e unificadores, e materializam a expansão do governo da língua nas redes de sensibilidades linguísticas locais.

Proença-Filho (2017), inclusive, chama atenção para um documento regulador que se impõem 1834, como um Ato Adicional a lei promulgada em 15 de outubro 1827, em que a expressão “língua nacional”, na centralização de registros formais e de alfabetização, deveria seguir “as luzes das normas portuguesas”.

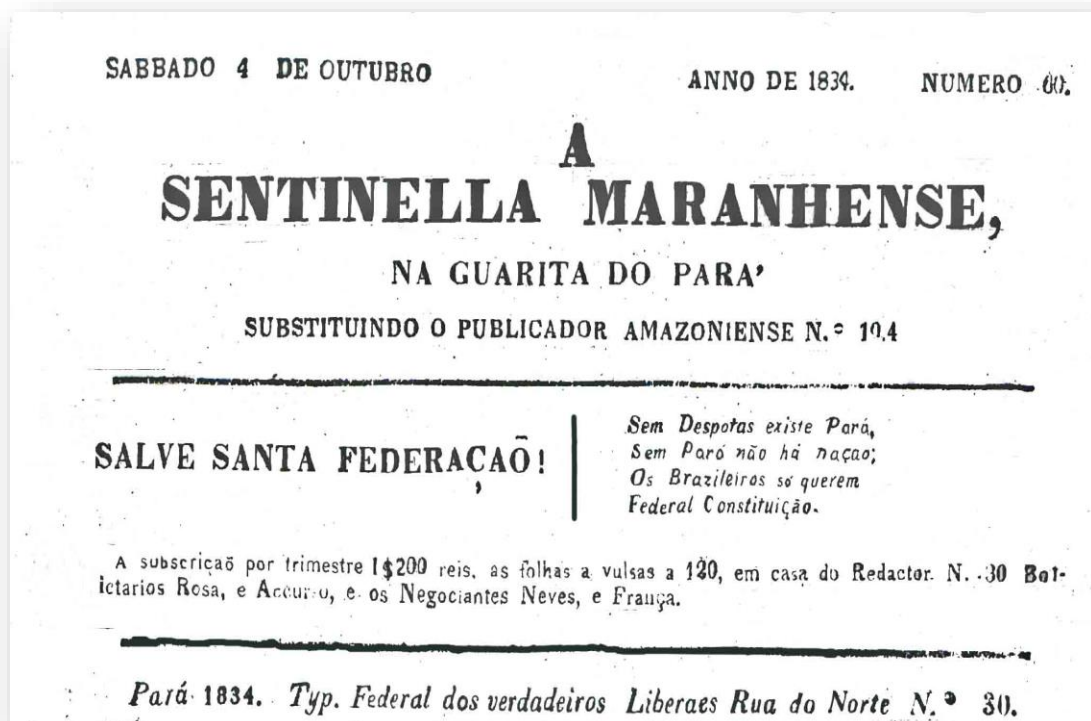
²¹ Zagalo, apóstata e pedreiro livre, está intimamente ligado à pregação revolucionária na capital paraense e em Cameté. Fanático pela Revolução Francesa, instruído na praça de Caiena. Nos registros históricos consta que o frei espalhou ideias subversivas entre escravos e influenciou bastante o cônego Batista Campos, já anunciado nesta pesquisa como um dos principais mentores-protagonista das lutas que levariam à Cabanagem.

FIGURA 20 - EDIÇÃO DE SETEMBRO: A SENTINELLA MARANHENSE (CAPA)



Fonte: Arquivo Público do Pará.

FIGURA 21 - EDIÇÃO DE OUTUBRO: A SENTINELLA MARANHENSE (CAPA)



Fonte: Arquivo Público do Pará.

FIGURA 22 – A SENTINELLA MARANHENSE

SABBADO 4 DE OUTUBRO ANNO DE 1864. NUMERO 60.

A
SENTINELLA MARANHENSE,
NA GUARITA DO PARÁ.
SUBSTITUINDO O PUBLICADOR AMAZONIENSE N.º 104

SALVE SANTA FEDERAÇÃO!

*Sem Despotas existe Pará,
Sem Povo não há nação;
Os Brasileiros se querem
Federal Constituição.*

A subscrição por trimestre 1q200 reis, as folhas a vultas a 120, em casa do Redactor. N.º 30 Botictarios Rosa, e Accuro, e os Negociantes Neves, e França.

Pará 1834. Typ. Federal dos verdadeiros Liberaes Rua do Norte N.º 30.

I N T E R I O R.

Carta á Jozè Joaquim Machado de Oliveira, em resposta, a que elle dirigio aos Paraenses, escripta no Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1834, impressa em o n.º 91 da Luz da Verdade.

Para responder a palavrosa, contrapictoria, e calumniosa carta, que deixo referida, ou antes libella infamatorio, a rezumirei dividindo em trez partes. A 1.ª respeita a supposta defesa da arguição, que fiz em o n.º 79 do Publicador Amazoniense, por ter o author da carta, dito pelas Provincias por onde passou em a viagem para a Corte, que o Povo Paraense era vadio, inerte, e outros injuriosos nomes, que lhe assacou, o que era uma repetição, do que havia proferido contra o mesmo Povo em um officio, que dirigio ao Governo Central, que o mandou imprimir no Diario Fluminense, que correo impresso nesta Cidade. A 2.ª, respeita as palavras, e frazes calumniosas, e injuriozissimas, de que é composta a dita carta infamatoria. A 3.ª, respeita a arguição infamante, e falsissima sobre restauração do Duque de Bragança, lançando accersões tão calumniosas, que, só um homem perdido, sem probidade, sem honra, sem vergonha, hum arsenal de maldades, como o author da carta, podia proferir.

A esta 3.ª parte pertencem ao ap-

pelidadas reflexões do redactor alfaiate, que è o da Luz, da Verdade.

Quanto a 1.ª parte, o author da carta não conseguiu o seu fim; por que não podendo negar as offenças, que expendeo contra o Povo Paraense, no citado officio ao Governo Central, as confirma dizendo, que, lamentava, em esse officio que, o Povo Paraense, tinha de talentos, era inerte, e passivo. E quanto da grandeza, e nobreza da Nação, tinha em quecia esta Provincia; accrescentando a isto, que, chamando me de hypocrita e falão, e capcioso intrigante, tinha cogitado a candura, e suceptibilidade do Povo Paraense, para o levar pela senda do crime, tendo n'humã mão o punhal dos assassinos, e na outra o braço da discordia, indignando as victimas, que devem ser sacrificadas ao meu carniceiro odio, e brutal feresa. O author da carta, quando falla do Povo Paraense, por este modo tão aviltante, e injurioso, não exceptua de a Cidadão, ou pessoas: o seu insulto è dirigido a todo Povo, sò aos Paraenses, como elle se explica. E serão todos os Paraenses inertes, insensíveis aos recursos naturaes de sua Patria? Serão todos suceptíveis de eu os levar a senda dos crimes para cometerem, assassínios, e discordias, indigando as victimas que devem ser sacrificados ao meu carniceiro odio, e brutal feresa? Serão todos os Paraenses suceptíveis de praticar essas

Estes movimentos da história, vale o registro, representaram mais uma fissura no reconhecimento da autoridade de D. João VI cujo governo continuava instalado no Rio de Janeiro. Daí que para José Alves Júnior (2001, p. 57) “[...] a possível adesão às ideias liberais pela Província do Grão-Pará constituiria um ato revolucionário aos olhos do monarca, um crime de lesa-majestade, passível de severa punição”. Não por acaso que D. Pedro, por exemplo, ao decidir promover a separação do Brasil em relação à Metrópole portuguesa, surpreendeu a Junta governativa da Província do Pará com a ameaça de invadir Belém caso seus componentes, defensores fervorosos da manutenção dos vínculos com Portugal, não aceitassem o novo governo imperial encabeçado por ele.

[...] Na ocasião, o bispo-deputado, D. Romualdo de Souza Coelho, pró-lusitano, encaminhou carta a D. Pedro declarando-se fiel à nascente Monarquia brasileira.

A adesão confirmou o domínio dos ricos portugueses. Os mesmos portugueses que antes haviam pretendido emancipação. Tratava-se de uma questão de interesses. Para essa burguesia, pouco importava o patrão: se um rei de Portugal ou do Brasil. O importante era a manutenção dos privilégios (ALVES JÚNIOR, 2001, p. 56).

A partir desta contextualização, então, torna-se até mais fácil entender o sentimento de traição que se abateu sobre o grupo que havia postulado uma autonomia maior do Grão-Pará. Esses, sentindo-se traídos, rebelaram-se em outubro de 1823 em uma revolta envolvendo cerca de três mil homens os quais sofreram uma repressão violentíssima. Uma rebelião popular composta por líderes populares. Deste modo, talvez, tenha sido delineado o “embrião” do que posteriormente conheceríamos por revolução cabana.

Já o segundo acontecimento, que exemplifica de uma outra maneira como a colonialidade do poder também ajuda a compreender as linhas estruturantes do pensamento revolucionário cabano, são as ações de mudança do primeiro comandante da Cabanagem, Félix Malcher, que deveriam terminar em janeiro de 1835, com o afastamento do antigo presidente Lobo de Souza (que foi assassinado). Em que Malcher ordena a “[...] substituição de alguns comandantes brancos portugueses por brancos nacionais nas fileiras da administração imperial e dos corpos de milícias. “[...] E que em uma proclamação mandava de volta para casa a massa mestiça cabana” (RICCI, 2016, p. 215).

[...] Em 1803-35 a massa de indígenas e capturados e de mestiços pobres em Belém e interiores foi muito utilizada em tarefas que iam além dos “serviços domésticos”. Foi recrutada e, mesmo depois da independência, continuou a trabalhar involuntariamente para os agentes da administração, sobretudo nas colunas militares do Pará. Apesar disso, ganhavam menos do que os brancos ou tinham soldos e salários atrasados ou não pagos, situação que acirrava a revolta na cidade de Belém de janeiro de 1835. É importante notar que apesar desses mestiços tradicionalmente fugirem do recrutamento e do serviço militar, não fugiram do chamado para a luta e do salvamento de Malcher da prisão e para a vingança da morte do Cônego Batista Campos antes da explosão do movimento. Porém, quando Malcher os mandou voltar para as suas casas e lavouras logo após a tomada da cidade, eles se recusaram a se retirar sem garantias de maiores mudanças. Houve uma briga interna entre os dois maiores líderes cabanos. Malcher mandou prender seu comandante de armas Francisco Vinagre, porta voz desta massa mestiça (RICCI, 2016, p. 217).

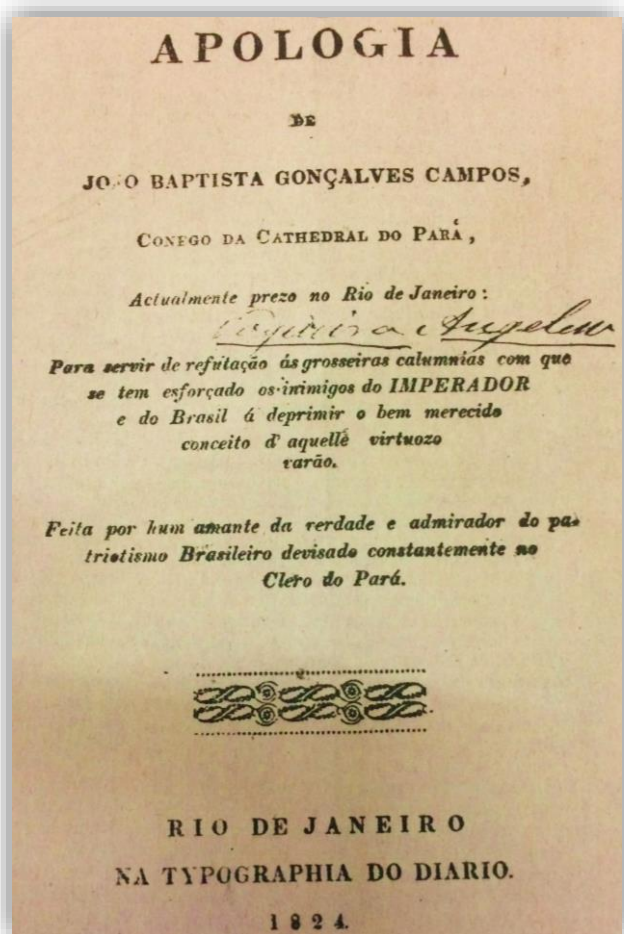
Estes desacordos internos do movimento aproximam bastante os ideais maiores cabanos à Revolução Liberal do Porto (1820), que também pregava alguns conceitos bem semelhantes - defendendo a liberdade de imprensa, o constitucionalismo português, a insatisfação com a permanência da Corte no Brasil, o autoritarismo do poder militar etc.

Em outras palavras, a episteme ocidental, sobre a qual se articulam conhecimentos e os quadros gerais de uma dada época, atravessa o Grão-Pará cabano agrupando uma série de práticas discursivas as quais contribuem para despertar, alicerçar, entre os sujeitos inclinados para um movimento de resistência, uma consciência de luta coletiva. Principalmente se falarmos na elite luso-brasileira apoiadora do movimento cabano inspirada nos “princípios liberais”, pensando na possível retomada do monopólio comercial e nos privilégios de que desfrutavam outrora e na forma de mobilização coletiva dos escravos em busca de outras condições de vida via Cabanagem. Atributos impulsionadores, sobretudo, para a eclosão do movimento cabano em Belém.

Para exemplificar mais ainda a dimensão de liberdade de imprensa citada em parágrafos anteriores e a postura de combate, de luta e de oposição, a serviço de uma determinada causa, na **Figura 23**, editada no Rio de Janeiro em 1824, nota-se a assinatura “*Nogueira Angelim*” na apologia em destaque, onde o terceiro presidente cabano (**Figura 24**) defende publicamente o cônego Batista Campos²².

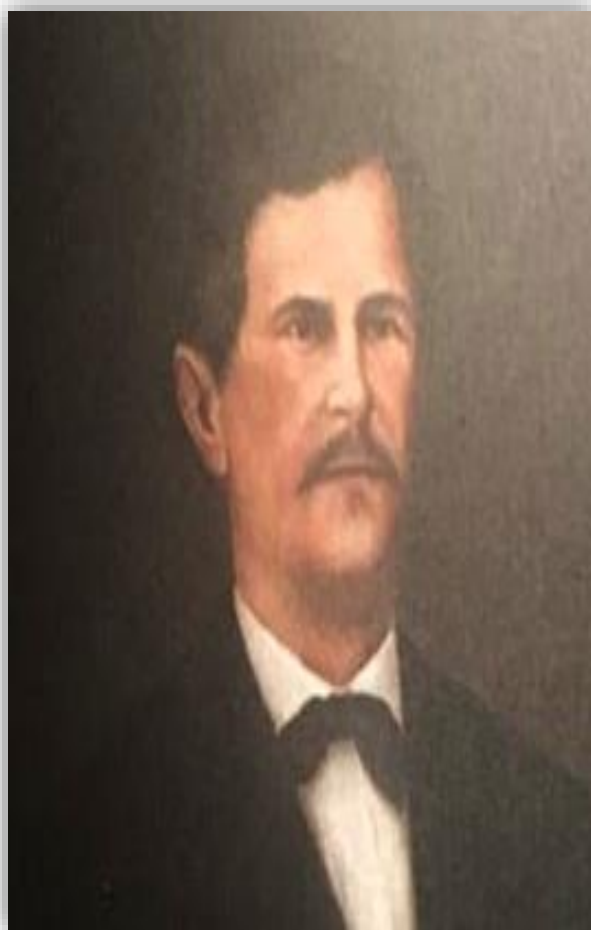
²² Destacou-se o fato de na origem da Cabanagem encontrar-se precisamente a instalação da imprensa no Pará. Entretanto, com base em Salles (1992, p. 102), “[...] a oralidade tinha também seus momentos nas tribunas e púlpitos, principalmente, na moda das “conferências políticas”. O fator gráfico foi bastante significativo na revolução, mas não o é menos o fator oralidade”.

FIGURA 23 – FRONTISPÍCIO DA “APOLOGIA” EM DEFESA DE BATISTA CAMPOS



Fonte: Museu de Cameté-PA/ LAVAREDA, W., 2017 (foto)

FIGURA 24 – EDUARDO NOGUEIRA ANGELIM: TERCEIRO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA CABANA



Fonte: Forte do Presépio-PA. Sala Guaimiaba, 2018.

[...] O movimento das massas que logo empolgaria toda a Amazônia, pode conduzir-se ao pensamento dos principais líderes da rebelião. Ideologia e revolução estariam de qualquer modo interdependentes, assim como as múltiplas tendências do liberalismo francês, de algum modo também refletido em Portugal, donde boa parte procede, trazendo a marca do *vinismo*.

Conduzir a bandeira da revolução exigia certamente vozes que falassem concretamente às massas, apontando-lhes os problemas e as possíveis soluções. Não faltaram essas vozes para denunciar as condições de vida da população nativa, que padecia sob o regime de uma servidão impiedosa ou a necessidade de supressão do escravismo (SALLES, 1992, p. 101).

Com base em Salles (2015), a Cabanagem foi orquestrada na cidade e explodiu nos campos. É a última etapa de um processo revolucionário que se iniciou antes da Independência (a adesão do Pará à Independência ocorreu em agosto de 1823) e deflagrou doze anos depois, em 1835. Após a Independência, a fricção social gerada no decorrer da invasão dos portugueses, não diminuiu. Ao contrário, agravou-se. Acontecimentos que impactaram de forma decisiva nas línguas que eram utilizadas na região do Grão-Pará e Maranhão.

2.5.1 O LEGADO GUERREIRO DOS MURA DO RIO MADEIRA

Resistência indígena no Grão-Pará em chamas: quem é o inimigo?

“No ano de 1756 principiou o dito Gentio Mura a sair em corço pelos circunvizinhos Rios; passando até a Fortaleza da Barra do Rio Negro, confluenta do Amazonas. Insensivelmente no Ano de 1765, até o de 75, enchiam já de terror, espanto, mortes, e rapinas, todos os rios confluentes do Solimões, ou Amazonas, funestando a navegação, o comércio, a comunicação, e população dos ditos rios. Gentio de Corço, sem estabelecimento perdurável, dividido em pequenos corpos aos quais os Moradores do Pará dão o nome de Malocas / Ocupando imensa extensão de terreno acrescentava a certeza do terror da sua barbaridade, e ferocidade, a incerteza do lugar da sua existência. Henrique João Wilkens, “Muhuraida, Ou O Triunfo Da Fé”.

A atividade analítica atualizada na **Unidade II**, especialmente o que é anunciado no tópico em questão, continua com o objetivo de ampliar um dos aspectos mais importantes da revolução “popular” que abalou, durante alguns anos, a vida social e econômica da Província do Grão-Pará. Assim, evidenciaremos agora como esta agitação, precisamente encorpada para a intervenção de classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos da região com fim especial de modificar o *status quo*, foi orquestrada por sujeitos bem diversos, porém mergulhados em uma ‘rede de sensibilidade comum de resistência’ com o intuito de promover a revolução necessária à complementação da emancipação política.

Conexão, inclusive, possível de estabelecer um “fio condutor indígena” relacionado a uma ideologia revolucionária coletiva, no Grão-Pará, até anterior àquela citada por Salles no item antecedente. De modo que a língua e a cosmologia Mura também se manifestem como reflexões capitais para ampliarmos o cenário de discussão sobre o governo da língua portuguesa na Amazônia brasileira do início do século XIX.

Sobre as fontes da história dos Mura nos séculos XVIII e XIX, segundo Marta Amoroso (1992, p. 298), “[...] os jesuítas são os primeiros informantes da história dos Mura e da população do Rio Madeira, ainda no final do século XVII”. Tendo destaque dois cronistas da Companhia de Jesus – João Daniel e Felipe Betendorf.

Nas séries arquivistas desta pesquisa, especialmente quanto à participação indígena na Cabanagem, destaca-se o poema épico sobre a Amazônia intitulado *Muhuraida ou Triunfo da Fé*, publicado em 1819. O autor do poema, Henrique João Wilkens, engenheiro militar português que esteve na Amazônia para tratar sobre os limites geográficos, concentra também grandes esforços de catalogação nas conjunturas para a rendição do povo Mura à fé católica e sua feroz

resistência em proteger o “sagrado território indígena brasileiro” da expansão do poder dos colonizadores.

Com efeito, ao analisarmos a obra destacada em consonância com outros registros históricos, percebe-se que a população do Rio Madeira sempre reagiu de forma belicosa contra os agentes missionários e, ao mesmo tempo, evidencia-se que os Mura se autodeclaravam como nação inimiga dos portugueses. Acontecimentos que atribuem aos Mura o título de inimigos militares dos europeus.

Com base em Amoroso (1992, p. 303), “[...] o gentil de corso, índio bárbaro que não estava nas aldeias e vilas, do qual não se sabia o paradeiro, fazia parte da natureza indomada da região” que posteriormente se aliaria à causa cabana auxiliando, de maneira significativa, os companheiros de batalha com estratégias de guerrilha eficazes, a saber: os Mura dotavam de um conhecimento no qual compreendiam que a pólvora molhada não funcionava em determinadas situações; tinham um arquétipo de flecha mais veloz (o que os diferenciavam dos indígenas da nação dos Munduruku que, teoricamente, lutavam contra os cabanos); e conheciam os rios da região com uma eficiência invejável.

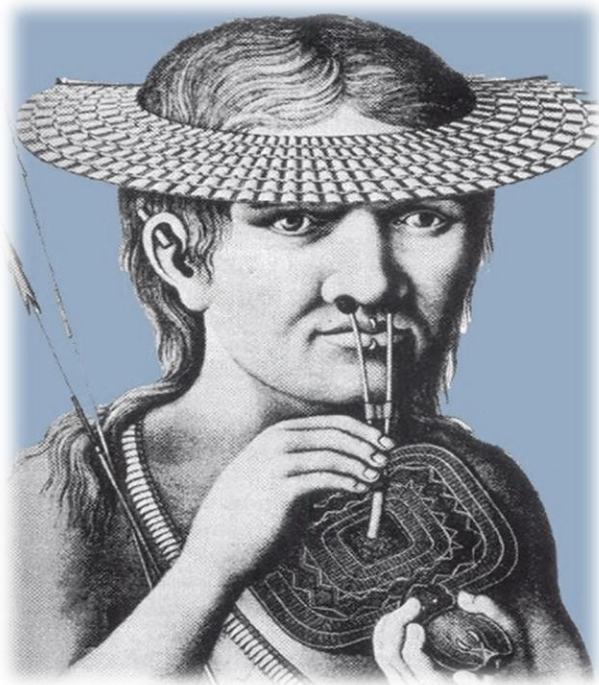
As **Figuras 25, 26 e 27** (a seguir) ilustram as peculiaridades citadas e, de uma certa maneira, evidenciam de forma mais potente determinados regimes estéticos (estereotipados) materializadores de uma memória social que ajuda a alimentar e rotular os Mura como ‘bárbaros’, ‘ferozes’, ‘infames’. Prática discursiva até bem comum no estado da arte sobre a Cabanagem quando o assunto em foco são os indígenas da região do Rio Negro.

A maioria das representações impostas à cosmologia Mura pelos registros literários, por exemplo, sempre foram lidas pelo dispositivo colonial impregnadas de um certo preconceito. Nesse aspecto, as formas de linguagem não são somente práticas representacionais, são, acima de tudo, um emaranhado de regras pelas quais se modificam a ordem das coisas no tempo e no espaço.

[...] Esse funcionamento não é transparente para o sujeito, ou seja, na maioria dos casos não percebemos como somos afetados pela ideologia e pelo inconsciente: simplesmente falamos como se estivéssemos na origem do dizer e como se dominássemos completamente os sentidos do que pretendemos dizer. São essas algumas questões conceituais que, uma vez colocadas no âmbito do terreno da Análise do Discurso, se encontram subjacentes à definição de discurso como efeitos de sentidos, efeitos de sentidos que colocam em xeque, justamente, a ilusão de uma comunicação transparente entre interlocutores (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 103).

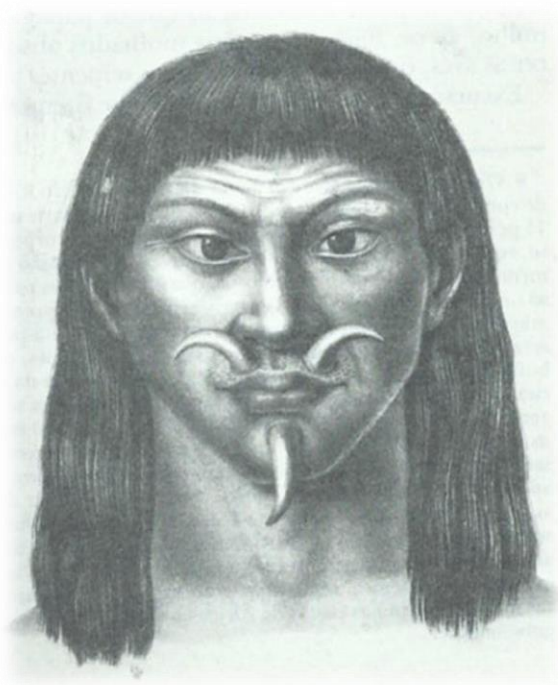
Posto desta forma, o “*uso do paricá pelos Mura*” (**Figura 25**), dependendo de quem enuncie o discurso, isto é, do seu lugar de fala, pode ser considerado uma prática normal ou um costume exótico. Da mesma forma, como o arco-flexa pode ser considerado um instrumento de caça ou uma arma de ataque ou de defesa extremamente destemida nas mãos do homem Mura (“bárbaro”), nas batalhas pelos rios da região na Cabanagem (**Figuras 26 e 27**).

FIGURA 25 – O USO DO PARICÁ PELOS MURA



Fonte: WILJENS, Henrique. 1989.

FIGURA 26 – HOMEM MURA



Fonte: Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Vol. III, 1981.

FIGURA 27 – ESTRÁTEGIA INDÍGENA DE GUERRILHA: PARA QUEM?



Fonte: PRÉZIA, Benedito; HOOMAERT, Humberto, 2000.

Chegamos então a um dos principais sujeitos de resistência do período colonial, os Mura e sua cosmologia. Resistiram o quanto puderam aos jesuítas e se colocaram como obstáculo às rotas comerciais. Depois, se levantaram contra o Império brasileiro. Eles significaram um grande empecilho às duas grandes frentes do dispositivo colonial na Amazônia. Logo, os Mura e o que eles representavam precisava ser silenciado. Não sem razão, houve um grande esforço dos jesuítas em lhes impor o *nheengatu*, quando este povo ficou refém da proteção desses religiosos. Mas, mesmo assim, diante do levante cabano, quando as estruturas linguísticas estavam silenciadas, a cosmologia Mura ressurgiu.

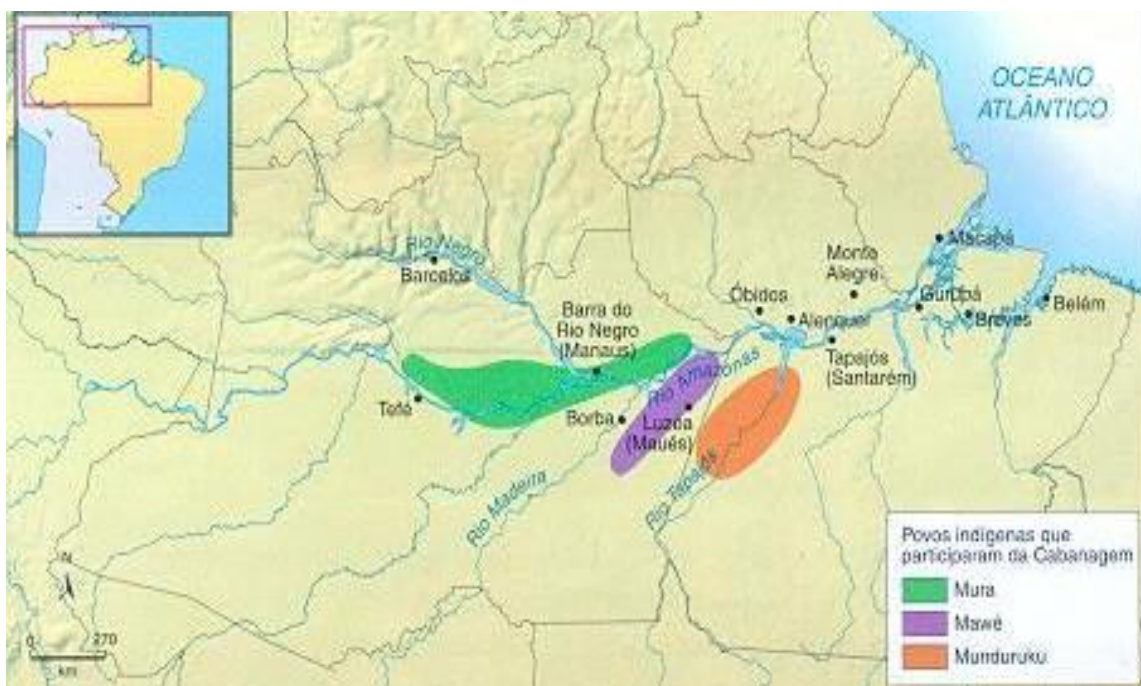
Desta maneira, falar de Cabanagem e governo da língua portuguesa, a partir da *Muhuraida* (1819), é perceber que os acontecimentos discursivos portam traços culturais distintos, são regulados pela(s) cultura(s) que o(s) envolve(m) e que por meio deles outros acontecimentos, de outra forma, não teriam aparecido. Assim sendo, a leitura que se faz de Wilkens é com o desejo de investigar os acontecimentos camuflados na resistência indígena no Grão-Pará em chamas que, aparentemente, escaparam da história das línguas na Amazônia.

[...] Em 1784, quando os colonos nascidos no Brasil exigiam a exterminação deles como única alternativa à ruína total do Amazonas, e as expedições punitivas continuavam ineficazes, os *Mura* inesperadamente fizeram as pazes com os brancos. Cinco deles entraram na aldeia de Santo Antônio de Maripi, no baixo Japurá, seguidos depois de outros encontros pacíficos em Tefé, Alvarães e Borba, onde os números cresceram a mais de mil em três anos. A finais de 1786, quando Wilkens já acabara o seu poema, a tribo inteira fora descida em aldeamentos permanentes, e continuou a ter relações pacíficas **até a terceira década do século XIX, quando profundos antagonismos sociais e raciais a levaram a participar na Cabanagem.**

Parece que a decisão de renunciar a sua resistência às pressões militares e culturais da sociedade branca foi o resultado da debilitação progressiva pelas epidemias, as crescentes influências não indígenas e as guerras implacáveis que travavam contra eles os Mundurucu, que avançavam do Madeira para o oeste [grifo nosso] (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1989, p. 213).

O mapa (**Figura 28**) e o ofício de José Antônio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo, a Carlos Manoel de Alcântara, Secretário do Conselho Geral da Província, tratando dos problemas enfrentados pelo Governo, *em relação aos indígenas, na Região do Rio Negro*, de dois (02) de janeiro de 1833 (Códice 887; **Documento 136**), localizado no *Catálogo Seletivo da Cabanagem (Tomo I)*, também ratificam esta espacialização de resistência indígena na Cabanagem, em grande medida oculta pela história oficial, e confirmam uma fratura bem peculiar de um movimento único na história do Brasil a colocar, de fato, o povo no poder.

FIGURA 28 – RESISTÊNCIA MURA, MAWÉ E MUNDURUKU NA CABANAGEM



Fonte: Atlas Histórico - Brasil 500 anos - Isto É, Editora Três, 1998 (adaptado)

[...] Os conflitos dos *Mura* com a sociedade regional culminaram com sua participação na Cabanagem, ao lado dos rebeldes. Um de seus feitos mais expressivos e que haveria de lhes causar dura perseguição, durante e após a rebelião, foi a derrota e morte do caudilho governista Ambrósio Pedro Ayres Bararoá, que liderava expedição punitiva aos pontos cabanos no lago do Autazes.

Provavelmente nenhum dos grandes grupos indígenas da Amazônia pagou preço mais alto que os *Mura* ao esforço contínuo de dizimá-los e de expulsá-los de suas praias e lagos tradicionais. A repressão aos *Mura*, após a Cabanagem, foi especialmente violenta, e dos sessenta mil índios, calculados em 1826, restavam poucos milhares em 1840 [grifo nosso] (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1989, p. 262-263).

Existem poucos estudos e registros mais abrangentes sobre a participação indígena na revolta cabana. Sabemos, no entanto, que é no interior do Grão-Pará, onde os conflitos bélicos vão se intensificar agenciados, de maneira mais decisiva, por três povos indígenas - os *Mura*, os *Sataré-Mawé* e os *Munduruku* -. Assim, uma das principais perspectivas em que podemos também olhar o governo da língua na Cabanagem está relacionada ao eco que ele produz nos movimentos de resistência indígena na região.

A Língua Geral Amazônica representava uma importante estratégia das missões católicas, mas não era uma “língua nativa” de nenhuma sociedade indígena à época da Cabanagem, principalmente na região dos rios Negro, Madeira e Tapajós (**Figura 28**), ou seja, impor sistematicamente a LGA aos *Mura* foi uma tecnologia de poder e de apagamento efetivada pelo dispositivo colonial. Até porque essa região conjugava tanto grupos tupi como não-tupi, ...

[...] o que permite focalizar a política da língua geral em uma área com diversidade de línguas não-tupi (tapuia). A área apresentava aos jesuítas uma “mancha” de línguas tapuia, contrastando com a situação encontrada pela Ordem do Estado e do Brasil, mais homogênea linguisticamente (BARROS, 2000, p. 86).

Com efeito, toda rede de sensibilidade linguística envolvida na LGA já introduzia o cristianismo e a fratura nas práticas culturais indígenas. Afinal, a própria formação da oposição tupi x tapuia – que correspondia à oposição entre índios cristianizados e índios bárbaros (onde os Mura são rotulados) – revelou-se produto da política indigenista colonial. Reitera-se:

[...] a categoria tapuia – termo de origem tupi com sentido de “inimigo” – foi usada no Brasil para se referir aos grupos indígenas não-tupi, considerados bárbaros, em oposição ao grupo tupinambá ou demais nações de língua geral. Em termos linguísticos, essa oposição tomou forma daquela entre língua geral e línguas tapuia ou travadas. Oposição similar a essa também teve lugar nas colônias espanholas. No Equador, por exemplo, o termo “*auca*”, com significado de “inimigo” na língua *quéchua*, foi tradicionalmente usado para identificar os grupos não-*quéchua* (BARROS, 2000, p. 86-87).

Logo, quando pensamos no governo da língua portuguesa, que se impôs de maneira mais sólida a partir do século XIX, precisamos entender a LGA e as línguas tapuia como empecilhos à colonização, sobretudo, linguístico. Daí tanto os missionários como o Império brasileiro reconhecerem na língua (patrimônio imaterial) e na cosmologia Mura, um dos seus principais inimigos. Assim sendo, o processo de gerenciamento linguístico feito na Amazônia cabana, mantém uma relação íntima com a ideologia colonial da manutenção de uma única rede de interação linguística comum historicamente situada em um dado território.

[...] Nesse sentido, o eurocentrismo funciona como um *locus* epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 07).

Dizimar, portanto, os Mura do Rio Madeira significava ampliar o empreendimento colonial português e ajudar a concretizar uma nova e singular realidade na Amazônia brasileira, sintetizada no desenvolvimento e na sustentação do governo da língua portuguesa na região, especialmente pelos descendentes indígenas incorporados à nova organização social ao final da Cabanagem. Não tivemos acesso ao detalhamento estrutural da língua Mura nos documentos coloniais, porém este circuito de representação linguística contém um caráter discursivo importante para o debate ao identificarmos como sendo uma prática discursiva de origem não-tupi.

O movimento de gestão da língua no interior do Grão-Pará, portanto, também foi marcado por uma repressão colossal aos povos indígenas e amplamente determinante para asfixiar outras redes de sensibilidades linguísticas que não dialogassem com o dispositivo

colonial, entre elas, a língua Mura, como uma constante ameaça de comércio com outras nações europeias já presentes no território Amazônico, e o vasto cenário de manifestações linguísticas africanas, uma das paisagens de reflexão do tópico a seguir.

2.5.2 RACIALIZAÇÃO E PLURALIDADE LINGUÍSTICA NA CABANAGEM

Mais uma bandeira de liberdade diante do dispositivo colonial

“A manifestação foi imediatamente dissolvida a golpes de sabres pelos soldados da guarda do palácio, alguns dos caixeiros foram presos, mas a massa de negros e tapuias não se deu por satisfeita e foi se reunir em pequenos grupos nas imediações do largo, onde começou a batucar e a dançar. Um padre foi de grupo em grupo, pedindo calma e que fossem embora em paz, mas não lhe deram ouvidos.

*Os grupos cantavam:
Portugueses e caiados
Todos devem se acabar
Porque só pretos e pardos
O país há de habitar”*

Márcio Souza, *“Lealdade - romance”*, 1997.

Por volta de 1820, no Grão-Pará, o número de habitantes da alta burguesia de descendência europeia era relativamente maior do que em outras partes do Brasil. Os lusitanos, e seus descendentes, constituíam a classe dominante e, de certa maneira, os arranjos sociais “mais baixos” da população eram de negros e de indígenas. Tudo em um movimento constante e nada harmônico de fissuras culturais. Entretanto, na Amazônia cabana, os circuitos de representação linguística do negro parecem ser sistematicamente diminuídos, e até negados, no conjunto de seus valores constitutivos na história do governo das línguas no Grão-Pará.

Quando olhamos para a vasta literatura de prestígio da área, aqui pensando para além dos campos semântico e toponímico, vagamente se percebe a convergência de elementos culturais africanos, por exemplo, influenciando dinâmicas usadas inclusive hoje no português brasileiro ou atravessando algumas línguas indígenas. Desta maneira, no caso particular da Cabanagem, que possui peculiaridades étnicas marcantes, parece justo pontuarmos um momento de registro e de reflexão sobre o negro como linha de força constituidora dos processos de gerenciamento linguístico agenciados pela Metrópole. Afinal, embora fortemente perseguido e assombrado por uma “espécie de espírito feudário”, o negro é presença marcante na construção das subjetividades cabanas.

Deste modo, não podemos ignorar que a formação histórica do governo da língua deu-se em um complexo contexto de contato entre redes de sensibilidades linguísticas e variados jogos de poder entre Metrópole e Colônia.

[...] A sucessão de governadores sujeitava-se quase que sempre aos caprichos da Metrópole, que era incapaz de lançar, no chão conquistado, ideias mais abrangentes de progresso ou de desenvolvimento econômico aliadas às de desenvolvimento cultural. Uma espécie de espírito feudário e monopolista tudo avassalava. Era imprescindível manter a mentalidade de Colônia. Esta se sustentava sozinha, era praticamente sólida, bastava preservar os privilégios da classe branca dominante que, em última análise, manobrava negócios de Estado, por ter assumido posições de mando, ser a única que tinha representação política e acesso aos cargos públicos (SALLES, 2005, p. 275).

Conforme explorado, entretanto, em um dos tópicos anteriores, a episteme do mundo moderno também passava por uma grande agitação social. As ideias da Revolução Francesa se difundiam rapidamente, sem contar também com o exemplo da Revolução Americana. Destarte, era necessário conter a onda que ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países europeus que se sustentavam através dos domínios ultramarinos. E assim foi recomendado ao governador do Grão-Pará, à época D. Francisco de Sousa Coutinho, grande vigilância sobre todos os indivíduos que pudessem de qualquer modo desassossegar a dinâmica do governo vigente.

Uma das mudanças instituídas neste mesmo período no Grão-Pará, por exemplo, pretendeu estimular a produção agrícola e dar início à substituição do braço indígena, pelo do negro, nos trabalhos da lavoura. Estratégia que pode ser ratificada no Ofício de Manuel Borges Rodrigues, Presidente da Província do Pará, escrito em 18 de fevereiro de 1836, localizado no *Tomo II do Volume 4* do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *códice 904*, a Manoel Alves Branco, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, comunicando que o *encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa partiu para África a fim de contrabandear escravos*.

Embora incipiente, a lavoura de cana de açúcar prosperou aos arredores de Belém e espalhou-se, com maior intensidade pelas margens dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé-Miri. Emergências responsáveis pela “gênese” da consolidação econômica da cana de açúcar na região. Daí, portanto, se instalaram engenhos, com numerosas escravarias, e se estabeleceu na Província um regime social típico.

[...] Nessa região se localizaria a maior concentração de escravos na Amazônia. O contingente africano não foi tão numeroso, como no Maranhão, mas a história da escravatura africana no Pará se escreveu com os mesmos processos, determinando, como em toda parte, as mesmas reações do escravo. **A mais frequente, a busca da liberdade pela fuga e posterior agrupamento nos quilombos** [grifo nosso] (SALLES, 2015, p. 43).

Uma correspondência oficial escrita em 21 de novembro de 1832, por Gentil Augusto de Carvalho, Ouvidor Interino da Comarca, a José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Pará à época, “[...] já anunciara sobre a existência de um *quilombo* formado por escravizados no lugar denominado Murtucu e sobre assaltos praticados nesta localidade (arquivo localizado no *Tomo II* do *Volume 4* do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *códice 916*)” (LAVAREDA; NEVES, 2019, p. 76).

Para o dispositivo colonial, portanto, os quilombos eram considerados núcleos de resistência que poderiam desestabilizar os modelos de gestão da sociedade agenciados pela Metrópole e também operacionalizados pelas concordatas locais. E mais: as cosmologias africanas ampliavam a mescla gradativa que acompanhava a ação dos vários “línguas filhos d’África”, ou seja, missionários rotulados como “negros-língua”, por seus turnos e origens, que adaptavam suas falas à dos colonizadores e preservavam, nos cultos religiosos, marcas de suas línguas ancestrais. Acontecimento indicador da *possível* utilização, nos quilombos, de línguas gerais baseadas em redes linguísticas trazidas do continente africano. O que causava um grande pavor a manutenção da disciplinarização linguística encabeçada pela elite luso-brasileira na região.

[...] Segundo Yeda Pessoa de Castro, encontra-se, nos cânticos da umbanda, um ponto, cantado “para obrigar um espírito a falar direito”, ou seja, a “falar a língua”, de acordo com sua “nação de santo”, no presente caso, na língua Zambí, Deus Supremo do mundo banto ou “calunga”: “*o dia amanheceu na calunga! Tu fala direito na língua de Zambí! O dia amanheceu na calunga! Tu tem que falá na língua de Zambí!*” [grifo nosso] (PROENÇA-FILHO, 2017, p. 89).

De acordo com os estudos de Jorge Hurley (1936, p. 209), por conseguinte, “[...] emergindo dos mocambos e das senzalas ou afluindo dos quilombos ignotos, no seio das selvas e praias desabitadas, *os escravos acostaram-se à causa cabana, com o objetivo da reconquista da liberdade*”. Se confrontarmos estes dados e analisarmos o papel das diversas etnias na história do português do Brasil, é evidente a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a partir do século XVII, também brancos brasileiros e o decréscimo de portugueses, africanos e índios, segundo demonstra a **Tabela 1**.

TABELA 1 – DIACRONIA POPULACIONAL DO SÉCULO XVI AO XIX

ETNIAS	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: MUSSA, A. 1991.

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 21), “[...] a miscigenação e presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma língua geral brasileira, que não seria africana, mas sim continuadora do português lusitano”, pois o terceiro actante nessa vasta rede linguística, os indígenas (os que não morreram), ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos. O embate, então, se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado.

Essas estatísticas não dizem tudo e não sabemos se falam apenas do Brasil, sem considerar o Grão-Pará, mas despertam tensionamentos discursivos importantes sobre a heterogeneidade linguística presente na época da Cabanagem e, em um mesmo gesto, as normalizações linguísticas instituidoras de realidades que seriam as bases sociais, políticas e culturais das futuras nações “inventadas”.

Situamos agora o debate sobre os conflitos linguísticos os quais envolvem a Província cabana na dimensão mais acentuada de uma técnica de poder, de base linguística, instaurada pelo sistema colonial como um grande dispositivo, com o objetivo cada vez maior de um ideal linguístico homogeneizador, predisposto ao português europeu, que não deu visibilidade aos expressivos contingentes de falantes de línguas africanas, indígenas (os quais aqui já estavam), e fortaleceu um projeto de “branqueamento linguístico” da sociedade brasileira.

Descontinuidades necessárias para notarmos que a atuação do dispositivo colonial também é organizada pelos interesses da classe dominante de ascendência europeia que vivia no Grão-Pará. Logo, nos espaços de colonização em que o binarismo colonizador-colonizado foi claramente demarcado, alguns cabanos tiveram uma percepção mais clara acerca do processo de exploração, de constrangimento e das discursivizações de subjetividades que posicionavam o colonizador europeu, na maioria das vezes, como “civilizado”, “livre”, “capaz”, em contraposição ao colonizado situado sempre à margem da civilização e dos benefícios da

liberdade. O que faz da sociedade paraense da época impregnada, saturada pelas relações de classes, submetida a um poder de classe que se exerce através de um conjunto de instituições perpetuado pelo dispositivo colonial. Em resumo, a luta de classes!

[...] Escravos influenciados por vários líderes provocaram tumultos aqui e ali. Engrossaram as fileiras cabanas. Acentuaram ainda mais, com a participação decidida, o caráter de revolução social da Cabanagem [...] Surgem então na cidade outros líderes populares, alguns com formação no estrangeiro, como o paraense João Miguel Aranha, que estudara durante cinco anos nos Estados Unidos; o francês Henrique Carlos Rhossard que, mesmo preso, para ser deportado, fazia propaganda política nos quartéis; o espanhol Urbano Blas Prado, também possuído de ideias incendiárias; e mais o preto liberto conhecido pelo nome de Patriota, incansável aliciador da massa escrava – que lideraram a revolução urbana (SALLES, 2015, p. 293).

O domínio escrito da língua portuguesa por parte de determinados revolucionários cabanos, como dinâmica pontual de uma performance linguística moderna e de resistência crítica a uma discriminação já desenhada em nosso território, está justamente na tentativa de dissolução dos binarismos citados e na instrução acadêmica de alguns líderes. Afinal, na Amazônia brasileira do início século XIX, o preconceito linguístico já era decorrente do preconceito social (temática que será melhor trabalhada no próximo tópico).

Portanto, se tomarmos como base todos os movimentos migratórios já explorados nas **Unidades I e II**, em especial, os que mais de perto concretizam as mediações políticas cabanas, é evidente um corpo de práticas discursivas capaz de explicar satisfatoriamente alguns processos de mudança linguística semelhantes verificados em línguas distintas, mesmo que tenham ocorrido em ritmos diferentes em cada rede de interação linguística. Acontecimento, que de uma forma ou de outra, impacta nas tensões discursivas do governo da língua portuguesa na Cabanagem.

2.6 O NORMATIVO COMO NORMALIZAÇÃO

O comportamento linguístico como um indicador de estratificação social

*A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
 Vinha da boca do povo na língua errada do povo
 Língua certa do povo
 Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
 Ao passo que nós
 O que fazemos
 É macaquear
 A sintaxe lusíada
 Manuel Bandeira, “Evocação do Recife”.*

Com o intuito de elucidar mais ainda o cenário de análise dentro das movências históricas da Província cabana, no que diz respeito à discriminação com base no modo de falar dos cabanos ser encarada com muita naturalidade pela “sociedade elitizada” da época, trazemos para reflexão alguns trechos da principal descrição histórica do movimento revolucionário para agitarmos as zonas de reflexão da tese, a saber: a obra “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”, em especial, um *ofício escrito pelo próprio punho* de um dos mais considerados líderes cabanos. Monumento retirado, vale o registro, da obra de autoria de Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará, que, em toda narrativa, enfatiza uma característica dos cabanos, segundo ele ligados à “barbárie” e à “violência”: são analfabetos.

[...] tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos! Mal sabiam falar e escrever os que se presumiam mais instruídos [...] Para se avaliar a capacidade dos oficiais rebeldes, **transcrevo textualmente o seguinte ofício escrito pelo próprio punho de um dos mais considerados líderes cabanos:**

“Ex.mo Sr. Presidente ~ Axome çem monisão que muntas **vezis** tenho pedido. **Çe** uver cunfelito aqi não **çei** o qe soçederá. Çe não á qartuxami pruntu mandí polvra i xumbo qe aqi çe inbalará. Açim dispurvido como estú não poço responder pelos soçecos qe agão e estarei em pouçibilitado de exequtar qualquer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador **buscá** carni ó peche. Mande o qe uver com brevidade. Halguns camaradas já çairão dai pur farta de cumer ~” [grifo nosso] (RAIOL, 1970, p. 929).

No *ofício*, considerado por Raiol (1970) como a materialização do analfabetismo, da “truculência”, do “grotesco”, é possível estabelecermos por parte do *líder cabano* um domínio até bem produtivo e normal (mas não normativo para o movimento colonial “elitista e purista da língua”), de alguns parâmetros que atravessam as propriedades sociocomunicativas propostas por um sujeito que tem um conhecimento prévio da língua - a modalidade oral - , o que lhe permite, inclusive, interagir com seus pares nas diferentes situações de comunicação muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais.

[...] A qualificação de *purista* é atribuída àquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção”, e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. De fato, é interessante observar como, no discurso dos *puristas*, existe sempre uma relação estreita entre a tentativa de preservar a língua e preservar a “moral” da sociedade (BAGNO, 2009, p. 31).

Com efeito, a maioria dos considerados desvios (“erros de português”) pelo Barão do Guajará, dizem respeito à institucionalização de regras ortográficas (*x* por *ch*; *s* por *ç*; *ss* por *ç*; *h* por *u* etc) que, fundamentalmente, tem ligação histórica com a invenção de um patrimônio

cultural letrado o qual ainda nem estava tão consolidado nas sociedades amazônicas da época, porém já efetivava para o dispositivo colonial o comportamento linguístico como um claro indicador de estratificação social. Deste modo, “[...] o uso da língua, como instrumento de dominação, a constrói como objeto de desejo, já que a ‘educação’ e a literariedade nas colônias baseiam-se no modelo e na história dos grandes impérios” (MIGNOLO, 2020, p. 338).

Não por acaso, que a ideologia purista da língua, tem sua origem na França do final do século XVII. Apogeu do regime aristocrático, absolutista, de uma concepção de mundo elitista e excludente, que só dava valor ao que vinha do “topo do topo”, “da nata da nata” da sociedade.

A par do exposto até aqui, mas agora mergulhando mais em uma dimensão da *produção oral* típica das redes de sensibilidades cabanas, o próprio vocábulo “*vezis*” (*primeira linha do ofício*), por exemplo, considerando a dimensão de consoantes pós-vocálicas e o contraste dos segmentos [s] e [ʃ] em posição final de sílaba, dependendo da região em que a palavra for pronunciada, desaparece sem causar prejuízo de significado. Igualmente se analisássemos estes segmentos em ['pas] e ['paʃ], isto é, o arquifonema /S/ - /'paS/ (transcrição fonêmica) - poderia manifestar-se foneticamente como [s, ʃ] em posição final de sílaba, “[...] expressando a perda de contraste fonêmico, ou seja, a neutralização – de um ou mais fonemas em um contexto específico de uso” (CRISTÓFARO, 2009, p. 158).

Outro ponto importante o qual exhibe o potencial emancipatório do escrevente do *ofício*, quanto ao uso da língua portuguesa para o gênero escolhido, é a marcação da ditongação em “*çei*” para apontar a diferença de significação da partícula “*Çe*” (*na segunda linha do ofício*). Além disso a palavra “*buscá*” (*na quinta linha*) revela a influência das manifestações linguísticas africanas na língua portuguesa, tão relegada a segundo plano na maioria das salas de aula do nosso país. Aliás é bem comum, no português brasileiro falado, com base em Roberts & Kato (2018), a tendência do falante em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, **falá*, **dizê*, **Brasiu*. Uso que coincide com a estruturação silábica das palavras em *banto* e em *iorubá*, que comumente não terminam em consoante.

Evidências que nos convidam igualmente a pensar como o *bilinguajamento* (MIGNOLO, 2020), como estilo de vida na busca de superar o medo e a vergonha daqueles que talvez não dominem por completo “a língua principal”, se faz presente nas fraturas de um suposto sistema linguístico hegemônico (nacional ou imperial) na Amazônia brasileira do início do século XIX.

[...] Além do mais, a razão pela qual prefiro *bilinguajamento* e o bilinguismo ao bilinguismo é que estou tentando tratar de algo que está além do som, da sintaxe e do léxico, e além da necessidade de ter duas línguas [...] Ora, já que o linguajamento interage dentro da língua e a língua é o que permite descrever e conceber o linguajamento, então *bilinguajamento* seria precisamente um estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social (MIGNOLO, 2020, p. 350).

O escrevente cabano, portanto, para as condições de inserção linguística da época, demonstra uma base alfabética até razoável da escrita e se equivoca em vários momentos na ortografia, no entanto esta depende de escolarização mais longa, do amadurecimento dos parâmetros da língua selecionada ao longo das séries formais de ensino, a partir de diferentes tipos e gêneros textuais. Assim, o olhar purista e normativo/prescritivo de Raiol (1970), em muitas situações até mesmo atualizado no século XXI, evidencia que a forma pejorativa de olhar a dinâmica de variedade linguística no Brasil sempre esteve ligada à estratificação social. Característica também presente no Grão-Pará (1835-1840), sobretudo se mobilizarmos a secular má distribuição de bens materiais e o consequente acesso restrito da população cabana pobre aos bens da cultura dita dominante.

[...] Ao tempo do Brasil-Colônia, valorizava-se a língua do elemento branco, da classe senhorial. A partir de 1808, acentuou-se essa tendência, pois a corte portuguesa que se radicou no Rio de Janeiro, fugindo do ímpeto conquistador de Napoleão, impôs os seus padrões e os seus juízos de valores [...] A medida do prestígio e, conseqüentemente, da “correção” linguística das variedades do português do Brasil sempre foi aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma-padrão lisboeta consagrada pelos escritores portugueses (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36).

A mesma ideologia elitista sustentou, com um maior ou menor grau de intolerância, o absoluto desprezo do dispositivo colonial com as narrativas nacionais e com os modos de viver das sociedades tradicionais que aqui viviam, isto é, ...

[...] a noção de texto ficou cada vez mais limitada à literariedade alfabética e ao livro, e certos livros contendo narrativas nacionais tornaram-se ícones nacionais. Todas as outras formas de escrita foram automaticamente relegadas ao reino do folclore, à dimensão subalterna do conceito de cultura do Estado-nação (MIGNOLO, 2020, p. 345).

A exemplo disso, para uma melhor didatização das relações citadas desde o item antecedente, destacamos um trecho (*reproduzido em sua forma original*) da obra *O Selvagem*, de Couto de Magalhães (1975[1876]) – considerado um ‘defensor’ das línguas indígenas -, para confirmar o olhar frequentemente preconceituoso sobre as sociedades amazônicas de tradição oral, historicamente construído ao longo do tempo por uma literatura de prestígio colonial e pela imposição de uma determinada hierarquização linguística.

[...] Para que os selvagens, que não sabem ler, que não possuem capitães acumulados, aprendam português, é necessário que nós, que sabemos ler, os habilitemos a isso por meio de interpretes os quaes, conhecendo a lingua deles, lhes possam ensinar a nossa.

Na memoria, que publico em seguida, vão desenvolvidos esses pontos. Eu chamo no entretanto vossa atenção para a importancia do problema da domesticação dos selvagens, resumindo o que ali digo no seguinte: o territorio do nosso immenso Brazil é de 129 mil léguas quadradas. Quasi duas terças partes d' esse território, não pódem ser pacificamente povoadas por família christãs, porque estão expostas às correrias sanguinolentas dos selvagens (MAGALHÃES, 1975 [1876], p. 161).

O *ofício* cabano, então, indiretamente, critica e questiona a colonialidade do poder quanto à manutenção de seus discursos de verdade com relação aos usos da língua portuguesa.

[...] Em resposta à governamentalidade, a crítica pode ser entendida como “arte de navegar relações de poder”. Como uma dessas técnicas e práticas que desafiam e afrouxam a ligação entre verdade e poder, a crítica caracteriza – e, por sua vez, - promove modos de subjetividade que similarmente desafiam. Ela mantém um caráter criticamente emancipatório (auto)reflexivo e, portanto, possui potencial emancipatório (TAYLOR, 2018, p. 228).

O processo de produção das subjetividades cabanas, desse modo, precisa ser visibilizado a partir de uma dinâmica também de constrangimento, sobretudo, pela forma como os cabanos foram rotulados na Literatura “oficial” sobre o movimento revolucionário.

Desta maneira, os indivíduos se constituem como sujeitos (somos capacitados) por meio de várias ‘práticas de si’, as quais incluem atividades performáticas de escrita, o exercício e a tentativa de dizer a verdade etc. Mas também somos constituídos (somos constrangidos) na medida em que a maneira como realizamos essas práticas é moldada por instituições como escolas, aparelhos de segurança do estado, bem como pelas normas linguísticas e valores mais gerais prevaletentes das atualizações do dispositivo colonial até a história do presente.

Os revolucionários não estavam totalmente fadados a repetir acriticamente as normas, as disciplinas, as estratégias, as táticas de controle do discurso e os valores prevaletentes das sociedades europeias. Questões também geradoras de impactos importantes nas zonas de contato linguístico e no “embrião” de um movimento linguístico brasileiro realizado pelos jornais cabanos. Dito de outra maneira ...

[...] não há instituições e normas emancipadoras que nos capacitem, por um lado, e instituições e normas opressivas ou normalizadoras que nos constriam, por outro; em vez disso somos simultaneamente capacitados e constrangidos pelas mesmas instituições e normas. Portanto, nos encontramos confrontados pela tarefa de descobrir quando e como somos capacitados e quando e como somos constrangidos, de determinar maneiras pelas quais as práticas existentes têm o potencial de afrouxar constrições e, portanto, de resistir à normalização, e empregar essas práticas não apenas para esse propósito, mas também a fim de desenvolver práticas novas diferentes – formas novas e diferentes de nos relacionarmos com nós mesmos e com outrem (TAYLOR, 2018, p. 221).

O uso da língua portuguesa como prática discursiva por Lavor Papagaio traduz de forma bem pontual a citação de Taylor (2018). Afinal, é possível percebermos em alguns trechos do jornal *A Sentinella Maranhense* (1834) que o autor cearense materializa possíveis fraturas no uso na língua portuguesa, ou seja, a sua escrita, tomada por muitos registros históricos oficiais como “rude”, “simples”, “do povo” (de maneira pejorativa), já dá indícios da efetivação de parâmetros do que hoje consagramos como dimensões estruturantes de um português brasileiro. Logo, “[...] é traço característico do desenvolvimento das línguas a diferenciação de uma língua comum em línguas diferentes umas das outras, portanto, a criação de espécimes linguísticas novas por mudanças de uma mesma língua realizadas sobre territórios diferentes” (MEILLET, 2020, p. 185).

Os movimentos de escrever o território para inscrever-se nele, têm, no Brasil, reflexos bem expressivos se observarmos ao longo do tempo nossa produção literária. Pode nos ajudar nisso o projeto dos modernistas de redescobrir os brasis do Brasil, o qual deslocou o eixo de atenção de Rio/São Paulo para se fazer olhar todas as regiões. Assim, “[...] a Amazônia é enfatizada na 1ª geração; o Nordeste, na 2ª geração; o Sertão baiano-mineiro, na 3ª geração. O índio, o mulato e o negro ganham mais visibilidade, antes negada, com cores múltiplas e realistas do cenário cultural brasileiro” (NUNES; FARES, 2007, p. 116). Temos exemplos bem potencializadores do que estamos discutindo nesta unidade, que nos chegam com os modernistas: o poema *Pronominais* a seguir, de Oswald de Andrade, e a própria epígrafe assinalada por Manuel Bandeira anunciando o tópico em questão.

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Na Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro*

Prática discursiva que consiste na tentativa de reversão de um quadro ideológico comum que costura a comparação entre os critérios culturais postos em confronto e, ao mesmo tempo, fratura os aspectos puristas lusitanos, rompendo com uma herança colonialista e renovando muitas questões postas até então sobre as identidades brasileiras. Assim sendo, ...

[...] tanto Bandeira quanto Oswald, à guisa do Modernismo, fazem cair uma das nossas bastilhas: o poder das elites nacionais através da supervalorização da norma gramatical. A dessacralização literária toma corpo *in littera*. E essa dessacralização, ao que parece, exclui o branco, como que negando a contribuição desta etnia para a formação do Brasil. Entretanto, é necessário lembrar Roberto Schwarz: “ninguém pode ser feliz por subtração”. Assim, não há como negar a fatia portuguesa da cultura brasileira, como também não se deve calar a voz do índio e do negro, por tanto sufocadas de nossa História (NUNES, FARES, 2007, p. 117).

Com efeito, se hoje não podemos considerar como “incorreta” uma variação do tipo – *O moço da farmácia, Ana viu ele na lanchonete* (1) –, pois esta mesma construção está presente em vários contextos de escrita e na fala de diversas comunidades, isto é, a variante considerando *ele* como objeto direto já é um dado real no português brasileiro – sendo, inclusive, constatado em jornais, *blogs* e revistas contemporâneos –, pensarmos que “os erros” de Lavor Papagaio é um desvio da língua portuguesa da época, quer dizer, uma impropriedade sem legitimidade histórica que deve ser evitada em todas as situações de fala e de escrita. Claro que há também pontos comuns nesta ambientação ainda “híbrida” de escrita no processo de construção textual do jornalista cearense, porém estas dimensões precisam de um “leque” ainda maior de análise histórico-comparativa, o que não é o foco para o momento. No entanto, ...

[...] encontrei ele em casa é do séc. XX e Damos ele a vós é do séc. XIII. O que isso significa? Já erravam os monges e escribas do século XIII? Mas como se não existia Brasil no século XIII? [...] Creio que não podem separar-se estes exemplos da fase antiga da língua de uma construção paralela existente no português do Brasil. Não me parece que se trate de uma inovação brasileira. Como se pode ver, trata-se não de um problema generalizado, mas, na verdade, de um uso já existente em Portugal, ainda que em menor proporção aos o(s) la(s) como complemento verbal, que, trazido pela boca dos portugueses de todas as classes sociais, caiu no gosto dos nascidos em terras brasileiras (VIEIRA; BRANDÃO, 2007, p. 35).

Ainda no que diz respeito a todas estas reflexões sobre as manifestações de linguagem, purismo linguístico, bilinguajamento, dessacralização literária, no intercâmbio dos eventos de discurso e de modos de pensamento para além da concepção instrumental, não podemos esquecer, que, nesta pesquisa, é pelo círculo traçado por uma rede de acontecimentos discursivos que a gestão da língua portuguesa foi orquestrada na Cabanagem.

As consequências, portanto, dessa (re)organização linguística para a produção, transformação ou difusão de saberes impactam no gerenciamento do governo da língua portuguesa no cenário cabano, pois ao longo do tempo as diferentes cosmologias (brasileira, europeia, africana) tornaram-se quase que complementares em nossas inserções locais no sistema global. De modo que o bilinguajamento, especificamente na América Latina, foi o lugar móvel no qual se engendrou, mesmo que inconscientemente em alguns episódios, uma das possíveis descolonizações do conhecimento linguístico, dos nossos modos de agir e incitou

ressignificações no cenário das línguas e nas dinâmicas de intercâmbios culturais no Brasil ao longo dos séculos.

Em outras palavras, “[...] aprofundo a ideia do linguajamento, o momento da fala e da escrita antes e depois da língua, possibilitado pelas línguas. Em vez de língua e conhecimento, falo agora do linguajamento e do conhecer” (MIGNOLO, 2020, p. 335). Portanto, operação fundadora do bilinguajamento como condição fundamental do pensamento liminar a partir da diferença colonial, abrindo-se para uma perspectiva pós-nacional, intercultural etc. Ponto chave para que também possamos discutir, no tópico a seguir, outras transformações e diferentes resistências de alguns modos de saber e de poder no Grão-Pará cabano.

2.7 OUTRO OLHAR PARA OS MOTINS POLÍTICOS

Todo saber é poder

“Em toda parte estamos em luta [...] e, a todo instante, vamos da rebelião à dominação, da dominação à rebelião, e é toda essa agitação perpétua que eu gostaria tentar fazer que apareça. O que caracteriza o poder, em seus escopos e em suas manobras, seria, portanto, menos uma potência sem limites do que uma espécie de ineficácia constitutiva: o poder não é onipotente, onisciente, ao contrário”.
Michel Foucault, *“Em defesa da Sociedade”*, curso ministrado no Collège de France (1975-1976).

Ao longo dos capítulos anteriores, de forma bem sistemática, registramos que um significativo valor à cultura letrada desempenhou papel preponderante para a concretização do governo da língua portuguesa no Grão-Pará cabano. Elemento que preencheu estrategicamente uma matriz de poder na qual a experiência colonial produziu efeitos epistêmicos, sobretudo, em diálogo com Walter Mignolo (2003), pela prescrição de conhecimentos, formas de agir e modos de transmissão do saber. E daqui, mais adiante do que dos julgamentos linguísticos, “[...] será de onde se começará a difundir-se entre as classes populares a desvalorização e o menosprezo de sua cultura, que depois passará a significar unicamente o atraso e o vulgar” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 139).

Domingos Antônio Raiol (**Figura 29**), o famoso “Barão do Guajará”, embora tenha enfatizado em vários momentos de sua narrativa sobre o movimento cabano, a obra *Motins políticos...* (1970) - ambos já bastante citados em momentos antecedentes - , uma atitude que valorizava a educação formal proposta pelo dispositivo colonial e, conseqüentemente, a suposta “inferioridade” dos saberes pertencentes aos “não letrados”, deixa transparecer, em diversos fragmentos da história, o uso de saberes que contrariam, fraturam, subvertem, a perspectiva

hegemônica instalada a partir de supostos modelos herdados da Metrópole e suas atualizações nos governos locais.

FIGURA 29 – DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL



RAIOL, D., 1970.

Desta forma, o uso de saberes diversificados por parte dos cabanos, comumente rotulados nos escritos de Raiol (1970) como sujeitos “analfabetos e sem conceito” (p. 805; p. 929), “baldos de educação” (p. 805), “maltrapilhos” (p. 831), “rebeldes” (p. 844; p. 894; p. 899; p. 901-2), “homens de ínfima classe, sem educação nem moralidade, dados na sua maioria à embriaguez e privados de discernimento” (p. 898), “homens de cor” (p. 935), “aqueles que nutrem-se da ignorância popular” (p. 973), entre outras caracterizações pejorativas, também aparecem na narrativa, paradoxalmente, em condições bastante vantajosas.

Filigranas discursivas ratificadoras de que as relações de poder e de saber durante a Cabanagem foram espriadas e que, acima de tudo, na divisão do trabalho, de pessoas capazes de fazer isto, de outras capazes de fazer aquilo, quando se teve medo de que movimentos populares de resistência viessem transtornar toda ordem imposta pelas novas dinâmicas do social e do capital nascentes na Província, foi importante uma vigilância mais precisa e concreta dos indivíduos.

[...] Portanto, não seria a “burguesia capitalista” do século XIX que teria inventado e imposto as relações de dominação; ela as teria herdado dos mecanismos disciplinares dos séculos XVII e XVIII, e só teria necessitado utilizá-las, mudá-lhes a direção, intensificando alguns e atenuando outras [...] Não seria o trabalho, portanto, que teria introduzido as disciplinas, mas, muito pelo contrário, as disciplinas e normas teriam tornado possível o trabalho tal como ele se organizou na economia capitalista (FOUCAULT, 2010d, p. 237).

Poder e resistência, guerra e dominação, criação e apropriação, deste modo, sempre conviveram e se afrontaram no território amazônico. Na década de 1820, por exemplo, quando viveu no Pará Ignacio Accioli, ele refere-se várias vezes à “língua Tupinambá” como matriz onomástica dos nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução nos primeiros séculos da história paraense. Aldrin de Figueiredo (2019) traz pontuações precisas sobre este acontecimento, colocando em evidência esta rica passagem da história do povo amazônida.

[...] A partir desse quadro, geógrafos como Eidorfe Moreira chegaram a afirmar que não foi, afinal, o “padrão cultural do colonizador, mas do nativo, que prevaleceu nessa fase inicial da conquista”. Estava em jogo a demografia indígena e sua experiência quando o nativo “impôs à cidade a presença do meio”, o que demonstra que ele não foi apenas o braço, mas também animador e parte integrante da paisagem urbana.

Essa reiterada presença e ação indígenas, hoje muito investigada pela historiografia, ainda causava surpresa na década de 1950, quando os historiadores devotavam mais afinco à compreensão da rapidez e facilidade com que os europeus se estabeleceram e se fortificaram no vale do Amazonas, embora já pudessem notar que isso só fora possível graças à decisiva, efetiva e conflituosa participação do índio. Eidorfe sugere que o primeiro forte construído pelos portugueses na Amazônia foi, por mais de um século, tão somente uma paliçada, uma espécie de “castrametação improvisada, com a participação ativa dos tupinambás”. A seguir, complementa: “A não ser a artilharia, nada mais indicava aí uma fortificação em largo estilo”. De outro modo, podemos inferir que parte importante da arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção do acampamento e fortificação da cidade de Belém nos primeiros anos da ocupação portuguesa foi, em grande medida, tupinambá (FIGUEIREDO, 2019, p. 05).

Essa *interculturalidade*, aqui também constituidora do papel do governo da língua na Cabanagem, portanto, não pode ser visibilizada somente como um conceito para se referir ao contato *com* e ao conflito *entre* o Ocidente e outras civilizações (como alguns com frequência a interpretam). É necessário que o gesto de leitura à *interculturalidade*, proporcionado por esta tese de doutoramento, seja igualmente encarado como “[...] uma ruptura epistêmica que tem como base o passado e o presente, vividos como realidades de dominação, exploração e marginalização, que são simultaneamente constitutivas, como consequência do que Mignolo chamou de modernidade/colonialidade” (WALSH, 2019, p. 09).

Na relação de fortificação da cidade de Belém, tomando como exemplo o saber tupinambá, chamamos a atenção para uma configuração conceitual que, ao mesmo tempo em que constrói uma resposta social, política, linguística, ética e epistêmica para a realidade da época, corporifica um lugar de enunciação indígena e um “lugar político” que envolve tanto o sujeito da enunciação quanto uma outra lógica, que não é a colonial, de olhar, sentir e perceber o mundo amazônico. Ainda em diálogo com esta possibilidade de transgredir o que comumente nos é

apresentado como hegemônico no ensino básico no que se refere à história da Amazônia brasileira ...

[...] Spix e Martius, em *Viagem pelo Brasil*, lembravam que entre 1790 e 1803 o governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, havia criado um corpo militar de caçadores ligeiros constituído por indígenas. Depois de sua saída este corpo foi dissolvido e transformado em grande parte da infantaria regular do Pará. **Embora estes soldados indígenas tivessem estatura inferior e não tivessem o “aspecto marcial” das forças militares europeias, eles superavam os europeus em mobilidade e resistência**, sobrevivendo nas matas oito dias com um saco de farinha de mandioca e andando errantes dia e noite nas densas matas virgens e impenetráveis brenhas pantanosas [grifo nosso] (RICCI, 2016, p. 216).

E é por meio dessas condições de enunciabilidade que trazemos para a rede de memória decorrente da Cabanagem, tal como aparecem em cada prática discursiva, os saberes cabanos sobre os rios e florestas da Amazônia como grandes estratégias de resistência em tempos de guerrilha, a fim de reconstituirmos as utilidades e os usos dos saberes locais. Saberes estes materializados em alguns monumentos oficiais registrados no Arquivo Público do Pará (**Quadro 01**) e na obra de Domingos Antônio Raiol (**Quadro 02**).

QUADRO 01 – OS SABARES CABANOS E OS MONUMENTOS OFICIAIS

DESCRIÇÃO E CÓDICE	DOC
1. Ofício de Manoel José da Costa Guimarães, Capitão Comandante Militar Interino, a Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Pará, informando que <i>alguns praças do seu comando, quando conduziam Canoas de Comércio, encontraram rebeldes na divisão entre este comando e Macapá, e que os rebeldes foram perseguidos no Rio Vicirinha, Distrito de Macapá, mas não foram encontrados (Quartel do Comando Interino do Primeiro Distrito de Melgaço, ora em Breves -19/09/1838). Códice. 876</i>	76
2. Ofício de Manoel José da Costa Guimarães, Capitão Comandante Militar Interino, a Francisco José de Souza Soares de Andréa, Presidente da Província do Pará, informando que <i>os rebeldes se encontram dispersos em pequenos bandos e que conseguem fugir em pequenas canoas remadas por homens e mulheres, pelos estreitos furos, onde as diligências não podem alcançar (Quartel do Comando Interino do Primeiro Distrito de Melgaço, ora em Breves. -06/11/1838 - 01/12/1832) Códice. 876</i>	91
3. Ofício de Nicolau da Gama Lobo, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, <i>tratando sobre a compra de tábuas de cedro para reformar as Igaritês (embarcação cargueira tipicamente indígena) e casa. (Monte Alegre - 08/10/1834) Códice. 888</i>	101
4. Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Antônio Firmo Coelho Capitão, informando que a Igarité está a sua disposição. (Baixo Amazonas - 21/10/1837) Códice. 888	152

Fonte: *Catálogo seletivo da Cabanagem – Tomo I / Anais do Arquivo Público do Pará*, 2018.

QUADRO 02 – OS SABERES CABANOS E A NARRATIVA DO BARÃO DO GUAJARÁ

MOTINS POLÍTICOS OU HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS NA PROVÍNCIA DO PARÁ DESDE O ANO DE 1821 ATÉ 1835 (1970)

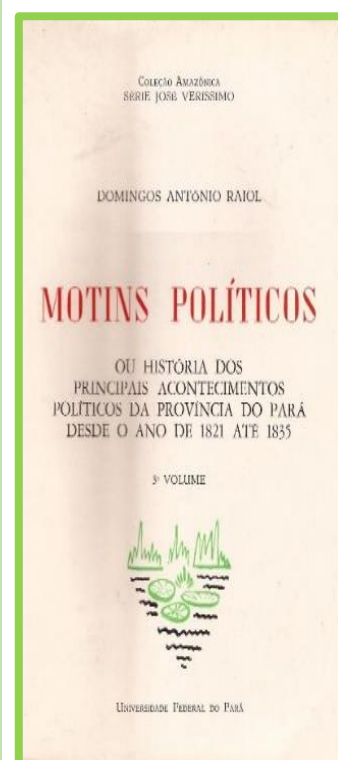
1. “[...] E depois de nomeados vários oficiais subalternos, dispuseram-se a marchar contra a capital. Não tinham soldos, nem rações, nem fardamentos. Faziam correrias pelos sítios e apossavam-se de tudo quanto lhes podia servir de provisão de boca. Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custa. *Para regularizar este variado uniforme, tingiram depois umas e outras na casca de muruxi fervida em água, dando a todas a cor avermelhada deste arbusto.* Raros eram os que usavam calçados e chapéus. Camponeses em sua quase totalidade, estavam habituados à simplicidade, aos rigores da vida rústica. O sol, as chuvas, as intempéries do tempo não lhes faziam nossa. *Frutos agrestes, um pouco d’água com farinha serviam-lhes de refeição muitas vezes.* Desconhecendo os cômodos e gozos da civilização, eram fáceis de contentar; resignavam-se a tudo.

Resolvido o ataque à cidade, *decidiram que fossem divididos em três colunas: a primeira e a maior, comanda por Antônio Vinagre, tomaria o Arsenal de Guerra e todos os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, comandada por Eduardo Angelim, tomaria o Palácio do Governo onde residia o presidente da Província; a terceira que era menor, comandada por Geraldo Gavião, tomaria o Arsenal de Marinha e as fortalezas do bairro da cidade. [...] cada coluna seria seguida de um grupo de gente desarmada, que serviria de reserva nem só para auxiliar os combatentes conforme exigissem as necessidades da ocasião, como para suprir os claros que os mortos e feridos deixassem nas fileiras, tomando em ato contínuo as suas armas e munições*”. (p. 832)

2. “[...] Ata da sessão extraordinária da câmara municipal da Vigia, em 08 de março de 1836. [...] 4ª testemunha. ~ Baltasar dos Reis Pereira diz, por ver e presenciar, que *os rebeldes entraram na capital arrombando portas, furando paredes para estabelecerem comunicações por dentro das casas*”. (p. 899)

3. “[...] *Batidos os rebeldes em um ponto com perdas mais ou menos consideráveis, eles fugiam, internavam-se pelos matos, e pouco depois apareciam fortificados noutros pontos repetindo os mesmos atentados. Conhecendo os sertões e os sítios, sabiam caminhar tão bem de dia como de noite. Era-lhes fácil viajar por terra ou pelos rios, e podiam com vantagem aproveitar em qualquer tempo estradas, os caminhos e desvios que melhor convivessem aos seus planos*”. (p. 899)

4. “[...] *A casa era coberta de ramas de palmeiras que também serviam de tapagem aos compartimentos. Os bancos de assento eram pedaços de madeiros brancos, e os leitos macas grosseiras de cipós e jiraus sotopostos a fibra tiradas da entrecasca de certas árvores. Na cozinha via-se apenas um grosso toro de pau seco que, queimado somente num dos extremos, fumegava brandamente e guardava o fogo sem extingui-lo.* A escassa comida que a sorte lhes deparava era assada sobre brasas e servida sem sal em folhas de bananeira agreste” (p. 979)



Nota-se, então, uma ‘dinâmica de interculturalidade’ constante no que diz respeito a exercícios de poder e de saber entre as subjetividades “propriamente” cabanas e as subjetividades “mais vinculadas” aos saberes europeus. Assim, as ideias de movimento de guerrilha organizado, de pluralidade linguística e étnica na região, de cultura de combate aparelhada na resistência popular, nos conhecimentos indígenas (ou africanos) de sobrevivência nas adversidades etc, poderiam realocar muitas páginas da história oficial do Brasil e, sobretudo, enfraquecer os discursos de moderno *x* atrasado, nobre *x* vulgar, letrado *x* não letrado, herói *x* bandido, dominante *x* dominado, tão atualizados quando o assunto em pauta é a Cabanagem, principalmente, na produção intelectual do início do século XIX.

Um dos mais célebres personagens do cenário cabano, *Jacob Patacho* (Jacob Pedro Borges), - um combatente desertor das tropas “legais” que, no início da década de 1830, se uniu a outro soldado desertor chamado Saraiva e formou um grupo considerado “marginal” composto por índios e caboclos - ilustra, de maneira bem precisa, como a Cabanagem, enquanto narrativa, exemplifica a própria história política do Grão-Pará nas décadas de 1820 e 1830 atravessada pelos binarismos indicados no parágrafo precedente.

[...] Dito de outra maneira, a história de personagens como Patacho permite compreender uma questão mais ampla que é como os chamados “tempos amotinados” ou do “vulcão da anarquia” aparecem na produção intelectual do século XIX. Aqui, porém, nosso interesse versa mais sobre a construção da imagem do indivíduo e do sujeito como emblema da ação histórica que, pese o constante diálogo com os quadros mais amplos da política e da sociedade, pode trazer luz ao debate sobre a composição de personagens históricos sob o ângulo da literatura e da própria narrativa historiográfica.

Ao ser primeiramente lembrado como marginal, Patacho oscila entre o herói de uma lenda e um sujeito que foi posto na “exclusão” e na “margem” do centro dominante da história. Jean-Claude Schmitt ensina que marginais são, via de regra, homens e mulheres que, ao longo da história, tem aparência e atitude consideradas fora de padrões chamados “normais” (FIGUEIREDO, 2016, p. 02).

A interculturalidade (WALSH, 2019) explorada neste último tópico da **Unidade II**, portanto, compõe não apenas as subjetividades cabanas, mas também àquelas mais perpetuadas pelo dispositivo colonial, instaurando, em igual medida, uma fratura expressiva no epicentro administrativo da Província e, ao mesmo tempo, no desenho histórico da constituição da sociedade brasileira fundamentado em um perfil miscigenado, plurilíngue, agrário, escravocrata, preconceituoso, sexista, racista e de desigual distribuição de renda.

É a própria interculturalidade, no entanto, que em outras emergências historicamente situadas na biografia da América Latina, aqui tomando como “rito de passagem” o exercício geopolítico da submissão socioeconômica para França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos, em certa medida, cria condições favoráveis “[...] para nossas constituições, a construção

de regimes republicanos e a participação dos cidadãos em partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Estas influências liberais foram reelaboradas ao serem confrontadas com nossa composição multiétnica e com a evolução peculiar de nossos regimes democráticos” (CANCLINI, 2010, p. 13).

Os intercâmbios culturais, desse modo, em especial na Cabanagem, tornam mais evidentes a constituição híbrida das representações “nacionais” que tentam nos configurar, sobretudo, como brasileiros, hoje, atravessados por conflitos e negociações históricas entre povos diferentes e redes de sensibilidades linguísticas distintas. Logo, a “[...] história dos homens é atravessada por muitos acontecimentos, e as situações dos povos estão sujeitas a mudanças que retiram das línguas uma parte de sua estabilidade, às vezes até mesmo toda ela. A descontinuidade que daí resulta para a transmissão acarreta modificações da própria língua” (MEILLET, 2020, p. 180)

O governo da língua em função de ser também um elemento essencialmente da interface, portanto, faz com que outras possibilidades de análise sejam convocadas, sempre com a função de indicarem novas assimilações e injunções no que diz respeito às tensões discursivas constituidoras do gerenciamento das línguas no período do movimento cabano e dos próprios capítulos seguintes desta tese.

UNIDADE III

ENTRE O NHEENGATU E O PORTUGUÊS: APROPRIAÇÕES E IMPOSIÇÕES



3.1 O PURO COMO JUÍZO DE VALOR

Experimentação intencional de mundos

“Como conceber a existência de algo puro – qualquer coisa, objeto, ser – que não se faça através de relações e, sobretudo, que não exista em decorrência da própria presença, em si, da mistura? Como conceber algo que para existir, basta a si próprio, completo, total, absoluto? Puro: inocente, tal como a própria ideia de pureza, como a imagem daquilo que não se mistura, daquilo que não seja feito do próprio hibridismo e das mais variadas relações. O puro seria o que não se contamina, que se previne do contágio, o correto, o verdadeiro. O puro opõe-se ao que se corrompe pela mistura. O que poderá ser puro? Existirá ciência como ela se imagina, pura?”.

Cássio Viana Hissa, “*Entrenotas*”, 2013.

Em conformidade com as teorizações de Michel Foucault em um quadro interdisciplinar dos estudos discursivos, a experimentação teórica proposta nesta unidade expande as condições de existência da espacialização linguística da Cabanagem no que diz respeito à lusitanização. Visto que compreender a lusitanização constitui envolver as diversas abordagens que uma determinada sociedade exerce sobre a língua e os efeitos dos encontros coloniais que modelaram Portugal, Angola, Brasil, Moçambique, Cabo Verde etc (e outras ex-Colônias), seja em termos de afinidades compartilhadas, seja em termos de especificidades que as individualizam.

[...] A lusitanização é um evento que emerge da maneira como pessoas de diferentes geopolíticas, conectadas pela colonização portuguesa, integraram e integram experiências passadas, presentes e futuras. A lusitanização, portanto, é produto de experiências coloniais e pós-coloniais que costuraram, de formas específicas, diferentes geografias, pessoas, expressões e crenças. Trata-se de buscar uma compreensão sobre o papel da língua nos (des)encontros coloniais e nas relações de poder (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 112-113).

Desta maneira, segundo Cristine Severo & Sinfree Makoni (2015), a lusitanização pode ser vista como um evento histórico e situado que foi reproduzido e reforçado por diversas estratégias a partir de duas chaves interpretativas: no que se refere à experiência de primeira ordem, trata-se de ponderar as vivências coloniais; em termos de segunda ordem, trata-se de explorar a maneira como tais experiências foram discursivizadas em metadiscursos usados para fins políticos.

Se levarmos em consideração a heterogeneidade linguística da Província cabana e a variedade de língua mais agenciada dentro do movimento revolucionário, com o auxílio da elite luso-brasileira, notaremos que a rede de sensibilidade linguística igualmente em evidência estava completamente comprometida com a imposição da língua portuguesa. Entretanto, é preciso destacar, que tais relações tanto moldaram como foram moldadas durante a colonização e

após a colonização. Afinal, as relações de poder e de saber cabanas também tinham suas estratégias de resistência espraiadas por toda população. O que, por conseguinte, preocupava os interesses da Metrópole e dos gestores locais. Daí o cuidado, por parte do dispositivo colonial, em desenvolver novos meios de controle da população.

Michel Foucault (2008) nos alerta que a governamentalidade coloca, pela primeira vez, o problema político da “população”, isto é, não a soma dos sujeitos de um território, o conjunto de sujeitos por direito ou categoria geral da “espécie humana”, mas o objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros. Portanto, as tecnologias governamentais dizem respeito tanto ao governo da educação quanto àquele da transformação dos indivíduos, ao governo das relações familiares e ao governo das instituições. É por essa razão que também atrelamos a essa operacionalização conceitual o governo da língua.

As estratégias de apagamento das línguas locais e de suas cosmologias urdidas pelo dispositivo colonial, neste momento já agenciado pelas oligarquias locais, pelo Império brasileiro associado ao capital estrangeiro, como reação à Cabanagem, instauraram um policiamento de língua considerando as tensões, lutas e conflitos emergentes do encontro de discursos e de práticas que atuaram “de cima para baixo e de baixo para cima”. As populações envolvidas nestes processos, a partir daí, irremediavelmente seriam marcadas pelas fraturas culturais, porque embora a vitória nunca seja completa, nunca se volta ao que era antes.

Peculiaridades analíticas as quais atribuem a essa tese de doutoramento um lugar de investimento em uma redefinição da vida social em que a “[...] ciência deixa de ser ‘legisladora’ e passa a ser um modo de criar inteligibilidade sobre as mediações culturais, construindo uma nova forma de oportunizar o conhecimento em nossos tempos, ainda que diversas visões de tradição, de modernidade recente e de Pós-colonialismo coexistam em conflito” (MOITA LOPES, 2006, p. 31).

Na **Unidade III**, portanto, estamos interessados em descrever, igualmente, outros regimes de visibilidade às relações de poder, governo da língua, necropolítica linguística, colonização epistêmica na Cabanagem e, em igual medida, ressaltar que muitos esforços relacionados ao gerenciamento linguístico na Colônia, por sua vez, abarcam o ritual da palavra, o incentivo à cultura letrada no Brasil e uma tecnologia político-administrativa cuja ação é regulamentar comportamentos coletivos movimentados pelo saber e pelo perfil europeus.

3.2 DISCIPLINA LINGUÍSTICA

O ritual da palavra

As configurações de dizibilidade em que muitos registros históricos oficiais foram produzidos, indicam que era também uma estratégia fundamental das práticas de governo da língua portuguesa, estabelecidas pelo poder colonizador, inserir no discurso das classes “populares” uma disciplina de hierarquia linguística. Mas isto não poderia se estabelecer sem que houvesse também a produção de um saber-outro e juntamente com ele determinações legais.

Para entendermos a esta função dominante do dispositivo colonial, em que os ideais de “civilidade” na Amazônia impostos e potencializados pelo “invasor europeu” desde as primeiras ações pombalinas, funcionaram também como um dispositivo de controle do discurso, da população, enfim, o encontro das técnicas de dominação exercidas sobre o colonizado, é salutar notarmos a convergência destes debates para o cenário educacional da época.

[...] A ideia do direito à educação, introduzida muito antes da ideia de Estado, está dependente, no entanto, da teoria de gerenciamento populacional como um instrumento de dominação, isto é, nota-se que paulatinamente o objeto do governo provincial na Cabanagem deixa de ser somente a dinâmica territorial da guerrilha e passa ser também o modo de gestão da população (LAVAREDA; NEVES, 2018, p. 82-83).

Posto desta forma, consideramos a empreitada do governo da língua portuguesa um dos fatores mais importantes de dominação dos cabanos, mesmo que seja inclusa em um plano contraditório específico de manutenção.

Grande parte da análise de Bessa Freire (2011), por exemplo, nos impulsiona para um diagnóstico que fortalece no “caldeirão linguístico” amazônico, materializado também nos arranjos familiares entre etnias diferentes, a “invenção” de uma língua. De modo que não há como negar, no Império brasileiro em turbulência com a abdicação de D. Pedro I e a instauração das Regências, o incentivo para a consolidação de dispositivos escolares, legislativos, militares, religiosos e, sobretudo, o reflexo destes no princípio da hierarquização linguística europeia “ajudando”, de certa maneira, no suposto reestabelecimento da ordem social que vinha sendo trabalhado pelos apoiadores do pacto orgânico na Amazônia cabana completamente “em chamas” (1835-140).

Como podemos notar na série arquivista de algumas correspondências oficiais, sistematizadas no **Quadro 03** - monumentos do *Tomo I* de um *Catálogo Seletivo* produzido sobre o movimento cabano, composto de hum mil cento e dezenove verbetes (1.119) resultantes da organização e do tratamento das fontes, com seus correspondentes índices, localizados no Arquivo Público do Pará -, em que um conjunto de regras anônimas, históricas, econômicas,

linguísticas - isto é, o(s) próprio(s) dispositivo(s) foucaultianos - definiria para uma época as condições de um exercício homogeneizador de língua em uma região tipologicamente multilíngue.

O que refletiria, inevitavelmente, na tradução para línguas indígenas e africanas gêneros discursivos europeus, como homilias, sermões, práticas diárias espirituais, a Bíblia, vocabulários, peças teatrais etc... de modo que a introdução de letamentos e de um outro perfil educacional, ou de gerenciamento da população, “[...] passassem a moldar as visões de mundo, especialmente de crianças” (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 115).

Logo, são os colonizadores e os gestores locais que organizam hierarquicamente as redes de sensibilidades linguísticas no Grão-Pará cabano, como parte estratégica do processo de dominação da população, sendo que a apropriação de línguas desconhecidas deu sustentação às ideologias de policiamento linguístico do dispositivo colonial. O **Quadro 03** ilustra, de maneira mais didática, alguns acontecimentos exemplificadores do que estamos pontuando.

QUADRO 03 - CATÁLOGO SELETIVO REFERENTE À CABANAGEM (1ª PARTE)

DESCRIÇÃO E CÓDICE	DOC
<p>1. Ofício de Manoel Lourenço de Matos, Tenente Coronel da extinta Legião de Jones, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, informando sobre a situação em que se encontravam duas Freguesias da Ilha do Marajó: Soure e Monforte, <i>onde a população, constituída em sua maioria de um número expressivo de índios, revoltava-se contra as autoridades locais</i>. Dessa forma vinha também, <i>justificar o seu atraso no cumprimento das ordens presidenciais, que determinavam a captura de criminosos e negros fugitivos</i> (Monsarás - 10/06/1834). Códice. 852</p>	150
<p>2. Ofício de Manoel Lourenço de Matos, Tenente Coronel da extinta Legião de Jones, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, <i>informando que os atos criminosos na Província eram praticados indiscriminadamente pois os revoltosos não temiam às leis e que era necessário chegar na região as “benesses da instrução” para que todos pudessem “falar a mesma língua”</i> (Marajó - 04/12/1834). Códice. 852</p>	157
<p>3. Ofício de Antônio Lacerda de Chermont, Major e Comandante do Batalhão da Guarda Nacional, a Manoel Jorge Rodrigues, Presidente da Província do Pará, informando sobre as dificuldades que encontrava para cumprir ordens presidenciais, em virtude dos <i>constantemente assaltos e assassinatos praticados por índios e cafuzos</i> vindos da Ilha do Marajó (Santa Ana - 21/05/1835). Códice. 852</p>	163
<p>4. Registro de um passaporte do Dr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, sua mulher, D. Ana Francisca Perpétua Ramos, dois filhos, uma cunhada menor de idade, <i>cinco negros, uma mulata escrava africana, um menino mulato livre brasileiro (criança) e quatro índios</i> (Palácio do Governo do Pará – 20/04/1833). Códice. 874</p>	420
<p>5. Ofício de Nicolau Tolentino Ribeiro, a Bernardo de Sousa Franco, Presidente da Província do Pará, <i>informando que recebeu o material para a construção da igreja (católica)</i> (Quartel do Comando Militar de Oeiras – 08/01/1840). Códice. 876</p>	38
<p>6. Ofício de José Antônio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo, a João Antônio Loureiro, Secretário do Conselho Geral da Província, <i>informando que para a criação das cadeiras de ensino público, se deve proceder de acordo com a Constituição, Art. 84 a 89 e a Lei de 27 de agosto de 1828</i> (Pará - 23/01/1834). Códice. 887</p>	173
<p>7. Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Presidente e Comandante das Armas da Província do Pará, tratando de vários assuntos, entre eles: <i>a existência de 500 a 600 cabanos na região, e de aproximadamente 80 negros</i> (Quartel do Comando Militar do Baixo Amazonas em Santarém – 02/08/1837). Códice. 888</p>	175

Fonte: Catálogo seletivo da Cabanagem – Tomo I / Anais do Arquivo Público do Pará, 2019.

A partir dos enunciados destacados não podemos imaginar, portanto, bem como geralmente o faz boa parte da História oficial, uma dimensão linguística única para o movimento popular que chegou, de fato, ao poder na Regência Una de Diogo Feijó em sete de janeiro de 1835. Esta simplificação desqualificaria, e muito, as multiplicidades de significado cultural e de contato linguístico contidos nas lutas dos inumeráveis cabanos de 1835 ou 1840. Segundo Magda Ricci (2001), a Cabanagem foi um movimento social empreendido por pessoas concretas, que

viveram temporalidades diferentes da nossa, com ideais, utopias e formas de articulação do pensamento que lhes são próprias.

A “classificação” étnica, por exemplo, tão evidenciada no **Quadro 03**, em especial, nos enunciados apresentados nos *Documentos 420* (“cinco negros, uma mulata escrava africana, um menino mulato livre brasileiro (criança) e quatro índios”) e *175* (“a existência de 500 a 600 cabanos na região, e de aproximadamente 80 negros”) - era considerada normal nessa época escravocrata e, por conseguinte, reflete igualmente na dimensão de hierarquização linguística, exclusão social e, especialmente, nas próprias contradições internas da revolução. Vale lembrar que o próprio Filipe Alberto Patroni que acenou para os escravos a ideia de liberdade, “[...] quando já idoso, retirou-se para Portugal, vendeu seus bens no Pará e publicou anúncio de venda de escravos que repercutiu escandalosamente em toda país” (SALLES, 2015, p. 43).

O que se faz igualmente pertinente pensar a partir dos monumentos inscritos no **Quadro 03**, é que o governo da língua como modelo de política e de planejamento linguístico vinculado à cultura europeia, atravessa os fios instituidores de uma formação discursiva que circulava em vários âmbitos de uso, sobretudo, na continuidade do *ritual* - enquanto um movimento de procedimento interno de controle do discurso, no que diz respeito à rarefação dos sujeitos - de consolidação da língua portuguesa em muitas de suas variedades faladas e escritas.

Sob o nome de *ritual*, Michel Foucault (2010c), define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras que, no caleidoscópio linguístico amazônico, a ordem do discurso não era nem indígena e nem de base africana²³.

As formas de decibilidade, os limites, as linhas de força e os contornos da memória tal como aparecem em cada formação discursiva das materialidades em destaque no **Quadro 03**, então, compõem uma rede bastante heterogênea de formas de dominação que acompanham o governo da língua portuguesa na região.

²³ Não por acaso que um dos principais registros históricos sobre o movimento cabano no *Foreign Office*, de Londres, falo aqui de uma das mais importantes declarações escritas feitas por Francisco Pedro Vinagre, em que faz uma delação generalizada de seus pares, aparece somente em língua portuguesa na documentação trabalhada. **In:** *Foreign Office, Box 24, F131-2. Statemente no referred to in any other correspondence dated Feb 16 1836 and take non bord frigate Campista. Statement by Francisco Pedro Vinagre, after taken prisoner, and probably forwarded to British authorities by Commander Taylor.*

No pensamento do Barão do Guajará e de toda sua geração de aliados, então, somente a concretização de ações educacionais mais efetivas (acompanhadas de regras de obediência, de polidez, usos da língua portuguesa em esferas públicas, mais ou menos formais, da disciplina e do rigor que os dispositivos escolares evidenciam tanto - *Documento 173* do **Quadro 03**) por parte das autoridades do Império brasileira funcionaria como medida real de vigilância e obediência dos rebeldes, que, se permanecessem “analfabetos” – sem o domínio efetivo da língua portuguesa (*Documento 157* do **Quadro 03**) -, poderiam representar uma ameaça constante ao Estado de direito.

Desta maneira, mobilizar outras formas de olhar para a história das diferentes línguas que constituíram a Província cabana e ainda hoje são faladas por muitos povos (indígenas, quilombolas...) da região, é, fundamentalmente, mergulhar em memórias mais verticalizadas da historiografia do Pará, do Brasil e da constituição plural da história das línguas na América Latina. Evidenciando, acima de tudo, que algumas teorizações sobre a linguagem podem não vir exclusivamente do campo dos estudos linguísticos. Particularidades que oportunizam, de igual modo, criarmos um outro tipo de inteligibilidade para o que estudamos e pesamos, por exemplo, sobre a educação linguística²⁴.

3.3 O PREENCIMENTO ESTRATÉGICO DO DISPOSITIVO²⁵

As normas linguísticas e o racismo

Michel Foucault, em seu movimento constante de revisão e aprofundamento de suas teorias-experimentações, enxerga dois momentos efetivos na origem de um dispositivo.

[...] Um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo à medida que engloba um duplo processo: por um lado, processo de *sobredeterminação funcional*, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, o processo de perpétuo *preenchimento estratégico* (FOUCAULT, 2016a, p. 365).

Deste modo, ratificamos o quanto se faz necessário pensar o gerenciamento linguístico como uma estratégia de controle do discurso, vinculada às normalizações impostas pelo

²⁴ “[...] Conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitaram adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de (ou sobre) sua língua materna, de (ou sobre) outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os outros demais sistemas semióticos” (BAGNO, 2017, p. 104).

²⁵ As primeiras ideias para a construção deste tópico foram inicialmente experimentadas em uma publicação vinculada ao Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS) e ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. Deslocamento linguístico no português do Brasil: a transmissão linguística irregular na Cabanagem. *Policromias – revista de estudos do discurso, imagem e som*. Ano 04, jun., 2019. pp. 70-89.

dispositivo colonial, pela colonialidade do saber, pelo modelo de governo da língua portuguesa agenciado na Amazônia do começo do século XIX, tendo em vista que em determinado momento essas tecnologias político-administrativas tenham aparecido como uma ferramenta eficaz, racional, de um possível controle social na Província cabana. Ou seja, um efeito, segundo Foucault (2016a, p. 365), “[...] que não estava de modo algum previsto de antemão e que passou a ser reutilizado com finalidades políticas e econômicas”, que inicialmente nada tinham a ver com a astúcia estratégica produzida pela colonização no continente americano.

Emergência colonial que se estabeleceu, inclusive, em uma nova tática de poder do discurso com objetivo de fortalecer a opressão cultural e linguística na Amazônia, que de certa forma, ocupou também *um espaço vazio nas medidas burocráticas de controle* do Grão-Pará, já em chamas, com intenções diversas. Assim sendo, é por meio desta perspectiva que vislumbramos este preenchimento estratégico do dispositivo colonial pela dimensão de restrição linguística, onde somente a cosmologia europeia poderia efetivar qual língua deveria ser adotada como “oficial”.

Até porque, como já fora anunciado nas unidades **I** e **II**, estender o panorama conceitual do governo da língua portuguesa para o âmbito da restrição, tendo em vista que o dispositivo colonial sempre efetivou o desejo de um cenário monolíngue para o Grão-Pará, tem também por objetivo ampliar o escopo de análise sobre as manifestações linguísticas das populações de origem indígena, europeia ou africana no período da Cabanagem.

Dentro do plano de análise que estamos propondo agora, no entanto, é necessário especificar como os processos de gerenciamento da língua foram se transformando. No início não havia por parte da coroa portuguesa nenhum interesse de estabelecer um processo de colonização linguística no Brasil, daí deixarem esta administração por conta dos jesuítas, como já vimos antes, e isso implicou na ‘invenção’ das línguas gerais.

Já em relação à Cabanagem, a posição foi outra e esse gerenciamento (muito mais restritivo) ganhou uma verticalidade maior porque passou a atender às necessidades do Império brasileiro de se apossar da região, que só seria possível com a imposição unicamente da língua portuguesa e com essas tecnologias de poder que lhe favorecessem, inclusive o grande genocídio produzido no combate aos cabanos.

Se governar consiste em conduzir condutas, mantendo a noção de controle mais ampla possível, a disciplinarização linguística, com suas variáveis, desenhada ao longo do processo de invasão do Brasil, deste modo, assinala o processo de gerenciamento linguístico como uma das táticas da maneira de governar e de preencher determinados “vazios” que, décadas mais tarde,

serão ressignificadas como um conjunto de procedimentos mais sistematizados e apreendidos pela escolarização formal, se efetivando como estratégias de controle do discurso. Acontecimentos que refletem, de maneira bastante precisa, na mudança do cenário da ecologia linguística do Período Colonial.

Daí a análise da governamentalidade também abarcar, em igual medida, o exame que Foucault denomina as *artes de governar*. Essas artes incluem o estudo do governo de si e o governo dos outros, em que podemos delinear através de determinadas materialidades a Cabanagem como um lugar de desdobramentos linguísticos, descontinuidades, “fissuras”, “fraturas” e, também, definidor das linhas de desenvolvimento do Estado moderno na Província do Grão-Pará.

Em outras palavras, o que está sendo mobilizado conceitualmente neste tópico e aqui incorporado às condições de possibilidades históricas dos sujeitos que viveram os movimentos cabanos, designa aos processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, os quais a língua que detém o poder político é tomada como modelo (ou referência) para os demais segmentos do rizoma político-linguístico, às redes de afeto, de resistência ao longo do tempo.

Acontecimentos que, para nós, levantam a hipótese de que na época da Cabanagem o que se entendia por Língua Geral Amazônica era completamente diferente de séculos anteriores. Principalmente se colocarmos em cena os primeiros anos da colonização onde foram muito frequentes as relações entre homens portugueses e mulheres indígenas, “[...] um tipo de relação inicialmente favorecido por líderes indígenas com a intenção de firmar alianças estáveis com estrangeiros detentores de muitos bens materiais novos e desejáveis (facas, tesouras, armas de fogo etc)” (RODRIGUES, 2010, p. 37). Arranjos sociais que fizeram aos poucos crescer o número de mestiços, filhos de pais portugueses e mães indígenas, falando as línguas das mães e dos demais parentes, todos estes indígenas (já que “do lado paterno” os avós, tios, primos, ficavam em Portugal).

Com efeito, se toda língua franca é originalmente um *pidgin*, isto é, uma espécie de linguagem nova e inicialmente simples que emerge do contato (nem sempre amigável) entre dois ou mais grupos humanos que não compartilham uma mesma língua, que em seus estágios iniciais frequentemente é um recurso improvisado, reduzido a uma estrutura gramatical mínima, a partir do contato entre grupos populacionais para propósitos bem definidos e delimitados, tais como trocas comerciais ou em um contexto no qual os sujeitos não dispõem de um outro meio verbal comum de comunicação, - e um detalhe valioso: não é falado como língua materna por ninguém

– é fundamental um debate mais preciso e pontual sobre a relação de equivalência semântica entre LGA e o nheengatu em meio ao movimento de resistência dos cabanos.

Gesto de leitura que abre caminho para revisitarmos, de maneira mais crítica, o conceito de língua geral comumente atribuído ao nheengatu na época da Cabanagem e, sem sombra de dúvida, verticaliza a historiografia do português brasileiro (*abordaremos o tema no próximo tópico*). Afinal, sabemos o quanto é problemático estabelecer categorias “universais”, conceitos “cristalizados”, para processos linguísticos tão heterogêneos como os que comumente constituem o caleidoscópio linguístico amazônico e seu cenário geopolítico.

Posto desta forma, se pusermos a história da Cabanagem em movimento, repensando as estratégias do governo da língua impostas pela Metrópole e agenciado pelo Império, a noção de norma, assim como a de normalização, permitem a esta pesquisa se referir a um horizonte de partilha entre os indivíduos pelo qual se observa o perfil da extensão de *norma* como uma tecnologia do comportamento do ser humano, ou melhor, de que maneira a presença de um dado perfil estratégico populacional objetivava definir um sistema de relações diversas de dominação, de disciplinas, de meios de transformação do indivíduo.

A *normalização*, muito além do horizonte teórico do direito e da lei, é assegurada, então, por meio de instituições físicas presentes na sociedade em questão (escolas, igrejas, instituições policiais, documentos etc) que estruturam o terreno social e fornecem explicações “adequadas” para a razão de determinadas disciplinas, como já anunciado nas unidades anteriores. Assim, o objetivo era tornar *normal* o uso da língua portuguesa e *anormal* o das línguas indígenas ou de matrizes africanas.

Os parâmetros normativos do português europeu taxados pelo governo da língua representam, portanto, uma tecnologia de poder racista muito significativa para se efetivar a discursivização da colonização no continente americano e a necropolítica linguística que chega até a nossa história do presente. Na Cabanagem, à guisa de exemplo, como estratégia do Império em nome de uma suposta modernidade, aqui mobilizando a formulação de biopoder do filósofo francês, tais parâmetros parecem funcionar mediante o controle entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define também em relação ao campo biológico.

[...] Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento da censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o nome de “racismo”. [...] A raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros. [...] Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (MBEMBE, 2015, p. 128).

Para ampliar o panorama de análise, com o intuito de exemplificar o desenho de um arquétipo de poder racista por parte do governo da língua portuguesa e do dispositivo colonial como um todo, mostraremos alguns trechos do *Despacho n° 59 (Quadro 04)*, um dos arquivos sobre o movimento cabano localizado no *Foreign Office*, de Londres, mapeado pelo antropólogo inglês David Cleary (2002)²⁶.

²⁶ Cleary é o grande responsável por sistematizar uma copiosa troca de correspondências entre oficiais da marinha britânica à época do movimento cabano. São cartas, relatórios e anotações produzidos por oficiais e diplomatas contemporâneos dos fatos, alguns deles na condição de atores diretos de alguns momentos decisivos para o fim da revolução. Acontecimentos que são registrados sob a tutela de uma nação imperial poderosa, cujos domínios se estendiam por várias partes do globo. Recentemente, o antropólogo cedeu todo o acervo de pesquisa que tinha sobre a Amazônia para o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas (CDHBA/Iced) da Universidade Federal do Oeste do Pará.

QUADRO 04 – A CABANAGEM EM DOCUMENTOS INGLESES

TRECHO DO DOCUMENTO ORIGINAL	TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS ²⁷	CAIXA// NÚMERO DO DESPACHO
<p><i>From: Henry Stephen Fox, British Minister in Rio de Janeiro</i> <i>To: Lord Palmerston</i> <i>Date: November 10th 1835</i> <i>Place: Rio de Janeiro</i></p>	<p>De: Henry Stephen Fox, ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro Para: Lord Palmerston Data: 10 de novembro de 1835. Local: Rio de Janeiro</p>	
<p><i>[...] The conquering faction, or rather the troop of savages, now left in possession of Para, consists chiefly of Indians (of whom there is an numerous population throughout the provinces of Para and Maranham) and of various cross breeds between Indians and negroes, coming under the general denomination of “Cafusos”. and being I believe among the most worthless of the varieties of the human species. If these men should be able to maintain themselves; there is little doubt they will proceed to exterminate the withe race wherever within their reach: whether they will give liberty to the African blacks. And receive them as equals and associates or whether they will retain them as slaves in their own service, we have yet no means of knowing: but an union between the two coloured races; for purposes of violence against their common masters; appears to be much the most probable result [...] If the revolution be not now quelled, the large and fertile province of Para may be considered as lost altogether to the civilized world.</i></p>	<p>[...] A facção vitoriosa, ou seja, a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as Províncias do Pará e Maranhão) e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificados com a denominação geral de “Cafuzos”, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana. Se esses homens conseguirem se manter, não há dúvida de que irão exterminar a raça branca até onde estiver ao seu alcance. Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como seus pares e camaradas, ou eles os retiverem de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabê-lo, mas uma união entre estas duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra seus donos em comum, parece ser o resultado mais provável. [...] Se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil Província do Pará pode ser considerada totalmente perdida para o mundo civilizado.</p>	<p align="center"><i>BOX 20 // Despatch n° 59</i></p> <p align="center">CAIXA 01 // Despacho n° 59</p>

Fonte: CLEARY, D., 2002

Nos enunciados destacados, por exemplo, se materializa um cuidado emergencial no gerenciamento populacional como um instrumento de dominação. Dito de outra maneira, nota-se que aos poucos o objeto do governo provincial na Cabanagem deixa de ser somente a dinâmica territorial de “pavor/medo” dos cabanos (muitas vezes rotulados de “analfabetos e sanguinários”, “sem valores morais”) e passa a ser uma atenção especial ao modo de gestão da população, em que uma determinada prática discursiva tangencia a consolidação do “direito de matar”

²⁷ Tradução de Christine Moore Serrão.

(principalmente os movimentos referentes à presença do negro na Cabanagem). Desta maneira, o “direito de matar” é na revolução cabana mais uma forma de poder soberana sobre a vida. Trata-se, igualmente, de subtrair não somente a vida, mas riquezas, serviços, trabalhos, produtos, cosmologias, como indica o monumento no **Quadro 04**.

Estes acontecimentos evidenciam outros pontos de reflexão sobre as noções de dispositivo colonial e de necropolítica na Amazônia à época regencial de Diogo Feijó. Pela perspectiva de análise que adotamos, é necessário enxergarmos o que as relações de poder têm de móvel, transformável e irreversível.

As práticas cotidianas vivenciadas nos exemplos expostos, “no nível das coisas ditas”, são também eventos discursivos que dinamizam o âmbito de um sujeito que é definido historicamente pela relação de si para consigo. “[...] Isso significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo buscamos propor, devemos considerar que as relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama que está em rede” (FOUCAULT, 2010b, p. 225).

Outro arquétipo expressivo se dá nas pistas discursivas registradas no dia 22 de junho de 1835, **de um diário de bordo britânico**, também localizado no *Foreing Office*, de Londres, escrito pelo Capitão Home, HMS Rechehorse, que descreve ...

[...] “ouvi muitas pessoas cantando na cidade, na direção do Forte de Santo Antônio e os índios, acompanhados por disparos de mosquetes de vez em quando”. De repente, estamos do lado de um militar britânico, olhando para a cidade na escuridão, e pensando com ele: que diabo está acontecendo aí? O que estão cantando?” (CLEARY, 2002, p. 17).

Depoimento indicador de mais desdobramentos linguísticos e de toda heterogeneidade presente na Amazônia brasileira, porque marca na singularidade dos acontecimentos que naquela ocasião nenhum dos militares britânicos falava português. Segundo o próprio David Cleary (2002), as esquadras britânicas sempre levavam vários intérpretes negros da Jamaica para Belém e para Tatuoca, com o objetivo de uma produtividade melhor com a língua portuguesa. Com efeito, “[...] é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos atavismos e hereditariedades [...] A história com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, é o próprio devir” (FOUCAULT, 2016a, p. 61).

Trata-se, enfim, por meio do preenchimento estratégico do dispositivo colonial, afastar aquilo que sempre manteve vivo uma única representação linguística como mantenedora da continuidade de um dado discurso sobre a constituição do nosso idioma. Portanto, é mais do que necessário explorarmos a heterogeneidade constitutiva de novas configurações do saber, que, ao

surgirem e/ou desaparecerem, são notadamente um entendimento mais ampliado de como a revolução cabana também dialoga com outros regimes de visibilidade e linhas de força decorrentes das populações de origens indígenas e africanas no Período Colonial.

3.4 REVISITANDO O CONCEITO DE LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA

Sobre tempos, espaços, transformações e contemporaneidades

“[...]Nty kuri auá onhana suainhana remundé, iaiuká kuri aeté opãe. Iandé paia Kuarasy, iandé maia Iasy okuau ana iandé kyrymbasaua”.
Kukuhy, *Narrativa Baré*.²⁸

Ao longo dos tópicos anteriores estamos pontuando como as tecnologias de poder estabelecidas pelo dispositivo colonial, procurou constantemente reafirmar o ideal de uma língua única e transformou o monolinguismo quase em um fantasioso destino inevitável para a humanidade, especialmente para os povos colonizados. Em meio a essas intrincadas tramas de poder, não podemos nos esquecer de como a ciência do colonizador também fez questão de forjar categorias analíticas às línguas dos povos colonizados e procurar imprimir a essas línguas, a partir de determinados princípios teóricos, esse discurso do monolinguismo. Como se as populações colonizadas fossem incapazes de serem bilíngues ou multilíngues.

Outra estratégia muito significativa deste processo é a fantasia de que as línguas europeias mantêm uma unicidade durante muitos séculos. Como construção histórica, a língua portuguesa falada pelos primeiros portugueses que chegaram aqui no Brasil é diferente da imposta pelo Diretório de Pombal, da língua utilizada no jornal dos cabanos etc. Um dos problemas, quase insuspeito, acontece quando determinados olhares dentro do âmbito dos estudos linguísticos mais “tradicionais”, ainda herdeiros forte de uma episteme ocidental de estudo científico da língua, se propõem a analisar as fraturas e os novos arranjos nas fronteiras culturais das línguas colonizadas, que ficam aparentemente cegos a muitas transformações.

Sabemos que é quase impossível uma única área, ou uma única categoria, abarcar globalmente uma dada discussão sobre a heterogeneidade linguística que temos em nosso país. Quando tratamos de línguas subalternizadas estes debates tornam-se ainda mais acalorados, pois estas redes de sensibilidades, essencialmente, demandam elementos de reflexão bem diferentes.

²⁸ *Ninguém há de correr em face do inimigo, havemos de matar todos eles. Nosso pai o Sol, nossa mãe a Lua, conhecem já a nossa valentia (Lenda Baré em nheengatu).* Trecho Das Lendas indígenas recolhidas por Max J. Roberto, transcritas por Antônio Amorim.

Deste modo, a ausência de um pleno entendimento sobre algum assunto é parte integrante de como se produz conhecimento e um comportamento aceitável.

Nossa principal intenção neste tópico, portanto, tem caráter mais “especulativo-propositivo”, ou seja, o foco é estabelecermos uma proposição pela qual seja possível situar uma relação conceitual na qual os sujeitos e a história sejam mais visibilizados. Posicionamento que torna plausível vislumbrar o *nheengatu*, à época da Cabanagem, em um outro possível gesto de leitura presente no processo de governo da língua agenciado pelo dispositivo colonial de 1835-1840 na Amazônia brasileira, isto é, enquanto um sistema “[...] auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente inteligíveis entram em contato mais estreito” (COUTO, 1992, p. 71).

Aspecto que impulsiona, por conseguinte, nossas análises sobre o cenário linguístico colonial, com base em Antoine Meillet (2020), a observação dos fatos de linguagem através de um prisma obrigatoriamente social, uma vez que o exame da língua em si e por si mesma é insuficiente para dar conta dos fenômenos de mudança linguística.

A LGA foi o sistema de “[...] comunicação interna da Amazônia durante todo o Período Colonial e desempenhou funções que toda língua desempenha em uma comunidade, o que retardou o processo de hegemonia do português” (FREIRE, 2003, p. 197). As condições sócio-históricas pelas quais se espalhou pela Pan-Amazônia estão associadas a um intenso contato de línguas que inclui um *continuum* de assimetrias de poder.

A situação das línguas na Amazônia brasileira e determinados aspectos de sua evolução, alguns estágios até já analisados nos capítulos antecedentes, foram engendrados em um cenário de numerosas manifestações linguísticas por onde circulavam diferentes povos, que mantinham relações amistosas ou bélicas.

O *nheengatu*, vale destacar, teve seu processo de formação iniciado na segunda metade do século XVII e certamente no início do século XIX, no imenso território do histórico Estado do Grão-Pará, sofreu muitas transformações e já poderia mesmo ter adquirido o *status* de língua primeira entre as sociedades indígenas “pacificadas” pelos jesuítas, um processo que vai se estender a gerações sucessivas e chegar aos nossos dias. Nestes processos de apropriação, especialmente diante da imposição da língua portuguesa, depois dos processos de apagamento de inúmeras línguas ancestrais, é em *nheengatu* que muitas sociedades indígenas vão reescrever suas cosmologias fraturadas e marcar suas identidades.

Como o gerenciamento do *nheengatu* saiu das mãos dos jesuítas e passou a ser assumido pelos próprios indígenas, depois da Cabanagem, o português passa a ser a língua de

oposição à identidade linguística indígena. O nheengatu, então passa a ser a língua em que narram suas histórias ancestrais, a “língua boa” que ensinam a seus filhos e netos, dentro das possibilidades políticas a que são expostos. Se a princípio a LGA foi uma invenção e uma estratégia do dispositivo colonial, o nheengatu e suas transformações é uma das principais estratégias de trapacear este dispositivo.

Sabemos que existe uma memória construída historicamente proveniente do governo da língua portuguesa, que insiste em atribuir uma certa perspectiva tecnicista e genérica às línguas indígenas de forma geral, uma das principais delas é se pautar nas análises das estruturas linguísticas, outra é lhes negar a possibilidade de produzir suas próprias literaturas. Em relação a estes processos tão múltiplos de constituição do nheengatu, o gerenciamento linguístico mobilizado pelo dispositivo colonial, agora em consonância com as ideias de Bessa Freire,

[...] desprezou o quadro multilíngue, suas mudanças e as pistas deixadas pela compreensão do processo histórico. Não acompanhou a evolução do contato interlinguístico e desconheceu o lento processo de hegemonia da língua portuguesa, ignorando as formas e as dificuldades de sua reprodução. Até mesmo a história da literatura – campo onde a questão poderia ter sido problematizada – deixou de fora as manifestações literárias orais e escritas em língua geral e nas demais línguas indígenas, contentando-se, em alguns casos, em incorporar os estudos filológicos que, numa perspectiva lusófona, limitaram-se a dar conta dos empréstimos lexicais das línguas indígenas ao português falado no Brasil (FREIRE, 2003, p. 196).

O governo da língua portuguesa, cabe destacar ainda, impulsionado pelo dispositivo colonial em uma época de declínio das línguas gerais, fortaleceu um “movimento romântico nativista” que pretendeu registrar os sistemas linguísticos e as histórias tradicionais transmitidas em língua geral. Para Alini da Cruz (2011), *O selvagem*, de Couto de Magalhães ([1876] 1975), e o dicionário *Nheengatu-português e Português-Nheengatu* (STRADELLI, [1929] 2014) são fortes marcas desse movimento. Entretanto, assim como Márcia Duarte de Oliveira, Maria Zanoli & Marcelo Modolo (2019), não enquadrámos *O selvagem* (1975) dentro desta formação discursiva.

[...] A obra de Couto de Magalhães (2013[1876]), cujo subtítulo é “*Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por ele ocupado no Brasil*”, foi escrita por incumbência de D. Pedro II, devendo corresponder à memória a ser apresentada à Feira Internacional de Filadélfia no ano de 1878 (Couto de Magalhães 2013[1876]: 5), nota editorial. Em um dos muitos trechos acerca do “cruzamento de raças” no Brasil, Couto de Magalhães (1876: 123) assim se refere: “[...] sem robustez física, a inteligência não é sã, a raça branca não pode conservar sua superioridade sem estes cruzamentos providenciais que [...] lhe hão de comunicar esse grau de força de que ela necessita” [...] Assim, por meio desse trecho e de muitos outros constantes na obra (*op cit*), diferentemente de da Cruz (2011: 12), pensamos que não haja um “viés do movimento romântico” na obra de Couto de Magalhães (OLIVEIRA; ZANOLI; MODOLO, 2019, p. 314).

Estes debates, no entanto, são importantes para observarmos outras formas de atuação do dispositivo colonial, em especial, com relação ao *nheengatu*. Nota-se, então, uma agitação interpretativa em que elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Dinâmica que terá reflexo não somente nos resultados obtidos, mas também na maneira como o desenvolvimento científico foi apropriado em uma possível reforma cultural do pensamento de uma dada época.

[...] Apontamos para uma espécie de negociação a qual tenta conciliar memória coletiva e memórias individuais. Neste sentido, há, portanto, um discurso organizado em torno de acontecimentos, conceitos relativamente estabilizados e de personagens célebres que formam, ao longo do tempo, o enquadramento de uma memória conceitual/terminológica que se solidifica na densidade escrita dos fatos destacados em torno de dois eixos principais: o das políticas educacionais e o das discussões teóricas (LAVAREDA, 2015, p. 422-3).

Mesmo que neste texto não seja nosso objetivo analisar uma das facetas da linguagem - a constituição sintática das sentenças das línguas naturais - cabe aqui mais um exemplo da atuação do dispositivo colonial no que diz respeito ao âmbito das políticas educacionais e das discussões teóricas, a saber: o olhar eurocêntrico, de “formação erudita” de classificação (ou nomeação) de constituintes em uma sentença. Afinal, em muitos registros de uso real da língua é impossível separar a palavra da estrutura sintática. “[...] Em muitos casos, inclusive na Amazônia, por exemplo, não é possível distinguir palavra de sentença, porque essas duas coisas são uma só - *iãkadziŋw* - “Ela foi com ele” - (*quetú*, uma das línguas indígenas utilizadas no Brasil)” (BAGNO, 2011b, p. 443). Com efeito, é mais do que necessário revisitarmos a história de longas e ininterruptas migrações em nosso território, porque a historicidade de nosso passado linguístico é também reflexo da origem dos vários povos que constituíram a Amazônia do início do século XIX.

Na paisagem colonial, então, segundo Matos e Silva (2004), os “atores” linguísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que ela denomina de português geral brasileiro em formação, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afrodescendentes. Dados bem relevantes para a constituição histórica do próprio português brasileiro e, de igual modo, da fratura sofrida pelo *nheengatu* ao longo da colonização linguística.

[...] **Pode-se até conjecturar que o que na documentação colonial se designa por “usar a língua geral”, “falar a língua geral”, “saber língua geral” refira-se a um português simplificado, com interferência de línguas indígenas e também de línguas africanas.**

Essa idealização está fundada no que sabemos sobre intercomunicação linguística em sociedades multilíngues basicamente ágrafas, como vimos ter sido majoritariamente o Brasil colonial. O percurso histórico do conceito “língua geral” no Brasil teria de ser reconstruído para que se tivesse uma aproximação mais exata dos valores econômicos recobertos pelo significante “língua geral” [grifo nosso] (MATOS E SILVA, 2004, p. 79).

Nossas reflexões, por conseguinte, nos levam a refutar parcialmente, muito em função da linha teórico-metodológica estabelecida para esta empreitada de pesquisa, a tão usual classificação de língua *crioula* para estes processos políticos de bilinguajamento e mesmo de guerras linguísticas, por isso não atribuímos esta classificação ao *nheengatu* falado à época do movimento cabano, mesmo tendo a dimensão das características que compõem esta classificação agora mais vinculada ao campo da Crioulística Pós-colonial²⁹. Assim, procuramos enfatizar o legado histórico fértil emergente do processo de colonização linguística extremamente marcado pelo ato performativo do uso da língua portuguesa e (re)descrever o sujeito social cabano a fim de compreendê-lo como heterogêneo, fragmentado e fluido, historicizando-o em uma leitura quase que transdisciplinar...

[...] principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos para compreendermos o mundo atual. Ou como diz Stuart Hall (1996) em relação à teorização pós-colonial: um modo de pensar que tem como objetivo atravessar/violar limites ou tentar “pensar nos limites” ou “para além dos limites”. [...] Talvez, seja mais bem entendida como transdisciplinar, no sentido de que deseja atravessar as fronteiras disciplinares, continuamente se transformando (MOITA LOPES, 2015, p. 19).

Com efeito, é mister lembrar, que desde a primeira metade do século XX, uma questão sempre alavancada com relação à formação do português brasileiro é a dimensão que este necessita ser estudado também pela constituição sócio-histórica plural da brasilidade linguística. Ou seja, os conflitos linguísticos, as tensões discursivas, os vários glotocídios registrados ao longo da história, os inúmeros processos migratórios vividos pelas populações de Norte a Sul do território, o bilinguajamento etc, precisam aparecer de maneira mais expressiva na história e na consolidação das línguas faladas no país, sobretudo, no que foi inventado para nomeá-las.

²⁹ A categorização *crioulo* aqui foi utilizada vinculada ao campo da *Crioulística Pós-Colonial* (DEGRAF, 2005). Orientação teórica que não visualiza as línguas *crioulas* no rastro do racismo científico (dos critérios de etnicidade) preponderante na cultura europeia do século XIX. Logo, nos permitimos olhar para as línguas *crioulas* de dentro das cosmologias em que são faladas e não buscando justificar o escravizado negro (ou qualquer sujeito) por meio da representação de incapaz de falar uma língua digna de um nome, ou mesmo uma única língua, ou seja, o que nos interessa mais de perto são as condições sócio-históricas em que estas redes de sensibilidades linguísticas foram forjadas a partir de extenso contato de línguas.

Daí a urgência em visibilizar a presença igualmente africana e de afrodescendentes na constituição e no possível deslocamento conceitual do *nheengatu* e do governo da língua portuguesa na Amazônia cabana.

[...] Tendo de abdicar de suas línguas de origem, como referido, não tinham eles escolha: tiveram de aprender, num processo de transmissão linguística irregular - na designação da crioulística atual - a língua da colonização. Certamente, junto com o pequeno contingente de indígenas integrados ao colonizador, são eles que vão dar forma ao português brasileiro, antecedente, como penso eu, do português popular ou vernáculo brasileiro (MATOS E SILVA, 2004, p. 128).

Notadamente que hoje temos outras configurações epistêmicas para estes cenários. Assim sendo, entender as mudanças linguísticas, as ressignificações conceituais e “[...] as transições de identidades “clássicas” (nações, classes, etnias), que já não nos restringem tanto como antes, às novas estruturas globais, que consideram de outro modo nossos interesses e desejos, é pensar a recomposição das relações sociais e as insatisfações do fim do século XX” (CANCLINI, 2010, p. 14).

Como mais um nó dessa rede de memória em que se constitui o governo da língua em nosso país ao longo dos séculos, a espacialização linguística brasileira, hoje, com base em Terezinha Maher (2013, p. 128), “[...] revela algumas maneiras como falantes – ou simpatizantes – das línguas tornadas minoritárias no país vêm se mobilizando para torná-las visíveis novamente, ajudando a mudar/moldar a ecologia linguística e religiosa do Brasil”.

A **Figura 30** exemplifica como um grupo de jovens indígenas usa e mantém um programa de rádio na *Web 2.0* e grupos em aplicativos para celular, os quais possibilitam a informação chegar até comunidades mais isoladas. “[...] O português brasileiro prevalece no processo de interação, porém são os enunciados em *tukano*, uma das línguas oficiais de São Gabriel da Cachoeira (AM), marginalizados ao longo da história oficial, que revelam o objetivo das ferramentas: reunir e aproximar a juventude das cosmologias indígenas do Alto Rio Negro” (LAVAREDA; NEVES, 2020, p. 168).

FIGURA 30 – INDÍGENAS NA WEB 2.0



Fonte: TORRES, Lana (foto) (<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/12/03>), 2018.

[...] Agora, no século XXI, a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, em sessão realizada no dia 22 de novembro de 2002, aprovou projeto do vereador índio Kamico Baniwa, formulado com a assessoria do Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Linguística (Ipol), declarando o nheengatu a língua cooficial de São Gabriel da Cachoeira, um município maior que Portugal, onde são faladas 22 línguas diferentes [...] Os órgãos da prefeitura de São Gabriel e os demais poderes sediados no município são obrigados a usá-la na documentação oficial, juntamente com o português [...] O nheengatu é, assim, a primeira língua indígena a se tornar oficial numa unidade de território brasileiro, juntamente com o *tukano* e o *baniwa*, contemplados pela mesma lei (FREIRE, 2011, p. 18).

Abrir novos horizontes para a ampliação do debate sobre determinada nomenclatura/conceito, sobre uma determinada atitude performativa de nomeação, proporciona um ganho significativo para a consciência da diferença. Elemento chave para a ressignificação de algumas mediações culturais, de alguns estatutos científicos de verdade e, principalmente, de ampliação do sentido quase que restrito dos termos criouliização, língua geral, lusitanização no campo dos estudos linguísticos.

Nossa proposta em categorizar o nheengatu dentro de uma outra configuração analítica na Cabanagem tenta também visibilizar, prioritariamente, a revisitação sócio-histórica da formação dessa prática discursiva como uma performance linguisticamente autêntica de um “real caleidoscópio cultural”, a fim de que outras ordens do olhar sejam reconhecidas politicamente em um espaço plural de reflexão entre as ideologias da “autenticidade” e do “anonimato” que,

comumente, sustentam as investigações sobre as histórias dos sistemas linguísticos da Pan-Amazônia.

3.5 EFEITOS DA BIOPOLÍTICA NA PROVÍNCIA CABANA

Poder disciplinar, dispositivo de segurança e a perseguição às bruxas

A dimensão de governo da língua na Província cabana determinou um conjunto de efeitos sociais múltiplos agenciadores de modalidades diversas de exercícios de poder e de saber na Amazônia, como demonstram as **Unidades I, II e III**. Desta maneira, levando em consideração todas as tecnologias governamentais alimentadas na Regência Una de Diogo Feijó no Grão-Pará em chamas (1835-1840), podemos dizer que elas estão ligadas tanto ao dispositivo escolar quanto àquele da transformação dos indivíduos, ao governo das relações familiares, ao governo das instituições e, evidentemente, ao gerenciamento linguístico. Modelo de gestão o qual também carrega consigo uma base administrativa apoiada em dispositivos de segurança, em que há uma tentativa de realocação de um poder disciplinar em contraposição a um poder “mais soberano”.

Não podemos deixar de citar, que para Michel Foucault (2010d), no que diz respeito à governamentalidade e aos dispositivos de segurança, há uma linha muito tênue estabelecida de uma formulação segundo a qual um dado governo pode e deve sistematizar as condições para o ‘suposto’ exercício da liberdade. Falamos aqui de uma ‘hipotética’ atividade, pois neste tópico enquadrámos a dimensão de liberdade enquanto um produto artificialmente arranjado e um instrumento de práticas governamentais que visa estratégias de condução de comportamentos.

Deste modo, inferimos que a extensão conceitual de poder disciplinar e dispositivo de segurança está fortemente conectada com o conceito de indivíduo. Este equivalente a uma construção de poder disciplinar, isto é, o indivíduo é um efeito dessa forma de poder em vez de matéria-prima sobre a qual incide. Logo, inferimos que o *poder disciplinar* forja indivíduos como seus objetos, propósitos e ferramentas. Daí a assertiva de Michel Foucault (2011a) em rotular o indivíduo em átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade, mas também como uma realidade historicamente fabricada por uma tecnologia específica de poder que chamamos de disciplina. Em suma, o *poder disciplinar* produz individualmente efeitos selecionando corpos como alvo e, em igual medida, cria uma forma celular de individualidade ao ordenar os indivíduos em um determinado espaço.

Talvez aqui esteja a conexão precisa entre o dispositivo colonial, poder disciplinar, governo da língua, dispositivo de segurança e Cabanagem. Afinal, se a individualidade celular

repousa sobre a separação dos indivíduos uns dos outros, esta “arte das distribuições” delimita um espaço habitado completamente diferente de todos os outros através do uso de paredes, portões, como no caso dos quartéis, fortalezas, escolas e prisões, principalmente, o reflexo destes dispositivos com o princípio da soberania linguística europeia e com o reestabelecimento da ordem social que vinham sendo trabalhados pelo Império no Grão-Pará à época da revolução cabana, a fim de encerrar atividades coletivas que detinham “[...] o objetivo da utilidade, tais como a deserção ou a vagabundagem. A arte das distribuições também codifica um espaço com funções específicas para torná-lo tão útil quanto possível” (HOFFMAN, 2018, p. 44). Como podemos observar no **Quadro 05**.

QUADRO 05 – SISTEMAS DE TECNOLOGIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO E CÓDICE	DOC
1. Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares de Andréia, Presidente da Província do Pará, informando sobre a restauração da Freguesia de Almeirim, as operações ocorridas no Rio Paru contra os rebeldes, o prejuízo causado pelos mesmos à agricultura e ao comércio, devido à falta de mão de obra, empregada na defesa militar. Solicitando atenção aos ofícios do Presidente da Câmara e do Capitão da força de Porto-de-Moz; <i>o necessário para a construção de uma cadeia pública, de uma escola e para a restauração da fortaleza (Quartel do comando Militar do Baixo Amazonas em Santarém -18/07/1837). Códice. 888</i>	126
2. Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Pará. A Honório Hermeto Carneiro Leão, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, <i>remetendo os três mapas relativos ao terceiro trimestre deste ano dos presos das cadeias públicas, um do Juízo de Fora da Vila de Cameté e dois do Juízo de Paz das Freguesias da Capital (Palácio do Governo - 01/12/1832) Códice. 901</i>	73

Fonte: *Catálogo seletivo da Cabanagem – Tomo I / Anais do Arquivo Público do Pará*, 2018.

O que igualmente queremos trazer à luz, com a exemplificação destes sistemas de tecnologias político-administrativas a serviço do poder disciplinar, são os modos como eles foram vinculados a determinadas populações, a partir de circunscrições de um dado perfil de gestão social que atinge os corpos em grandes números, interferindo estatisticamente sobre a vida das pessoas. Ou seja, o poder disciplinar em uma composição de forças com a dimensão de biopolítica, tomando aqui como modelo o governo da língua, passou a constituir uma forma sistemática de sujeitar o corpo do indígena, do negro, do mameluco, a uma disciplina linguística que não fazia parte das cosmologias dessas etnias.

Em primeiro lugar, porque a escola materializada no *Documento 126*, do **Quadro 05**, apresentava uma “divisão de tempo” diferente das sociedades tradicionais habitantes da Amazônia; em segundo, tinha períodos e práticas de treinamento que em nada dialogavam com os modos de viver da maioria da população pobre cabana; e, finalmente, procurava estabelecer

uma forma combinatória de seguridade linguística por técnicas como o julgamento normalizador de uma dada prescrição linguística, o qual “objetifica” até hoje muitos alunos.

Com efeito, a Província do Grão-Pará aos poucos e de forma burocrática, vai se configurando dentro de um perfil de “Estado moderno”, isto é, “[...] aquele no qual a economia deixa de ser “doméstica” e se converte em economia política, aquele que leva a cabo a primeira unidade do mercado baseada na identificação dos interesses maiores do Estado como interesse comum” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 133). Assim, a fragmentação introduzida pelo dispositivo escolar anunciado, especificamente, justifica alguns conflitos linguísticos nos quais “o sentido de uma língua nacional” exercerá função preponderante e em “pé de igualdade” com a perspectiva mercantilista fraturando mais ainda “o mundo amazônico”. Acontecimento que só foi possível mediante a dissolução em várias vias do caleidoscópio linguístico, geográfico, geopolítico que é a Pan-Amazônia.

[...] Nesse caso, a chave para a compreensão das relações do europeu com o mundo amazônico reside na análise do sistema de trabalho implantado a partir da conquista, cujo recrutamento predatório foi responsável pelo extermínio de muitos povos e pela extinção de muitas línguas [...] A presença portuguesa veio tornar o quadro linguístico mais complexo ainda, porque deu à região amazônica relativa unidade política, obrigando os povos que aí viviam a se deslocar nesse espaço e a estabelecer contatos mais sistemáticos em função dos interesses coloniais (FREIRE, 2011, p. 90).

Com base nos enunciados inscritos no **Quadro 05**, então, é necessário refletirmos sobre o poder disciplinar por meio das próprias afinidades que ele tem com os dispositivos de segurança, escolares, com a disciplina linguística, com a necropolítica linguística, com o apagamento histórico da representatividade feminina nas lutas e conquistas cabanas etc³⁰. Uma vez que são essas complementariedades que, de uma maneira ou de outra, forjam relações de sujeição que podem fabricar indivíduos.

De acordo com Jean-François Bert (2013, p. 128), “[...] o poder disciplinar e a biopolítica formam um sistema de engrenagem que reforça cada uma das duas lógicas. A disciplina consolida a biopolítica que, em troca, sustenta e embasa o eixo das técnicas disciplinares da obediência de um indivíduo”.

O vigor de uma necropolítica linguística não provém, contudo, vale o registro, de somente um único índice nocivo. Ele também emana e se produz a partir de uma rede de procedimentos de controle diversos e, muitas vezes, contraditórios.

³⁰ Os únicos **registros nominais** encontrados em toda rede arquivista pesquisada no que diz respeito à representatividade feminina nas lutas cabanas, à guisa de exemplo, foram: **Margarida de Jesus** – paraense, 60 anos, tapuia, casada, livre. Mulher de Pedro Cunha e mãe de Raimundo Hilário, presos no distrito de Carnapijó. Presa e “fichada” por ser tanto ou mais ferina do que o marido e o filho. Envolvidos no incêndio do engenho da viúva de João da Ponte; **Maria Rita** – paraense, indígena, 40 anos, viúva, parteira. Presa em Belém em 14 de maio de 1836. Solta em 30 de outubro de 1836. In: PINTO, Lúcio Flávio. Cabanagem: repressão sem igual de um povo. **Jornal Povoal**. Ano XXXIII, n. 674 (edição especial), fev., 2020. pp.18.

[...] Em dois campos se faz especialmente claro o sentido tomado pelo processo de enculturação: a transformação do sentido do tempo, que, abolindo o cíclico, impõe o linear, centrado sobre a produção, a transformação do saber e seus modos de transmissão mediante a perseguição “das bruxas” e o estabelecimento da escola. [...] O tempo cíclico é um tempo cujo eixo está na festa. As festas, com sua repetição, ou melhor, com seu retorno, balizam a temporalidade social nas culturas populares. Cada estação, cada ano, possui a organização de um ciclo em torno do tempo denso das festas, denso quanto carregado pelo máximo de participação, de vida coletiva (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 136).

E é justamente neste momento que as cosmologias locais cabanas, principalmente àquelas vinculadas mais “ao perfil popular” da revolução, ficam “sem chão”: na ocasião em que é negado a elas o direito à existência, à “liberdade plena”. De acordo com Martín-Barbero (2009, p. 138), a perseguição às bruxas “[...] sintetiza para os clérigos e os juizes civis, para os homens ricos e os cultos, o mundo que é preciso abolir. Porque é um mundo descentrado, horizontal, ambivalente que entra em conflito radical com a nova imagem do mundo que esboça a razão: vertical, uniforme e centralizado”.

A manutenção do governo da língua portuguesa na Cabanagem, a fim de manter um ideal linguístico homogeneizador no território para um imperialismo linguístico quase que absoluto, não se tratava mais, portanto, de apenas disciplinar o indivíduo para superar os obstáculos da colonização linguística, mas de garantir que ele fosse também regulado por um conjunto de micropoderes disciplinares diante de novas preocupações, a saber: de velar pela ordem e pela seguridade linguística do dispositivo colonial na Província do Grão-Pará.

Acontecimento ratificador de que uma dada política linguística nem sempre está unicamente associada ao campo da linguagem. Peculiaridade que nos estimulou a todo momento nesta expedição de estudo a problematizar o “caráter espontâneo” da mudança linguística. Até porque “[...] esse “espontaneísmo” que naturaliza determinados processos linguísticos parece desconsiderar as “forças naturais em jogo”, os conflitos, as guerras, as dinâmicas sociais que agem no mercado das trocas simbólicas” (LAGARES, 2018, p. 33).

Daí a obrigação de visualizarmos também as transformações que o mundo contemporâneo experimenta e o mercado de bens linguísticos que se desenvolveu em muitos e diversificados âmbitos de resistência ao longo da história das línguas, assim como a tomada de consciência das “minorias”, com a valorização das suas formas de falar e modos de agir, fizeram surgir novos estilos de encarar a realidade da linguagem, sobretudo, a que atravessa a constituição histórica de sujeitos falantes do português brasileiro, da Língua Brasileira de Sinais, do nheengatu etc. E, vale o registro, que “[...] ser minoria não é uma questão numérica. As minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada. Por isso, prefiro falar em

línguas em situação minoritária ou, simplesmente, línguas minorizadas” (LAGARES, 2018, p. 121).

Ao tomarmos o discurso como categoria central do pensamento, portanto, como fora anunciado nas linhas introdutórias do trabalho e como pode ser notado ao longo das análises propostas, nossa busca pelas práticas discursivas que atravessam o governo da língua na Amazônia brasileira não está em um lugar teórico notadamente “estabelecido”, “demarcado”. No entanto, é justamente essa mesma particularidade teórico-metodológica a motivação de pesquisa para reencontrarmos “[...] o jogo desses discursos como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e saber” (FOUCAULT, 1977, p. XII).

O sistema de engrenagem social articulado pelo dispositivo colonial, desse modo, fortaleceu estrategicamente uma “monoidentidade linguística” para a região à época da Cabanagem, isto é, a Metrópole criou padrões de uma suposta uniformidade de língua que foram burocraticamente incorporados pela Colônia, remodelando redes de sensibilidades locais e as subordinando aos modos de viver europeus. Claro que este movimento teve seu reposicionamento diante dos avanços do tempo, especialmente, com a melhoria dos meios eletrônicos de comunicação. Canclini (2010), inclusive, chama atenção para a segunda metade do século XX, onde esse simulacro das “monoidentidades” se torna praticamente inverossímil e explode, com particular evidência, nas grandes cidades.

Ponto chave para que também possamos discutir, nos tópicos a seguir, outras transformações, deslocamentos linguísticos e diferentes ressignificações de alguns modos de saber e de poder a partir do movimento cabano.

UNIDADE IV

O PODER NUNCA SERÁ ABLOSUTO: PAISAGENS DO PRESENTE



4.1 A CABANAGEM E A LINGUAGEM DO ESPAÇO

A arquitetura da cidade e seus silêncios articulados

A **Unidade IV**, a partir essencialmente de paisagens do presente, aponta contribuições de análises de movências históricas que nos inquietam pela força do questionamento que lançam e, de igual modo, pela atitude crítica e glotopolítica que autorizam. Estudar a Cabanagem pelos caminhos que serão propostos neste item, quem sabe, é buscar indícios por trás das aparências cujos fios tornam “[...] possíveis investigar os enigmas dos processos que vêm nos constituindo tal como somos no presente e que estamos em vias de ser na atualidade” (PRADO-FILHO; LOBO; LEMOS, 2014, p. 29).

O tópico em questão, desse modo, debate a arquitetura da cidade como mais uma narrativa cabana, em especial, um dos monumentos mais representativos da Cabanagem no Pará. Afinal, as memórias biográficas também elaboram mapas urbanos invisíveis sobre as línguas que nos constituem como sujeitos e movimentam o conjunto de recordações que delas emergem, fazendo com que possamos dialogar (ou não) com determinados pontos turísticos, com os nomes das ruas das cidades etc.

[...] Por este motivo a comunicação urbana é um tipo dialógico e não unidirecional. Em algumas paisagens urbanas, com o passar do tempo um conjunto de signos se estratifica (na memória individual, de um casal ou de um grupo), tornando-as exemplos de alguns comportamentos que podem criar tendências: isto é, retomam os movimentos comportamentais de estratos significativos da população, os quais terminam por assumir uma função que atrai também os outros estratos (CANEVACCI, 2004, p. 22).

A disciplinarização linguística imposta pelo dispositivo colonial e toda a rede de outras tecnologias de poder que a acompanham até aqui corroboradas, com o passar das décadas, também encontram novas atualizações a serem incorporadas como medidas de uma dada política linguística e de um novo desenho urbano.

A reflexão que se faz agora, então, é muito em função de outras condições de possibilidades históricas, pois a heterogeneidade linguística do espaço contemporâneo da cidade de Belém, produtora de singularidades e reflexos no processo de lusitanização vivido mais maciçamente à época da Cabanagem, tem novas configurações. Características que em muitos momentos parecem estar fora de todos os lugares, embora sejam localizáveis, e que complexificam essa ainda pretensa unidade monolíngue brasileira, potencializam o apagamento de muitas memórias e “[...] desatualizam as caracterizações construídas no passado para explicar as novas configurações da América Latina com a Europa” (CANCLINI, 2010, p. 12).

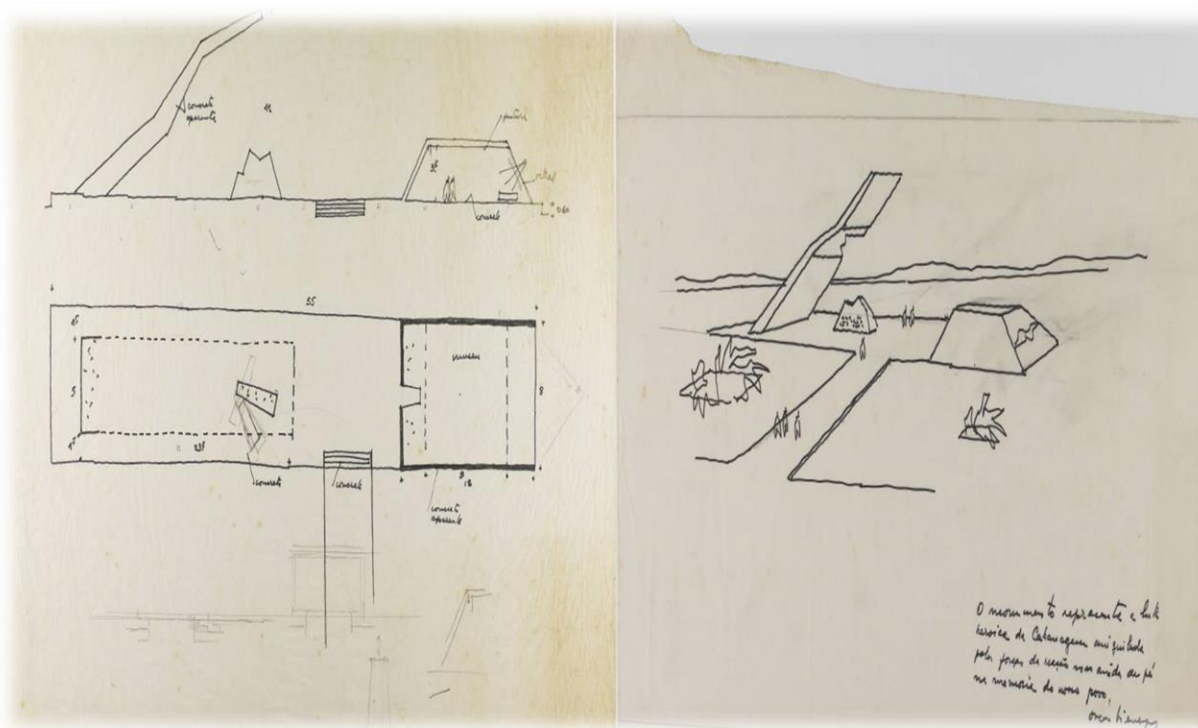
Em outras palavras, os vínculos e os distanciamentos linguísticos que hoje nos compõem como “possíveis herdeiros cabanos”, não se deixam mais explicar por uma relação puramente colonial de gestão da língua. Ou seja, o uso da língua portuguesa e a incorporação múltipla das cosmologias que o atravessam foram ressignificados ao longo do tempo, chegando até os dias atuais dentro de um novo retrato geopolítico e sociolinguístico.

Daí a necessidade de estudarmos o legado da Cabanagem em alguns pontos da cidade de Belém, por exemplo, como acontecimentos em que o poder da língua como prática discursiva é fruto de enfrentamentos históricos entre forças divergentes narradoras da crise da multiculturalidade em tempos de globalização. Fato que estabelece modificações tanto nos estágios linguísticos como nas representações dos falantes, fazendo com que algumas redes de sensibilidades linguísticas sejam consideradas mais legítimas do que outras.

Se no decorrer da história da capital paraense notamos arranjos espaciais na disposição da cidade instituidores de uma edificação de “movimento popular composto por várias etnias”, associado à “massa cabana e seus diferentes costumes” (**Figuras 31 e 32**), há também outros “[...] que foram excluídos a partir do diagrama de forças que estruturam as línguas, o terreno social das lutas e dos conflitos, de diferentes naturezas, que são constitutivas da história” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 104)³¹.

³¹ O monumento em evidência nas figuras destacadas a seguir, localizado no Complexo Viário do Entroncamento (Belém-PA), foi construído para abrigar os restos mortais do cônego Batista Campos e dos líderes cabanos Félix Clemente Malcher, Francisco Pedro Vinagre, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim. A rampa elevada em direção ao céu materializa a grandiosidade da “revolta popular”, que chegou muito perto de atingir seus objetivos maiores, enquanto a “fratura” faz alusão à ruptura do processo revolucionário. Embora tenha sido sufocada, a Cabanagem permanece viva na memória de muitos paraenses. Por isso, o bloco do Memorial continua subindo para o infinito, apontando para o distrito de Icoaraci, onde muitos combatentes cabanos foram mortos e enterrados, simbolizando a essência e os ideais do movimento.

FIGURA 31 – RASCUNHO DE OSCAR NIEMEYER: MEMORIAL DA CABANAGEM



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer (colagem), 2018.

FIGURA 32 – REINAUGURAÇÃO DO MEMORIAL DA CABANAGEM



PROJETO ARQUITETÔNICO OSCAR NIEMEYER; INAUGURADO 07 DE JANEIRO DE 1985,
DATA COMEMORATIVA AOS 150 ANOS DE ECLOSÃO DO MOVIMENTO NO PARÁ

Fonte: Governo do Estado do Pará (colagem), 2019.

[...] Entre junho de 1841 e julho de 1842 foram mais de cinquenta e oito contos de réis destinados às obras públicas como a reconstrução do cais da praia, do forte de São Pedro Nolasco e a do forte do Castelo. [...] Cidade retomada, cidade drenada e limpa. Mais do que isso, os mesmos cabanos pobres que foram senhores da cidade, agora eram servos nesta faxina e reconstrução.

A obra mais emblemática, todavia, foi feita no Largo da Memória, onde havia sido morto o líder cabano Antônio Vinagre e o filho do marechal Rodrigues. Por ali em 1840, foi reerguido o obelisco da memória. Segundo Baena, o monumento fazia uma homenagem a dois presidentes-governadores do Pará: um do século XVIII e outro de 1840. Baena escrevia que o obelisco indicava o cultivo da “cultura das ciências e artes”, panteava a “razão humana” e seus “progressos”. Tratava-se do apagamento da memória cabana. Ao se puxar os fios da memória dos dois governadores, exaltavam-se os governos dos brancos cidadãos de origem europeia. A preocupação era fazer o obelisco durar utilizando uma madeira nobre como o “angelim”, madeira cujo nome era alcunha que o último líder cabano chamava para si. Saía de cena Eduardo Nogueira Angelim e era reedificado o obelisco da memória em madeira de angelim e pedra portuguesa (RICCI, 2016, p. 225-226).

O dispositivo colonial, portanto, estabeleceu determinadas vontades de verdade e tratou de eleger a narrativa europeia como a história “verdadeira”, assim também como estabeleceu seus enunciadores autorizados e qual língua deveria ser legitimada pela História oficial em muitos espaços urbanos e, séculos depois, já ressignificado e fraturado por outros regimes de verdade atribui novas referências de autoridade e de prestígio.

Dito de outra maneira, permeável por novas condições de possibilidades históricas, “[...] este dispositivo pode oscilar e estrategicamente visibilizar as matrizes culturais subalternas, mas não declina do poder de autorizar ou desautorizar o que deve ser considerado como história” (NEVES, 2020, p. 548). Perspectiva que reflete categoricamente na forma como percebemos a Cabanagem na paisagem histórica e nos espaços considerados tipicamente cabanos na arquitetura conflituosa das cidades paraenses envolvidas na revolução.

[...] mas esse conflito, porém, diz respeito a processos inseridos em um espaço sociocultural mais amplo, no tempo e no espaço, vinculados a relações não somente entre línguas, mas também entre culturas, que emergiram no âmbito do projeto colonial português forjando ligações imaginárias entre povos de lugares muito diferentes e que contribuíram para outra construção imaginária, a da própria língua portuguesa, como patrimônio unitário e comum desses diferentes povos (CARNEIRO, 2013a, p. 193).

Com efeito, falar de Cabanagem e a linguagem do espaço pela ótica atual do governo da língua portuguesa, precisa ser uma reflexão igualmente conectada com o mundo que vivemos atualmente e com “as coisas” que tornam a cidade concreta. Até porque a linguagem está “[...] depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar” (FOUCAULT, 2016b, p. 47).

Logo, pelo desafio que se assume neste tópico, refletir sobre os gerenciamentos linguísticos na contemporaneidade é um importante diagnóstico do modo como ainda nos enredamos e narramos o jogo conflituoso entre a linguagem e o discurso, como chaves interpretativas àquilo com que nos ocupamos desde o início desta jornada de pesquisa: o governo das línguas. Vale lembrar que “[...] a dupla forma que articula linguagem e discurso é o dilema que produz revisões na arqueologia e que conduz cada vez mais a outra dupla forma: discurso e poder” (PRADO, 2018, p. 97).

A arquitetura da cidade de Belém enquanto narrativa decorrente dos deslocamentos linguísticos cabanos, então, é, acima de tudo, um lugar de revisitação de memórias e de experiências de transformação do espaço pela língua enquanto prática discursiva, seja como uma atividade de planejamento linguístico envolvendo registros literários em ambientes públicos, seja de controle da vida dos próprios indivíduos como um grande signo colonial, ou como resistência, isto é, o governo da língua portuguesa permite depreender suas ressonâncias em práticas e discursos considerados modernos. E por falar em produção literária ...

[...] um exemplo contemporâneo de signo colonial é a literatura indígena brasileira, em que a voz indígena produz ressignificações e releituras da experiência colonial, conforme ilustra a citação do autor indígena Daniel Munduruku em relação ao letramento: “É preciso escrever – mesmo com tintas de sangue – a história que foi tantas vezes negada”. **O letramento, nesse contexto, ganha novos sentidos que emergem da forma indígena de apropriação da escrita como um signo contemporâneo político, em diálogo com a historicidade que constitui esse sujeito.** A contextualização, portanto, não é das línguas, mas das experiências. As línguas e outros recursos semióticos são integrados e assumem significado na experiência individual e dialógica contextualizada [grifo nosso] (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 114).

Inferese, por conseguinte, que o atual modelo de governo da língua portuguesa na Amazônia paraense é operado não de maneira isolada da experiência colonial cabana como um todo, porém sua atualização é decorrente de uma operação simbólica contextualizada e integrante de fragmentos de uma “metrópole moderna”. Acontecimento que reforça o quanto é fundamental continuarmos advogando para além do conceito de língua como uma realidade autônoma e abstrata e, especialmente, percebermos e problematizarmos que a realidade social, mais uma vez, não deixa de se refletir no plano linguístico.

Desta maneira, no Brasil contemporâneo dominado pela indústria cultural, pela comunicação de massa e por cidades cada vez mais polifônicas, segundo Dante Lucchesi (2015), o vigor da interação instantânea e imediata propaga vertiginosamente padrões de comportamento linguístico para todos os seguimentos sociais em todos os quadrantes do país, promovendo a homogeneização e concretização da língua portuguesa. Se nesse processo opera um nivelamento linguístico que aproxima a fala de determinados setores da sociedade dos modelos “de uma

suposta norma culta”, “[...] a avaliação social reforça o valor simbólico das diferenças linguísticas, utilizando a clivagem da língua para reforçar a divisão social” (LUCCHESI, 2015, p. 35).

O conceito de governo da língua, portanto, atualizado nos espaços da cidade, se funda não apenas nas diferenças de performances linguísticas, por exemplo, mas também na estigmatização que um determinado modo de falar tem em um dado espaço público. Ou seja, a dimensão de polarização linguística do Brasil faz o governo da língua portuguesa continuar atualizando historicamente a dimensão ideológica do purismo linguístico europeu no que concerne ao estabelecimento de relações de poder na sociedade e nas representações sociais da língua em contextos de exclusão, segregação e de manutenção de determinadas hierarquizações. Assim, ...

[...] trabalhar o passado, seguir a trilha das antigas proveniências e articular pontos de emergência das atuais formações é pretender a crítica do presente; dos mecanismos normalizadores que por extensão se deslocam por toda a sociedade. Não para dar conta da totalidade dos controles da vida social, mas para desmontar-lhes mais uma peça. Uma caçada implica também na exploração do terreno da constituição histórica de sujeitos, de uma ontologia histórica das subjetivações, de uma análise não linear que aborde uma emergência de práticas e a construção de discursos, a discussão das questões políticas que os engendraram e que possam ser confrontadas com o que ocorre na atualidade (PRADO-FILHO; LOBO; LEMOS, 2014, p. 31).

O cuidado especial que precisamos ter com alguns processos de enunciação que giram em torno do governo da língua, inclusive àqueles materializados na linguagem do espaço “turístico” de Belém, necessita dialogar com a experiência que cada um desses teve com uma história e uma experiência de transformação, isto é, necessitamos tensionar discursivamente determinados monumentos para que seus “silêncios articulados” possam emergir a favor de um gesto de leitura mais amplo, mais vertical³². Afinal, com base em Canevacci (2004, p. 88), “[...] a mistura de grupos étnicos, arranha-céus imponentes, vagabundos desolados, cozinhas, linguagens, costumes, todos provenientes de mundos diversos, mas coexistindo lado a lado, permitem o desenvolvimento de uma percepção sincrônica do espaço e do tempo”.

E, neste âmbito, a determinação de uma edificação turística dependerá igualmente do fato dela poder ser reconhecida e, conseqüentemente, manter uma relação de significação histórica com uma determinada nação, povo, comunidade ou segmento populacional.

³² O uso do enunciado “silêncios articulados” foi inspirado em Lynn de Souza, no texto *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. O autor utiliza essa expressão quando faz referência às relações de produção que estariam inseridas no texto, por mais que nele não estejam explícitas em seu plano narrativo. A respeito disso, ler In: ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Margens da cultura** – mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004. cap. 07.

Daí tratar a linguagem como espaço, ou seja, segundo Foucault (1964), como algo essencialmente que irá se tornar consciente no decorrer da história por muitos caminhos diferentes, fazendo com que cada elemento da linguagem só tenha sentido em uma rede sincrônica, pois a língua funciona em um dado tempo. Assim é que a linguagem é espaço e, de igual modo, os espaços são acontecimentos conectados com determinadas redes de poder que reproduzem um dado sistema linguístico, econômico, acadêmico etc, historicamente situados.

Peculiaridades responsáveis para que alguns silêncios participantes do processo de efetivação do governo da língua portuguesa viessem à tona por meio da arquitetura da cidade de Belém, transformando um espaço relacional da capital paraense, **Figuras 31 e 32**, em mais uma narrativa sobre a Cabanagem e sobre o próprio mundo amazônico, já bastante hibridizado por um multiculturalismo conflitante e por novas expressões de subjetividades locais, que em consonância com movimentos sociais globais, potencializam a não visibilidade da plural história das línguas do Grão-Pará do início do século XIX.

4.2 GLOBALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E DESTERRITORIALIZAÇÃO

Limites imprecisos em zonas de contato

Ao longo dos capítulos deste trabalho fica bem evidente, considerando a especificidade do trabalho arqueogenealógico de Michel Foucault apregoada, que os escritos foucaultianos sustentadores de grande parte do referencial teórico-metodológico desta pesquisa, em diálogo com uma série de intelectuais paraenses, latino-americanos decoloniais e com muitos pesquisadores dos estudos linguísticos, de diferentes matizes científicas, foram operacionalizados em uma leitura interdisciplinar e, ao mesmo tempo, apropriados como uma grande “caixa de ferramentas”.

Talvez porque seja por esta perspectiva que um pesquisador rotulado como sendo da “área da linguagem”, ao trabalhar com o pensador francês, sintase mais à vontade para estabelecer determinadas afinidades (ou duelos), com o objetivo de vislumbrar “[...] a natureza fundante do conceito de discurso em seu pensamento e a partir dessa fundação articular a rede conceitual que gravita em torno da centralidade da linguagem na produção de sentidos, na constituição dos sujeitos, nas relações entre os saberes, os poderes e a ética” (GREGOLIN, 2016, p. 117).

E falar de sentido para o tipo de Análise do Discurso aqui realizada, focada no papel do governo das línguas na Cabanagem, é, fundamentalmente, também pensar em um sujeito

amazônico constituído de linguagem e atravessado por descontinuidades e produção de verdades, que se forja no interior da revolução (1835-1840) e que é a cada instante fundado e refundado pelos constantes movimentos da história.

Desta maneira, o estudo realizado sobre as diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, longe de esgotar-se neste último tópico de debate, sinaliza outras experimentações de investigação com o objetivo de desvelar novas tramas enunciativas que povoam muitas vontades de verdade do campo dos Estudos Linguísticos e da História oficial do Brasil.

A elaboração das dinâmicas conceituais de sentido, de sistematização de enunciados transversais em uma grande rede arquivista e a elaboração de um cenário fraturado de imposições e resistências na Amazônia no começo do século XIX, reencenam fielmente um recorte sistemático do caldeirão linguístico amazônico, das vivências e de alguns modos de agir da época cabana. Entretanto, como já anunciado na própria **Unidade IV**, o governo da língua portuguesa, nas paisagens do presente, precisa ser atualizado a partir de muitas releituras e ressignificações da própria experiência colonial. De modo que a atualização englobe as redes de sensibilidades linguísticas deste grande atlântico ampliado que, de fato, desenha linguisticamente o Brasil contemporâneo e tensiona a perspectiva de “monoidentidade” tão acionada pela Metrópole na Regência Una de Diogo Feijó.

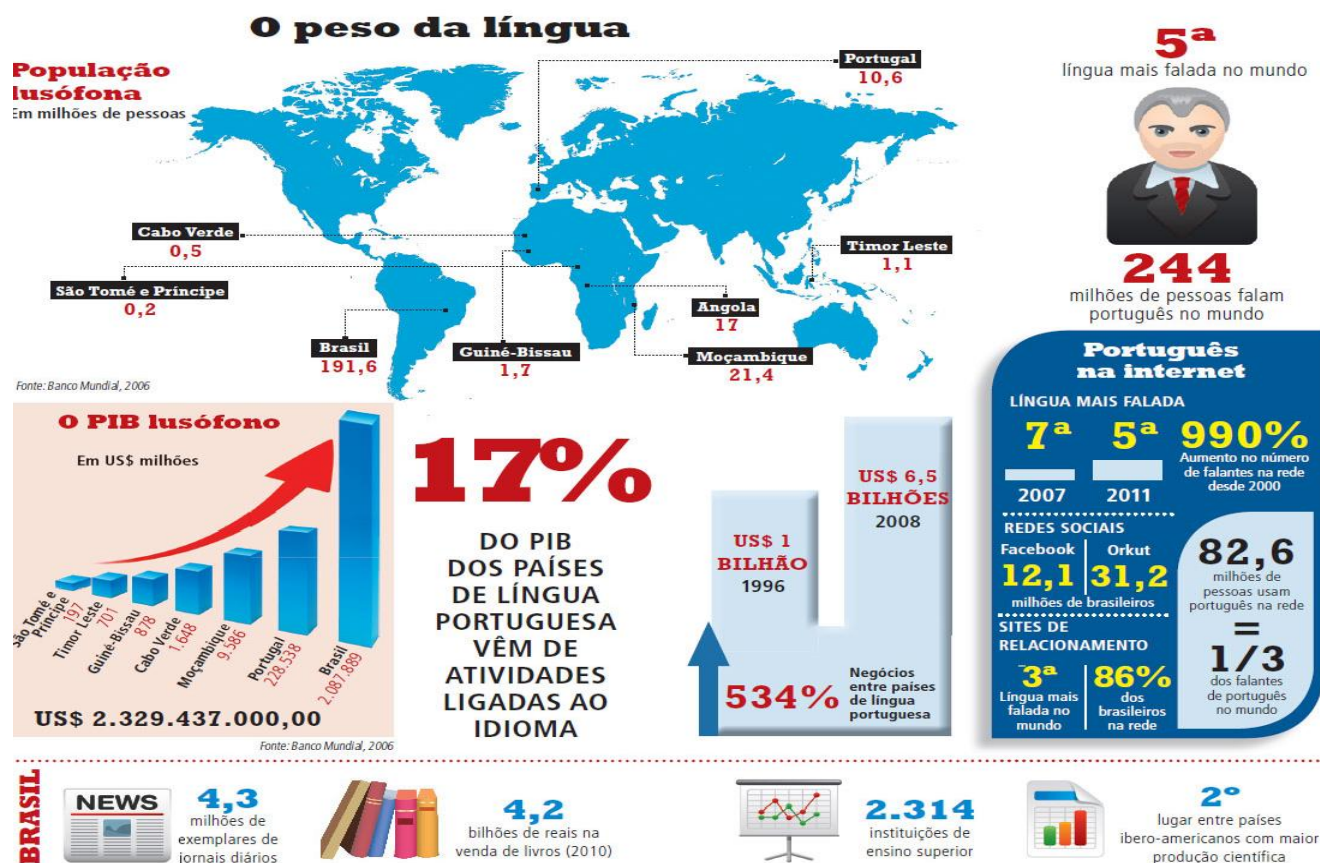
FIGURA 33 – UM ATLÂNTICO AMPLIADO



Esta pesquisa, então, pela periodicidade que está centrada, aponta como o processo de solidificação da língua portuguesa e seus possíveis confrontos locais com manifestações linguísticas diversas, levaram a divisões e a reajustes no modo de gestão linguística implementado no Período Colonial, inventando e congelando efeitos de longo prazo. Basta pensarmos, por exemplo, como a partir do final do século XX, as grandes migrações e o avanço das novas tecnologias transformaram a ecologia das línguas gerando dois movimentos importantes.

O primeiro deles é um movimento de globalização linguística, no qual surge uma cadeia planetária de processos industriais, tecnológicos, econômicos e culturais, entre outras particularidades, que interpela sujeitos muito diferentes, em práticas discursivas distintas que ignoram fronteiras geográficas, colocando a língua portuguesa entre as redes de sensibilidades linguísticas mais utilizadas do globo. Característica que lhe atribui um “peço” de mercado muito significativo, como podemos notar nos dados a seguir.

FIGURA 34 – O PEÇO DA LÍNGUA



Fonte: Banco Mundial, 2016.

Ao todo, então, temos 81 países conectados com a língua portuguesa, em variados graus de proximidade, de gerenciamentos linguísticos e de limites imprecisos em várias zonas de contato.

[...] o português, em meio a grande variedade de situações sociolinguísticas, é língua oficial em dez países, oito deles membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês, e da China ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até 2049. A língua ocupa oficialmente 10,7 milhões de quilômetros quadrados e está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: baixo crescimento na Europa e na Ásia, médio crescimento na América do Sul, e grande crescimento na África Meridional, hoje maior polo de crescimento vegetativo do idioma (OLIVEIRA, 2013a, p. 55).

Na internet, a nível de mais um exemplo, o português alcançou recentemente cifras exponenciais de usuários, passando a ser, em 2011, a quinta língua mais usada na rede. Se pensarmos, portanto, no campo da economia linguística, isto implica que novos mercados linguísticos e outras subjetividades devem ser incluídos na reflexão contemporânea do governo da língua portuguesa na modernidade recente, dada a finitude e a possível saturação da produção em uma única língua, uma única cosmologia.

É o que fazem as empresas de tecnologia de ponta, como o *Google*, funcionando em várias línguas. Visto que o “[...] lucro advém da soma de todos esses mercados linguísticos. Para poderem alcançar mercados, precisam preparar instrumentos multicanal, para que todas as línguas possam funcionar ao mesmo tempo, o que indica a prioridade do multilinguismo no mundo digital” (OLIVEIRA, 2013a, p. 63). Logo, não podemos ignorar a relevância das teorizações sobre a globalização para o campo do governo das línguas.

[...] O mundo da tecnologia digital, dos choques e das mudanças socioculturais, das hibridizações de vários tipos (linguísticas, culturais, discursivas etc), da hipersemiotização de vários tipos, dos fluxos entre fronteiras físicas e virtuais, entre outros processos, com os quais nos deparamos continuamente, constituem um mundo no qual a linguagem ocupa um espaço privilegiado. Este é um mundo no qual nada de relevante se faz sem discurso. Assim a linguagem passa a ocupar um espaço diferenciado em nossas vidas sociais, o que precisa ser considerado ao que chamamos de português (MOITA LOPES, 2013a, p. 19).

Paralelo ao movimento de globalização linguística, surge um movimento de resignificação de muitas práticas linguísticas, inclusive, já até evidenciado ao final da **Unidade III**. Neste caso, vale lembrar, ocorre uma retomada das redes de sensibilidades linguísticas locais, com o objetivo de solidificar traços culturais capazes de marcar a diferença entre cosmologias e a vinculação destas a seus territórios ou povos de origem.

As mediações entre os dois movimentos implicam no surgimento de subjetividades híbridas e oportunizam novas possibilidades de bilinguajamento em nosso país. Um bom exemplo destas dimensões são o *kaingang* (língua falada no Sul do Brasil por grandes comunidades indígenas) e o *nheengatu* (falado em várias regiões do Amazonas, especialmente no alto Rio Negro, médio e baixo Amazonas e no baixo Tapajós) e o seus papéis na (re)construção de identidades, entre passado e futuro, mesclando tradições locais e globais de pertencimento linguístico e de visibilidade de cosmologias indígenas.

Citamos estas duas línguas, porque estão disponíveis em qualquer *smartphone Motorola* que já tenha recebido o *Android 11*. Instrumentos, portanto, que programados para receberem essa versão também contarão com essas novas opções de idioma. Assim, estas práticas discursivas, de acordo com Hall (2006, p. 56), tendem a equilibrar “[...] a tentação por retomar glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade”.

Movência histórica que reforça a hipótese de que se o conceito de língua é político-ideológico – e muito difícil de ser estabelecido por um rigor teórico preciso e único em um ambiente de superdiversidade, por mais que a ciência linguística venha lutando para fazer dele o seu fundamento - também é político-ideológico o critério que historicamente distingue o modo de gestão das línguas e, em uma mesma atitude, o governo da língua portuguesa, das línguas indígenas, africanas etc.

Por isso estabelecemos, nestes ritos finais, que uma das características mais potentes que singularizam o governo da língua na Cabanagem, no que diz respeito aos procedimentos de controle do discurso (FOUCAULT, 2010c), são os critérios de avaliação (ajuizamento) que o dispositivo colonial instituiu por meio táticas (usos em esferas privadas, pequenos grupos; que são apreendidas no uso social do discurso, por exemplo, regras de polidez) e de estratégias (usos em esferas públicas, mais ou menos formais; que constituem um conjunto de procedimentos mais sistematizados, apreendidos pela escolarização). Afinal, a capacidade humana para aquisição e o uso efetivo da língua é necessariamente atualizada dentro das relações sociais.

Deste modo, a leitura crítica realizada ao longo das quatro unidades sobre as múltiplas práticas de exploração colonial, coloca a língua, como prática discursiva, enquanto elemento central dessa retórica de “patrimônio comum” deixado pela colonização portuguesa em muitos cantos globo. Sem, no entanto, deixar de reconhecer as novas configurações multilíngues dos países oficialmente lusófonos. Até porque consideramos ...

[...] que a mundialização do conhecimento permite cada vez mais que pessoas vivam em sua própria língua sem que isso suponha qualquer forma de isolamento, abertos a outras línguas e variedades, capazes de se comunicar com outras culturas por mais distantes que elas estejam geograficamente (LAGARES, 2013, p. 359).

O dispositivo colonial na Cabanagem, portanto, diferentemente do que vivemos hoje quando o assunto em pauta é o governo da língua portuguesa, direcionou várias formas de normalização potencializadoras do imperialismo linguístico europeu no Grão-Pará do início do século XIX. Dinâmica que respondendo a interesses de poder reproduzidos em práticas institucionais, mobilizou de forma autoritária, hierárquica e excludente o caleidoscópio linguístico do movimento cabano e, ao mesmo tempo, ajudou a fortificar o mito do monolinguismo nos registros da História oficial do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UMA INTERPRETAÇÃO DE INDÍCIOS

Para as reflexões apresentadas ao longo deste extenso percurso de pesquisa, deixamos bem claro que, pelo tipo de referencial teórico-metodológico proposto, nosso olhar discursivo estaria voltado para os indícios que permitissem construir um percurso analítico sobre diferentes as estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, favorecedoras da instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia mergulhado em uma série de conflitos, principalmente, linguísticos.

Desta maneira, seguindo as pistas de enunciados transversais, entrepostos às marcas sutis de vários acontecimentos discursivos, que nosso gesto de leitura se movimentou para que pudéssemos também fortalecer conceitualmente a perspectiva de governo da língua no Grão-Pará cabano até a história do presente. Assim, foi no jogo entre a opacidade do que se revela de imediato e por meio de constantes (re)fazer interpretativos que nossa leitura indiciária se construiu e se consolidou no processo de escrita da tese. Essa quem sabe tenha sido uma das características principais da postura interdisciplinar deste estudo: mudar o “lugar” e o “tom” das perguntas com o objetivo de se chegar a determinadas “pistas” para além da dimensão linguístico-estrutural de uma determinada língua.

A busca incessante por uma proposta interdisciplinar, por conseguinte, surgiu desde o início do processo de doutoramento na emergência de trazer novas mediações culturais que democratizassem, de fato, uma maior circulação de bens culturais, ideologias, políticas da comunicação, comportamentos, espaços de vivência, cosmologias etc, apontando, com base em Alan Carneiro (2013a), para a necessidade de compreender como as estruturas e os processos sociais, em contextos plurilíngues, legitimam e deslegitimam certas escolhas linguísticas. No entanto, não desconsideramos em momento algum, como os participantes destas movências históricas também utilizam seus recursos linguísticos para aproveitar oportunidades, enfrentar contradições e superar obstáculos.

Deste modo, que a língua como prática discursiva se tornou para nós uma questão de cultura(s) e, de igual modo, não só de conhecimento, mas de reconhecimento. “[...] Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir do seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 28).

Foi dentro destas condições de possibilidades históricas, inclusive, que descortinamos na **Unidade IV**, o quanto que o “caráter popular” não fala unicamente a partir das culturas indígenas, africanas ou camponesas, mas também a partir da trama espessa das mestiçagens e das (de)formações do urbano, do massivo, do digital.

O governo da língua na Cabanagem, então, surge como produto de uma conjunção de elementos que se relacionam de uma maneira particular em cada grupo linguístico e ao longo do tempo se caracteriza enquanto fator preponderante de um imperialismo linguístico europeu na Pan-Amazônia, cujo objetivo era consolidar um sistema de relações diversas de dominação, modificação dos sujeitos adotando como centralidade a disciplinarização linguística e o biopoder.

Retomando à pergunta norteadora maior desta pesquisa, é possível afirmar que a “invenção” de um governo da língua portuguesa no cenário cabano intensificou a transposição de gêneros discursivos variados para as condições de emergência dos povos ditos colonizados na Amazônia brasileira e, em um mesmo gesto, ampliou o surgimento de metacategorias que foram tomadas como discursos de verdade, sobretudo, o “mito do monolingüismo”, infelizmente, ainda tão presente em alguns cenários da doutrina gramatical arcaica. Exemplos bem ilustrativos desses acontecimentos foram amplamente observados e sistematizados a partir da rede arquivista selecionada e analisada nos capítulos antecedentes.

Além da experiência peculiar do colonialismo e da língua portuguesa como legado colonial, vale o registro, acreditamos que esta tese também apresenta uma especificidade importante para o avanço de determinados debates linguísticos. Um deles diz respeito a entendermos o governo da língua portuguesa, hoje, dentro da evidente heterogeneidade etnocultural, sociolinguística e socioeconômica dos países que movimentam esta rede de sensibilidade linguística.

E no caso específico da globalização linguística anunciada, exemplos recentes é o da formação de um mercado para o português brasileiro em países sul-americanos em função da criação de um “mercado econômico”, um “bloco” constituído em um grande bilinguajamento entre o português e o espanhol, ou programa de integração econômica para o Cone Sul - um dos ideários político-linguístico do MERCOSUL - ; e o grande crescimento do português brasileiro e da língua portuguesa na África Meridional, atualmente o maior polo de crescimento vegetativo destes sistemas de integração cultural. Características que maximizam pontos de apoio e de criação de interesses para a manutenção dessas línguas no exterior e como um ponto fundamental para o intercâmbio comercial e cultural entre essas bases geopolíticas.

Outra peculiaridade que podemos destacar como ratificadora da hipótese da qual partimos, diz respeito ao fato de que nossos modos de agir linguisticamente sofreram, desde o período colonial, influências e fraturas, resultantes do contato com o branco invasor, por intermédio de missões protestantes e católicas, ou até mesmo frentes extrativistas, resultado

principalmente do contato dos portugueses com os indígenas. Alguns resultados obtidos, inclusive, oferecem com bastante exatidão e objetividade aspectos marcantes do verdadeiro caleidoscópios linguístico que era o movimento cabano à época.

Por fim, constatamos que o tratamento arquivístico fatigante de catalogação de dados, resultante do aparelhamento e do cuidado com os monumentos, no qual passamos vistas em mais de três mil documentos para que formássemos um arquivo geral de análise com aproximadamente cinquenta materialidades, como ilustram panoramicamente as **Figuras 02, 03 e 04**, foi amplamente decisivo para que alcançássemos resultados favorecedores da ampliação da história das línguas que compõem os mundos amazônicos.

O interesse maior das discussões aqui apresentadas sempre teve um empenho heurístico, sem a menor pretensão à exaustividade dos temas e questões abordadas nos monumentos, de onde foi extraída a rede de enunciados que apoia os debates centrais da pesquisa.

Daí o desejo de salientar o incentivo de outros estudos, novos desenhos de pesquisa sobre o governo das línguas na Amazônia brasileira. Até porque o caminho de análise contemplado nesta tese também sinaliza outras perspectivas de investigação com o intuito de desvelar outras redes de significação que povoam as tensões discursivas e os conflitos linguísticos sinalizadores de nossas subjetividades latino-americanas.

Por isso, sei que os limites deste estudo e seus possíveis resultados não implicam diagnósticos acabados, fechados em si mesmos. Pelo contrário! Eles podem e devem ser interrogados na busca de outras conclusões. Até porque não podemos esquecer, como bem nos alerta Edgar Morin (2007), que todo conhecimento é, acima de tudo, (re)construção.

A teorização sobre o governo da língua desenvolvida nesta tese de doutoramento, portanto, associada às regras preexistentes de possíveis atualizações dependendo do foco em que for (re)operacionalizada, resumem-se ao compromisso de um dispositivo teórico-analítico em que a escavação de indícios, pistas, sinais, especialmente aqueles discursos que aparentemente estão nas margens, possibilite rotas mais plurais de descobertas discursivas. De tal modo que os sujeitos mobilizadores de determinadas redes de sensibilidades linguísticas, não fiquem dissociados dos usos sócio-históricos da(s) língua(s) que escolheram para traduzir os sonhos que alimentam o cotidiano e produzem o encantamento necessário para seguirmos sempre em busca de outros projetos de felicidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES JÚNIOR, José. A adesão do Pará à independência. In: ALVES JÚNIOR, José; ALVES FILHO, José; MAIA NETO, José (Org.). **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial: os Mura do Rio Madeira. In: DA CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992. pp. 297-310.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Anais da biblioteca nacional** – Muhuraida. Vol. 66. (1944; 1989). Rio de Janeiro, 1989.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.
- BAELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como de faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim** – em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência & norma. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011a. pp. 355-387.
- BAGNO, Marcos. O português não procede do latim – uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. In: **À busca do tesouro**. n. 191., 2001. pp. 34-39.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011b.
- BAKTHIN, Mikhail (*Volochínov*). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora da Unesp/Hucitec, 2014.
- BARACUHY, Regina. Práticas de governamentalidade e efeitos da biopolítica em festas populares: o sujeito entre normalizações e resistências. In: BARACUHY, Regina; GODOI, Edilene; NORONHA, Cecília (Orgs.). **Cartografias discursivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
- BARROS, Maria Cândida. Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). In: FREIRE, José; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). **Línguas gerais: política**

linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. pp. 85-112.

BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BOURREAU, Alain. **Propositions pour une histoire restreinte des mentalités**. Annales ESC, nov.-dez./1989.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRANCO, Guilherme Castelo. Governamentalidade, política, resistências ao poder. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. pp. 11- 121.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil** – cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CANCLINI, García Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica** – ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARNEIRO, Alan. Conflitos em torno da (des)construção da(s) língua(s): a situação da língua portuguesa no contexto multilíngue de Timor-Leste. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **O português no século XXI** – cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola editorial, 2013a. pp. 192-218.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTRO, Raimundo Nonato de. O quadro *Conquista do Amazonas* de Antônio Parreiras e a ideia de nação. In: **19&20**, Rio de Janeiro, Vol. 05, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/ap_rnc.htm>.

COURTINE, J.J. O discurso intangível: marxismo e linguística (1965-1975). Trad. rás. De Heloisa M. Rosário. In: **Cadernos de Tradução** 6. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo** – pensar com Foucault. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2013.

COUTO, Hildo Honório do. Anti-crioulo. In: **Papia** – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico. Vol. 02, n.01, 1992. pp. 71-84.

CLEARY, David (Org.). **Cabanagem: documentos ingleses**. Tradução de Christine Moore Serrão. Belém: SECULT/IOE, 2002.

- DANIEL, Pe. João (1775-76). Da língua que se deve falar nas missões do Amazonas. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. 95.2: 224-227. [integra a obra *Tesouro descoberto no rio Amazonas*].
- DEGRAFF, Michel. Linguist's Most Dangerous Myth: The Fallacy of Creole Excepcionalism. In: **Language in Society**, n. 35, 2005, pp. 533-591.
- DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** In: O mistério de Ariana. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, pp. 83-96.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **A Thousand Plateaux: Capitalism and Schizophrenia**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault** – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Mairi dos Tupinambá e Belém dos portugueses: encontro e confronto de memórias. In: SARGES, Maria de Nazaré; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; AMORIM, Maria Adelina (Orgs.). **O imenso Portugal: estudos luso-amazônicos**. 1. ed. Belém: UFPA; Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2019. v. 1. 397p
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Medo, honra e marginalidade: imagens de Jacob Patacho na história e literatura do século XIX. In: **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan./jun. 2016. pp. 176-195.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. In: **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, n. 31, jan./jun. 2010. pp. 01-22.
- FISCHER, Rosa. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano (org.). **Estudos do discurso** – perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. pp. 123-152.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Língua geral amazônica: a história de um esquecimento. In: FREIRE, José; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). **Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. pp.195-209.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. “Da fala boa” ao português na Amazônia brasileira. In: **Ameríndia** – Revue d’ethnolinguistique amérindienne. Paris: A. E. A., n. 8, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** - curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população** - curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011a.

FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. pp. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas** – uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins fontes, 2016b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – a vontade do saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Le courage de la vérité. In: **Le gouvernement de soi et des autres II**. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.

FOUCAULT, Michel. “**Linguagem e literatura**”, texto das duas conferências pronunciadas nas Facultés Universitaires Saint-Louis, de Bruxelas, nos dias 18 e 19 de março de 1964.

FOUCAULT, Michel. (coord.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** Um caso de parricídio do séc. XIX, apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: **Estratégias, Poder-Saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos e duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo), v. 04, 2007. pp. 12-26

GREGOLIN, Maria do Rosário. Objetos da Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, V. M; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. 1ed.São Carlos: Claraluz, 2008, v. 1, pp. 103-113.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: contexto, 2012. pp. 33-52

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. In: **Revista Moara** – estudos linguísticos. Edição 43 – jan-jun. - 2015, pp. 6-25.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. pp. 115- 142

SILVA, Fábio Lopes da. Freyre & Foucault: casa-grande & senzala como microfísica do poder. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Jul./Ago./Set. de 2006, Vol. 3, Ano III, 2006.

GUILHAUMOU, Jaques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo – a análise do discurso ao lado da história. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura** – da História no discurso. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014. pp.169-192.

HACKEROTT, Maria Mercedes. Reflexões sobre a linguagem em sermões e cartas do padre Antônio Vieira. In: FREIRE, Bessa; ROSA, Carlota; LAGORIO, Consuelo (Orgs.). **Políticas de línguas no novo mundo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. pp. 87-125.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISSA, Cássio. **Entrenotas** – compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOFFMAN, Marcelo. O poder disciplinar. In: TAYLOR, Dianna (org.) **Michel Foucault** – conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. pp. 41-57.

HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Off. Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1936.

JANSON, Tore. **A história das línguas** – uma introdução. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

LAGARES, Xóan Carlos. **Qual política linguística?** São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAVAREDA, Welton. Os documentos oficiais e a produção social dos sentidos: a legitimação de outras construções identitárias. In: PACHECO, Agenor; SILVA, Jerônimo. **Cartografia de memórias: pesquisas em Estudos Culturais na Amazônia paraense**. Belém: IFPA, 2015, pp. 407-440.

LAVAREDA, Welton; NENES, Ivânia. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o nheengatu. In: **Revista Interseções** – Estudos sobre práticas discursivas e textuais (*Online*), Edição 25, ano 11, 2018. pp. 66-85

- LAVAREDA, Welton; NENES, Ivânia. Deslocamento linguístico no português do Brasil: a transmissão linguística irregular na Cabanagem. In: **Policromias** – revista de estudos do discurso, imagem e som. Ano 04, jun., 2019. pp. 70-89
- LAVAREDA, Welton; NENES, Ivânia. Tramas discursivas e diversidade linguística na Amazônia. In: **Policromias** – revista de estudos do discurso, imagem e som. Ano 05, jun., 2020. pp. 156-185.
- LEVISKI, Charlott Eloize. O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística. In: **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2018. pp. 294 -331.
- LISBÔA, Flávia. **Língua como linha de força do dispositivo colonial**: os Gavião entre a aldeia e a universidade. Tese de Doutorado. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2019.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas** – a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MAHER, Terezinha Machado. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAÍDES, Chistine; SILVA, Kleber; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia (Orgs.). **Política e Políticas linguísticas**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2013. pp. 117-134.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola editorial. 2010.
- MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. In: **Letras**. Santa Maria, RS, n. 27, 2003. pp. 73-82
- MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. Lacan. In: OLIVEIRA, Luciano (org.). **Estudos do discurso** – perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013. pp.101-122.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto 2014.
- MARTINS, Álvaro. **Moedas para a revolução do povo**: a solução cabana para o meio circulante. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios**. n. 32, 2016. pp. 123-151.
- MCGUSHIN, Edward. A teoria e prática da subjetividade de Foucault. In: TAYLOR, Dianna (Org.) **Michel Foucault** – conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. pp. 165-184.
- MEILLET, Antoine. **A evolução das formas gramaticais**. São Paulo: Parábola, 2020.

- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina** – Tomo III. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.
- MENÉNDEZ, Miguel. A área madeira-tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: DA CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992. pp.281-296.
- MIGNOLO, Walter. **Projetos locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI** – cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola editorial, 2013a.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina; ROCA, Pilar. **Linguística aplicada** – um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2015.
- MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.
- MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado), 1991.
- NARO, Anthony; SHERRE, Maria. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NAVARRO. Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. In: **Revista Moara** – estudos linguísticos. Edição 57, Vol. 1/ Ago-Dez, 2020. pp. 08-33.
- NEVES, Ivânia. **A Invenção do índio e as narrativas orais tupí**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.
- NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. In: **Revista Moara**. Edição 43, Jan-Jul, 2015. pp. 26-44.
- NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármore e grafites. In: **Revista Maracanan**. n. 24, maio-ago., 2020. pp. 544-566

NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria do Rosário. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. In: **Revista Moara**. Edição 58, Jan-Jul, 2021. *[no prelo]*

NEVES-CORRÊA, Maurício. **Heterotopias no país do milagre: os corpos indígenas e as histórias filmadas**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Campos Araraquara), 2018.

NEVES-CORRÊA, Maurício.; NEVES, Ivânia. Eduardo Angelim e a produção de verdades na província do Grão-Pará no início do século XIX. In: **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 2, p. 123-143, ago. 2020.

NOLL, Volker. O Brasil colônia entre a língua geral e o português. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. pp.105-118.

NUNES, Paulo; FARES, Josse. **Transmares: vozes em diálogo**. Belém: UNAMA, 2007.

OLIVEIRA, Cristiane. **Necropolítica linguística: silenciamento e resistência da língua tenetehara nas aldeias do Guamá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2018.

OLIVEIRA, Gilvan. Um atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola editorial, 2013a. pp. 53-73.

OLIVEIRA, Márcia de; ZANOLI, Maria; MODOLO, Marcelo. O conceito de “língua geral do Brasil” revisitado à luz da linguística de contato. In: **Journal of IberoRomance Creoles**. 2019. pp. 306-333.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre... [et al.]. **Papel da memória**. Campinas: São Paulo: Pontes Editores, 2007. pp. 49-56.

PEREIRA, Lucas de Almeida. **Da Filosofia à História**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PINTO, Joana. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola editorial, 2013a. pp. 120-143.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POSSENTI, Sírío. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

PRADO-FILHO, Kleber; LOBO, Lilia; LEMOS, Flávia. A história do presente em Foucault. In: **Fractal – Revista de Psicologia**. v. 26 – n. 1, jan./abr., 2014. pp. 29-42.

PRADO, Tomás. **Foucault e a linguagem do espaço**. São Paulo: Perspectiva. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

PROENÇA-FILHO, Domicio. **Muitas línguas, uma língua: a trajetória do português brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina” S. Castro-Gómez, O. Guardiola Rivera y C. Millán de Benavides (eds.). **Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial**. Vol. Colección Pensar. Bogotá: Centro Editorial Javeriano, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. In: **Estudios Decoloniales: Un Panorama General**. KULA. *Antropólogos del Atlántico Sur*, Buenos Aires, n. 6, 2014, pp. 8-21.

RAIOL, Domingos. **Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES, Maria (Org.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade – para além dos 400 anos**. Belém: Açai, 2016. pp. 205-227.

RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público**. 2001. V. 04, pp. 241-274.

RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Letrados na Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). In: **Revista Brasileira de Educação**. V.20, n.63, out-dez, 2015. p.845-867.

RESENDE, Haroldo. Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault – política: pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). **Português brasileiro – uma viagem diacrônica**. São Paulo: Contexto, 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Classification of Tupi-Guarani. In: **International Journal of American Linguistics**, n. 24, 1985. pp 231-234.

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. In: **Delta**, 1993, v.9, n.1, pp. 83-103.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 27-48.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará** – sob o regime da escravidão. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005.
- SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2015.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP. 1992.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SEVERO, Cristine. A diversidade linguística como questão de governo. In: **Caleidoscópio**. São Leopoldo, RS, v.1, 2013. pp. 107-115.
- SEVERO, Cristine. A invenção colonial das línguas da América. In: **Alfa**. São Paulo, v. 60, n.1, 2016. pp.11-28.
- SEVERO, Cristine. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. In: SEVERO, Cristine; SITOIE, Bento; PEDRO, José. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.
- SEVERO, Cristine; MAKONI, Sifree. **Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica**. Coleção linguística, vol. 05. Florianópolis: Insular, 2015.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SOUZA DE, Socorro Cláudia; SOARES, Maria Elias. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. In: **Revista de Letras**, número 3, Vol. 01, Jan-Jul, 2014.
- SOUZA, Márcio. **Lealdade** – romance. São Paulo: Marco Zero, 1997.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, Bernard. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. In: **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. [www.revel.inf.br].

STRADELLI, E. Vocabulário **Português-Nheengatu, Nheengatu-Português**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

TAYLOR, Dianna. Práticas de si. In: TAYLOR, Dianna (Org.) **Michel Foucault** – conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. pp. 221-237.

TUPIASSÚ, Amarílis. **A palavra divina na surdez do rio babel** – com cartas e papéis do Pe. Vieira. Belém: EDUFPA, 2008.

VIEIRA, Antônio. S. J. **Cartas do Pe. Antônio Vieira** (coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925, 3t.

VIEIRA, Silvia; BRANDÃO, Silvia. **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In: **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**. V. 05, N. 1, jan.-jul., 2019. pp. 06-38

WEBGRAFIA

A GOVERNAMENTALIDADE E O GOVERNO DA LÍNGUA. GEDAI-UFPA apresentado por Flávia Lisbôa... [et al.]. 2020. 1 vídeo (1h 42min 40seg). Publicado pelo canal GRUPO GEDAI. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-PDs6rFczHo&list=PLQrDCYuf1jiYaZBCVLiMGXuU_UXDjhsr7&index=4. Acesso em: 27 de agosto.

AS MATERIALIDADES DISCURSIVAS E AS SUBJETIVIDADES. GEDAI-UFPA apresentado por Rosário Gregolin... [et al.]. 2020. 1 vídeo (1h 35min 24seg). Publicado pelo canal GRUPO GEDAI. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-PDs6rFczHo&list=PLQrDCYuf1jiYaZBCVLiMGXuU_UXDjhsr7&index=4. Acesso em: 26 de agosto.

O DISPOSITIVO COLONIAL E A NECROPOLÍTICA NA AMAZÔNIA. GEDAI-UFPA apresentado por Maurício Neves... [et al.]. 2020. 1 vídeo (55min 45seg). Publicado pelo canal GRUPO GEDAI. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DTtdjaWMSzg&list=PLQrDCYuf1jiYaZBCVLiMGXuU_UXDjhsr7&index=2&t=0s. Acesso em: 25 de agosto.